UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL



Formatura Programa Pindorama, Ernestina da Silva (Guarani Nhandeva, minha mãe) e Diva Wassu Cocal. Teatro Tucarena- PUC-SP.

Povos Indígenas na Metrópole: movimento, universidade e invisibilidade na maior cidade da América

Versão Corrigida

EMERSON DE OLIVEIRA SOUZA

São Paulo

2021

Povos Indígenas na Metrópole: movimento, universidade e invisibilidade na maior cidade da América

Versão Corrigida

Emerson de Oliveira Souza

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Renato Sztutman

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Souza, Emerson de Oliveira

S729p

Povos Indígenas na Metrópole: movimento, universidade e invisibilidade na maior cidade da América / Emerson de Oliveira Souza; orientador Renato Sztutman - São Paulo, 2021. 359 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia. Área de concentração: Antropologia Social.

1. Lei 11.645/08 . 2. Povos indígenas na cidade . 3. Indígenas na cidade de São Paulo. 4. Indígenas em contexto urbano. 5. Indígenas isolados na cidade. I. Sztutman, Renato, orient. II. Título.



Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Emerson de Oliveira Souza_____

Data da defesa: 05/03/202	L_		
Nome do Prof. (a) orientado	(a): Renato Sztutma	ın	
Nos termos da legislação vigen	e, declaro ESTAR CIE	NTE do conteúdo deste E)	KEMPLAR
CORRIGIDO elaborado em ate	nção às sugestões dos	membros da comissão Jul	gadora na
sessão de defesa do traba	ho, manifestando-me	plenamente favoráve	<u>I</u> ao seu
encaminhamento e publicação	no <u>Portal Digital de Te</u>	eses da USP.	
São Paulo, 05/05/2021		. n. A	
		MA	

(Assinatura do (a) orientador (a)

Souza, Emerson de Oliveira. **Povos Indígenas na Metrópole: movimento, universidade e invisibilidade na maior cidade da América.** 2021. 359 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Universidade de São Paulo (USP) São Paulo, 2021.

Banca Examinadora

Prof. Dra. Valeria Mendonça de Macedo	
Instituição: Unifesp- Universidade Federal d	e São Paulo – Externo
Julgamento:	
Assinatura:	
Prof. Dra. Marina Vanzolini Figueiredo	
Instituição FFLCH - USP	
Julgamento:	
Assinatura	
Prof. Dr. Tonico Benites	
Instituição: UFRR - Externo	
Julgamento:	
Assinatura:	

A defesa ocorreu de forma virtual em decorrência da suspensão de aulas presencias, devido a gravidade da pandemia COVID19 no Brasil e no mundo.

Segue abaixo o resultado da defesa de Emerson de Oliveira Souza, ocorrida em **05.03.2021** por via remota.

Resultado: APROVADO

Parecer: A banca destaca o caráter inovador da dissertação - que lança nova luz sobre a presença indígena na grande São Paulo - e indica a sua publicação.

Subscrito pela banca examinadora:

Prof. Dr. Tonico Benites (UFRR)
Profa. Valéria Macedo (Unifesp)

Profa. Marina Vanzolini Figueiredo (USP)

Atenciosamente,

Prof. Dr. Renato Sztutman (orientador)

Dedico este trabalho à minha mãe, Ernestina da Silva, meus tios Francisco da Silva, Almerinda da Silva, Margarida da Silva e Oswaldo da Silva (in memoriam). A meus irmãos com respeito e admiração por tantas lutas. E a meus filhos Amanda Soares Souza e Pietro Anderson Savoia Souza, com amor, gratidão, apoio, carinho e presença ao longo do período da elaboração deste trabalho.

Agradecimentos

Quero agradecer aos muitos camaradas da luta. Aprendi e reconheci que neste processo de construção de conhecimento vários indígenas e não indígenas participaram de uma forma ou outra, com maior ou menor intensidade. Aprendi e acredito que tenha sido parte de muitos outros processos. Desde minha entrada na universidade pude compreender as várias lutas. Meus sinceros agradecimentos por existirem e se fazerem presente em muitos momentos. Com alguns sequer pude dialogar, mas os ouvi atentamente e de certa forma fizeram parte de minha história. Outros estiveram em eventos que participei ou organizei. Lutei bastante para a presença de alguns camaradas e queria aprender com eles e ouvir suas histórias de vida. Quantas histórias ouvi e senti com muita intensidade. Meus sinceros agradecimentos aos indígenas Maria Cícera, Henrique Ubiratan, Bino, Dora, Rose, Rejane, Edcarlos, Luís Antônio, Adonias Neri e Marlene F. Santos da etnia Pankararu. Tenho muito respeito pelos indígenas desta etnia. A Josimar Potiguara, Amaro Potiguara e seu irmão e à toda comunidade Potiguara; a Antônio Mendonça Xucuru e a seus filhos, Edson Kayapó, à Sandra Fulni-ô minha grande amiga (quantas lutas juntos!) à Avanir, Josimar e filhos da etnia Fulni-ô, a Sassa Tupinambá e família, Valdelice Verón (liderança Guarani Kaiowá-MS que esteve em um evento na PUC-SP – quantos ensinamentos!), a Jerry Matalawê (liderança Pataxó pude ouvir na PUC-SP), à Sarlene Soares Macuxi, às lideranças indígenas Guarani Mbyá do Jaraguá, Timóteo Popygua (quando conheci ainda na Tenondé Porã), à Jaciara Martin e Kátia Pereira, Joel Karaí Mirim, da aldeia Jaraguá da etnia Guarani Mbyá, à Renato Ângelo Pereira e Joilda Pereira, da etnia Pankararé; Irene Xarin Kaingang e Ailton Xarin Mendes (in-memoriam), a Marcilio Silva Atikum, Yaporã e Kaihá, Wiriçá e todos irmãos Kariri Xoco de São Paulo. Ailton Krenak e seus ensinamentos que ouvi na formatura do Pindorama na PUC-SP, à sua filha Inimá Krenak, à Maria das Graças Oliveira (in-memóriam), Hiparandi Top Tiro Xavante, Leopardo Yawabane Kaxinawá, a todos os acadêmicos indígenas do Programa Pindorama, entre 2007 e 2010 e às reuniões do Pindorama que me ensinaram muito. Sem esquecer de Paulo de Jesus, Egina, Magna, Vanuza sua mãe e irmãos Kaimbé. A todos que participaram dos eventos do Retomada Indígena na PUC-SP, sobretudo ao prof. Benedito Prezia (Pastoral Indigenista e coordenador do Programa Pindorama), à prof.ª Lucia Helena Rangel, ao prof. Miguel Ângelo Perosa, à prof.ª Ana Maria Battaglin, prof.ª Marisa Penna (professoras da coordenação do Programa Pindorama), aos professores da PUC-SP, prof. Rinaldo Arruda e prof.ª Carmem Junqueira (Ciências Sociais), Profa. Célia Forghieri Cintrão, à profa. Cleide Martins Canhada (Setor de Bolsas-PUC-SP), à prof.ª Dorotéia V. Passeti e equipe, Aila, Wander e Sofia (do Museu da Cultura PUC-SP), ao

prof. Pe. Edélcio Ottaviani e à Prof.ª Silvana Tótora, à Beth Mindlin, à Marta e Gisele (Foco Vestibular, vocês são demais), à Valquíria e José Antônio (Pastoral Universitária PUC-SP), aos Prof. Edson Nakashima e Prof. Marcos Albuquerque (que trabalho lindo sobre os Pankataru), à Dra. Michael Nolan, Beatriz Maestri (que saudade, in memoriam) e à Vanessa (s) (CIMI); Newton Nunes e aos professores da Escola Municipal Helina Coutinho (onde fui Secretario de Escola) Prof^a Maria de Lourdes, Quezia Anita, Margarida Maria Alves, Maria Cristina Faria, Cleia Neri entre outros professores que levaram nossas alunos para conhecera a aldeia Tenondé Porã e Krukutu, que me incentivaram nas primeiras discussões sobre as questões indígenas no interior da escola, juntamente com as coordenadoras Rosemeire Aparecida e Claudia Coca, os assistentes Eunice Maria, Elaine Barbosa, Raquel; aos diretores Kátia Pereira Barbosa e Rosana Raimondi, aos Auxiliares Técnicos de Educação Rosemeire Martins e Janaina (EMEF Helina Coutinho Lourenço Alves), e à Fernanda Borssato e demais camaradas da Secretaria Municipal de Educação que puderam fortalecer na criação do Agosto Indígena na cidade de São Paulo, muita gratidão a todos. Foi plantada uma boa semente. A Cristiano Navarro (jornal Brasil de Fato), à Bruno Martins, (Direito-USP). Quero agradecer à direção do Colégio Santa Cruz, à Ivanilde Pereira, Mauria, Cristino e Cristiano Hutter (Funai), entre outros que cito na dissertação. A Marcos Aguiar (Projeto Índios na Cidade, infelizmente não pude ver os dados e seus estudos), Camila, Marcio, Juarez e amigos de sala das Ciências Sociais (PUC-SP). Ao núcleo de Psicologia Cultural, Danilo Guimarães, Djalma Freitas, Suara Bastos, Marcel Lopes, Francisco Carlos (in memorian, um grande Dramaturgo apoiador da causa indígena) entre outros. Ao Conselho Regional de Psicologia, Lucila, Lumena Celi, Veridiana Silva, Vanessa Caldeira, e demais companheiros do CRP, a Professora Maire Claire quando da construção do Curso para professores da Prefeitura de São Paulo. Aos meus amigos da Educação na escola em que leciono EE Jardim Wilma Flor, Celio (que nos deixou vítima da Covi19 em 2021), Wander, Alexandre, Henrique, Marcia, Rosana Marta, Rosemeire, à Direção e Secretaria da escola, ao pessoal da limpeza, entre outros. Aos meus grandes inspiradores Leandro e Thiago Justino do Cursinho Foco Vestibular (quanta história de vida). À Fabiana Medina e à suas inspirações e lutas na Unicamp. (quantas mudanças com o vestibular indígena), entre outros indígenas e camaradas de nossa causa nesta universidade. Para os Guarani Nhandeva Ernestina da Silva (minha mãe e fontes de inspirações), Amanda Soares (minha filha e Gabriel), Pietro Anderson (meu filho), Willian Eduardo, Sauma Katiane (meus sobrinhos), Tânia Alessandra, Carlos Alessandro, André de Oliveira, Saulo de Oliveira, Fabiano de Castro (meus irmãos). Em memória de meus dois irmãos João Batista Souza e Anderson de Oliveira Souza. Meu tio o Xamã Francisco da Silva, Oswaldo da Silva, Ermerinda da Silva e Margarida da Silva (in

memorian). A um grande primo e irmão Rogerio Bernardo e família (Bauru). Aos meus sobrinhos, Willian Eduardo, Sauma Katiane, Gabriel, Livia, Kaio, Kaique, Kaue, Kauane, Kettlin,kauan, Lucia e minhas cunhadas. Aos meus grandes amigos da periferia da Cidade Tiradentes, Ronaldo (Tolitos) e seu irmão Ricardo (Churra) Waltemberg, Lisney e Lidmar Elisio, Cristiano (Giba) e seu irmão Alexandre (fio), Marcio (Macalèo), Adriano (Banzo), Claudemir, Elaine, entre outros grandes amigos da Cohab Prestes Maia. E amigos do Secrag, Coroa e Unidos. Um grande abraço.

Qualquer dia amigo [s]. Eu volto a te encontrar. Qualquer dia amigo [s] a gente, vai se encontrar (Canção da América - Milton Nascimento). Para amigos que se foram...

Ao Prof. Dr. Renato Sztutman, que nos anos de convivência, muito me ensinou, contribuindo para meu crescimento científico e intelectual. Ao Departamento de Pós-graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pelo apoio para a realização desta pesquisa. Á coordenação do PPGAS (2018-2020) e à Juciele por ter segurado a barra. E. Á coordenação do PPGAS (2021) muita luz pra vocês, sobretudo ao núcleo de pesquisas do Centro de Estudos Ameríndios que pode me fortalecer nas horas de dúvidas com inúmeras pesquisas. Mudei muito minha visão de USP e etnologia indígena muito por conta destes pesquisadores, os professores e professoras, Marina Vanzolini, Marta Amoroso, Pedro Cesarino, Beatriz P. Moisés e Eduardo Natalino. Um agradecimento à Frank Nabata e Lucas Ramiro do CESTA, pelo apoio ao evento Agosto Indígena na USP.

Aos grandes companheiros da turma do PPGAS de 2018 e as outras turmas que me apoiaram, ouviram e refletiram sobre nossas lutas. Durante dois anos quantas discussões em salas de aula...Todos me fortaleceram muito nas minhas pesquisas e espero ter feito o mesmo. A Comissão de ações afirmativas COPAF: Jaqueline, Ariane, Lourival, Hugo, Marina, Silvana, Talita, Mauricio, Jesser, Elisa e Marilene. Aos camaradas do MAE – Movimento Autônomo pela Educação. Aprendi muitos com as lutas libertárias junto à educação, mas outras lutas e modos de ser me influenciaram em muitas visões sobre como compreender o outro nas grandes cidades. Aos meus alunos da periferia da Cidade Tiradentes. Um abraço forte a Gabriel e Wender e às alunas que seguraram a barra em 2015. A Professora Isabel, quanta luta em 2015.

A Jaime Mayoruna, Chirley Pankara, Tiago Oliveira e Celuniel Valiente. Indígenas do Programa PPGAS/2018/2019/2020. Aos novos indígenas que virão do edital de 2020/2021.

Eu creio que pelo Brasil inteiro vai levantar ou já levantou índios esclarecidos, como eu, que levantarão a voz em prol desta raça.

(Marçal de Souza, Guarani Nhandeva, assassinado em 25/11/1983)

"Ainda que um dia morramos, brindemos à amizade, ao amor, que são eternos, porque neles nos eternizamos também!"

(Beatriz Maestri, grande apoiadora dos indígenas em São Paulo e falecida em 2014)

Resumo

Souza, Emerson de Oliveira. **Povos Indígenas na Metrópole: Movimento, Universidade e Invisibilidade na maior Cidade da América**. 2021. 359 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Universidade de São Paulo (USP) São Paulo, 2021.

O objetivo geral desta dissertação é refletir sobre a presença de indígenas em São Paulo e Grande São Paulo – sobre suas diversas manifestações sociais, artísticas, culturais e na área da educação –, demonstrando o quanto os indígenas que vivem em contexto urbano e suas lutas estão em sintonia com novos movimentos. Faz-se necessário também discutir a força dos movimentos indígenas em São Paulo, pois eles sinalizam a construção de um saber que discute e avalia compensações históricas. Trata-se de etnografar os caminhos trilhados e percorridos em São Paulo pelos indígenas nas duas últimas décadas, com destaque para as etnias Kaimbé e Guarani Nhandeva, sua história e presença na maior cidade da América. Bem como analisar em que medida as políticas públicas voltadas para universitários e povos indígenas da maior cidade do Brasil contribuem para o resgate histórico e preservação de suas culturas.

A pesquisa será realizada a partir da elaboração de entrevistas e mapeamento dos bairros onde vivem as etnias indígenas, visando compreender a participação deles nas lutas atuais e nos movimentos que surgem em São Paulo e grande São Paulo.

Palavras-chave: Lei 11.645/08; povos indígenas na cidade; povos em movimento; movimentos indígenas; indígenas em São Paulo; indígenas em contexto urbano; indígenas isolados na cidade.

Abstract

Souza, Emerson de Oliveira. **Indigenous Peoples in the Metropolis: Movement, University and Invisibility in America's Largest City**. 2021. 359 f. Masters dissertation. Graduate Program in Social Anthropology. Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences (FFLCH), University of São Paulo (USP) São Paulo, 2021.

The general objective of this dissertation is to reflect on the presence of indigenous people in São Paulo and Greater São Paulo - on their diverse social, artistic, cultural and educational manifestations -, demonstrating how much the indigenous people who live in an urban context and their struggles are in tune with new movements. It is also necessary to discuss the strength of indigenous movements in São Paulo, as they signal the construction of knowledge that discusses and evaluates historical compensations. It is about ethnography the paths trodden and traveled in São Paulo by the indigenous people in the last two decades, with emphasis on the Kaimbé and Guarani Nhandeva ethnicities, their history and presence in the largest city in America. As well as analyzing the extent to which public policies aimed at university students and indigenous peoples in the largest city in Brazil contribute to the historical rescue and preservation of their cultures.

The research will be carried out through the elaboration of interviews and mapping of the neighborhoods where the indigenous ethnic groups live, aiming to understand their participation in the current struggles and in the movements that arise in São Paulo and greater São Paulo.

Keywords: Law 11.645 / 08; indigenous peoples in the city; moving people indigenous; indigenous movements; indigenous people in São Paulo; indigenous people in an urban context; indigenous isolated in the city

Abreviaturas e siglas

APIB Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

ARPIN-SUL Articulação Regional dos Povos Indígenas - Sul

ASSINDI Associação Indigenista/Maringá

ATL Acampamento Terra Livre

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPISP Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo

CCB Congregação Cristã no Brasil

CIMI Conselho Missionário Indigenista

DR Delegacia Regional

DOU Diário Oficial da União

FUNAI Fundação nacional do Índio

FUNAMA Fundação nacional do Meio Ambiente

FUNASA Fundação Nacional de Saúde

GT Grupo de Trabalho

MPF Ministério Público Federal

OIT Organização Internacional do Trabalho

ONG Organização Não Governamental

PEC Projeto de Emenda Constitucional

PF Polícia Federal

RANI Registro Administrativo de Nascimento Indígena

SESAI Serviço Especial de Saúde Indígena

SPI Serviço de Proteção ao Índio

TI Terra Indígena

Sumário

Minha Trajetória - Por uma Antropologia Reversa		
CAPÍTULO 1 - Contexto histórico da São Paulo Metrópole 1.1- São Paulo, a maior cidade do país; e aos povos indígenas?	26 29	
1.2- Varnhagen e a escravidão indígena	34	
1.3- A pacificação e destruição do território Kaingang em São Paulo: extermínio e polí	íticas	
higienistas no final do século XIX e início do século XX	44	
1.4- São Paulo e a conquista de sangue indígena: de territórios a ilhas	53	
CAPÍTULO 2 - Antropologia e povos indígenas em São Paulo: etnologia e aliados da c	ausa	
indígena	58	
2.1- Nimuendaju e a realidade indígena: Do sertão à cidade de São Paulo	58	
2.2- Claude Lèvi Strauss chega a cidade de São Paulo	64	
2.3- São Paulo ontem e hoje: uma Antropologia do eu indigena	67	
2.4- Os dados da presença indígena em São Paulo	68	
2.5- O que pensam os Guarani em São Paulo sobre os monumentos aos bandeirantes	79	
2.6- As estações indígenas em São Paulo: Memoria ou apagamento histórico	82	
2.7- Os Guarani na cidade de São Paulo: quem são e onde estão?	84	
CAPÍTULO 3 - Os Guarani Nhandeva na cidade de São Paulo	91	
3.1- Minha descoberta como povo: historia dos Nhandeva na cidade de São	94	
3.2 A morte de meus avós Nhandeva e o processo de migração	103	
3.3- Os Nhandeva chegam a São Paulo	115	
CAPÍTULO 4 - O povo indígena Kaimbé na cidade de São Paulo e região metropolitana	São	
Paulo	127	
4.1-História e contra história do Povo Kaimbé: a historia de nossa de aldeia	129	
4.2- Os Kaimbé surgem e ressurgem na maior cidade do Brasil	139	
4.3- Dona Augusta Kaimbé: A vida difícil do povo Kaimbé	144	

CAPÍTULO 5- O movimento indígenas na cidade de São Paulo	158
5.1- CAPISP - Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo	161
5.2- Primeira Conferência de Política Indigenista: Etapa Indígenas Urbanos de São	Paulo e
Rio de Janeiro	192
5.3- Conferencia de Políticas Indigenista para indigenas em contexto urbano	193
CAPÍTULO 6 - Universidade e Povos Indígenas, cotas, ações afirmativas e Re	parações
históricas na cidade de São Paulo e região metropolitana de São Paulo	212
6.1- Foco Vestibular, São Paulo, cursinhos e povos indígenas	224
6.2- Programa Pindorama em São Paulo: Indígenas na PUC-SP	227
6.3- Retomada Indígena na PUC-SP	253
6.4- Agosto Indígena	256
CONCLUSÃO	
Os Preconceitos são uma Pandemia	259
Considerações finais sobre as lutas indígenas: Pandemias e Educação	273
REFERENCIAS	282
Anexos	290
Retomada Indígena I - 2008. Encruzilhadas e Conflitos	
Retomada Indígena II- 2009. Da Aldeia à Cidade	
Retomada Indígena III- 2010. Povos Indígenas frente a sociedade indígena hoje	
Retomada Indígena IV- 2011. Povos Indígenas e o Estado Brasileiro	
Retomada Indígena V - 2012. Pindorama - 10 anos de Inclusão	
Retomada Indígena VI- 2013. Estamos aqui - 500 anos de Exclusão	
Retomada indígena VII- 2014. Excluídos na própria terraRetomada Indígena VI	II- 2015.
Povos originários lutando por seus Direitos	
Retomada Indígena IX- 2016. Terra mãe: Casa de Todos	
Retomada Indígena X- 2017. Mulheres Indígenas. Presente!	
Retomada Indígena XI- 2018. 30 Anos de Constituição: Resistência Indígena hoie	

Retomada Indígena XII- 2019. 519 Anos de Resistencia

Retomada Indígena 2020 - O ano do Covid 19

Mostra Cultural Agosto Indígena em São Paulo

Agosto Indígena na Rede Municipal de Educação de São Paulo - Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

Mostra Cultural Agosto Indígena nos CEUS, Prefeitura de São Paulo

Agosto Indígena 2014 - Secretaria Municipal de Educação

II- Mostra Cultural Agosto Indígena nos CEUS 2015 - Resistencia Indígena na cidade de São Paulo: direito a diferença

Agosto Indígena Autônomo 2016 - Fim de um governo

Agosto Indígena 2017 - Lutas Indígenas Anticapitalistas e sem fronteiras

Agosto Indígena 2018 na Universidade de São Paulo - USP. Povos Ameríndios e as Políticas do Bem Viver

Agosto Indígena 2019 de Autônomos a instituições: as redes

Carta o Brasil que queremos são outros 500 (Movimento Indígena em 2000)

Carta 450 anos do Brasil – (Protesto)

Carta de Reunião de Articulação 2009

Minha Trajetória – Por uma Antropologia Reversa

Faço parte de uma nova geração de pesquisadores. Minhas pesquisas sempre tiveram um encontro com uma descrição que inverte os papeis durante o processo de pesquisa. Se Antropologia, Sociologia, História, Psicologia, entre outras ciências, buscavam nos grupos indígenas seu objeto de pesquisa, hoje o "pesquisador indígena" introduz um novo modelo dentro deste processo. Os indígenas surgem não mais como objetos de pesquisa, mas como sujeitos do conhecimento. Neste sentido, bom foi compreender que a Antropologia contemporânea pode abarcar uma multiplicidade de povos e conhecimentos.¹

Minhas pesquisas se iniciaram na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 2006 através do cursinho Pré-Vestibular FOCO². No campus de Santana, fui contemplado com o Prêmio Diversidade na Universidade, patrocinado pelo Ministério da Educação³ e pela Unesco⁴. Foi um apoio valioso para ajudar nos custos do pagamento da matrícula.

¹ Quero agradecer aos professores Renato Sztutman, Marina Vanzolini, Marta Amoroso, Pedro Cesarino e Beatriz Perrone Moisés por expor as ideias de Roy Wagner com a Antropologia Reversa e Invenção da Cultura. Essas conexões me fizeram rever essas outras possibilidades de compreender o outros em várias dimensões assim como Eduardo Viveiros de Castro e o Perspectivismo Ameríndio, Bruno Latour e a maneira com a qual se emprega a presença étnica na construção de conhecimento com a Antropologia Simétrica. "Ou tudo é étnico ou nada é étnico". E a brilhante contribuição de Donna Haraway na nova forma de pensar o eu nos dias de hoje. O ciborgue e os povos indígenas criam olhares para se refletir nas novas perspectivas do Bem Viver indígena, afinal os povos indígenas compreendem essas novas existências e de certa forma dão vida a novos modos de ser, afinal, as culturas se transformam constantemente e reforçam o hoje na perspectiva do amanhã. Pesquisadores indígenas no Brasil surgem para referendar aos muitos conhecimentos. Neste sentido sempre soube que não estava só nesta luta simétrica na universidade. Parafraseando Deleuze e Guatarri, é bom saber que existem "as máquinas de guerra" com quem se possa contar.

². É possível compreender este período no Capítulo 5– "Universidade e Povos Indígenas, cotas, ações afirmativas e Reparações históricas na cidade de São Paulo e região metropolitana de São Paulo". Retornei em 2007 no Cursinho Foco na condição de palestrante com o tema "A trajetória de uma família Guarani Nhandeva", realizado no dia 02/09/2007. Atividade essa direcionada para alunos do Foco Vestibular sobre a produção de espacos indígenas.

³. O Ministério da Educação (MEC) é um órgão da administração federal direta e tem como área de competência os seguintes assuntos: a política nacional de educação, da educação infantil, a educação em geral, compreendendo o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino superior, a educação de jovens e adultos, a educação profissional, a educação especial e a educação a distância, a avaliação, informação e pesquisa educacional, a pesquisa e extensão universitária, o magistério e a assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/competencias. Acesso 02/12/2020.

⁴ . Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — Unesco. https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia acesso 02/12/2020.

Em 2007 ingressei na PUC-SP através do Programa Pindorama⁵, quando pude fazer o caminho que uniu o saber acadêmico com as minhas buscas pelo pertencimento étnico. Durante os anos em que estive na graduação, promovi amplo debate sobre a questão indígena. No curso de Ciências Sociais minha iniciação científica teve como título "Memória Guarani: história e Genealogia dos Guarani Nhandeva da Terra Indígena do Araribá". Foi transformado em Trabalho de Conclusão de Curso com o título "Memória Guarani – História e Genealogia da família Mboká da Reserva Indígena do Araribá⁶, na qual relato toda a trajetória de minha família até nossa vida na cidade grande. ⁷ Pude no universo acadêmico desenvolver aquilo que muitos, de origem indígena, gostariam um dia realizar, isto é, a retomada e análise social de minha comunidade indígena e seus desdobramentos. Em 2006/2007⁸, iniciei minha participação nos encontros do Conselho de Articulação Indígena formado pelas lideranças indígenas que vivem em contexto urbano e nas aldeias da capital paulista.

Em 2008, durante meu segundo ano de curso de Ciências Sociais⁹, idealizei uma proposta para a coordenação do Programa Pindorama a de realizar uma semana em que se discutisse a questão indígena na PUC-SP, contemplando as diversas etnias e comunidades indígenas de São Paulo, e que oferecesse uma alternativa de debate dentro da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. Apresentei a proposta ao grupo e pensamos em uma nova metodologia dentro de diversos mecanismos de persuasão com mostras, debates, filmes e

⁵. Descrevo em detalhes o Programa Pindorama e a presença de Indígenas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁶ Atualmente a Antiga Reserva do Araribá possui quatro aldeias. A aldeia Curt Nimuendaju do povo Guarani Nhandeva (meu povo), Aldeia Ekerua (povo Terena), Aldeia Kopenoti (povo Terena) e Aldeia Teregua vivendo num contexto interétnico (Terena e Guarani). Ainda existe a presença de poucas famílias da etnia Kaingang e Cruaia.

⁷ Não posso deixar de agradecer a Lucia Helena Rangel e sua paciência, persistência e luta a favor dos povos indígenas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi a primeira professora a me orientar e ajudar na construção do projeto de pesquisa aprovado pela Comissão de Pesquisa do CEPE em iniciação científica. Infelizmente na ocasião havia sido aprovado em outra pesquisa com a qual envolvia a Educação Escolar Indígena. Mesmo assim foi muito importante no Trabalho de conclusão de curso juntamente com o professor e coordenador do Programa Pindorama da PUC-SP, Benedito Prezia. Fui o único aluno da turma a realizar um trabalho de conclusão de curso na área da Antropologia naquele ano. Com o apoio destes dois professores foi possível essa nova fase como mestre em Antropologia Social junto ao Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo.

^{8.} Descrevo este ponto em detalhes no Capítulo 5 "Novos Movimentos Indígenas na cidade de São Paulo."

⁹ Em 2010 me transformei em bacharel em Ciências Sociais e um ano após com a Licenciatura fui aprovado num concurso público para ministrar, como efetivo e titular, a disciplina de Sociologia na rede pública estadual de Educação.

exposições de arte indígena. Tínhamos um objetivo principal que era a contribuição indígena dentro de um processo de formação que caminhava de forma recíproca, não apenas como receptores dos conhecimentos da cultura ocidental, mas oferecendo elementos e reflexões acerca de nossas culturas no ambiente acadêmico. Assim surgiu o evento denominado Retomada Indígena ¹⁰. Transformamos o mês de setembro num momento forte para a discussão da questão indígena no Brasil. Pensamos em setembro por se comemorar nesse mês a Semana da Pátria, o que poderia trazer maior visibilidade ao evento e refletir sobre o país que estávamos construindo e qual a participação indígena dentro deste contexto.

Em 2009, durante uma das diversas visitas realizadas ao Museu Ferroviário de Bauru¹¹, encontrei um material abandonado pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio – SPI¹², (tenho dúvidas sobre este abandono) e fiquei surpreso, pois se referia justamente aos documentos que datavam de 1931. Era o que procurava para realizar meu levantamento genealógico, já que existia um grande vazio na pesquisa e que agora poderia ser completado. Este material poderia trazer também outras possibilidades para um levantamento histórico e genealógico de meu povo. Meu objetivo principal ainda será a restauração deste material para futuras pesquisas junto à minha comunidade¹³.

Ainda em 2009 iniciei nova pesquisa intitulada "A Educação Escolar no Centro Oeste Paulista" e fiz uma escolha que mudou o rumo de minhas investigações. Tinha como objetivo analisar os conceitos, as práticas e o histórico da educação escolar indígena na região do oeste paulista, precisamente na Terra Indígena do Araribá, no município de Avaí e que foi foco de meu Trabalho de Conclusão de Curso. Abrangia também mais duas áreas, a Terra Indígena

¹⁰. Descrevo o evento no Capítulo 6 – "Universidade e Povos Indígenas, cotas, ações afirmativas e Reparações históricas na cidade de São Paulo e região metropolitana de São Paulo".

¹¹ Instalado junto à Estação Ferroviária, no centro da cidade Bauru, no interior do Estado de São Paulo, o Museu Ferroviário oferece exposição de fotografias, documentos, peças originais, maquetes e recriação de ambientes que remetem aos tempos da construção da NOB, até o final dos anos 30. Além de um passeio histórico através de curiosidades e peças de grande valor artístico, o Museu proporciona uma aula completa sobre a importância das ferrovias para o desenvolvimento econômico de Bauru e de todo o interior do Brasil. Vide https://www.projetomuseuferroviario.com.br/ acesso 02/12/2020. A documentação encontrada será objeto de minha pesquisa no Doutorado.

¹² Instituição criada pelo decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910 com o nome de Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN).

¹³ Colocou-me diante de uma perspectiva nova para o doutorado, uma vez que é um material de muito valor histórico para os povos indígenas daquela região. Trata-se de documentos do Povo Guarani e Kaingang do início do século XX.

de Icatu, no município de Braúna, e a Terra Indígena de Vanuire, no município de Tupã. Fiz isso junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade (EHPS) da PUC-SP¹⁴. Pretendia analisar as últimas transformações da educação escolar diferenciada, de seus alunos, de professores indígenas, de lideranças e do recente esforço na formação de professores universitários, na busca da aprendizagem necessária para a garantia de seus direitos diante da sociedade não indígena. Percebi, no entanto, que não seria fácil realizar o levantamento necessário. Além disso, estava ao mesmo tempo envolvido com o Trabalho de Conclusão de Curso. Em conversas com algumas lideranças e professores indígenas observava que deveria ser uma pesquisa com grandes possibilidades e parcerias. Dirigi-me à FUNAI, com sede na cidade de Bauru, procurei o setor de Educação e protocolei o pedido, juntamente com uma carta com a apresentação do projeto.

Fiquei durante um ano coletando dados. Qual minha surpresa, quando recebi uma carta da FUNAI¹⁵, direcionada ao Reitor da PUC-SP¹⁶ que, entre outras coisas, solicitava que as permissões deveriam passar pela Secretaria Estadual de Educação através do Núcleo de Educação Indígena ¹७, órgão responsável pela educação indígena no Estado. Estava diante de um impasse, já que o projeto era de nível nacional, intitulado Momentos e Lugares da Educação Indígena: Memória, Instituições e Práticas Escolares, vinculado ao SECAD¹⁶, órgão do Ministério da Educação.

¹⁴ Participavam das pesquisas em diferentes áreas Edson Kaiapó, Chirley Pankará, Fernanda Borssato, entre outros e tínhamos como coordenadora a professora Circe Bitencourt.

Recebi o documento da Funai direcionado ao Coordenador do Programa Pindorama, professor Miguel Peroza, que me entregou em reunião do Projeto no final de agosto de 2010. Doc. NRR.2010 -3601 encaminhado pela Fundação Nacional do Índio - Coordenação Técnica Local de Bauru. Curiosamente assinado por um indígena. Não basta ter os indígenas nos locais de poder se for para ter uma relação de proximidade com a visão do mundo dos brancos. Deslegitimar e desconstruir: já conhecemos bem essa estratégia.

^{16.} Reitor Professor Dr. Dirceu de Mello. Despacho "À Coordenação do Projeto Miguel Peroza (Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, curso de Psicologia), coordenador do projeto Pindorama na Universidade, voltando-se oportunamente o expediente. São Paulo 16/08/2010."

¹⁷ O Núcleo de Inclusão Educacional (NINC) e o Núcleo de Educação Indígena (NEI) são os órgãos da Educação responsáveis por gerir políticas de inclusão para os alunos. Os núcleos integram a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB) ligadas a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEE) ver mais em https://www.educacao.sp.gov.br/educacao-escolar-indigena acesso 02/12/2020.

¹⁸ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) criada em 2001 e extinta em 2019. Perseguido e justificando ser um campo ideológico a diversidade foi excluída de políticas governamentais do executivo. Foi extinta pelo Ministério da Educação.

Diante dessas investidas, decidi recuar e pouco foi feito e produzido naquele momento. Essa atitude não é nova, segundo afirmam Dalva C. S. Grizzi e Aracy Lopes da Silva: "A educação indígena, de orientação oficial, caracteriza-se pelo desrespeito aos povos indígenas, mascarando-se através de um paternalismo autoritário: aparentemente protege, quando no fundo, domina e, portanto, destrói" (1980: 17). Mas esta experiência me despertou para uma questão a ser mudada que é a maneira pela qual a educação indígena é conduzida em nosso país.

Ainda em outubro de 2011, expus minhas ideias a respeito da Lei 11.645/08¹⁹ através da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra (CONE), da Secretaria de Participação e Parceria (SMPP), juntamente com o Núcleo Étnico Cultural da Secretaria Municipal de Educação, órgãos da Prefeitura Municipal de São Paulo²⁰. Estava diante de um tema que me fez repensar alguns tópicos. No seminário abordei "Os desafios para se trabalhar a temática indígena na sala de aula" e os "Recursos para a formação de professores sobre História e Culturas Indígenas", e que culminou em uma proposta de formação para os professores da rede Municipal de São Paulo"²¹. Neste mesmo ano conheci o Professor Danilo Guimarães da Psicologia Cultural da USP, que nos visitava no Encontro de Formação de Indígenas em Contexto Urbano.²²

¹⁹ Criada em 2008 pelo presidente Luiz Inácio da Silva Lula e pelo Ministro da Educação Fernando Haddad. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm acesso 02/12/2020.

²⁰ Em 2011 me refiro ao III Fórum do Ensino Superior sobre os desafios para o Ensino de História e Cultura Africana e Indígena realizado na Pontifícia Universidade Católica no campus Ipiranga. Minha Mesa teve o tema Recursos para a Formação sobre História e Culturas Indígenas. Na ocasião havia uma proposta de publicação de um livro sobre este evento e cheguei a encaminhar o texto para Coordenadoria dos Assuntos da População Negra Maria Aparecida de Laia, mas não houve a publicação.

²¹ Foi uma ideia inicial desenvolvida junto com o Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo. Encaminhamos à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo – uma das Secretarias da Prefeitura Municipal de São Paulo. A formação de Educadores da Rede Pública do Município de São Paulo sobre a temática indígena—desafios para implementação da Lei 11.645/08 Projeto desenvolvido com vistas ao estabelecimento de parceria entre o Instituto de Psicologia (USP) e a Secretaria Municipal de São Paulo com os ministrantes Danilo Silva Guimarães (Prof. Dr. IPUSP-PSE); Marie Claire Sekkel (Profa. Dra. IPUSP-PSA); Bruno Simões (Psicólogo, Doutor pela PUCSP); Hernán Sánchez (Psicólogo, Professor da Universidade Del Valle, Colômbia, Doutorando, IPUSP); Vanessa Caldeira (Antropóloga, Mestre pela PUCSP); Veridiana Machado (Mestranda, FFLCRP-USP); Emerson de Oliveira Souza (Cientista social pela PUC-SP).

²² Me refiro a CAPISP- Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo.

Em 2012, fiz um curso de Pós-graduação em Gestão Pública nos Estados Unidos, na University of La Verne, na Califórnia, voltado para estudantes da classe média brasileira. Estava presente graças a um convênio firmado entre a Prefeitura de São Paulo, uma agência e a universidade estadunidense. Durante o curso, deparei-me com uma situação mais que inusitada. O professor Matthew Witt que abordava entre seus questionamentos e ementas a "História dos Povos Indígenas da América do Norte²³", apontando o massacre ocorrido e a formação da sociedade americana. Observava o quanto os estudantes ficavam surpresos com tal história. Muitos estudantes desconheciam a presença dos povos indígenas no Brasil.

Em novembro de 2012, comecei a me aproximar do Instituto de Psicologia da USP²⁴, sendo convidado pelo professor Danilo Guimarães a participar do Seminário Psicologia Cultural sobre as questões indígenas. O tema principal da mesa foi Psicologia e Saúde Indígena: políticas públicas e possibilidades de atuação. Meu foco foi abordar a questão da saúde indígena com o tema "experiências e obstáculos na busca pela efetivação do direito à saúde integral e diferenciada". Naquela ocasião dividia mesa com minha amiga Maria Cícera de Oliveira, Pankararu e da coordenação do Programa Pindorama PUC-SP, Vanessa Caldeira, antropóloga e membro do Grupo de Trabalho Psicologia e Povos Indígenas junto ao Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, Elizabeth Pastore, psicóloga social e clínica, ex-responsável técnica pela área de saúde mental indígena no estado de São Paulo e Carlos Coloma, etnopsiquiatra, e médico do Distrito Sanitário Especial Indígena, do Mato Grosso do Sul. Foi neste momento que me deparei com uma nova abordagem da psicologia frente aos povos indígenas.

No início de 2013, fui convidado pelo Núcleo de Psicologia Cultural da USP na qualidade de aluno especial do Programa de Pós-Graduação em Psicologia a participar da disciplina Dialogismo e Perspectiva no Construtivismo Semiótico Cultural. Foram momentos

²³ Em conversa com Beatriz Perrone Moises, professora do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, lembramos o quanto os povos indígenas da América do Norte lutaram para preservar seus territórios e culturas que incluem os rios, lagos, meio ambiente e outros modos de vida. E o Brasil embarcava numa perspectiva semelhante com governos autoritários e perseguições aos povos indígenas. Daí a importância da formação e da luta dos movimentos indígenas.

²⁴ Este foi o primeiro evento em que participei na Universidade de São Paulo. Ocorreu no dia 21/12/2012 e foi organizado pelo Projeto "Rede de Atenção à Pessoa Indígena" (IP/USP) e grupo de Trabalho "Psicologia e Povos Indígenas" (CRP).

de intenso debate sobre a temática indígena. A aproximação com a Psicologia Cultural²⁵ me fez repensar o papel da Psicologia frente ao "eu" indígena. Pude neste momento apresentar um outro projeto sob o olhar da Psicologia no Âmbito da Educação. Durante os seis meses discutimos questões relacionadas à vida e ao olhar indígena frente à abordagem ocidental e, penso eu, refizemos e propomos novos olhares aos demais pesquisadores frente à questão. O Projeto apresentado para a disciplina foi "Lei 11.645: Sonho ou realidade?". Cheguei a fazer a prova para ingresso em dois programas de pós-graduação na USP. No Programa de Pósgraduação do Instituto de Psicologia- Psicologia Experimental, fui reprovado no exame de inglês. Já no Diversitas, no qual fui aprovado na prova dissertativa, considerava-a mais difícil, fui reprovado na prova de espanhol. Estas foram, no entanto, experiências importantes para minha proximidade com a Universidade de São Paulo, que me trariam novas possibilidades.

Em 2014, iniciei minhas atividades junto à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo²⁶, então como professor de Sociologia, como titular de um cargo no extremo da periferia, na Cidade Tiradentes²⁷, onde permaneço até hoje, junto a Secretaria Estadual de Educação. Neste mesmo período, a Secretaria de Educação Municipal de Educação organizava uma série de debates junto ao Núcleo de Educação Étnico-racial (NEER), em colaboração com a recém-criada Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR). A Convite de Fernanda Borssato com a qual eu havia participado de um projeto de pesquisa na PUC-SP²⁸, me desloquei para a Secretaria Municipal de Educação para discutir vários eventos como parte da implementação da Lei.11.645. O evento Agosto Indígena iria dar o aporte necessário para a formação de professores na rede municipal de educação.²⁹ Os

_

 $^{^{25}}$ A disciplina teve início em 14/03/2013 e término 05/06/2013. Foi a primeira vez que pude compreender as discussões de um grupo de pesquisa na USP.

²⁶ A Secretaria de Educação possui muitas categorias e até então eu fazia parte da Categoria O. Neste momento, eu deixava de ser contratado para ser efetivo e titular na disciplina de Sociologia.

²⁷ A Cidade Tiradentes é o local em que nos estabelecemos há mais de 40 anos. Descrevo nossa presença no Capítulo 2 – Guarani Nhandeva na Cidade de São Paulo.

²⁸ Na ocasião, os técnicos responsáveis pela questão da História e Cultura Afro-Brasileira eram Cristiane Santana Silva, Luciene Cecilia Barbosa e Suelen Lima Benicio. Responsáveis pela História e Cultura Indígena e Educação Escolar Indígena Adriana de Carvalho Alves e Fernanda Borsatto Cardoso. Responsáveis pela Educação para Imigrantes e Educação Escolar para a Populações em situação de Itinerância Adriana de Carvalho Alves e Cristiane Santana Silva.

²⁹ Na ocasião cogitamos colocar o nome de Retomada Indígena, mas decidimos por Agosto Indígena.

eventos daquele ano foram apresentados no I Congresso Municipal de Educação para as Relações Étnico-raciais, realizado no fim de novembro. ³⁰

Em 2015 ocorreu o segundo Agosto Indígena junto à Secretaria Municipal de Educação. No mesmo ano houve o processo de reorganização das escolas do Estado de São Paulo. Foi a EE Jardim Wilma Flor³¹ a única desta região a ser ocupada durante vinte e cinco dias pelos alunos. Como titular na função de professor de Sociologia nesta unidade coloquei em prática um processo de inversão do conhecimento. Como professor e pesquisador indígena, tornei-me sujeito do conhecimento e não mais objeto de pesquisa.

Ao mesmo tempo reuniões da Comissão de Articulação Indígena de São Paulo ocorriam concomitante à Conferência de Política Indigenista de São Paulo. O ano de 2015 foi importante para legitimar a presença indígena na maior cidade do país. Iriamos organizar a 1ª Conferência de Política Indigenista para indígenas em contexto urbano. São Paulo foi a única cidade a organizar este tipo de evento.³²

2016 foi marcado por um período de retorno às aulas após as ocupações das escolas. Minha unidade era uma delas e, como já mencionei, foi muito difícil meu retorno, uma vez que fui um dos professores que permaneceu ao lado dos alunos desde o primeiro momento. Era preciso um tempo para reorganizar a escola e reorganizar os muitos conflitos entre alunos, escola e professores.

³⁰ Embora tenha sido o curador e assessorei a Comissão de Organização da I Mostra Cultural Agosto Indígena em 2014 nos CEUS realizado entre 12/08/2014 e 30/08/2014 e parte da Comissão Organizadora do Evento Agosto Indígena não fui convidado para o Forum realizado pela Secretaria Municipal de Educação. Cabe aqui destacar que questões políticas e escolhas políticas ditavam as regras. Era preciso discutir sem polemizar e a questão indígena em 2014, trouxe questões políticas muito sérias. Não era difícil perceber o jogo de Xadrez entre as questões indígenas que envolviam o governo federal e municipal. Ver o item 6.4 – "Mostra Cultural Agosto Indígena em São Paulo".

³¹ A Escola Estadual Jardim Wilma Flor está localizada a Rua Wilma Flor s/n no extremo da periferia, em Cidade Tiradentes e pertence a Diretoria de Ensino Leste III da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. ³² Como coordenador do Capisp e Coordenador da 1ª Conferência de Política Indigenista me desloquei para Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Funai, em Itanhaém, litoral de São Paulo além de Bauru. No Rio de Janeiro estive na Aldeia Bracui do povo Guarani Mbyà. Em Bauru estive na Aldeia Kopenoti que envolvia as comunidades Terena, Guarani e Kaingang. Eram eventos da Coordenação Local e Regional da Conferência Nacional. ver o item 5.3- 1ª Conferência de Política Indigenista: Etapa Indígenas Urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 2017 participei do processo de seleção especial para indígenas para ingresso no mestrado do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Em 2018, já estava na nova jornada junto a este Programa. Iniciei minha pesquisa bibliográfica e estive de forma intensa nas disciplinas do curso de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. O ano de 2019 foi de muitas reflexões e entrevistas. Tudo andava de forma tranquila. A defesa para o início de 2020 Até que...

Esta dissertação teve seu término em 2021 em decorrência da Pandemia que assolou o mundo no início de 2020 e entrou 2021. As escolas fecharam, a Universidade fechou e nossas casas viraram nosso canto da reflexão. O mundo parou. Nossas pesquisas não pararam. Me dei conta do enorme desafio e responsabilidade. Estava diante de uma nova fase das Ações Afirmativas do programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Se tornara o "primeiro indígena" a obter o título de "Mestre em Antropologia Social." Em 2021 sigo em um novo desafio, agora como Doutorando, no mesmo programa.

Desta forma minha entrada na Universidade de São Paulo em 2018 foi permeada por inúmeras ações que envolviam pesquisas junto aos indígenas em contexto urbano, educação e implementação da Lei 11.645/08, cursos de formação para professores, articulações com povos indígenas na cidade, políticas públicas, indígenas na universidade entre outras. Neste sentido a presença de indígenas nas cidades na minha pesquisa inicial foi buscar a retomada histórica de meu povo na aldeia até o processo de migração que culminou na presença Nhandeva na maior cidade da América do Sul, São Paulo. Sendo assim minha pesquisa visa construir um olhar sobre a presença indígena na cidade de São Paulo. Nossas lutas, questões históricas e políticas públicas importantes para a presença indígena nas cidades.

Mas por que tantas ações? Pelas questões que seguem a seguir.

Capítulo 1 – Contexto histórico da São Paulo Metrópole

As muitas histórias da vila de São Paulo de Piratininga³³ remetem a um passado cruel e bárbaro em relação às populações ameríndias. Como escreve Manuela Carneiro da Cunha, quanto a São Paulo, "sabe-se pouco da história indígena: nem a origem, nem as cifras de populações são seguras muito menos o que aconteceu. Mas, progrediu-se, no entanto: hoje está mais claro, pelo menos a extensão do que não se sabe" (1992:11). Passados 520 anos da invasão europeia, a maior cidade da América invisibiliza e exclui a presença indígena. Conforme bem aponta John Monteiro:

"Apesar de algumas contribuições recentes terem lançado luz sobre este tema negligenciado, as principais tendências no estudo da Colônia permanecem subordinadas a um quadro teórico no qual a organização do trabalho se atém à lógica da expansão do capitalismo comercial. Nesta perspectiva, o índio quando mencionado desempenha um papel apenas secundário e efêmero, ocupando a ante sala de um edifício maior onde reside a escravidão africana. (1994:8)

São Paulo é um turbilhão de acontecimentos políticos, étnicos, religiosos, escravocratas, territoriais entre muitos outros.³⁴ Neste sentido, compreender a história de sua formação, divisão geográfica, divisão humana, divisão econômica, entre outras questões, se faz necessário para uma reflexão profunda sobre a presença indígena. A antropologia e sobretudo a etnologia indígena encarregou-se sabiamente nos últimos séculos de dar voz aos mais variados povos ao redor do mundo. Essa ciência se destaca quando pensa a pluralidade de povos, sendo assim a ciência da mudança, a ciência que discute e amplia o campo de visão

³³. São Paulo de Piratininga foi fundada em 1554 pelos padres jesuítas. Ver Monteiro, 1994: 29. Para mais detalhes, ver Prezia, Entre a Cruz e a Espada. Os Tupi de São Paulo de Piratininga no século XVI. O Anhangabaú, onde celebrou-se uma missa a 25 de janeiro, festa do Apóstolo das Gentes, surgia o núcleo da futura vila e cidade de S. Paulo. (2016:105-109). No marco central na Catedral da Sé existe a cripta onde supõe-se estejam os restos mortais de Tibiriçá, mostrando sua proximidade com a igreja católica: "Na década de 1530, Tibiriçá consentira na formação de uma aliança com os estranhos, certamente tendo em vista a vantagem que está lhe proporcionaria sobre seus inimigos tradicionais. Com a chegada dos primeiros jesuítas, no meio do século, autorizara a edificação de uma capela rústica dentro de sua aldeia e permitirá que os padres convertessem seu povo, ele próprio sendo o primeiro catequizado. Os jesuítas, por sua vez, expressaram sua reverência por este índio considerado exemplar sepultando-o no interior da modesta igreja de São Paulo de Piratininga." (Monteiro. 1994:17)

³⁴ É preciso ampliar o campo de discussão sobre essa presença indígena na construção de políticas públicas para os povos indígenas na cidade de São Paulo e na grande São Paulo. Um papel fundamental é ampliar o papel da História dos povos indígenas em várias esferas.

de muitas instâncias de poder. É também a Ciência que é objeto de repúdio por parte das instâncias de governo. À medida em que se intensifica a presença indígena ficam aparentes as diferenças entre o Bem Viver Indígena e a vida do não indígena. A Antropologia nos últimos anos foi a Ciência que mais sofreu ataques das esferas governamentais. Talvez tenha sido a Ciência que compreende o isolamento dos povos indígenas nos últimos séculos como ninguém, por isso é preciso ampliar seu campo de atuação, fazendo-a dialogar com a Educação. Justamente essa ciência que procura compreender a vida indígena mundo afora é a ciência que irá discutir de maneira geral como São Paulo se propõe a reparar erros do passado frente aos seus povos indígenas. Seguindo as questões que Roy Wagner nos aponta, "o antropólogo usa sua própria cultura para estudar outras, e para estudar a cultura em geral" (2017:26).

Esta dissertação se valerá da proximidade com a Antropologia Política, a Antropologia Urbana e a Antropologia da Educação. Dialoga, sobretudo, com a etnologia indígena que versou sobre os povos desse estado e da cidade de São Paulo.³⁵ Neste sentido, refletir sobre a construção da imagem indígena na maior cidade do país é um ato necessário diante de questões que envolvem a Antropologia Contemporânea. Como escreve Eduardo Nunes, "no que tange à questão que se persegue aqui, isto é, a presença indígena nas cidades, estamos, me parece, ainda alguns passos atrás" (2010:11).

Creio não ser perspectiva fácil, pois as diferenças entre povos indígenas e não indígenas contrastam com mil e umas outras questões quando pensamos nessa falsa ideia de nação, de cidade e sociedade, alicerçadas na ideia ocidental. Aqui é importante refletir sobre o papel da etnologia:

"Aqui talvez possamos equacionar nossa própria disciplina às ideias que circulam num âmbito mais amplo, o imaginário nacional, no qual há uma associação entre índios e floresta/natureza, por um lado, e não-índios e cidade/civilização, por outro." (idem)

³⁵. Neste sentido compreendo importante o papel da etnologia ao entender as questões da cidade como um problema contemporâneo e necessário para deslocar essa ideia de Natureza/Cultura/Cidade.

Para as nações indígenas o que se construiu nos últimos séculos foi a barbárie, como um carro na contramão ladeira abaixo, já que o que se emprega é um olhar ocidental sobre a diversidade. Como escreve Roy Wagner, "quando falamos de pessoas que pertencem a diferentes culturas, estamos, portanto, nos referindo a um tipo de diferença muito básica entre elas, sugerindo que há variedades especificas do fenômeno humano" (2017:26). No que se refere aos indígenas na cidade é preciso avançar em pesquisas etnográficas, pois carece de muitas outras inserções no meio acadêmico.

A questão é: a sociedade ocidental reduziu o termo cultura e diminuiu sua importância quando se trata dos povos indígenas. A diversidade e significados de outros modos de ser. A cultura pode explicar muito, ao mesmo tempo que diz tudo, não diz nada. Se não entendermos o contexto e seus significados reduzimos a nada o pensamento de tais sociedades. Portanto as "culturas" indígenas na cidade de São Paulo necessitam atualizações. Sendo assim a cultura indígena das cidades será o objetivo principal desta pesquisa. E propõe.

Não manter a hegemonia do sujeito ocidental que é tarefa árdua da etnologia, não se trata do "mais do mesmo" apontado por Spivak: "Algumas das críticas mais radicais produzidas pelo Ocidente hoje são o resultado de um desejo interessado em manter o sujeito do Ocidente, ou o Ocidente como Sujeito" (2014:25). O objetivo aqui é pensar a voz e a subalternidade em um movimento simétrico. Os indígenas são a voz principal das questões que envolvem as mais variadas lutas no último século. A voz ocidental perpassa a construção do "eu indígena", que é a essência para se refletir sobre novas maneiras de compreender a sociedade, especificamente a sociedade capitalista. Portanto compreender alguns aspectos da criação de São Paulo e sua principal cidade será importante para compreender dinâmicas, estudos, possibilidades reais e possíveis na metrópole paulista. Ouvir, sentir e olhar para os indígenas da maior cidade da América, como bem afirma Ailton Krenak em "A potência do sujeito:"

Sacar uma biografia de um ambiente desses é uma maneira de iluminar todo esse ambiente e projetar sentido na vida de todo mundo; nossos avós, tios, pais, dos nossos irmãos, dos colegas de infância. É uma nave. É uma constelação de seres que estão viajando e transitando no mundo, não no da economia e das mercadorias, mas no mundo das vidas mesmo, dos seres que vivem e experimentam constante insegurança. É como se essas mentalidades, essas pessoas precisassem ter um

mundo dilatado para poderem experimentar a potência de seres criadores. Pessoas que cresceram escutando histórias profundas que reportam eventos que não estão na literatura, nas narrativas oficiais, e que atravessam do plano da realidade cotidiana para um plano mítico das narrativas e contos. É também um lugar da oralidade, onde o saber, o conhecimento, seu veículo é a transmissão de pessoa para pessoa. É o mais velho contando uma história, ou um mais novo que teve uma experiência que pode compartilhar com o coletivo a que ele pertence; isso vai integrando um sentido da vida, enriquecendo a experiência da vida de cada sujeito, mas constituindo um sujeito coletivo. (Entrevista para Jailson de Souza, 2018)

Portanto essa pesquisa busca compreender caminhos do eu-nós e discutir como essa presença na maior cidade da América reflete sobre esses muitos povos, tidos como isolados na cidade.

1.1- São Paulo, a maior cidade da América, e os povos indígenas.

Sob os aspectos da criação do estado de São Paulo e suas cidades, a capital paulista é a maior cidade do país com 12.325.232 milhões de habitantes³⁶, é a maior cidade do continente sul-americano.³⁷ É a maior cidade do complexo sistema metropolitano com mais de 21 milhões de habitantes.³⁸ É a décima maior cidade do mundo. O estado de São Paulo possui a maior população do país com 41.262.119³⁹ de habitantes segundo dados do censo de 2010. O mesmo censo já aponta uma estimativa em 2020 de 46.289.333 milhões de habitantes no maior Estado do Brasil. ⁴⁰ A capital de São Paulo é a mais desigual em vários aspectos. Sendo a mais desigual para a sua população é preciso compreender que essa desigualdade possui na sua gênese a formação das cidades com extratos populacionais que hoje compreendem as populações indígenas do Brasil. A questão é como compreender esse

³⁶ IBGE. Características do Estado de São Paulo: população do último senso 2010 e estimativas. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama. Acesso em 18 Out 2020. A cidade metropolitana de São Paulo é assim dividida A Região Metropolitana de São Paulo é formada por 39 municípios, divididos em 5 sub-regiões: Norte: Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã. Leste: Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano. Sudeste: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Sudoeste: Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista. E Oeste: Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba. Ver em emplasa sítio https://www.pdui.sp.gov.br/rmsp/?page_id=56 acesso 19/10/2020.

³⁷ O número de habitantes na cidade de São Paulo é maior do que cidades dos EUA como Nova York e Los Angeles. Na América do Sul se destacam pela grandiosidade, Lima (Peru), Bogotá (Colômbia), Caracas (Venezuela), Santiago no Chile. Na América do Norte há a Cidade do México - México. São Paulo é maior do que todas elas em número de habitantes.

^{38.} http://www.emtu.sp.gov.br/emtu/institucional/quem-somos/sao-paulo.fss acesso 15/10/2020.

³⁹ IBGE. Características do município de São Paulo: população do último senso 2010 e estimativas. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama>. Acesso em 18 Out 2020. 40. Em número de habitantes.

fenômeno nas formações de outros modos de viver nas grandes metrópoles e como essas metrópoles compreendem essas presenças no interior de suas especificidades. Excluindo-as?

Fica claro que a presença indígena está distante das estatísticas na maior cidade do Brasil, mas não é diferente em outras regiões. Podemos afirmar, distantes de qualquer censo nos últimos anos, sabem-se os números, mas pouco sabemos quem são? Como vivem? Como estão? As etnias vivendo nas maiores cidade do Brasil são excluídas de estudos sobre essa diversidade. Há poucos estudos sobre a distribuição de etnias nas cidades. Fora das estatísticas, fora de políticas públicas, os indígenas das grandes metrópoles são incorporados à massa de trabalhadores e desprovidos de vários direitos sociais. "Não poderíamos, igualmente, supor que a busca ativa por incorporação de capacidades de seres outros, através da experimentação de seus pontos de vista, por exemplo, só fosse operativa para outros grupos indígenas ou certos animais". (Nunes, 2010:12) A realidade dos povos indígenas nas cidades é permeada por outros olhares. "Nós, não índios, também somos Outros dos índios. E se assim o é, por qual motivo suporíamos, a priori, que isso se daria de outra forma quando os índios estão nas cidades?" (idem)

Mergulhar nos aspectos da criação do estado mais populoso do Brasil e da capital paulista nos remete a imergir no passado, imergir nos caminhos tomados em desfavor dos povos da América. Repensar essa cidade enquanto local da presença não indígena. As milhares de mortes não significam nada? Os povos que circulam pelas grandes cidades e continuam seu intenso processo de migração não correspondem a culturas no interior de outras muitas culturas? Refletir sobre essa ausência é refletir sobre o Antropoceno e o que queremos enquanto povo.

Em 2006, a Assembleia Legislativa de São Paulo realizou várias homenagens em referência ao aniversário de 450 anos⁴¹ da cidade de São Paulo⁴², hoje 467 anos. "No Período

⁴¹ A comemoração dos 450 anos de São Paulo foi um momento para as comunidades indígenas de São Paulo intensificarem sua presença com faixas e apresentações de toré com cantos e rezas.

⁴² No capítulo sobre a Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo descrevo as articulações dos indígenas para denunciar a ausência do olhar do Estado frente a presença indígena na capital. No início desta década o evento coincide com a criação das primeiras organizações indígenas na capital. Nas homenagens a cidade de São Paulo os indígenas

Imperial o Estado era chamado de Província e o seu titular de Presidente, ao invés de Governador. A Capital da Província de São Paulo, fundada em 1554, foi elevada a Vila em 1560, a cidade em 1711 e a Sede Episcopal em 1745". (Karepovs, 2006:139) ⁴³ Dá a impressão de que foram tão rápidas e serenas as transformações, mas não foram. "Capital no ano de 1823 obteve o pomposo título de Imperial Cidade, mantendo-o até o final do Império. Em 1836 a Província de São Paulo, que englobou até 1853 o Paraná, tinha 326.902 habitantes, dos quais 21.933 moravam em sua capital. Destes, 22 % (4.868) eram escravos" (id). Grande parte da população negra estava nas fazendas de café, principalmente no vale do Paraíba. "Ao final do Império, em 1886, a população da Província era de 1.221.380 moradores, sendo que a cidade de São Paulo era habitada por 47.697 pessoas" (id)

Ler o encarte em homenagens aos 450 anos da cidade de São Paulo assusta a etnólogos, indígenas e indigenistas e qualquer pesquisador que esteja em sintonia com a real história dos povos indígenas. Mas bem que poderia ter sido na fala de Beatriz Maestri, do Conselho Indigenista Missionário, na Praça da Sé, centro de São Paulo ao apresentar o povo Kaimbé: "Nós vamos iniciar agora com a apresentação dos índios Kaimbé de Massacará, um povo da Bahia. Eles migraram aqui pra São Paulo e são lutadores. Tem seus direitos, são guerreiros. Tem suas raízes, são batalhadores pela sua cultura. (Kaimbé...,2013) ⁴⁴ A voz indígena que ecoa no centro de São Paulo é destoada pela elite de São Paulo que se configurou nos últimos séculos como proprietários das terras, ocupou a cidade, construiu monumentos e se transformou-se na maior capital financeira da América Latina. Como escreve Carneiro da Cunha: "cabe restabelecer a importância da memória indígena, transmitida por tradição oral, recolhendo-a, dando-lhe voz e legitimidade em justiça" (1992:22) O encarte apresenta dados com uma série de homenagens a pessoas e empresas

participaram de eventos em frente a catedral da Sé e caminharam pelas ruas no "Grito dos Excluídos". Um jornal expõe na capa os indígenas em frente a uma multidão na Catedral da Sé.

^{43.} Karepovs, Dainis São Paulo: a imperial cidade e a Assembleia Legislativa Provincial / São Paulo: Assembleia Legislativa, Divisão de Acervo Histórico, 2006, 139 p. Encarte eletrônico dos 450 anos de aniversário da cidade de São Paulo, não foi muito diferente na comemoração dos 500 anos do Brasil. Houve um teatro em Ilhéus na Bahia. Os indígenas não foram convidados para participar do evento. Foram recebidos a bala de borrachas e gás lacrimogênio. É possível conhecer mais no documentário "O Relógio e a bomba".

⁴⁴ Documentário Kaimbé Massacrará em São Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo realizado na Cidade de São Paulo, entregue para a Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação. (junho de 2013)

europeias, e sequer faz alusão a presença indígena na capital paulista, e muito menos no estado. Palavras tupis que deram nomes a rios, ruas e bairros foram completamente ignoradas e demonstram o quanto precisamos repensar os caminhos políticos, econômicos e culturais que São Paulo tomou quando se discute a presença dos povos indígenas. O encarte é sinônimo de um passado cruel e violento que a história de São Paulo promoveu. Um show de horrores com que nos deparamos ao debruçar sobre episódios da história oficial. Para Gagliardi⁴⁵, não é difícil ficar pasmo e ao mesmo tempo alucinado com as teorias aplicadas sobre a centenas de povos indígenas deste país. Positivismo, militares, estado e correntes ligadas aos mais diversos campos ideológicos demonstram de forma clara os objetivos que cercearam a construção de São Paulo.



Faixa aberta na Praça da Sé, por ocasião dos 450 anos de São Paulo (Foto: Benedito Prezia)

Os episódios que constroem a história do país muito têm a ver com a presença da elite paulista. Tratar das questões que envolvem a luta, presença e histórias dos movimentos

⁴⁵. GAGLIARD, Jose Mauro. O indígena e a República.

indígenas e "indígenas em movimento" na maior cidade do país não é muito fácil. É sentir na pele a cidade se levantar sobre cemitérios de milhares de antepassados. É presenciar a ciência a favor da barbárie, ao lado da burguesia paulista, ao lado do etnocídio, do genocídio. É acordar todos os dias como se não houvesse sequer uma alma indígena nestes locais. É ver a ciência e a própria noção de ser humano ser despojada de sentido. É refletir sobre acontecimentos históricos ligadas à construção de políticas públicas que se voltam a favor de interesses econômicos, burgueses e escravocratas. É ver sangue e fantasmas do passado. É preciso ter estômago para voltar a esse passado, é preciso viver intensamente o horror que hoje se chama nação. Como bem afirma Carneiro da Cunha: "Hoje se sabe que as sociedades indígenas são parte de nosso futuro e não só de nosso passado" (1992:23). Neste sentido, é preciso refletir qual a participação de São Paulo neste modelo de nação, neste modelo dito "civilizado", neste modelo que faz parte de um imaginário sempre vivo quando se pensa a presença ameríndia.

Discutir essa questão com acadêmicos, cientistas e ao mesmo tempo com meu povo é viver intensamente a alternativa de se projetar para além de uma discussão sobre a presença indígena. É refletir hoje sobre os abismos que nos meteram e chamaram de território. Isso jamais será o território, porque jamais será como antes, jamais será como ontem e jamais será como o amanhã. E neste sentido o hoje e o amanhã tomaram contornos territoriais que carecem discutir quando se pensa a presença indígena nas cidades. Os povos indígenas de São Paulo sabem bem o que é viver na grande metrópole. É viver despojado de direitos, despojado do próprio sentido de existir. É viver e lutar a cada dia. A sociedade paulista sempre foi bárbara com os povos que vivem na metrópole. Viver em São Paulo, significa ser bárbaro, ser "civilizado" e ser europeu sem nunca ter sido. Lamento por eles, sou Guarani.

São Paulo foi província até 1889⁴⁶, impulsionou muitas mudanças no cenário político, acarretou transformações em favor de poucos. Este período da História que compreende a

⁴⁶ Foi um período de transição entre 1889 a 1891 da promulgação da nova constituição brasileira até a transformação de Província para Estado, na Federação dos Estados Unidos do Brasil, depois transformadas na República Federativa do Brasil. Em Gagliardi, (1989) tem se uma noção do que estava por vir para os indígenas. "O período imperial terminou em 1889, desmoronando com ele a estrutura jurídico-política que sustentava a monarquia. No entanto, a reorganização da sociedade brasileira não alterou a forma de relacionamento que

transição entre Império e República pouco tem a ver com o modo de ser dos povos que habitaram estas terras. A noção de Império, governo, Estado está muito aquém da noção do bem viver indígena. Nada tem a ver com a história dos povos que ainda permanecem por aqui. São Paulo passou nestes últimos duzentos anos por transformações que iriam alterar o rumo do estado e da capital econômica do país. A República e a mudança que se deu no regime político teve influência direta de um sistema que iria utilizar a ciência e ideologias como formas incapazes de pensar a presença do outro. Este sistema mudaria de vez os rumos da nação e, principalmente, exterminaria inúmeras nações ameríndias. Positivistas e republicanos iriam ditar os rumos da nova ordem do Brasil e de São Paulo.

1.2 Varnhagem e a escravidão indígena

É preciso apontar a presença neste período do que chamamos hoje de extremistas e fascistas. Eles nunca deixaram de existir na História do Brasil. A extrema direita fez parte da criação do Estado brasileiro, e se manifesta quando se defronta a presença indígena. Voltar ao passado é viver intensamente as angústias do hoje. As teorias racistas e discriminatórias deram o tom e intelectuais de ontem não distantes aos intelectuais de hoje davam o rumo para a políticas indigenistas. Aqui não se trata da política indígena sobre determinados povos. Trata-se de uma política indigenista que trouxe graves consequências para todos, como bem lembra Manuela Carneiro da Cunha:

Hoje, ainda, por lhes desconhecermos a história, por ouvirmos falar, sem entender-lhes o sentido ou o alcance, em sociedades "frias" sem história, porque há um tropo propriamente etnográfico, e porque nos agrada a ilusão de sociedades virgens, somos tentados a pensar que as sociedades indígenas de agora são a imagem do que foi o Brasil pré-cabraliano, e que, como dizia Varnhagem por razões diferentes, sua história se reduz estritamente a sua etnografia. (1992:11)

Francisco Adolfo de Varnhagen, foi membro da cadeira 39 da Academia Brasileira de Letras, tido como "pai da historiografia brasileira" defendia abertamente a substituição da

envolvia indígena e o colonizador. Os conceitos de catequese e civilização continuaram orientando o trabalho de incorporação do indígena a sociedade dominante, e a mediação entre Estado e os grupos indígenas permaneceu um privilégio da Igreja Católica. (p.37)

escravidão no Brasil por uma nova escravidão indígena. E ainda "classificou a população indígena brasileira em 'índios mansos' e 'índios bravos', e a partir desse critério indicou os meios para enquadrar cada uma dessas categorias na sociedade brasileira" (Gagliardi:1989:36).

"O meio mais conveniente para atrair os índios mansos ao grêmio da civilização seria: obrigá-los a se fixar num lugar, terem suas casas, e domesticá-los durante algum tempo, para que pudessem perceber, saborear as vantagens da nossa sociedade. Varnhagen propõe "Para os índios bravos", que atacavam colonos e povoações, que dificultavam a abertura de estradas e criavam nas províncias onde habitavam um estado permanente de guerra civil, o meio mais eficaz seria a preação seguida do cativeiro temporário". (idem)

As ideias de Varnhagen foram criticadas por correntes liberais que entendiam que ele defendia a manutenção da monarquia no país. A monarquia caiu por terra e suas ideias foram junto.⁴⁷ Cabe destacar que caiu a monarquia, as ideias de Varnhagen continuam nos dias de hoje e se intensificam com a disseminação do ódio contra os povos indígenas.

Mas o que seria a "preação" defendida por Varnhagen? A preação era o regime adotado pelos bandeirantes com aprisionamento de centenas de milhares de indígenas para a escravidão. Varnhagen defendia, em suma, a ação de bandeiras para aprisionar e escravizar indígenas. Propunha uma releitura das ações de Raposo Tavares, Domingos Jorge Velho, Borba Gato entre outros. Pregava um retorno aos métodos adotados por tais bárbaros. Um retorno a barbárie é o que queria e o que muitos querem atualmente. Varnhagen pregava um retorno às preações aos indígenas com o fim da escravidão negra. As imagens dos assassinos de indígenas estão expostas no Museu Paulista; não com a placa "Sanguinários indígenas", mas referendando essas ações. Várias imagens e gravuras fazem alusão ou criam a ilusão destes falsos heróis da História de São Paulo. 48

⁴⁷ Gagliardi, 1989, p. 35-36. No sítio eletrônico da Academia Brasileira de Letras https://www.academia.org.br/academicos/francisco-adolfo-de-varnhagen (acesso 16/10/2020) é possível encontrar a biografia completa de Varnhagen. E no livro História Geral do Brazil – Antes de sua separação e independência de Portugal p. 327-330. É possível acompanhar as principais ideias de Varnhagen também

conhecido como Visconde de Porto Seguro.

⁴⁸. As imagens podem ser encontradas no sítio eletrônico do Museu Paulista administrado pela Universidade de São Paulo – USP. http://www.mp.usp.br/chamadas/estamos-aqui-bandeirante-um-personagem-em-debate-pracegover acesso 19/10/2020.

Atravessando rapidamente dois séculos... Quem seriam os homens do avanço tecnológico? Porque esse homem de hoje ligado aos mais diversos avanços tecnológicos deixou de lado os outros modos de pensar. Continuamos entendendo os povos indígenas como povos do passado e sem história? Por aqui poderíamos pensar no ciborgue do século XXI e o monstro indivíduo que se constitui enquanto sujeito. Sem alma, sem futuro. Os povos indígenas e negros das mudanças de São Paulo se viram órfãos e o que lhes restava era lutar por liberdade, ser livre e encontrar em suas raízes o acalentar da vida.

Segundo Gagliardi, "concomitante ao processo de extinção do trabalho escravo começou a crescer o número de imigrantes que entravam no Brasil" (1989:60). Chegaram milhares de imigrantes para substituir a mão de obra escrava e indígena. O império e as oligarquias apenas mudaram a carapuça, a elite brasileira, principalmente a paulista que na roda da evolução iria chamar esse novo modelo econômico de civilização. "A maior dessas armadilhas é talvez a ilusão do primitivismo" (Carneiro da Cunha, 1992:11).

Uma nova ordem do capitalismo se instalara na capital econômica do Brasil. Sendo assim, "o número de trabalhadores livres aumentava à medida que o trabalho escravo declinava. Redefiniam-se as relações de produção em função de novas determinações econômicas". (Gagliardi,1989:40) As correntes positivistas apostavam numa nova nomenclatura de pais. A ordem e o progresso seriam preceitos da transformação de São Paulo. "Na segunda metade do século XIX, essa época de triunfo do evolucionismo, prosperou a ideia de que certas sociedades teriam ficado na estaca zero da evolução, e eram algo como fosseis vivos que testemunhavam do passado das sociedades ocidentais" (Carneiro da Cunha, 1992:11). Embora a República pedisse fim do Império, as nações originárias estariam cerceadas do modelo imposto pela elite de São Paulo e do Brasil. Era preciso mudar o governo e colocar o país no rumo das transformações europeias. Civilizar, civilizar e civilizar essa era a postura do Império e da República.

O fim do Império no final do século XIX marca a decadência do sistema cafeeiro no Vale da Paraíba, grande produtor de café da região paulista. Com a decadência do sistema e

terras já destruídas pela monocultura, era preciso abrir espaço para a elite cafeeira de Campinas. Esse crescimento se dá e se expande até Ribeirão Preto e se amplia por vários territórios do Oeste de São Paulo.

O início do século XX não marca apenas uma mudança de governo. Ela marca um modelo voltado para a produção da monocultura do café com centenas de fazendas do Oeste de São Paulo. Transformando assim a região Oeste em uma engrenagem de destaque no cenário nacional, terras valorizadas e fazendas a serviço do capital. Soma-se aqui a substituição das formas de trabalho. Centenas de imigrantes chegam a São Paulo para serem trabalhadores das fazendas de café no Sertão de São Paulo. Já o Sul do país, imigrantes que vinham de diversos países da Europa recebiam incentivos para compra de pequenas propriedades. ⁴⁹ "Se a população aborígene tinha, realmente, a densidade que hoje se lhe atribui, esvai-se a imagem tradicional (aparentemente consolidada no século XIX), de um continente pouco habitado a ser ocupado pelos europeus" (Carneiro da Cunha, 1992: 15).

Antes da ascensão da elite paulista nesta nova empreitada é preciso compreender alguns fatores importantes para essa guinada que transformou para sempre o rumo desse estado. O período da história que corresponde a decretos do período imperial. Estes decretos impulsionaram a formulação de ideias e ideais que acompanhariam todo um processo de transformações frente as populações indígenas. O decreto de 14 de abril de 1755, o decreto de 06 de junho de 1755, o Alvará de 07 de junho de 1755 e alvará de 08 de maio de 1758 trouxeram aspectos que buscavam legitimar uma ideia de nação, de Estado frente à presença de centenas de etnias em todo o país. O primeiro decreto trazia a liberdade para casamentos inter-raciais e equiparava os indígenas aos colonos, ainda igualando os mesmos direitos relacionados ao trabalho; o segundo decreto formulava liberdade irrestrita do índio, já o primeiro alvará dava a liberdade conjugal assim como o trabalho religioso entre os índios em regiões do Pará e Maranhão. E por último, o alvará estendia a ação para todo o Brasil. ⁵⁰

⁴⁹. Gagliardi, 1989, p. 40.

⁵⁰ Id. p. 28.

Marques de Pombal formulou assim um dos primeiros esboços de uma política que se estenderia por mais de um século. A ação catequética junto aos povos indígenas de todo o Brasil formulava e impulsionava uma série de debates em todo o país. São Paulo acompanhava diversas ações dos religiosos, notícias de ações frente à presença dos religiosos junto aos povos indígenas no interior do Estado. "A partir da expulsão dos jesuítas por Pombal, em 1759, e sobretudo a partir da chegada de Dom Joao VI ao Brasil, a política indigenista viu sua arena reduzida e sua natureza modificada: não havia mais vozes dissonantes quando se tratava em escravizar índios e de ocupar suas terras." (Carneiro da Cunha, 1992:17). Em 1777 com a morte de D. José I, de quem Pombal era Ministro, toda a ação dos decretos de Pombal são postos por terra e abolidos. Em 1788 a carta Regia de 02 de março de 1789 põe sem validade os decretos de Pombal. ⁵¹ A Carta Régia em questão demonstrará a barbárie portuguesa contra as nações indígenas.

A carta régia de Dom João VI em 1808 estimulava uma luta sem fim contra vários povos como se vê no trecho da carta que declarava guerra aos Botocudos e se estendia por muitos outros povos, chegando à Província de São Paulo:

Em primeiro logar que logo desde o momento em que receberdes esta minha Carta Regia, deveis considerar como principiada a guerra contra estes barbaros Indios: que deveis organizar em corpos aquelles Milicianos de Coritiba e do resto da Capitania de S. Paulo que voluntariamente quizerem armar-se contra elles, e com a menor despeza possivel da minha Real Fazenda, perseguir os mesmos Indios infestadores do meu territorio; procedendo a declarar que todo o Miliciano, ou qualquer morador que segura algum destes Indios, poderá consideral-os por quinze annos como prisioneiros de guerra, destinando-os ao serviço que mais lhe convier; tendo porém vós todo o cuidado em fazer declarar e conhecer entre os mesmos Indios, que aquelles que se quizerem aldeiar e viver debaixo do suave jogo das minhas Leis, cultivando as terras que se lhe approximarem, já não só não ficarão sujeitos a serem feitos prisioneiros de guerra, mas serão até considerados como cidadãos livres e vassallos especialmente protegidos por mim, e por minhas Leis: e fazendo praticar isto mesmo religiosamente com todos aquelles que vierem offerecer-se a reconhecer a minha autoridade e se sujeitarem a viver em pacifica sociedade debaixo das

⁵¹ Id, 1989, p. 29.

minhas Leis, protectoras de sua segurança individual e de sua propriedade. CARTA RÉGIA DE 5 DE NOVEMBRO DE 1808⁵²

Em 1822 uma onda liberal toma conta do Brasil. José Bonifácio de Andrade e Silva apresenta à Assembleia Geral Constituinte de 1823 quatro principais tópicos para a política indigenista. A primeira estaria amparada na ideia de comercio na forma de trocas de mercadorias entre os indígenas e não indígenas. Sua intenção era que a partir das trocas e que no futuro houvesse comércio entre os próprios indígenas. No segundo ponto estariam permitidos os casamentos entre índios, negros e brancos de acordo com a construção e unidade de um novo povo. Dava início a uma longa política de nacionalismo que, passados dois séculos, continuam na ordem do dia. O terceiro, um trabalho de catequese nas aldeias que envolvia uma distribuição de tarefas entre pároco, militares e a escolha de um representante indígena, desde que tivesse instrução escolar. Quanto aos indígenas ditos "índios-bravos," uma persuasão demorada e iniciada a partir da troca de presentes e de promessas. Seriam apenas promessas. O quarto previa a implementação de uma política de agricultura para consumo interno e para outros locais de consumo junto às províncias. ⁵³

Em 27 de outubro de 1831 as cartas regias são revogadas e possibilitava a entrada de outros grupos católicos na catequese indígena. O Decreto 426 juntamente com a Lei de Propriedade de Terras de 1845, que entre outras coisas com a intensão de transformar o indígena em um colono produtivo e um trabalhador braçal e dar fim aos imensos territórios. A sua integração a sociedade deveria ser por vias não violentas, causando grande alvoroço nas camadas sociais que preferiam a substituição da mão de obra escrava pela mão de obra indígena. Em 1889 terminava o período imperial e os preceitos e tratativas que retiravam terras, integravam políticas de trocas que davam continuidade ao modelo liberal imperial. ⁵⁴

Havia na transição do Império à República todos os elementos necessários para dar certo as questões que envolviam a mudança de São Paulo no cenário econômico.

 $^{^{52}}$ Sitio Eletrônico da Câmara dos Deputados — Brasília - https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-40263-5-novembro-1808-572442-publicacaooriginal-95554-pe.html acesso 17/09/2020.

⁵³ Gagliardi, 1989, p. 30-31.

⁵⁴ Id, 1989, p. 32-37.

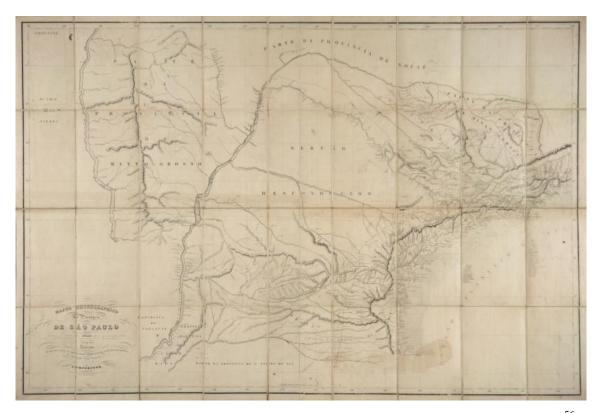
Não fosse uma questão importante "os índios Kaingang" lutavam arduamente. Havia muitas lutas e territórios eram defendidos a arco e flecha, religiosidade ameríndia e muita mobilidade entre as matas mais distantes. Diria que o movimento indígena em São Paulo tem a ação da presença indígenas no Oeste de São Paulo como uma das lutas que iriam desencadear uma série de discussões no cenário paulista, carioca e na Europa. Para os indígenas restava lutar. Quanto ao governo transformar, quanto aos imigrantes trabalhar e quanto à burguesia paulista e empresas europeias ocupar de vez territórios imensos do interior paulista.

O projeto para São Paulo seguiu o padrão, mas após a 2ª guerra, seguiu o padrão norte americano. Colonialismo e eurocentrismo davam o tom da criação da cidade de São Paulo. Isso é tão verdade que nestes 522 anos não existe na maior cidade brasileira nenhum museu ligado à Prefeitura de São Paulo ao Governo do estado de São Paulo que contemple exclusivamente a história dos povos indígenas. É verdade que de forma fragmentada e com muita pesquisa em alguns museus se conseguem obter dados sobre a presença de alguns povos indígenas. A São Paulo de hoje remete ao descaso e mantém-se avessa à criação de políticas públicas voltadas aos indígenas. Vagas em concursos públicos são negadas aos povos indígenas, não só em São Paulo como em outras partes do Brasil. Mas, algumas políticas para os povos originários que se firmaram no Brasil República foram criadas a duras penas. Os rumos políticos, impulsionados por questões econômicas, deram o tom após a primeira metade do século XIX, principalmente no que diz respeito à ocupação desenfreada de imensos territórios. A lei sobre a propriedade de terras sucede ao período escravocrata foi a cartada final da classe dominante. É possível verificar o quanto se estava disposto a expandir o território paulista.

Em fevereiro de 1835, os deputados da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo aprovaram um projeto que determinava a produção de um mapa da Província. Dois anos depois, em 1837, era editado o "Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo", desenhado por Daniel Pedro Müller. Tornou-se um raro registro cartográfico da Província de

São Paulo ainda com o Paraná, que alcançou a sua autonomia em 1853. A população da Província na época era de 326 mil habitantes. ⁵⁵

O território foi totalmente transformado, mapeado e saqueado dos povos originários. Em 1836 a Província de São Paulo, possuía 326.902 mil habitantes, com 21.933 mil na capital. No fim do Império, em 1886, a população era de 1.221.380, e a cidade de São Paulo possuía 47.697 mil habitantes.



Mappa Chorographico da Província de São Paulo, Daniel Pedro Müller, 1837. (Acervo The Huntington Library)⁵⁶

No levantamento de Azevedo Marques, de 1876, sobre a Provincia e Cidade de São Paulo, registra que em São Miguel, "arraial do distrito da freguesia da Conceição dos Guarulhos (...) e habitado em sua máxima parte por descendentes dos índios aí aldeados" ([1878], 1980, v.2, p.237). É a última referência sobre os indígenas em São Paulo.

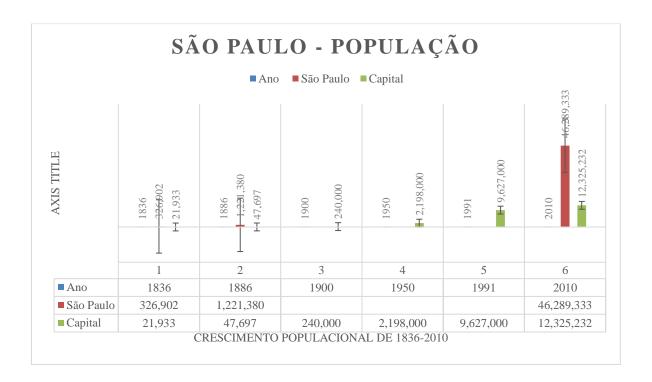
⁵⁵ https://www.al.sp.gov.br/cenarios/linha-do-tempo/imperio.html acesso 15/09/2020. Exposição Cenários: As cidades do interior de São Paulo no começo do século XX.

⁵⁶. Idem.

As mudanças que se davam e as transformações políticas após 1889 criam condições para um novo momento para mudanças bruscas, principalmente ligadas a ocupação de territórios em várias partes do interior de São Paulo. O Estado se configura numa velocidade enorme em um dos grandes polos de cafeicultura no início do século XX. O período em transição entre Império e República, no final do século XIX, pouco tem de diferente no que diz respeito à forma humana de se lidar com o outro. Quanto aos indígenas e a seus territórios cria-se a ideia de um sub povo que deve ser configurado como o grande entrave para a construção do país. Não bastassem toda a violência contra indígenas e negros, vítimas da política oficial. O capitalismo muda o rumo da Europa e chega ao Brasil. O homem passa a ser tratado como uma engrenagem da máquina a vapor, do tear mecânico. As máquinas criadas pela tecnologia transformaram o homem na própria máquina das grandes cidades. Que tipo de ser humano existe nas grandes metrópoles?

Em 1900, São Paulo possuía 240.000.00 mil habitantes. Cinco décadas depois em 1950, 2.198.000 milhões de habitantes, com população inferior ao Rio de Janeiro, que tinha 2.377.000. Em 1991 São Paulo já contava com 9.627.000 milhões de habitantes, superando o Rio de Janeiro que tinha 5.474.000 milhões de habitantes. ⁵⁷ A velocidade do crescimento das cidades é apontada por Darcy Ribeiro: "A população urbana salta de 12, 8 milhões em 1940 para 80,5 milhões, em 1980". (1995:24). Dados atuais mostram que São Paulo hoje é uma das maiores metrópoles mundiais. No Norte e Nordeste a violência expulsa centenas de grupos étnicos de seus territórios. O aumento significativo das populações nas cidades está atrelado a questões históricas e correntes positivistas em todo o Brasil. Nesse cenário, o processo de migração de muitos povos indígenas se dá para as cidades de forma contínua.

⁵⁷. Os dados foram obtidos no consagrado livro de Darcy Ribeiro, O Povo Brasileiro. (1995, p.199).



As mudanças que se deram na paisagem do estado trouxeram deslocamentos e genocídio em várias regiões. Isso causou a fragmentação do modo de ser indígena quanto a questões de território. O "bem viver" de muitas populações foi nos dois últimos séculos modificado e submetido a políticas voltadas a integração do indígena à sociedade nacional. Segundo aponta Fabiana Medina, Guarani Nhandeva, doutoranda em Ciências Políticas pela Universidade de Campinas em palestra proferida para o evento Agosto Indígena, na Universidade de São Paulo:

Éramos uma nação, depois sociedade, comunidade e sabe-se lá como terminará essa história. (Agosto..., 2019)⁵⁸

Yásnaya Elena Aguilar Gil, linguista do povo Ayuuk, em seu texto Nunca más un México sin nosotros, nos traz a ideia de nações sem Estado e a violência desta convenção para os povos ameríndios:

Basados en el número de lenguas distintas en el mundo, podríamos decir que existen aproximadamente siete mil naciones, repartidas en aproximadamente doscientos Estados, doscientos países. Esto tiene como

⁵⁸. Fabiana Medina em palestra proferida para o agosto Indígena 2018 junto a Universidade de São Paulo.

consecuencia que la mayor parte de las naciones en el mundo no cuenten con un Estado que los respalde o con un ejército que resguarde su autonomía. Los Estados establecen pactos con individuos concretos a los que reconoce como ciudadanos iguales ante la ley y no con las naciones y las colectividades que en realidade lo conforman." (Nexo, 2018) ⁵⁹

E continua sobre esse conceito de nação para as populações indígenas:

Las naciones del mundo que no conformaron Estados son la negación de los proyectos de Estado. A la mayoría de estas naciones se les conoce como pueblos o naciones indígenas. Lejos ya del significado etimológico, la categoría "indígena" es una categoría política, no una categoría cultural ni una categoría racial (aunque ciertamente ha sido racializada). Indígenas son las naciones sin Estado. (Idem)

1.3- A pacificação e destruição do território Kaingang em São Paulo: Extermínio e políticas higienistas no final do século XIX e início do século XX

O povo Kaingang ocupou vastos territórios de São Paulo. Vê-los reduzido a dois aldeamentos no sertão de São Paulo, a aldeia Icatu e Vanuire é o triste capítulo da história que pouco se conta nos livros. A história deste povo da família linguística Jê, foi relatada por funcionários do Serviço de Proteção ao Índio, na época de sua criação em 1910. Relatos da família Horta Barbosa⁶⁰ descrevem as inúmeras ações desse serviço estatal naquilo que era chamado de "pacificação dos Kaingang". Eu chamaria de extermínio do povo Kaingang do Oeste de São Paulo. A história oficial e oficiosa desta aventura genocida merece mais destaque. Lembrar das aventuras e saques da elite paulista contra os povos originários carece sempre de atualizações e de maior divulgação.

⁵⁹. Sitio eletrônico https://cultura.nexos.com.mx/?p=15878 acesso 03/02/2021.

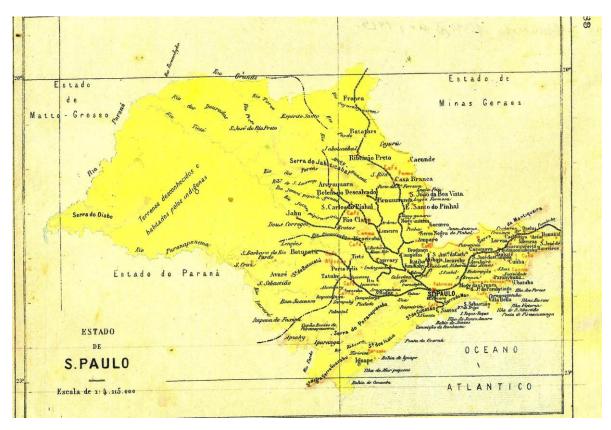
⁶⁰. Luiz Bueno Horta Barbosa nasceu em 1871, na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, e morreu no ano de 1933, no Rio de Janeiro. Em 1901, mudou-se para Campinas depois de ter sido nomeado professor na Escola Politécnica. Segundo Gagliardi (1989), deixou de lecionar para dedicar-se ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Antes da criação do órgão indigenista em 1910, Horta Barbosa já circulava nos círculos indigenistas do Estado de São Paulo. Como membro do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, denunciou ativamente a atuação do governo paulista contra os índios do interior do Estado, criando no ano de 1909 a Comissão Protetora da Defesa e Civilização dos Índios. Em 1910, ingressou no SPI, sendo que, entre 1911 e 1917, exerceu o cargo de inspetor regional e, em 1918, tornou-se diretor da instituição. Como inspetor do SPI do Estado de São Paulo, vale ressaltar a atuação de Horta Barbosa na "pacificação" dos Kaingang do rio Feio e sua tentativa de transferir toda população Guarani do Estado para a Povoação Indígena do Araribá. Para isso uma relação de colaboração, respeito e confiança entre Horta Barbosa e Nimuendajú foi fundamental. (Welber, Elena. Barbosa Pablo, 2013:401)

O sertão de São Paulo que compreende uma área tão grande como o Uruguai ou algum outro pais da Europa, foi a terra dos Coroados, nome dado aos Kaingang. Ribeirão dos Patos no início da década de 1900, foi a vila construída para atrair diversos grupos de Kaingangues que estavam nessa vasta região. A vila localizada no que hoje pode ser conhecida como a Cidade de Promissão⁶¹ que ficava a 452 km da capital. O início dessa empreitada se deu com a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil. ⁶² A estação construída próximo à terra indígena se chamava-se Heitor Legrou, depois substituída pelo nome de Promissão. O objetivo deste contato era abrir vastos territórios para a entrada da estrada de ferro da Noroeste do Brasil e ocupação de imensos territoriais para atender aos anseios de políticos e fazendeiros paulistas. *O destino dessas picadas era na direção dos rios Feio, Paranapanema, e Paraná descreve Barbosa* (BANDEIRA DE MELLO, Darcy S.1982, p.25)

O fato é que nesta região circulavam vários grupos Kaingang, e muitos foram aprisionados, transformando-se em intérpretes para o contato com outros grupos até então dispersos no sertão paulista. Entre estes intérpretes podemos citar os indígenas Vanuire, Futoio, Vegmon e Ducutem. Horta Barbosa os descreve "acompanhavam-nos sempre os intérpretes Caetu, e Futuio. Vanuire por ser idosa, ficava de plantão para atender a qualquer eventualidade no caso de aparecimento de índios." (id)

^{61.} Segundo o site da Prefeitura de Promissão a cidade que foi construída em cima de cemitérios e mortes de Kaingang é definida como a cidade dos desbravadores e imigrantes. "A fundação de Promissão está ligada ao confronto entre tribos indígenas e posseiros desbravadores da região. A partir do conflito e de problemas decorrentes da ausência de transporte local, em novembro de 1905 teve início a construção da Estação Ferroviária 'Hector Legru' que seria inaugurada em fevereiro de 1908. Desde 1915, o povoado, que apresentava certo desenvolvimento, atraía imigrantes japoneses e italianos. Conhecido nacionalmente como berço da imigração japonesa no Brasil por ter recebido o primeiro grupo vindo do Japão liderado por Dr. Shuey Uetsuka. Foi elevado à condição de distrito do município de Penápolis em 27 de novembro de 1919. Teve seu nome alterado, em 30 de setembro de 1921, para Promissão. E, em 29 de novembro de 1923, adquiriu autonomia municipal." Sitio eletrônico https://www.promissao.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/422/conheca-promissao acesso 10/02/2021.

⁶². A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil - NOB, construída a partir de 1905, se constituiu como uma ferrovia peculiar em relação às demais voltadas ao café em São Paulo. Possuía ambiciosa finalidade estratégica forjada durante o Império apequenada na República Velha, contudo, retomada vigorosamente com a Revolução de 1930. A partir de então a NOB, com amplos recursos, administração renovada e grandes obras voltará a ser um dos instrumentos do governo para se posicionar estrategicamente na América do Sul. (Ghirardello, Nilson. Resumo 2020:114)



Atlas de geografia Universal - Olavo Freire & Cel. Alfredo O. de A. May. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1915.

As táticas que vinham da colônia, e que atravessaram os séculos davam o tom desse contato. Objetos como colares de miçanga vermelha, facões, eram colocados em locais estratégicos a fim de atrair os grupos. O indígena Vegmon foi o batedor e conhecia muito bem os caminhos e passagens de muitos grupos. Uma das características do povo Kaingang por estas regiões para cada grupo poderiam ser formado entre 100 e 200 indígenas. Vegmon ao presenciar qualquer indício da presença de seu povo dizia "O homem branco é bom" na língua da família Jê. (p.26) Inúmeras foram as situações de conflitos e descritas na época. ⁶³

Por ocasião destas investidas, vasto material foi colhido dos Kaingang, e encaminhados para museus de São Paulo, e talvez para outras partes do mundo. Impressionou aos achados desta época o uso em suas flechas, lâminas de aço na ponta. A primeira vila indígena Kaingang da história do sertão de São Paulo ficou até 1916. Foi suprida de muitos

⁶³. Curt Nimenendaju descreve estes encontros em textos indigenistas. Narra não só o massacre contra os Kaingang, mas dá precisão das mortes do Oti. Irei retomar este debate no Doutorado. (Textos Indigenistas 41-45)

objetos como foices, facões, machados, cobertores além de espelhos e variados colares vistosos e coloridos. Grande parte destes objetos eram espalhados nas proximidades do acampamento e sob os cuidados dos indígenas Vognon e Vanuire que descreviam as aparições de diversos grupos ao redor do acampamento.

Vauvin foi considerado um dos grandes guerreiros do povo Kaingang e se rendeu aos pedidos de contato desses intérpretes em 1912. Recebeu assim uma grande quantidade de presentes oferecidos pelo Serviço de Proteção ao Índio. Em troca "ofereciam arcos, flechas, buzinas, panelas de barro e outros objetos característicos". (p.31).

A presença Kaingang se estendiam pelas bacias do Rio Feio, Aguapeí, Paranapanema, Tietê e até as margens do Paraná. (id). O acampamento recebeu outros grupos como do líder Cienclá. Aos poucos a vila recebia inúmeras pessoas de aldeamentos dispersos. Infelizmente o destino de muitos contatados teve seu fim em 1916. Foram transferidos de lá, de alguns quilômetros da estação Glicério para duas aldeias: Icatu⁶⁴ e Vanuire. ⁶⁵ Desde então a Vila Kaingang de Ribeirão dos Patos, que abrigava centenas de indígenas desta etnia, era totalmente transformada e sob a cobiça da elite política de São Paulo.

Ciencla, após o contato, foi exibido como um troféu pela família Horta Barbosa que os vestiam juntamente com homens, mulheres e crianças Kaingang. Seu destino São Paulo,

⁶⁴. A aldeia segundo Delvair Mellati em dados coletados em 1975 p.1: Vanuire está situada no Bairro de Ponte Alta, a 24 km da cidade de Tupã, no município do mesmo nome, na região noroeste do Estado de São Paulo. Na localidade de Tupã, o Posto Indígena é conhecido como "Aldeia dos índios" e em lcatu, os índios se referem ao Posto Vanuire, como "Pirã". A 20 km de Vanuire encontra-se o rio Feio, sendo o Posto banhado pelos córregos lakri, Pirã e Koiós (2). A área indígena (604 ha) (3) é cortada três vezes pela estrada de rodagem municipal, em sentidos diferentes, tendo um tráfego relativamente intenso. Diariamente transita um ônibus (jardineira) que faz a linha Saltim-Tupã. É por meio dele que os índios vão frequentemente à cidade.

^{65.} lcatu localiza-se no município de Braúna, região noroeste do Estado de São Paulo, a 8 km da cidade de Braúna e a 50 km de Vanuire. O Posto situa-se numa região bem povoada: há várias cidades perto de lcatu e facilidade de meios de transporte na vizinhança. Nas redondezas de Braúna, o Posto é conhecido também pelo nome de "Capitão Kenkrt", pois apenas a partir de maio de 1969, passou a ser chamado "Posto Indígena lcatu". A área do Posto é limitada pelo córrego lcatu e pela estrada que liga Braúna a Luziânia, ficando assim, relativamente isolado do movimento, pois a parte habitada da área está longe da estrada. Dos 120 alqueires (295.30 ha) do Posto, 21 alqueires situados numa ponta da área, são arrendados a um japonês para pastagens. A reserva é cercada por propriedades de cafeicultores e criadores de gado vacum. Fora da área, três km da sede do Posto passa a Rodovia Marechal Rondon, local a que os índios se dirigem a pé, a fim de tomarem condução para Tupã, Penápolis e outras cidades.

capital. A família descreve a presença do grupo em Bauru no trajeto para São Paulo: "O comboio, chegando muitas horas depois a Bauru, fora festivamente recebido pela população local, autoridades, civis e militares." (p.34). Bauru "aquele tempo ainda incipiente e embrionária, tinha as suas ruas totalmente cobertas por extenso areal; calçamento ainda era um sonho". A passagem de Vauvim líder Kaingang por São Paulo, foi intensa e de muitas visitas de brancos curiosos e afoitos a presença indígena na cidade. Em sua estada por São Paulo visitaram "Clubes esportivos instalados a margem do Rio Tiete, na Ponte Grande, conheceram o cinema, ficaram na Vila de Santana. Visitaram Quarteis e cadeias, na Avenida Tiradentes. Além disso foram apresentados a sociedade paulista que em 1912 possuía em torno de 300.000 mil habitantes. Em São Paulo conheceram as roupas, os sapatos, as camas, e comidas típicas da cidade por 20 dias. As lutas travadas pelos Kaingang entre 1906 a 1912 terminariam com a presença de indígenas nas cidades grandes. (p.37-38).

A vida Kaingang no acampamento de Ribeirão dos Patos foi se instalar ao redor de fogueiras, que serviam para afugentar os mosquitos e marcar o território de cada grupo. Sua moradia tradicional utilizava folhas de coqueiro, esteiras, ao redor do fogo com a qual acendiam no atrito de duas madeiras. A Vila Kaingang na ocasião possuía imensa fartura com a presença de filhotes de aves, macacos, quatis, queixadas, caititus, entre outros, seguindo a tradição.

Se viam nas caçadas as mulheres com balaios trançados de taquara nativa por onde recolhiam milho, as embiras traçadas na testa e potes de barro às mãos. Os homens da aldeia davam conta da caçada. Relatos dos Horta Barbosa descrevem que os homens Kaingang carregavam enormes e fortíssimos arco e flechas. Passavam por uma fase de transição aqueles hábeis guerreiros de arcos e flechas e muita precisão na caça. Utilizavam agora espingarda com a qual manejavam de forma hábil e certeira nas matas do sertão de São Paulo.

Iacri estava entre os guerreiros Kaingang na Vila de Ribeirão do Patos. Na década anterior fora um destemido chefe que executava as tarefas do grupo. Sábio e temido por todos, organizava ataques a acampamentos instalados próximos de seus aldeamentos. As ações eram sempre acompanhadas de gritaria ensurdecedora, a brandir com bordunas

confeccionadas com a madeira guarantã. Iacri utilizava a gangorra e expunha os corpos de brancos que buscavam destruir de vez seu povo e seu território. As tradições e lutas dos Kaingang estavam agora numa fase de transição entre as selvas de São Paulo e a Vila Kaingang em Promissão.



Imagem de um funcionário do Serviço de Proteção aos Índios em Vanuire, SP na década de 1940. Foto: Acervo Cimi-Sul.

Vauvin, Ciencla, Iacri, Charim, Ererim, Nhencri, Vencri, (p.24-63) seriam esquecidos da história dos grandes guerreiros. Vanuire, Futoio, Vegmon e Ducuten (id) seriam lembrados por apoiar a empreitada do Serviço de Proteção ao Índio. Jamais entenderiam que

estes povos do ocidente nada mais queriam era roubar-lhes suas terras, suas línguas, suas tradições e seu modo de ser. O povo Kaingang reduzidos a pequenas porções de terras e hostilizado pela burguesia paulista foi o povo indígena que lutou para permanecer vivo. ⁶⁶ As ações da elite de São Paulo seriam denunciadas em várias partes do mundo conforme veremos a seguir.

As visitas cada vez mais próximas da Vila Kaingang por parte do Serviço de Proteção ao Índio evidenciavam o plano do Estado. Alguns seguiriam para a aldeia de Icatu e Vanuire e parte seria encaminhado para a povoação do Araribá. E seus objetivos haviam sido cumpridos, que era desintegrar a tradição de um povo milenar que viveu em vastos territórios do sertão de São Paulo.

A cidade de Promissão, no interior de São Paulo, possui poucos relatos do massacre ocorrido nesta região, como muitas outras cidades que negam sua real história. Qual é o papel da História? Mas, as atrocidades cometidas foram denunciadas internacionalmente, após circularem nos jornais da época. Escritos do diretor do Museu Paulista de São Paulo, Von Ihering,⁶⁷ e de muitos outros demonstram o quanto a presença indígena incomodava a elite paulista:

⁶⁶. Iacri é uma cidade a do interior de São Paulo a 540 km da capital. Seu brasão possui referência a dois indígenas. No site da Prefeitura desta cidade se observa em sua História a referência aos ditos desbrayadores da cidade "Nas primeiras décadas do século XX, uma firma imobiliária denominada Lélio Piza & Irmãos, era proprietária de terras à margem esquerda do Rio Aguapeí tendo essa grande extensão territorial recebendo o nome de Fazenda Guataporanga. Sylvio de Giulli, entusiasmado, pelo crescente progresso por que passava o vizinho município de Tupã (na época com 4 anos) fundou, em plena selva, uma cidade à qual deu o nome de Juliânia. Planificada pelo engenheiro Caruzzo, de Bririgui, e aberta pelo agrimensor Sebastião de Brito, foram chegando as primeiras famílias desbravadoras. Comprovando isto, desde 1948 alcançava índices mínimos para tornar-se município. Porém, através de uma bem orientada campanha pró-município, e com a apresentação junto à Assembleia Legislativa do Estado de um memorial reivindicatório farto de dados e provas inquestionáveis, onde o Distrito de Iacri, entre outros quesitos, despontava com uma população superior a 251 municípios já criados, inclusive 17 Comarcas e, em atendimento ao desejo do povo, manifestando-se no memorável Plebiscito de 26 de dezembro de 1958, tornou-se município pela Lei Estadual nº 5.285, de 18 de fevereiro de 1959, sendo solenemente instalado em 01 de janeiro de 1960." Acesso 01/02/2021, https://www.iacri.sp.gov.br/cidade/historia. A família Piza foi uma das mais beneficiadas na Pacificação dos Kaingang, atuaram ativamente junto ao Serviço de Proteção ao Índio.

⁶⁷ Herman Von Ihering nasceu na Alemanha em 1850 e chegou ao Brasil em 1880, tornou-se Diretor do Museu paulista em 1915. "Austero em seu comportamento e nos seus métodos de administrar o Museu, von Lhering não só assumiu a responsabilidade, mas também ficava com as glórias de grande parte do trabalho penoso dos seus subordinados. Contra os que o desagradavam ele usava um sarcasmo mordaz. Duro com outros, mais duro era consigo mesmo. O trabalho para ele era uma paixão. Quanto mais difícil aparecia, mais o excitava. Não havia horário para limitar suas horas de trabalho. Enquanto seus colaboradores descansavam nos m:uitos

Os actuaes Índios do Estado de S.Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros Estados do Brazil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos Indios civilizados e como os Caingaugs selvagens são um impecilio para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio. A conversão dos Índios não tem dado resultado satisfactorio; aquelles índios que se uniram aos portugueses immigrados, só deixaram uma influência maléfica nos hábitos da população rural. E minha convicção de que é devido essencialmente a essas circumstancías, que o Estado de S.Paulo é obrigado a introduzir milhares de immigrantes, pois que não se pode contar, de modo eficaz e seguro, com serviços dessa população indígena, para trabalhos que a lavoura exige. (1907:215)

A partir das ideias higienistas propagadas por Von Ihering, então diretor do Museu Paulista, vários defensores da política indigenista circulam o massacre sob as populações indígenas que culmina na criação do Serviço de Proteção ao Índio "Em 7 de setembro de 1910, um serviço nacional de proteção indígena, comumente conhecido com o S. P. I., ou Serviço de Proteção aos Índios, foi inaugurado no Brasil. Sendo um departamento dentro do Ministério da Agricultura, seus poderes de supervisão, em âmbito nacional sobre assuntos indígenas e o fato de ter responsabilidade apenas perante o Governo Federal, ameaçaram a soberania dos estados e provocaram a oposição daqueles que temiam a tendência do século XX em direção a um governo mais forte e mais centralizado."(STAUFFER, 1959:73) Supunha o pesquisador que o fato da criação de um órgão de proteção aos indígenas pudesse de fato minimizar os anseios da elite paulista que além de propagar uma ideia evolucionista e etnocêntrica, exterminava, via Estado, a presença Kaingang em São Paulo, que viu suas terras serem usurpadas. "Aque1es que se opuseram à fundação desse Serviço por razões puramente políticas, foram apoiados em sua atitude por indivíduos e organizações comerciais, que viam no S. P. I. uma ameaça a continuação das vendas altamente lucrativas de terras ocupadas pelos índios e da exploração do trabalho indígena." (Id., ib) O fato é que para Von Ihering, que propunha o extermínio indígena, o Serviço de Proteção aos Índios, embora de

feriados religiosos e nacionais, von Ihering trabalhava, como se s6 ele através de seus s pr6prios esforços, pudesse compensar o tempo desperdiçado pelos outros. Era difícil para os brasileiros aproximar-se de um homem daquele tipo. Escrevendo quase exclusivamente em alemão antes de sua nomeação para o Museu Paulista, colaborava com artigos frequentes nos 'jornais, em língua alemã, dos Estados sulinos. Falava português com sotaque alemão e rodeava-se no Museu de cientistas alemães." (Stauffer, David Hall. 1959:174)

forma não explicita, mas implícita, pois tomaria rumos na linha positivista, fazendo com que parte desta população dita pacificada se transformasse em pequenas aldeamentos do povo Kaingang.

São Paulo passa por inúmeras transformações, mas ainda no século XXI, possui como símbolo de poder o Palacio dos Bandeirantes⁶⁸ moradia de políticos que usurpam a memória indígena e a séculos. O Museu Paulista⁶⁹ que passa para a administração de Visconde de Taunay, em 1917, após a saída de Von Ihering e ocupa posição de destaque na construção da imagem dos bandeirantes na história de São Paulo. O Museu Paulista é emblemático, segundo aponta a pesquisadora Claudia Valladão de Mattos: "A estátua de D. Pedro I, posicionada em um grande nicho acima da escadaria, ajuda certamente o visitante a situar esta decoração no âmbito de um memorial à Independência, porém ele dificilmente adivinhará sua relação com as duas enormes figuras de bandeirantes situadas à direta e à esquerda do imponente saguão de entrada, ou atribuirá qualquer conotação especial às ânforas da escadaria." (p.125) E completa "A relevância que assume o Estado de São Paulo, com o bandeirantismo, dentro da "história" da Independência contada por Taunay, é uma das características centrais deste conjunto decorativo. O autor do projeto pretendeu atribuir a São Paulo, através do movimento Bandeirante o papel de conquistador e unificador do território da nação brasileira. (idem). A pesquisadora aponta as características e dimensão que se dá aos bandeirantes justamente na caçada dada aos povos indígenas de São Paulo. As estatuas representam a morte de povos marcados pela história de São Paulo.

⁶⁸ O Palacio dos Bandeirantes se transformou em residência oficial do Governador de São Paulo em 1962. Embora tenha se transformado em residência oficial representa a insolência paulista na classificação daqueles que outrora capturavam e matavam indígenas pelo Brasil. "A sede do Governo Paulista começou a ser construída em 1955 para abrigar a Universidade "Fundação Conde Francisco Matarazzo", mas a obra foi interrompida e o Governo do Estado a assumiu. Em 19 de abril de 1964, a sede do governo passou de Campos Elíseos para o Morumbi, onde o palácio ganhou a denominação "Bandeirantes" em homenagem aos pioneiros que expandiram as fronteiras brasileiras. O Palácio dos Bandeirantes possui acervo, com obras de artistas como Portinari, Antônio Henrique, Djanira Motta e Silva, Aldemir Martins, entre outros. Diversas obras podem ser vistas em exposições no local, que conta ainda com o Salão dos Pratos e a Galeria Governadores." Sitio eletrônico https://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/pontos-turisticos/palacio-dos-bandeirantes/ acesso 10/02/2021.

⁶⁹ O Museu Paulista foi inaugurado em 7 de setembro de 1895 como museu de História Natural e marco representativo da Independência, da História do Brasil e Paulista. Seu primeiro núcleo de acervo foi a coleção do Coronel Joaquim Sertório, que constituía um museu particular em São Paulo. Ver sítio eletrônico oficial do Museu Paulista http://www.mp.usp.br/o-museu/historia-do-museu-paulista acesso 09/02/2021.

John Monteiro chama atenção para a ação dos bandeirantes quanto ao papel da história. "Buscando assegurar um lugar de destaque para seus ascendentes no panteão da história nacional, os estudiosos paulistas curiosamente têm menosprezado o contexto local nas suas interpretações sobre o sentido e a evolução do chamado bandeirantismo. (1984:57) e continua:

Adotou-se a convenção de dividir o movimento em fases distintas, abrangendo o "bandeirismo defensivo", o apresamento, o movimento colonizador, as atividades mercenárias e a busca de metais e pedras preciosas. Contudo, apesar dos pretextos e resultados variados que marcaram a trajetória das expedições, a penetração dos sertões sempre girou em torno do mesmo motivo básico: a necessidade crônica da mão-de-obra indígena para tocar os empreendimentos agrícolas dos paulistas. (idem)

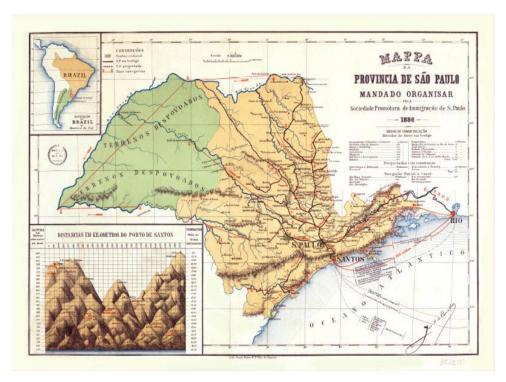
Enfim São Paulo não só deixa poucos sobreviventes do povo Kaingang como apaga de sua história a memória de grandes líderes deste povo.

1.4- São Paulo e as estradas de ferro, sangue indígena: de territórios a ilhas

São Paulo foi cortada por linhas telegráficas, estradas de ferro, troncos chaves de expansão que fizeram a sua parte nas divisas geográficas, uma marca do final do século XIX e início século XX. Milhares de quilômetros ocupados pela ganância capitalista, da elite e ideia de nação amparado no conceito moderno. O Monstro de Donna Haraway o "Frank Stein da Antropologia do Ciborgue (2009:19) ganhou corpo e mudou o cenário nos últimos séculos. Era o início de uma derrocada construção de verdadeiros arranha céus que cortariam o Brasil.

A criação do Serviço de Proteção aos Índios no início do século XX se dá em São Paulo num processo de abertura de estradas de ferro cortando imensos territórios, a construção de troncos de ligações ferroviárias, revelando a mudança de cenário em todo o Estado. As questões econômicas que cerceavam as transformações europeias desembocavam em políticas econômicas voltadas para atender ao mercado interno, dando abertura para um novo ciclo econômico de produtos como o café. Segundo a "Exposição Cenários, Cidades do interior de São Paulo no começo do século XX", que recolheu documentos e tem como título "A nossa história nos documentos da Alesp" (Assembleia Legislativa de São Paulo) afirma:

A chegada da cafeicultura no final do período colonial marcou o início de um longo processo de crescimento econômico e social que se prolongou por mais de um século. Promoveu a ocupação de vastas áreas por todo o interior, dando origem a centenas de cidades. A ocupação se intensificou com a implantação das ferrovias, a partir de 1866. O avanço dos trilhos marcava a criação de novas cidades. O mapa da Província de São Paulo de 1886, organizado pela "Sociedade Promotora de Immigração de S. Paulo", destinava-se à publicidade para atrair imigrantes para as novas frentes de ocupação. O documento registrou o traçado das ferrovias e a distância de cada localidade em relação ao porto de Santos, trouxe dados climáticos e informações sobre a geografia. Todo o noroeste do Estado foi caracterizado como formado por "terrenos despovoados", embora ali vivessem povos indígenas. Seria ocupado rapidamente pelas lavouras nas décadas seguintes. Ao final do Império, a Província de São Paulo tinha 115 municípios." 70



Mappa da Provincia de São Paulo mandado organisar pela Sociedade Promotora de Immigração de S. Paulo, 1886". Registrou as "Estradas de Ferro em Tráfego". Acervo Apesp⁷¹

A propaganda como se vê, nos faz refletir sobre o total descaso frente as populações do sertão de São Paulo. É evidente que o período de transição entre Brasil Império e Brasil República foi arquitetado e planejado minuciosamente. Cafeicultores da elite paulista promoviam agenciamento para a ocupação de territórios imensos no interior de São Paulo. A

Nitio eletrônico da Assembleia Legislativa de São Paulo. Exposição Cenários, https://www.al.sp.gov.br/cenarios/linha-do-tempo/imperio.html acesso 16/10/2020

⁷¹. Id. Ibid.

sociedade promotora em questão indicava inúmeras famílias para a ocupação dos territórios, os serviços de transporte e de hospedagem eram estruturados e organizados por tal empresa. Objetivo: ocupar o máximo possível de terras implementando o quanto antes a monocultura de café em todo o Estado. O mapa acima demonstra o quanto o território indígena é objeto de cobiça. Durante os anos em que essa entidade promoveu a vinda de imigrantes, as ocupações de milhares de hectares de terras eram colocadas como empreendimento de sucesso pela nova República. A hospedaria do Brás seria a porta de entrada para a suas investidas nas terras ameríndias além de Campinas.⁷² É o que aponta a pesquisadora Katia Cristina Petri:

A fundação da Sociedade Promotora de Imigração, em São Paulo, em 1886, e o seu papel para a compreensão da imigração subsidiada, voltada para a lavoura cafeeira, pode nos apresentar questões concernentes à adoção de uma política imigratória e todo o aparato criado para garantir a continuidade da entrada de mão-de-obra, que sofria grande impacto devido as restrições ao trabalho escravo. Sua atuação concentrava-se em três pontos: pagamento de subsídio a famílias imigrantes; recrutamento do transporte desde o porto de origem até a Hospedaria e a administração da Hospedaria do Imigrante no Brás, tudo para atender as necessidades da produção cafeeira paulista. A Sociedade Promotora representava apenas um dos elos da grande corrente imigratória que ocorreu nos dois últimos decênios do século XIX. (resumo)

É verdade que nossa proposta não tem por objetivo descrever as inúmeras obras que mostraram o martírio de muitas populações ameríndias. Demonstra o quanto ações do Estado, desde a empreitada política e econômica do Império à República numa esfera nacional transformaram o cenário geográfico das grandes províncias.

É preciso apontar São Paulo como Estado que se instala e se configura não só como maior região com presença de imigrantes nos últimos séculos. São Paulo e a elite europeia promoveram a ocupação de todos os limites territoriais possíveis deste Estado. O que a torna além de Estado que elimina a presença indígena não só do imaginário enquanto nação, mas também elimina os povos indígenas com resquícios de crueldade. A maior cidade do país é

⁷²A Sociedade Promotora de Imigração: A Política de Subvenção para Imigração em São Paulo (1871)

mais desigual frente a presença territorial, reduzidos a pequenos territórios e distantes de inúmeras políticas públicas. Sobra o que? A civilização?

Por aqui, embora doloroso os indígenas ressignificam a paisagem em vários territórios. São Paulo capital e região metropolitana continuam sendo o local da presença e ocupação de territórios, sobretudo se configura como a maior cidade da presença indígena do país. Várias etnias de diversas regiões do Brasil, passaram por processos diversos de migração. Isso é complexo e ao mesmo tempo óbvio do ponto de vista econômico. As populações Guarani e Kaingang são exemplos de correntes migratórias, o deslocamento de populações ameríndias do Oeste de São Paulo como os Guarani Nhandeva e Kaingang são seculares e ao mesmo tempo atuais. Já que essas presenças se observam na maior cidade das Américas e maior cidade do país.

Nestes cinco séculos a questão de territórios está na ordem do dia. As discussões que envolvem sobretudo toda a sociedade não indígena por São Paulo carece de profundas reflexões. Existe por São Paulo um avatar que remete a mundos de existência e reexistência. Os apagamentos da história brasileira devem ser alvos de muitas mudanças para o futuro deste país. Afinal não somos europeus, somos de origem indígena e essa origem remete a muitos questionamentos. A presença de outros povos vindos além mar não significou o fim. Significou um processo doloroso para muitos povos do sertão de São Paulo. E mesmo assim, no século XXI populações indígenas continuam num processo constante de transformações e ressurgem, posso dizer, etnias até então desconhecidas na cidade de São Paulo. Bairros, cidades, monumentos, quadros, ruas, praças, museus, parques, caminhos, estradas e trilhas continuam a ser questionadas na história oficial da criação de São Paulo. Uma nova aldeia multiétnica em Guarulhos⁷³ surge como exemplo de novas lutas, sobretudo na presença de

⁷³. Antes da Pandemia, havia acordado com Vanuza Kaimbé em ir conhecer a aldeia. Mas 2020 foi um ano de se recolher e acompanhar as inúmeras ações a favor dos povos indígenas. Preferi não ir. Até sugeri ir com a mãe de Vanuza até a aldeia. Multiétnica, infelizmente 2020 foi o ano de sua despedida. Ficaram as lembranças de nossa última conversa no final de 2019 e transcrita no capítulo sobre o povo Kaimbé. Bom destacar a visita de "Beatriz Gomes, Camila Mazzotto, Giovanna Jarandilha, Jonas Santana, Larissa Vitória e Matheus Oliveira, alunos do 7° semestre do curso de jornalismo da Escola de Comunicação e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP), elaboraram uma grande reportagem sobre saneamento básico, saúde, educação e demarcação de terras indígenas em Guarulhos. Em parceria com o grupo, o portal Click Guarulhos publica nesta terça-feira (14), em primeira mão, a reportagem de abertura da série: "As multifaces da ocupação indígena em Guarulhos".

povos do Nordeste e sob lideranças de etnias como os Kaimbé. A presença se dá na direção de correntes migratórias do início da segunda metade do século XX.

Essa presença não pode ser reduzida apenas aos aspectos linguísticos que formam a nomenclatura desconhecida de inúmeras populações. São Paulo é fruto de um processo doloroso, furto incondicional de muitas redes de significados negados pela história oficial. E carece de muitas outras discussões que fortaleçam essa presença. As universidades de São Paulo reagem com antropólogos indígenas que mais do que demonstrar quão doloroso foi esse processo, irão desmontar alguns mitos criados pela presença e permanência de muitos povos em contexto de cidades como São Paulo. É muito dolorido fazer parte deste processo histórico, e apesar do processo dolorido mostrar a todos, "estou vivo". Estou na maior cidade da América, sou Guarani, sou professor e sou sobrevivente de correntes migratórias que se instalaram nestas vastas regiões da periferia de São Paulo.

Sua localização se dá "A área central da Aldeia Indígena Filhos Desta Terra, vizinha ao Parque Estadual da Serra da Cantareira, na região do Cabuçu, em Guarulhos, que faz limite de município com a Capital Paulista ao norte." Era dia 26 de outubro de 2017 quando os indígenas chegaram à terra. No início do mesmo ano, teriam recebido da Subsecretaria de Igualdade Racial, órgão da Prefeitura de Guarulhos, o aviso de que, até agosto, o terreno — prometido em 2008 após apresentarem o projeto de uma aldeia multiétnica à Prefeitura — seria transferido à propriedade do grupo. Antônio Carlos, que faz parte da etnia Kaimbé. "Ali em cima fica o povo Kaimbé", diz, apontando para o topo de um morro, onde uma construção simples de tijolos sem reboco se desenha na linha do olhar. Esses "ajuntamentos", como ele coloca, circundam uma área comum destinada a todas as 25 famílias. A maior parte delas é pertencente a seis diferentes etnias: além da Kaimbé, estão reunidas a Pankararu, Pankararé, Wassu Cocal, Tupi e Pataxó. Os trechos acima podem ser vistos no sitio eletrônico https://www.clickguarulhos.com.br/2020/01/14/seis-etnias-indigenas-lutam-por-cidadania-e-demarcacao-deterras-em-guarulhos/ publicado em 14/01/2020.

Capítulo 2- Antropologia e Povos Indígenas em São Paulo: Etnologia e aliados da causa indígena

As lutas em torno das causas que envolviam territórios e a permanência dos povos indígenas ressoam e renascem, primeiramente pela luta que se dá pela população indígena em todo Brasil. E depois pela ação de etnólogos e de indigenistas.

2.1 - Nimuendaju e a realidade indígena: do Sertão à cidade de São Paulo

Conheci a história de Curt Nimuendaju há pouco tempo, há uma década. Percebi os feitos para o meu povo e minhas dúvidas sobre a existência de antepassados. Sábios de minha cultura e de minha comunidade foram descritos por Nimuendaju. E muitos relatos sobre meu povo passaram a existir em muitas das narrativas do etnólogo e ressoaram pelo mundo por muitos outros. Existe muito desconhecimento sobre a obra do etnólogo alemão no Brasil. Sua morte é quase um mistério. Mas é um autor essencial para a compreensão da presença Guarani principalmente no final do século XIX e início do século XX. As muitas correntes migratórias do povo Guarani descritas são contemporâneas e permanecem nas discussões da etnologia ameríndia. Nimuendaju não só compreendeu as culturas de muitos povos do Brasil, mas conheceu a política indígena de muitos grupos. Estudou inúmeras correntes migratórias em São Paulo que nos dias de hoje compreendem aldeamentos do litoral, Oeste de São Paulo e divisas entre São Paulo e Paraná.

Viu de perto a chegada de milhares de imigrantes na cidade de São Paulo aos extremos do Estado de São Paulo, local estes da presença indígena. É possível compreender que nem todos embarcaram na corrente do tempo imaginada pela ciência, evolucionista e etnocêntrica. Significa dizer que nem todos os imigrantes que vieram para o Brasil ocuparam territórios indígenas de forma violenta. Nimuendaju ocupou um papel importante na história da política indigenista e soube lidar com a política dos povos indígenas contatados em São Paulo, suas línguas, religiões etc. Os achados de Nimuendaju sabiamente refletem muitas sabedorias, criações, narrativas, descrições, culturas e compreendem muitas outras presenças no universo indígena.

Nimuendaju conecta-se ao mundo ameríndio num período em que se cria o SPI, o Serviço de Proteção aos Índios, em 1910 que tinha originalmente o nome de "Serviço de proteção aos índios e localização de Trabalhadores Nacionais," 74 surgiu amparado nas ideias positivistas do fim do império e início da República. O positivismo viria transformar para sempre a vida indígena no Brasil. O Serviço de Proteção aos Índios que por um lado seu objetivo era a proteção de inúmeros casos de extermínio, por outro o que existia era o contrário. "Concomitante ao processo de extinção do trabalho escravo, começou a crescer o número de imigrantes que entravam no Brasil." 75 A capital paulista e oeste de São Paulo seriam transformados para sempre. Os imigrantes chegaram, a ciência e o Positivismo também. Estamos aqui diante de correntes ligadas a políticas indigenistas que visavam a transformação do ambiente indígena. O viés ideológico e científico era evolucionista e etnocêntrico. O objetivo: mudar para sempre o indígena, sua cultura, língua e tradições, transformando-o num trabalhador rural amparado na criação de um serviço estatal que desse condições de colocar o indígena num estágio superior de civilização.

Os interesses econômicos da criação do Estado de São Paulo estavam acima da criação de territórios que dessem condições mínimas a presença indígena em seus locais de origem. "Dessa forma, São Paulo recebeu, desde fim do século XIX e no início do século XX, levas maciças de italianos, espanhóis, japoneses e portugueses que foram marcando um dado feitio em nossas economias, sociedade e cultura" (Veras, 2003: 46). Aqui é bom mencionar que as condições dadas são de oportunidades para uns e de transformação territorial e cultural para outros. No caso dos povos indígenas se deu para afastar de sua língua, cultura e território. "A ideia subjacente é de proximidade espacial entres diferentes grupos, etnias línguas, e cores. Mas há alguma distância social, xenofobia, estranhamento" (id). No que diz respeito à presença indígena nas cidades metrópoles como São Paulo há

⁷⁴. Gagliardi, Jose Mauro, 1989, p. 7 – Apresentação do Prefacio por Carmem Junqueira ao qual foi convidada em 1976 pelo autor quando um grupo de Antropólogos estudavam comunidades indígenas de Araribá (de meu povo) Icatu e Vanuire ambas as aldeias do Centro Oeste de São Paulo. Uma das grandes pesquisadoras que conheci junto ao programa Pindorama da PUC-SP.

⁷⁵. Gagliardi, Jose Mauro, 1989, p. 59.

sobretudo, o racismo. A presença europeia atendia a questões que iam além do econômico. E muito embora a literatura aponte a vinda de imigrantes europeus para embranquecer o país é importante frisar a miscigenação indígena em todas as regiões do Brasil, que também estava no cerne do racismo estrutural que até os dias de hoje exclui camadas sociais de diversas políticas públicas. "No cerne da imigração estrangeira, além dos objetivos econômicos, constavam intenções branqueadoras de uma elite brasileira assustada com a negritude dos escravos e com a mestiçagem – e a ideia do "outro", do diferente, já incomodava o establishment" (id).

Os processos de imigração se intensificaram na região paulista e políticas integracionistas trouxeram para São Paulo muitos povos indígenas de outras regiões do Brasil. "Já em meados do século XX, esse "outro" vinha de diversas regiões do próprio país – são de migrantes nacionais, que chegam para continuar a acionar as engrenagens produtivas, a construção civil, os serviços, o trabalho informal, o emprego doméstico: nordestinos, mineiros, capixabas, paranaenses, nortistas" (id). Milhares de grupos indígenas foram expulsos de seus territórios tradicionais e conduzidos de forma bárbara aos grandes centros urbanos como São Paulo. É o caso do povo Kaimbé, vindo da Bahia.

Os deslocamentos dos indígenas por diversas regiões de São Paulo no final do século XIX e início do século XX é detalhada pelo jovem Nimuendaju no início da década de 1900. "O jovem Curt Unckel (1883-1945) migrou da Alemanha para o Brasil aos 20 anos e, não muito tempo depois de chegar ao país, decidiu viver entre os Apapocuva-Guarani na região do Rio Batalha (SP)." O rio Batalha, próximo da região de Avaí, no interior paulista, foi um dos primeiros locais de permanência de Nimuendaju entre os Guarani. 77

O etnólogo Curt Nimuendaju foi um dos grandes conhecedores de inúmeras culturas ameríndias. Nimuendaju tem a sua história inicial junto aos povos indígenas ainda na Província de São Paulo. Talvez tenha sido sua constante presença entre os Guarani, e próximo

http://www.ccba.org.br/nimuendaju-reconhecimentos/2019/03/21/trajetoria-do-antropologo-curt-nimuendaju-inspira-exposicao-do-ccba/ acesso 15/09/2020.

⁷⁷ Meu povo já não está às margens do Rio Batalha. A aldeia que faz referência a Curt Nimuendaju está próxima a linha férrea na saída que dá acesso a Avaí e Duartina. E Distante 25 quilômetros de Bauru.

de meu povo na região do Oeste de São Paulo, o início de uma missão sem fim frente a luta dos povos indígenas do Brasil.

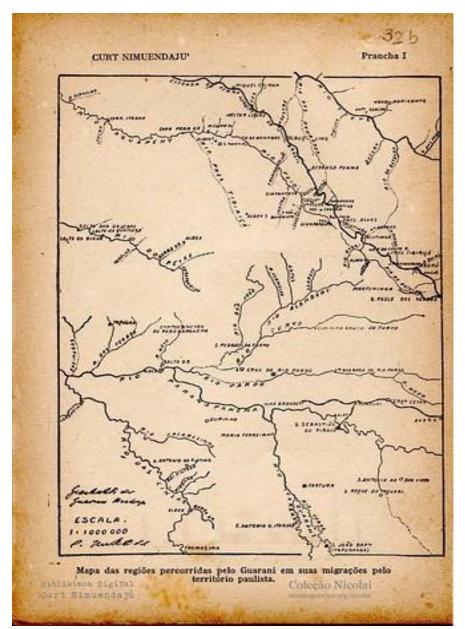
Nimuendaju esteve no Oeste de São Paulo com meus antepassados entre 1905 e 1910. Bom frisar que a cerimônia religiosa dos Guarani Nhandeva. Apapokuva muda de vez seu nome e sua história. Curt Unkel passava a se chamar Curt Nimeundaju e incorpora a espiritualidade de dois outros grupos Nhandeva, os Tañyguá e os Oguauíva. Sobre a cerimônia, ele descreve:

Avacauju chegou-se bem perto de mim, aproximou o rosto ao meu, e, tomado de êxtase, disse em guarani e com voz excitada: "Teu pai está falando. Este (apontando para Poñochi e a mulher dele) é teu Padrinho – esta e tua madrinha. Teu nome é Nimuendaja – Nimuendaju é como te chama a nossa gente. "Nimunedaju!", repetiu com voz forte, dando um passo para trás, e estendendo as duas mãos sobre a minha cabeça, como que abençoando-me. Poñochi que tornara a pôr a cuia na forquilha, me apertou sobre o ombro, para que eu me sentasse no banquinho, enquanto o canto recomeçou. Afinal avacauju deixou cair as mãos, a melodia emudeceu e a cerimônia estava terminada" (Nimuendaju, 1987:39).⁷⁸

Preciso destacar não só seus achados, mas sua presença próxima a meus avós. Era um período conturbado da história, correntes migratórias se deslocavam do Mato Grosso do Sul, via rios Paraná e Paranapanema. Muitas outras voltavam via Rio Tietê. O rio de águas era também um rio de indígenas e suas culturas. Iria se transformar no Rio de lágrimas de muitos povos décadas depois, reduzidos a expulsões, estupros e perseguidos por muitos. A vida indígena era permeada pela presença de muitos grupos que se espalhavam por inúmeras cabeceiras de rios na vasta região de São Paulo. As leituras que realizei sobre meu povo sempre me trouxeram inúmeras recordações e as lágrimas e rios que menciono já caíram de meus olhos ao desvendar inúmeros escritos sobre minha família neste processo. Portanto da

⁷⁸. NIMUENDAJU, Curt. As lendas da Criação e Destruição do Mundo como Fundamentos da religião dos Apapokuva- Guarani (tradução de Charlotte Emmerich & Eduardo B. Viveiros de Castro,São Paulo) São Paulo: Hucitec/Edusp,1987.

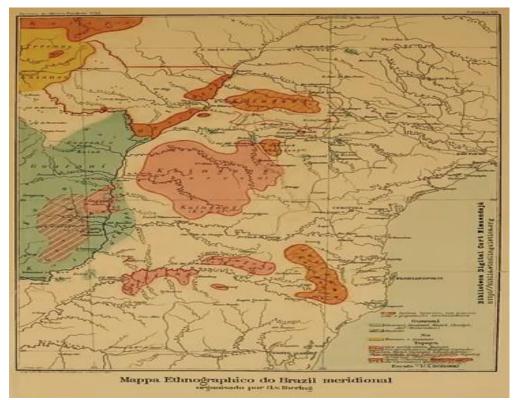
aldeia à periferia de São Paulo, a presença Nhandeva tem muito a ver com a história de Nimuendaju.



Nimuendajú, Curt. 1954. Apontamentos sobre os Guarani. Revista do Museu Paulista, Nova Série, v. VIII, p. 9-57. São Paulo: Museu Paulista.

Nimuendaju foi referendado pela antropologia. A etnologia indígena reconhece sabiamente suas lutas a favor dos povos indígenas do Brasil. Existem também muitas discordâncias sobre sua atuação. Foi em São Paulo que o jovem etnólogo desempenhou sua

principal inserção no mundo indígena, que desagua nos imensos territórios brasileiros após sua caminhada junto aos Apapokuva no estado de São Paulo. Referendado por uns e desconhecido por muitos. No Brasil é quase ignorado, sobretudo para a etnologia, sendo agora reconhecido como um pesquisador pioneiro. Seus ensinamentos sobre as populações ameríndias são amplamente discutidos.

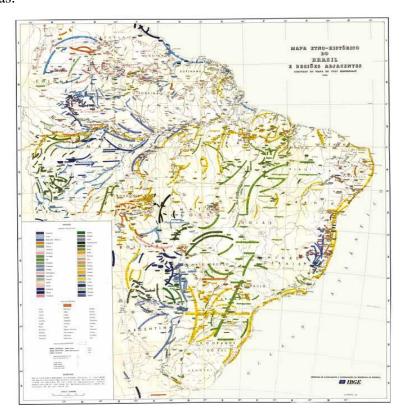


O mapa acompanha o artigo 'A questão dos índios no Brazil', de Hermann von Ihering (1911). Embora a autoria seja atribuída a von Ihering (logo abaixo do título, lê-se: "organizado por H. v. Ihering"), o mapa foi, de fato, elaborado por Curt Nimuendajú, como ele próprio esclarece em cartas publicadas por Mansur Guérios (Nimuendaju & Guérios 1948).

Nimuendaju desenhou inúmeros mapas e traçou realidade dos povos indígenas, suas migrações, aldeias e histórias. Podemos afirmar, com base nos mapas acima, que as mudanças ocorridas no último século podem ser colocadas como práticas de genocídio quando se reflete sobre o território dos povos indígenas de São Paulo. Centenas de territórios foram totalmente destruídos. Resquícios de um passado recente que perpassa por políticas racistas, discriminatórias e preconceituosas que estão no auge de discussões nos dias de hoje. Invadir territórios ditos desconhecidos até então era parte da campanha do Estado para substituir a mão de obra escrava e ocupar territórios indígenas. O que aconteceu no estado de

São Paulo foi um assalto a canetadas por políticos e políticas inescrupulosas com práticas de extermínio em massa.

O mapa rompe fronteira e destrói a noção de território do mundo europeu. É um achado importante e raro, serve de crítica ao modelo etnocêntrico, modelo permeado pela construção de São Paulo como cidade de origem europeia ao invés da origem de fato indígena. Toda a história da cidade de São Paulo está amparada numa construção que exclui a presença de muitas etnias.



2.2 - Claude Levi Strauss chega à cidade de São Paulo

Lévi-Strauss chega a São Paulo para mudar a história da Antropologia. A etnografia e seus achados no Brasil passariam a fazer parte de uma nova Antropologia. A Antropologia Simétrica estava longe dessa discussão, mas para Lévi-Strauss essa discussão já era realidade.

A capital paulista iria se transformar na casa do etnógrafo, na porta de entrada para a maior Universidade do país, na porta de entrada para a maior cidade e na história da

etnografia mundial.⁷⁹ "O encontro entre Lévi-Strauss e o Brasil se deu por acaso. O estudante de direito, depois de filosofia queria se entregar a essa forma extrema de alheamento de si que é a etnografia" (Perrone-Moisés,2008:63). Lévi-Strauss descobre duas questões importantes para seu novo projeto enquanto etnógrafo, Em *Saudades do Brasil* afirma: "O Estado de São Paulo, do tamanho da França, dois terços do qual descrito como "territórios nos mapas de 1918, não tinha mais um só índio quando cheguei. Mas, na falta da periferia prometida, a 3000 km no interior, ainda havia índios" (Levi Strauss 1957:45).⁸⁰ Ainda bem que estava errado quanto à presença ameríndia nas periferias, mas a trajetória a seguir desponta para um achado importante quando se pensa sua presença na universidade, na cidade de São Paulo e pesquisas que iram dar o norte a inúmeras campos de ação pelo mundo.

"Minha carreira deu uma guinada num domingo de 1934, às 9 horas da manhã com um telefonema. Era então o diretor da Escola Normal Superior Célestin Bouglé. O Sr. deseja fazer etnografia? Sim. Então, candidate-se ao cargo de professor de Sociologia na Universidade de São Paulo. A periferia está cheia de índios. Você poderá vê-los nos fins de semana. Mas tem que dar uma resposta definitiva a George Dumas até meio dia". (Levi Strauss, 1957:43).

É óbvio que etnias indígenas continuavam nas periferias de São Paulo e em diversas regiões do Brasil. São Paulo crescia de forma assustadora e a violência que a cidade possui engloba e conecta várias regiões. As mudanças que se davam no entorno das aldeias eram de crescimento desordenado de muitas cidades. Lévi-Strauss chegava a São Paulo num dos momentos de transformações intensas, recebera a promessa de trabalho e de pesquisas "Era um convite para dar aulas na recém-fundada Universidade de São Paulo, onde ele poderia disseram-lhe, fazer pesquisas com índios nos arrabaldes da cidade" (Perrone-Moisés, 2008: 63-64). Lévi-Strauss conhecera de perto as mudanças que se deram na Europa com a revolução industrial e com a Revolução Francesa. Pôde acompanhar o desenrolar do sonho europeu. A Europa havia passado pela 2ª Guerra e por inúmeras reorganizações políticas, econômicas e sociais. Passava de feudos a cidades.

⁷⁹ Além de Lévi-Strauss vinham a São Paulo o historiador Fernand Braudel, o filósofo Jean Maugüé e o geógrafo Pierre Monbeig.

^{80. &}quot;No documentário "Saudades do Brasil, é possível refletir sobre as passagens do consagrado livro de Levi Strauss.



Animais, Aspectos Urbanos, Bairro da Liberdade, Cena de rua, Diurna, Externa, Horizontal, LÉVI-STRAUSS, Pessoas, Transportes. São Paulo - SP - Brasil - 1937 circa. Acervo Instituto Moreira Salles.

Havia na Europa uma forte corrente de pensamentos ligadas a criação de instituições que seriam orientadoras de mudanças profundas com a hegemonia burguesa dominante. A própria vinda de Lévi-Strauss perpassava a ascensão da burguesia de São Paulo. Mas seus objetivos eram voltados para pesquisas que iriam impulsionar a história da etnografia. "Queria ressaltar outro ponto, falamos um pouco da natureza e meu interesse pelos ameríndios é notório" (Saudades...,2005) 81 Lévi-Strauss ficou assustado com o crescimento de São Paulo na sua chegada. Havia duas questões que coincidiam com sua vinda: os indígenas e a cidade. "Mas ali, firmou-se um outro interesse meu: o fenômeno urbano. Em São Paulo, então com menos de 1 milhão de habitantes, diziam que se erguia uma casa por hora" (idem). 82 Se por um lado havia uma distância com a assimetria do pensamento indígena, a etnologia de Lévi-Strauss buscava justamente a simetria entre o pensamento ameríndio e o não indígena.

^{81.} idem.

⁸². Id.

Lévi-Strauss busca no Brasil e Universidade de São Paulo compreender dois grandes campos da Antropologia: a etnologia indígena, mas também a questão das cidades em pleno desenvolvimento. Grande parte da população ameríndia da década de 1930 passava por dois movimentos. Um primeiro os trazia para a vida do campo e o proletariado das grandes cidades. Um segundo os conduzia para pequenos aldeamentos.

A diversidade da presença indígena num dos maiores países da América não pode ser compreendida fora das políticas de extermínio em massa. É um momento de ascensão das políticas nacionalistas em várias partes do mundo. Revivemos um passado sombrio. Estamos no extremo de muitas mudanças no Brasil frente ao conhecimento indígena. Retornar a Lévi-Strauss me faz ter esperança novamente na humanidade. Voltar aos povos indígenas e construir novas formas de bem viver, talvez seja um novo caminho para o Antropoceno.

2.3 - São Paulo ontem e hoje: uma Antropologia do "eu indígena"

As transformações que ocorreram no estado de São Paulo estavam alicerçadas numa ideia de progresso que transformava a noção de território para sempre e em muitas outras partes do Brasil ocorreu processos semelhantes, o que quer dizer que a discussão se a presença de muitas populações indígenas se dá a partir de mudanças ocorridas por questões econômicas, políticas e sociais e coloca o Estado de São Paulo como um dos grandes polos do desenvolvimento econômico e político do Brasil impulsionados por governos diversos, a partir do final do século XIX e XX. "Na segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira foi sacudida por um conjunto de transformações econômicas e políticas, que surgiram com o desenvolvimento da economia cafeeira e ocasionaram profundas repercussões na organização política da nação" (Gagliardi, 1989:39). Soma-se à questão econômica a distribuição de troncos de distribuição e expansão das mercadorias pelo Oeste de São Paulo.

Existia um entrave ao desenvolvimento do sertão de São Paulo, territórios imensos estavam sob domínio de vários povos, principalmente os Kaingang e Guarani, que ocupavam territórios na fronteira com o Mato Grosso, Paraná e países como o Paraguai.

São Paulo era e é a locomotiva que impulsionava o desenvolvimento, o econômico dava alusão ao progresso. A corrente positivista e burguesia de São Paulo, principalmente ligada ao modelo econômico, buscava a hegemonia do Estado frente à questão nacional.

São Paulo é indígena por todo o sempre. O município de São Paulo é denso e envolve pelo menos um conjunto de outras cidades que formam a região metropolitana. Estamos diante de pelo menos 12 milhões de habitantes na cidade de São Paulo e outras 39 cidades que compõem a região metropolitana, formando assim como população em torno de 21,6 milhões de habitantes. 83 Sendo assim, é preciso etnografar a presença ameríndia na maior região metropolitana do país, que é um trabalho árduo, necessário, porém instigante do ponto de vista do pesquisador que é indígena. Não é de hoje que a população indígena faz desta região não só um local de passagem, mas um local da permanência. Ao mesmo tempo pode ser as duas coisas juntas que apontam uma certa flexibilidade das sociedades indígenas. Os filósofos Deleuze & Guattari destacam o trabalho etnológico quando se trata da noção de segmentaridade e suas diferenças. "A segmentaridade [...] é, ao mesmo tempo, a de um código plurívoco, fundado nas linhagens, suas situações e suas relações variáveis e a de uma territorialidade itinerante, fundada em divisões locais emaranhadas" (1996:93). 84 Para os dois filósofos existem sociedades rígidas e sociedades flexíveis. "Os códigos e os territórios, as linhagens de clãs e as territorialidades tribais organizam um tecido de segmentaridade relativamente flexível" (idem).

2.4 - Os dados da presença indígena em São Paulo, maior cidade indígena do país

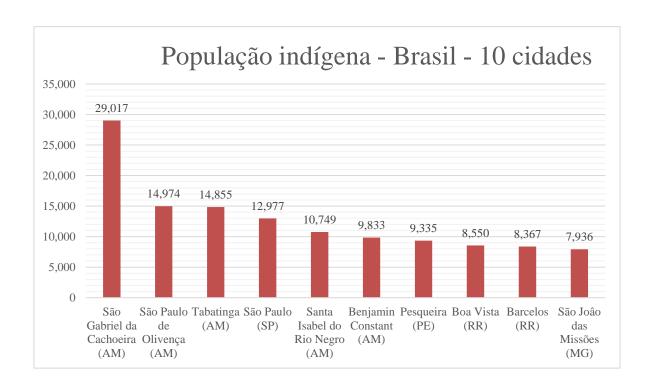
⁸³ Segundo dados da empresa Paulista de Planejamento Metropolitano liquidada em 2019. Vivem nesse território quase 50% da população estadual, aproximadamente 21,6 milhões de habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2018. A metrópole centraliza importantes complexos industriais (São Paulo, ABC, Guarulhos e Osasco), comerciais e, principalmente, financeiros (Bolsa de Valores), que dinamizam as atividades econômicas no país. https://emplasa.sp.gov.br/RMSP acesso 11/09/2020.

⁸⁴ (...) = primitivo. Em "Micropolítica e Segmentaridade" Deleuze e Guattari apontam para uma volta aos povos indígenas. O termo "primitivos", por eles utilizado, carece de nova convenção. Ao mesmo tempo que sugere a diferença e a flexibilidade dos povos ameríndios, cai na armadilha eurocêntrica. Importante aqui é afirmar esse retorno a pensar populações indígenas na cidade de São Paulo e seu entorno, como um processo a se propor novos territórios da presença indígena na Metrópole.

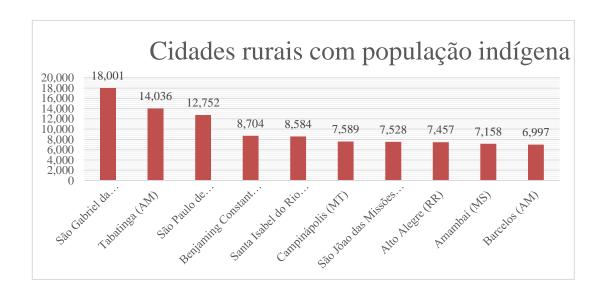
A cidade é uma realidade para muitos povos, sobretudo a luta das mais diversas etnias pela manutenção dos direitos dos povos na maior cidade do Brasil e a quarta maior população indígena do país, é um caminho para a manutenção de uma sociedade plural e que vive permeada por seus saberes, línguas, costumes e modos territoriais diversos. **São Paulo possui, segundo o senso de 2010, um total de 12.977 indígenas – 11.918 na zona Urbana e 1.059 na zona rura**l. É preciso apontar um paralelo e um achado importante. A maior população indígena em contexto urbano do Brasil é São Paulo, segundo dados do Censo de 2010. Depois dela, viriam: São Gabriel da Cachoeira, com 11.016 habitantes; Salvador, com 7.560; Rio de Janeiro, com 6.764; Boa Vista, com 6.072; Brasília, com 5.941; Campo Grande, com 5.657; Pesqueira, com 4.049; Manaus, com 3837; e Recife, com 3.665.



Quanto as maiores cidades em população indígena segundo o mesmo Censo as maiores são Gabriel da Cachoeira 29.017; São Paulo de Olivença 14.974; Tabatinga 14.855 ambas do Estado do Amazonas. São Paulo 12.977; Santa Isabel do Rio Negro 10.749; Benjamin Constant 9.833; Pesqueira 9.335; Boa Vista 8.550; Barcelos 8.367 e São Joao das Missões com 7.936 indígenas vivendo nas cidades acima.



O que significa dizer que existe nas maiores cidades um paralelo entre viver nas aldeias e grandes centros urbanos. Quanto à presença nas zonas rurais, São Gabriel da Cachoeira 18.010; Tabatinga 14.036; São Paulo de Olivença 12.752; Benjamin Constant 8.704; Santa Isabel do Rio Negro 8.584; Campinápolis 7.589; São João das Missões 7.528; Alto Alegre 7.457; Amambai 7;158 e Barcelos com 6.997.



A região metropolitana de São Paulo possui cidades como Guarulhos, com 1.434 indígenas na zona Urbana; São Bernardo do Campo, com 778 indígenas, 771 em zona Urbana; Santo André, com 575 indígenas na zona Urbana; Osasco, com 537 em zona Urbana.



Podemos destacar outras cidades no Estado de São Paulo como Ribeirão Preto, com 565 indígenas, Campinas, com 1.043 indígenas, Avaí, com 557 indígenas, Guarujá, com 481 indígenas, Santos, com 468 indígenas, Miracatu, com 164 indígenas, Arco-íris, com 156 indígenas, Ubatuba, com 156 indígenas, Sete Barras, com 135 indígenas, Braúna, com 131 indígenas, Pariquerá-Açu, com 96 indígenas e Bertioga, com 92 indígenas. Isso é apenas uma mostra da diversidade indígenas no Estado de São Paulo. ⁸⁵

No Estado de São Paulo, os dados do Censo de 2010 apontam uma população indígena de 37.915 indígenas vivendo em cidades, o que representa 91% da população indígena do estado. No Estado o total é de 41.794 mil indígenas. O sétimo maior estado em população indígena. A cidade de São Paulo, possui uma particularidade a se demonstrar, já

⁸⁵ Fonte: https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html acesso em 28/05/2018 00:1.

que as aldeias do povo Guarani Mbya estão em contexto urbano, isto é, em zona urbana. Os mapas abaixo nos dão conta da enorme transformação geográfica que se deu nos últimos 30 anos no Estado brasileiro.

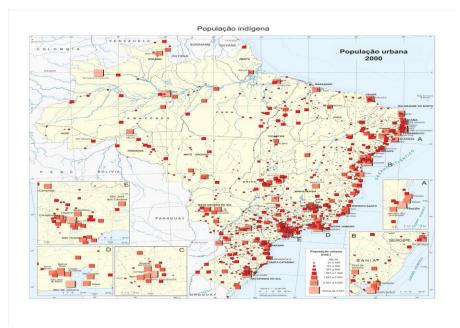
Os mapas refletem a situação dos povos indígenas em 1991, 2000 e 2010, as três últimas décadas do censo. 86 O cenário aponta para a continuidade nas políticas de integração, embora as últimas décadas tenham trazido avanços significativos a partir da última constituição. Por outro lado, a política integracionista continua em andamento. Em 1990 havia 71.026 mil indígenas nas cidades, em 2000, 383.298 mil indígenas e em 2010 foi apontada a presença de 315.180 mil indígenas.

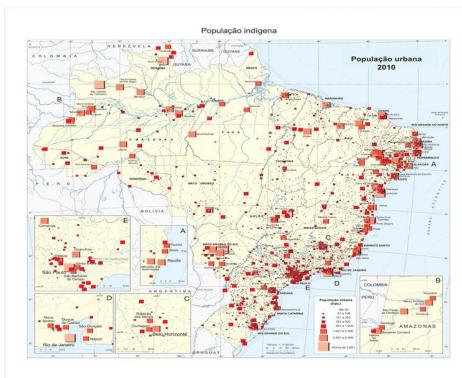
Os mapas refletem a realidade da presença indígena. Entre 1991 e 2010 a geografia da presença indígena e sua distribuição no território nacional se transforma.



⁸⁶ O Censo 2020 foi adiado devido a pandemia de Covid-19. Bom destacar que antes da pandemia existiam rumores do cancelamento do Censo 2020 por razoes políticas que envolvem a entrada da extrema direita no poder. Contrário totalmente às questões indígenas, o fato é que poderia se alterar critérios que se referem as populações indígenas do Brasil.

Em 1991, ainda se observa pontos dispersos em vermelho, que caracteriza a presença indígena em vários estados. Grande parte dos indígenas se mantinham no interior das aldeias e existe uma concentração pequena nas grandes cidades.

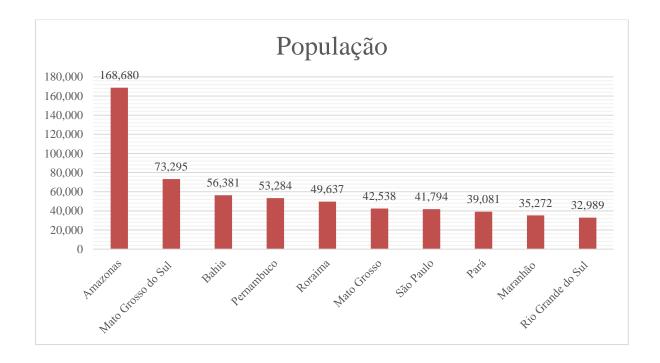




 $Fonte: https://indigenas.ibge.gov.br/downloads.html\ acesso:\ 11/09/2020$

Já os dois mapas de 2000 e 2010, já demonstra a saída das aldeias nestes 20 anos. Refletem outras realidades no centro urbanos das grandes do país.

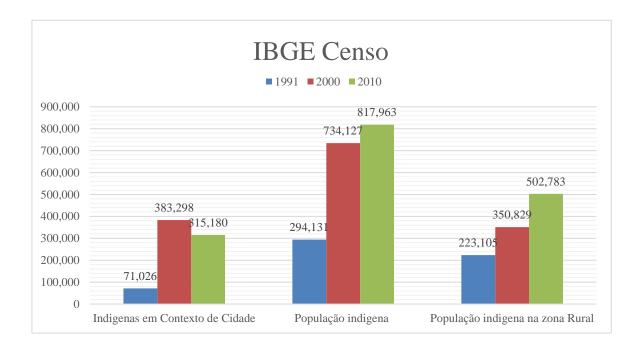
Os maiores estados do Brasil em população indígena são Amazonas, com 168.680 indígenas; Mato Grosso do Sul, com 73.295; Bahia, com 56.381; Pernambuco, com 53.284; Roraima, com 49.637; Mato Grosso, com 42.538; São Paulo, com 41.794; Pará, com 39.081; Maranhão, com 35.272; Rio Grande do Sul, com 32.989; Minas Gerais, com 31.112 e Paraná, com 25.915.



Como afirma o Instituto Socioambiental "segundo o censo do IBGE 2010, os mais de 305 povos indígenas somam 896.917 pessoas. Destes, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país". ⁸⁷

⁸⁷ Instituto Socioambiental (ISA) https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_s%C3%A3o%3F acesso 20.10.2020.

É bom frisar que a população indígena, em 1991, era, segundo o censo, de 294.131 mil, em 2000 734.127 e em 2010 de 817.963 mil indígenas.⁸⁸



Sendo um ambiente de muitas incertezas para os povos indígenas, São Paulo surge como foco de muitas manifestações de um movimento social, voltado para as questões emergentes. O "Movimento" se dá na direção da criação de movimentos indígenas, que resultam ou não em políticas públicas, muito impulsionada por entidades da capital paulista que intensificam suas lutas a partir de questões históricas que reduziam a população a extratos sociais da periferia urbana e rural.

A presença indígena nas cidades, nos traz as reais questões que envolvem a vinda de centenas de milhares de indígenas para os grandes centros. Se por um lado existem indígenas nas cidades, como se dá essa relação com outros povos e outras culturas. O choque cultural envolve transformações no modo de ser das grandes cidades. Se existe o "bem viver indígena." Como é essa relação com outras sociedades ditas duras? Os filósofos nos apontam para uma outra noção de território. Quando se pensa a presença indígena nas cidades, os conceitos nos

⁸⁸. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010. Para comparação com os Censos Demográficos de 1991 e 2000, deve-se considerar a categoria 'indígena' do quesito da cor ou raça. https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html acesso 20.10.2020.

dão um aporte teórico importante para as transformações do olhar frente à presença dos indígenas que estão nas periferias de São Paulo. Viver na cidade grande sem deixar de ser indígena e lutando por direitos sociais e humanos é um desafio. Sendo assim, é preciso desterritorializar a presença do indígena sob o olhar romântico e histórico das florestas e reterritorializar sob as novas perspectivas da vivência indígena. É um longo exercício quando se pensa nas novas noções de território que perpassam a luta por direito ao próprio território das cidades grandes. Os conceitos territorialização, desterritorialização e reterritorialização, seguindo premissas importantes do pensamento de Deleuze & Guattari, são importantes do ponto de vista das grandes cidades, já que essa presença não dá mais para ser camuflada. É evidente que sendo uma presença nas periferias do Brasil, trata-se de uma parcela da sociedade que carece de novos olhares.

A diversidade sempre foi a marca de São Paulo. Embora seja negada até hoje em políticas públicas para muitos grupos que por aqui vivem, os indígenas são uma delas. Estas características da presença indígena abrem um campo importante quando se reduz o olhar a um conceito de natureza/cultura que deve se empregar com novas dimensões. Por outro lado, como aponta Maura Veras: "Busca-se caracterizar aqui a presença estrangeira que ajudou a construir a cidade", em especial no último século, a configuração de territórios dos grupos mais expressivos, contribuindo para a compreensão da dinâmica urbana em seus componentes socioculturais. (Veras, 2003:14). Neste sentido, os grupos mais expressivos, apontados no trabalho de Veras, não fazem referência à presença indígena, muito embora descreva a presença de povos da América do Sul como os peruanos, bolivianos entre outros.

São Paulo é cadinho de muitas culturas e muitos povos. Sendo a maior cidade do país é a mais desigual quando se pensa a questão de território com a qual Veras descreve: "A desigualdade no território urbano também se expressa, além das condições de moradia e nível de vida da população residente, com consequentes perfis culturais e ocupacionais, na

⁸⁹ O livro DiverCidade, territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo utiliza dados da pesquisa Territorialidade e segregação socioespacial em São Paulo, movimentos migratórios de massa e marcas significativas no espaço urbano.

existência de área desprovidas de equipamentos, despojadas de serviços essenciais à vida individual e social, "sem cidadãos". (idem: 25). É bem verdade que a Sociologia precisa dar um passo à frente quando se refere a diversidade e à presença indígena nos grandes centros. Ainda está aquém de discussões na história das ciências humanas na cidade de São Paulo. Como professor de Sociologia na maior rede pública do país, sei bem como anda a situação das escolas públicas e privadas quando pensamos na presença indígena. A passos curtos e é preciso avançar, assim como o avançar da etnografia junto a estes povos.

As grandes metrópoles possuem característica próprias quando se compreende o outro. O viés econômico muitas vezes cria caminhos díspares:

Na década de 1970, o setor de serviços ganhou maior destaque na economia paulistana. As indústrias migraram para municípios da Grande São Paulo, como o chamado ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema). Hoje, a capital paulista é o centro financeiro da América Latina e por isso ainda recebe de braços abertos brasileiros e estrangeiros que trabalham e vivem na cidade de São Paulo, em um ambiente de tolerância e respeito à diversidade de credos, etnias, orientações sexuais e tribos. (IBGE, 2014). 90

As palavras são generosas do ponto de vista político e econômico, mas essa tolerância e respeito à diversidade foi sempre o caminho encontrado para excluir os indígenas de várias políticas públicas na capital de São Paulo.

Os anos 1980 foram decisivos na história do país para se pensar leis constitucionais importantes para as populações ameríndias no Brasil, fruto de um longo processo histórico. Mas ainda desconhece muito dessa presença no interior das cidades. Em São Paulo existe a presença de diversas etnias até então desconhecidas da população. O caminhar nas cidades de diversas etnias é quase desconhecido, invisível. Um espectro no meio da cidade. Sua população desconhece essa existência por muitas razões. Uma delas significaria criar outras redes de significados. Captar os muitos olhares e significados através da população indígena que vive espalhada em diversos bairros da grande São Paulo é urgente. Nossa questão e

^{90.} https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/histórico acesso 14/09/2020

problema é, portanto, etnografar essas presenças. Onde estão? Como estão e o que fazem? A história de vida e as descrições das diversas etnias são necessárias quando se pretende etnografar o caminho percorrido por muitos povos.

Nos centros urbanos se encontram as mais diversas manifestações culturais do mundo contemporâneo. Isso se dá muitas vezes na maneira como a cidade compreende essa presença no interior de suas estruturas e de suas histórias. Quanto aos povos indígenas, vivendo em contexto urbano, é preciso repensar a maneira como se compreende o outro e a maneira como se apresenta essa presença. Sendo assim, a etnografia da presença indígena nas cidades é um campo em crescimento para a etnologia indígena, e necessária, quando se pensa São Paulo.

São Paulo está distante desta discussão há muito tempo. Questões políticas giram em torno desta lógica. Os povos indígenas são invisibilizados pela maneira romântica, pelo preconceito, pelo racismo, pela intolerância, que transformam seus habitantes em povos do passado, da floresta, nus e distantes das lutas atuais. A história negada é sinônimo de uma inversão da história do país jamais vista em muitos pontos de São Paulo. Sobretudo aspectos econômicos e políticos lançam cada vez mais estes povos para as periferias. Grande parte de seus moradores estão espalhados pelos becos e vielas, nas favelas, nos terrenos e conjuntos habitacionais desprovidos de muitos direitos, cujo objetivo é cercear essas camadas populacionais historicamente excluídas de seus direitos sobre a terra. E também excluir de direitos sociais, econômicos, políticos, retirando, inclusive o direito de ser indígena na cidade. Os últimos censos já demonstraram a presença nas cidades. Mas o que houve com as políticas públicas para esses indígenas?

A permanência de certos extratos populacionais como os indígenas, nas grandes cidades é atravessada por uma história heroica à moda paulista. Monumentos e estátuas celebram os mais horripilantes casos de destruição em massa de populações indígenas e negras deste Estado. O Museu Paulista⁹¹ e as indolentes estátuas de Raposo Tavares, Fernão Dias, Dom Pedro I, entre outros, refletem e dão noção do que São Paulo se transformou, na

⁹¹http://www.mp.usp.br/acervo acesso 07/10/2020.

cidade violenta com seus muitos povos. Quem foi Manuel Borba Gato para os indígenas na estátua, exposta em Santo Amaro, zona Sul da capital paulista? Ou a polêmica estátua do Monumento às bandeiras? O que elas significam para os povos indígenas?

2.5 - O que pensam os Guarani em São Paulo sobre os monumentos aos bandeirantes

Em outubro de 2013 o Monumento às Bandeiras, do escultor modernista Victor Brecheret, foi manchado com tinta vermelha, causando alarde ao governo e à população, que criminalizavam os indígenas por tal ato. Mas o que pensam os indígenas a seu respeito? Marcos Tupã, liderança do povo Guarani Mbya, assinou a carta de repúdio a este tipo de homenagem em manifestação realizada pelos Guarani Mbya, que lutam por suas demarcações de terras em várias partes de São Paulo:

Para nós, povos indígenas, a pintura não é uma agressão ao corpo, mas uma forma de transformá-lo. Nós, da Comissão Guarani Yvyrupa, organização política autônoma que articula o povo guarani no sul e sudeste do país, realizamos no último dia 02 de outubro, na Av. Paulista, a maior manifestação indígena que já ocorreu em São Paulo desde a Confederação dos Tamoios. Mais de quatro mil pessoas ocuparam a Av. Paulista, sendo cerca de quinhentas delas dos nossos parentes, outros duzentos de comunidades quilombolas e mais de três mil apoiadores não-indígenas, que viram a força e a beleza do nosso movimento. Muitos meios de comunicação, porém, preferiram noticiar nossa manifestação como se tivesse sido uma depredação de algo que os brancos consideram ser uma obra de arte e um patrimônio público. Saindo da Av. Paulista, marchamos em direção a essa estátua de pedra, chamada de Monumento às Bandeiras, que homenageia aqueles que nos massacraram no passado. Lá subimos com nossas faixas, e hasteamos um pano vermelho que representa o sangue dos nossos antepassados, que foi derramado pelos bandeirantes, dos quais os brancos parecem ter tanto orgulho. Alguns apoiadores não-indígenas entenderam a força do nosso ato simbólico, e pintaram com tinta vermelha o monumento. Apesar da crítica de alguns, as imagens publicadas nos jornais falam por si só: com esse gesto, eles nos ajudaram a transformar o corpo dessa obra ao menos por um dia. Ela deixou de ser pedra e sangrou. Deixou de ser um monumento em homenagem aos genocidas que dizimaram nosso povo e transformou-se em um monumento à nossa resistência. Ocupado por nossos guerreiros xondaro, por nossas mulheres e crianças, esse novo monumento tornou viva a bonita e sofrida história de nosso povo, dando um grito a todos que queiram ouvir: que cesse de uma vez por todas o derramamento de sangue indígena no país! Foi apenas nesse momento que esta estátua se tornou um verdadeiro patrimônio público, pois deixou de servir apenas ao simbolismo colonizador das elites para dar voz a nós indígenas, que somos a parcela originária da sociedade brasileira. Foi com a mesma intenção simbólica que travamos na semana passada a Rodovia dos Bandeirantes, que além de ter impactado nossa Terra Indígena no Jaraguá, ainda leva o nome dos assassinos. (Comissão Guarani Yvyrupa, 02/10/2013) 92



Foto: Cimi – Site Eco Debate

Nossa sabedoria está além dos muros das escolas e universidades, procura estar em sintonia com o caminho que se dá pela via do conhecimento dos mais velhos. A sabedoria indígena se dá por outras vias. Segundo menciona o já citado Marcos Tupã:

Meus pais e os mais velhos conduziam uma representação de resistência do povo Mbyá Guarani e as lutas pelo reconhecimento das terras. Dando continuidade a esses trabalhos, nós, da nossa geração, que acompanhamos as lutas dos mais velhos—caciques, lideranças—propomos dar continuidade nessa luta. Porque a luta e o reconhecimento territoriais do povo Mbyá Guarani é bastante difícil. (M. Tupã, 2014: 34)

http://www.yvyrupa.org.br/monumento-a-resistencia-do-povo-guarani-artigo-de-marcos-dos-santos-tupa/acesso 07/10/2020.

Circular pela História dos bairros da cidade de São Paulo é circular pela história da elite paulista. Muito embora exista de fato a presença etimológica de bairros e dê nomes tupis que marcam muitos locais. Mas ao se aprofundar em vários historiadores, nos dá evidências que seus achados irão entrar em profundidade pela nomenclatura de nomes de industriais, fazendeiros, barões, donos de sesmarias, imperadores, presidentes, além de vereadores e suas esposas agraciadas com nomes de várias regiões e bairros de São Paulo, além da Igreja Católica, da homenagem a imigrantes como os japoneses, os armênios, os italianos, entre outros.

Para um Guarani como eu chegar à estação Itaquera do Metrô, zona leste, no extremo da periferia⁹³? Ou bairro de Itakuera do Metrô. Qual referência existe lá aos povos indígenas da região? Qual placa? Qual quadro? Qual estátua?

O clube que recebeu a abertura da copa do mundo em São Paulo em 2014 talvez tenha recebido em sua abertura uma das maiores manifestações indígenas dos últimos tempos nesta cidade. Foi a abertura da faixa exposta por Werá Jeguaka Mirim, da aldeia Krukutu, na região de Parelheiros, que trazia os dizeres "Demarcação já." A itakuera de ontem é a Itaquera que desconhece seus povos. ⁹⁴

Por São Paulo nos últimos séculos circularam as mais variadas populações ameríndias. Conforme descreve Prezia "As aldeias do planalto de Piratininga se autodenominavam Tupi e se instalaram próximo a grandes rios pela fartura de alimentos e por seus rios piscosos, o Tietê, o Tamanduateí e o Pinheiros" (Prezia,2008:36). Só por aqui já é possível refletir como andam nossos rios na cidade de São Paulo. "Pelo fato de o rio Tamanduateí ser um importante via de ligação para quem subia o litoral para o planalto, deve ter havido em suas proximidades várias aldeias, embora a história tenha conservado apenas

⁹³ Me parece que o destino tratou de colocar imensas redes de distribuição em pontos estratégicos da presença indígena. As ferrovias que cortaram as aldeias indígenas, também apagam a história destes povos nestes locais. A estação do Metro interliga trens e ônibus. Ainda é o local da presença do estádio de futebol da maior torcida de times de São Paulo. O Clube Corinthians na região porventura sabe que este local fora um dia território do

povo Tupi? E que muitos indígenas na cidade vestem sua camisa.

⁹⁴ Em 2014, diversas manifestações indígenas ocorreram na abertura da Copa do Mundo. O rapper Verá Mirim é filho de Olivio Djekupé, escritor indígena da aldeia Mbya de Krukutu, no extremo da zona sul de São Paulo.

o nome de uma delas, Piratininga. Além de aldeias do Tietê: Ururay, Penha, Itaquaquecetuba, Carapicuíba; Jurubatuba, Guarapiranga, Ibirapuera I, Ibirapuera II'' (*idem*, 37:43).

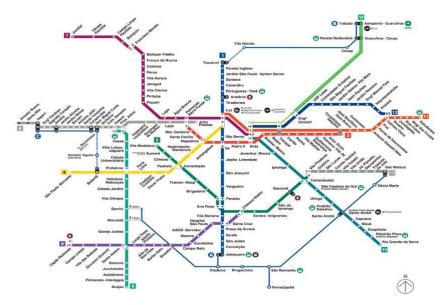
São apenas exemplos de aldeamentos que perpassaram imensos territórios da cidade de São Paulo. A história de São Paulo é a história outra, a história dos heróis europeus. Estão em toda parte em monumentos, ruas, estátuas, viadutos, palácios e palacetes como já demonstrado. E o Palácio dos Bandeirantes, residência oficial do governador de São Paulo em homenagem aos bandeirantes. Isso é um exemplo de dar voz à barbárie. São Paulo foi construída para ser europeia.

Portanto, a presença indígena transforma, reconstrói, reconecta, abdica e ocupa novos olhares. A existência indígena em muitos bairros ressignifica. Reterritorializa a existência do outro. Reconstrói e reconecta novas vivências e novos modos de compreender a grande cidade. Reconhecer a barbárie é reconhecer a herança deixada por um passado cruel frente às populações ameríndias e negras barbarizadas por tais bandeirantes.

2.6 - As Estações indígenas em São Paulo: memória ou apagamento histórico

Qual referência existe em estações de Trem e Metrô aos indígenas de São Paulo. Quem mergulha na história dos Guaianás e povos tupi que dão nome às estações como Tatuapé, Guaianases, Itaquera, Itaquaquecetuba, Paranapiacaba, Barueri, Carapicuiba, Jaraguá, Jaguaré, Tucuruvi, Butantã, entre outras? Quantas obras de arte se encontram nestes locais sobre a história dos povos indígenas? E os bairros, o que dizem sobre estes povos?

A locomotiva que chegou ao Brasil e impulsionou toda a história do Estado de São Paulo com imensos troncos de ligação em vários territórios indígenas. Não só cortou territórios e criou fronteiras, cortou de seus livros oficiais a história destes povos. Cortou e diminuiu sobretudo outros modos de vida da cultura brasileira. A locomotiva do capitalismo desenfreado dos dois últimos séculos transformou o território de São Paulo.



Fonte: https://www.metrocptm.com.br/veja-o-mapa-de-estacoes-do-metro-e-cptm/ acesso 07/10/2010

Lembro-me de um episódio narrado pela família Horta Barbosa na ocasião da construção das estradas de ferro da Noroeste do Brasil na Vila Kaingang em Ribeirão dos Patos, estação de Artur Legru na atual cidade de Promissão:

...no começo do desbravamento daquela zona do seu domínio, nos trechos em que com dificuldades tremendas era concluído o assentamento dos trilhos, a administração da empresa fazia circular locomotivas sem vagões. E isso de preferência a noite, a apitar prolongadamente com o objetivo de aterrorizar os índios." (Bandeira de Mello,1982:44-45)

A história oficial de São Paulo remonta a um pensamento forjado pela falsa ideia de civilização de maneira que os povos originários foram tratados como inimigos. Os povos ameríndios se transformaram em inimigos da ganância capitalista, branca e dita civilizada. Ao brasileiro foi projetada uma falsa ideia de povo do futuro, de bons costumes, de comida boa, da música, da arte e manifestações culturais, desde que fosse ligado a outros modos de vida, principalmente, europeus.

Quanto à comida, a dita civilização do Brasil e de São Paulo incorporou os alimentos Tupi que com a qual descreve Darcy Ribeiro (1995:12) Além das mandiocas, cultivavam o milho, a batata doce, o cará, o feijão, o amendoim, o tabaco, a abobora, o urucu, o algodão,

o carauá cuias e cabaças, as pimentas, o abacaxi, o mamão, a erva mate, o guaraná, entre muitas outras plantas. Inclusive dezenas de arvores frutíferas, como o caju, o pequi etc. São Paulo, a metrópole, assim como muitas outras do mundo passam a incorporar culturas ameríndias. São Paulo não foi diferente, além disso uma questão que é a apropriação cultural e hábitos alimentares dos povos indígenas. Enquanto parcelas da sociedade utilizavam suas culturas para sobrevivência e plantio. Hoje estão sob a mira dos latifundiários que, como lobos, querem abocanhar o pouco que restou.

Aos indígenas de São Paulo coube nestes séculos lutar e ressignificar vários ambientes culturais, sociais e políticos. O século XX na sua segunda metade foi um século de muitas lutas para os povos indígenas. Reaparecem, digamos assim, várias manifestações indígenas na metrópole.

2.7 - Os Guarani na cidade de São Paulo: quem são e onde estão?

A cidade de São Paulo possui duas Terras Indígenas Guarani Mbya⁹⁵, uma delas na zona Oeste e outra na região de Parelheiros, na zona sul da cidade de São Paulo. Muitos pesquisadores têm focado suas etnografias neste sentido. Em 2008 Jaciara Para Mirim e Poty Poran assim descrevem a presença guarani Mbya na cidade a "aldeia Tekoa Ytu já está a mais de quarenta anos no Jaraguá, foi formada inicialmente por uma família: a do Sr Joaquim, Sra Jandira e seus 12 filhos, oito vivos." (Pio, Andreia, OUTROS...) E "a aldeia Tekoa Pyau iniciou com duas famílias a de Jose Fernandes e de Eunice e, depois aumentou para seis famílias e assim, não parou mais de crescer." Em 2008 as duas indígenas estavam na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo através do Programa Pindorama da PUC-SP⁹⁶ e intensificavam as discussões sobre a presença Guarani Mbya na cidade de São Paulo. Portanto o objetivo central desta dissertação é compreender a presença indígena no contexto urbano. Mas, sobretudo destacar a presença de muitos outros povos, destacando a presença

⁹⁵ Pesquisadores como Aline Aranha, Daniel Pierri, Fabio Nogueira e Lucas Keese se debruçaram numa perspectiva contemporânea sobre a vida, luta e cultura do povo Mbya em São Paulo. Vale a pena conhecer as inúmeras pesquisas realizadas. Meu objetivo é destacar que as aldeias de São Paulo estão em contexto Urbano. Sobre as questões que envolvem as migrações Guarani retornarei com o Doutorado.

⁹⁶. Será abordado no Capítulo VI, Universidade e povos indígenas. 6.2 Programa Pindorama na PUC-SP.

Guarani Nhandeva⁹⁷ e a presença do Povo Kaimbé⁹⁸ de Massacará que se distribui por vários bairros e municípios de São Paulo.

Sendo assim, pensar a metrópole com a cidade que por si só, afasta, destrói, mata. A velocidade da cidade é metaforizada pelo tempo do povo ameríndio. A velocidade e a distância criada entre o eu dos povos indígenas e o eu da cidade contemporânea. Debruçarse sobre a presença dos indígenas Guarani Nhandeva na cidade de São Paulo, sem esquecer da presença Guarani Mbya que transforma a paisagem de São Paulo.

A presença da vida ancestral, suas culturas, línguas, religião, arte, grafismo, suas tecnologias entre outros aspectos. Os Guarani Nhandeva começaram sua longa trajetória vindos do Mato grosso do Sul durante o século XIX, este longo processo migratório no Oeste de São Paulo no século XX com qual forma diversos aldeamentos é bem descrito por Nimuendaju.

Muitos outros grupos Guarani Nhandeva neste mesmo período chegaram ao litoral paulista formando vários territórios indígenas. Sendo os Nhandeva parte deste processo presentes na capital. O povo Kaingang barbarizados pela política podre de São Paulo e sua burguesia se viu forçado neste mesmo período a pequenos territórios no interior de São Paulo. Muitas terras indígenas estão na região Sul do Brasil. Os Kaingang se viram forçado a pequenos territórios e sob a égide de políticas genocidas desde fim do século XIX, atravessando todo o século XX. Atualmente o povo Kaingang está em pequenos núcleos no Oeste de São Paulo (duas aldeias) e um grupo muito recentemente se instalou na capital paulista.

O povo Kaimbé é originário do nordeste do Brasil, correntes migratórias que se instalaram na capital paulista, após as investidas de grileiros, fazendeiros e da política integracionista já mencionadas.

⁹⁷ . Capítulo III.

^{98 .} Capítulo IV.

Aos indígenas da cidade de São Paulo é negada uma história do hoje. Talvez tenhamos que provocar essa discussão não só na academia, mas em todos os locais de discussão e vida deste país, seja ela na educação, cultura, na política, nas organizações sociais, nas políticas de saúde pública entre outras. Tensionar já que me parece existe uma vida invisível. E como pensar o futuro das diversas etnias diante de tal isolamento social que não tem a ver com a doença covid19 quando se pensa isolar os indígenas de direitos humanos e sociais.

No Brasil temos 305 etnias, 272 línguas e indígenas vivendo em contexto de aldeias, 20 povos vivendo de forma isolada na Amazônia brasileira. Nas cidades o isolamento se dá no preconceito, no racismo, no total desconhecimentos da presença indígena, no apagamento histórico, na falta de políticas públicas, na falta de material didático que forneça elementos necessários para se pensar essa presença indígena nas suas várias manifestações culturais como a arte, o grafismo, a literatura, a religiosidade entre outras. Ainda existe um total desconhecimento da presença de muitos grupos étnicos na cidade de São Paulo e grande São Paulo. Não está clara essa presença de muitos povos em contexto de cidades. Neste sentido, o mapeamento da presença das diversas manifestações étnicas será importante, pois trata-se de um trabalho antropológico que reconstrói e reconecta outras novas possibilidades. Trata-se de uma atualização da antropologia quando reflete sobre outras subjetividades e um processo de reterritorialização de grupos étnicos no interior das periferias de São Paulo.

Estamos cada vez mais isolados do outro: a cerca, os muros, o metrô, o trem, o celular, são novas maneiras de isolar pessoas. Um holocausto se dá de muitas outras formas no modo de ser das cidades. A maneira com que os indígenas circulam no ato corajoso de (re)existir atualmente sugere refletir sobre outras etnografías, quando se observa outras subjetividades na construção de novos movimentos sociais. "Integre-se, pois, à corrente. Plugue-se. Ligue-se. A uma tomada. Ou a uma máquina. Ou a outro humano. Ou a um ciborgue. Torne-se um: devir-ciborgue. Eletrifique-se. O humano se dissolve como unidade. É só eletricidade. Tá ligado?" (Hari Kunzru,1997:14) Ou está desligado aos mundos indígenas existentes. Donna Haraway chama atenção para esse liga e desliga do mundo atual. Afinal estamos conectados de fato com quais tipos de subjetividades? Este humano máquina é realmente que tipo de

humano? Qual? Que tipo de humano são estes de São Paulo que surgem ou ressurgem para modificar os nossos olhares. Seriam também ciborgues?

Estamos construindo novos olhares diante da presença indígena. O renascer da presença indígena constrói um novo modo de pensar culturas, quando se observa atentamente a geografia dos mais variados pontos da grande São Paulo. Migram, imigram, emigram e circulam pelos mais distantes bairros e vias do metrô. São vistos nos trens, terminais de ônibus urbanos, metropolitanos, rodoviários e ou nas calçadas das mais diversas cidades e centros urbanos. No centro de São Paulo, temos o marco inicial, a Sé, como lugar do encontro e do desencontro. Em meio à multidão desaparecem e fazem parte da massa. Quando não, muitos desembarcam por aqui e passam a ser incorporados na massa de moradores em situação de rua ⁹⁹. Despojados pelo isolamento e violência ficam sem documentos e assistência necessária para retornar para seus locais de origem. Quando aqui chegam conhecem de perto a vida da cidade grande e suas divisões e muros sociais.

Nos diversos pontos da cidade circulam as mais variadas questões sobre o mundo contemporâneo. Nestes locais se encontram as mais variadas redes de conexão entre as pessoas. As pessoas se conectam e se desconectam. Estão conectadas e sós. Realizam os mais diversos trabalhos e se transformam nos mais variados tipos de seres humanos. São engolidas por um modo de ser das cidades que perpetua uma sincronia das massas. Encontram-se na mais intensa e problemática vivência das repetições. Alienadas são. Alienadas estão. A todo momento gritam, gesticulam, imitam e se agitam no corre-corre do dia a dia das grandes metrópoles. Estes locais são o lugar das massas, das graças, das raças, das rezas, das metas, das setas, dos carros e da velocidade.

⁹⁹ Em 2008 fiz estágio no Centro de Referência da Assistência Social. Pude acompanhar alguns casos de retorno para suas cidades de origem. Muitos indígenas ao chegar em São Paulo são furtados e acabam sendo encaminhados para os albergues da região do centro de São Paulo e região da Mooca. "Usuário encaminhado pelo Albergue...necessita auxílio para retorno ao local de origem, digo para sua tribo de Florianópolis onde estão seus filhos, seus irmãos e outros familiares. Pertence a uma tribo indígena e conforme contato coma Funai, confirmando os dados dos seus familiares. Concessão de uma passagem. Muitos foram os casos, este acima foi em 09/10/2008. Por questões éticas o nome e a instituição que o recebeu não foram mencionados por aqui. Apenas quero demonstrar que as políticas públicas são necessárias quando se compreende o universo e contexto de muitas populações que migram para as cidades. Esse é um parecer dado por uma assistente social do Cras Mooca em favor de uma passagem para a cidade de origem. Notem o termo tribo usualmente utilizado também por parte da sociedade acadêmica.

Quem observa a maneira que a cidade se distancia do outro, do mundo e da natureza? Aos animais tão próximos da vida ameríndia resta a lembrança das aldeias. Na grande cidade não se permite viver em sintonia com estes e outros seres. Essa é a vida da cidade. Da população não indígena. Os povos indígenas são o inverso. Na cidade os animais são, hora e outra, apenas objeto de prazer nos banquetes dos restaurantes. Ou são animais de estimação. Tudo é consumo, tudo é mercadoria. A vida é mercadoria. O existir destes locais permite se conectar num mundo permeado pela velocidade do trabalho. Nas suas ruas e avenidas vivem zumbis que circulam dia a dia na busca da mercadoria nossa de cada dia. Que pena esse imaginado mundo das civilizações!

São Paulo foi construída em cima de cemitérios indígenas. Este local é indígena. Por São Paulo circulam Guarani Mbya, Guarani Nhandeva, Kaiowa, Kaiapó, Pankararu, Pankararé, Pankará, Potiguara, Matses, Atikum, Borum, Terena, Pataxó, entre outras etnias. Exibem seus colares, suas bolsas, suas línguas e suas lutas. Caminham sós, ou em grupos. Fazem-se ver e são muitas vezes confundidos como estrangeiros. Alguém de longe. Estão em sua própria terra, a cidade é seu lar, entendem a cidade como local da conexão de um novo olhar sobre o mundo. Vivem e sobrevivem no universo desta agitação da metrópole. Na sintonia necessária de se autoafirmar a todo momento. Pelas grandes cidades, organizam-se em muitos grupos e buscam o elo necessário para o Bem Viver.

Entre os seus, vivem a cultura de seus povos meio à cidade grande. A cultura é permeada por muitos significados. Organizam-se, criam, recriam, transformam, lutam e sobrevivem na selva de pedra dos falsos heróis. Buscam dar sentido aos mais diversos locais de luta política quando se referem aos seus antepassados. Não negam suas origens. Não negam ser da terra. Não negam que estão de passagem para um mundo que não é esse da destruição e da individualidade.

As viagens são sempre o lugar da passagem. Circulam nas mais diferentes pontas do Brasil e circulam nos mais diferentes lugares junto a seus povos. Aqueles que aqui circulam realizam a mais longa travessia entre o "eu" da cidade e o "eu" dos povos indígenas nas terras

longínquas. Trazem a experiência de outras vidas. A sintonia com o ambiente permeado pelo olhar de um animal selvagem, do canto do pássaro ou do peixe recém retirado das águas. A memória e a experiência que por aqui circula traz consigo a vivência de outros mundos. Trazem a esperança de se construir uma nova sociedade. Trazem a esperança de se buscar um dia ser realmente visto como originário, pertencente a um mundo que não é marcado pela violência do olhar das pessoas. Aguardam um dia em que não presenciarão mais o preconceito das cidades. [Está dissertação buscou etnografar estas experiências do povo indígena da cidade grande].

Aos povos indígenas destas cidades, mostraremos seu mundo, seu modo de vida. Suas lutas, tristezas, lembranças. Ouviremos as anciãs, suas línguas originárias. Ouviremos os mais jovens que conectam estes dois saberes e reconstroem outros conhecimentos. Pela cidade cantam, encantam, contam e traduzem suas histórias nas mais variadas versões sobre a criação do mundo. São daqui e estão ao mesmo tempo de passagem. E nesta longa passagem sobrevivem nas periferias e bairros distantes do centro de São Paulo. Esta dissertação se debruçou sobre estes locais.

Em São Paulo vivem centenas de etnias indígenas espalhadas pelas mais diversas regiões. Etnografar a presença de meu povo nas periferias é inédita e contemporânea, de meus irmãos Kaingang do Oeste de São Paulo expõem a perversidade de São Paulo sobre os dois povos.

Há também o povo Kaimbé que vem para cá como substrato de trabalho e surge na periferia, que é o local de muitas outras etnias. As etnias, que circulam por São Paulo, buscam sobrevivência e caem na sina da maldade de muitos. O povo das grandes cidades desconhece a riqueza dos originários e de suas culturas. A presença indígena está na caverna obscura do passado. Desconhecem o outro, não se reconhecem no outro. Que triste história de um povo!

Quão importante foi mostrar a vida de muitos. Pretendo etnografar a vida dos povos indígenas isolados na cidade grande. Isolados da história oficial, da saúde diferenciada, do acesso a habitação, do acesso a concursos públicos nos moldes da presença negra, do

reconhecimento por parte do Estado na construção de políticas públicas na esfera cultural, no acesso a política, no acesso às universidades públicas de São Paulo, entre outras. Apesar de tudo resistem e insistem em lutar.

São experiências importantes que estão em constante mutação. Por outro lado, experiencias importantes tiveram início na década de 2000, com acesso de centenas de indígenas à uma universidade privada. Pretendo realizar uma reflexão sobre as muitas presenças que se dão nas universidades de São Paulo, fruto este da constante da luta dos movimentos indígenas nesta região, e sobre a maneira como a educação e os indígenas ressignificam a cidade na perspectiva ameríndia, a partir dessa entrada. Lançarei foco no caminho percorrido por muitos, suas vivências na cidade e nas universidades públicas e privadas. Irei focar em especial, na presença indígena na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), com o programa Pindorama, com sua política de reparação histórica relacionada aos povos indígenas.

As universidades têm sido locais de lutas dos movimentos indígenas. A educação tem sido um local importante do fazer antropológico. Pretendo demonstrar essa perspectiva e como estão sendo articuladas muitas outras lutas dos movimentos indígenas nas perspectivas ameríndias na grande São Paulo.

Capítulo 3 – Os Guarani Nhandeva na cidade de São Paulo.

Permitam-me que eu me diferencie¹⁰⁰ de meus irmãos Guarani Mbya¹⁰¹ do Estado de São Paulo e de regiões da zona sul de São Paulo, capital. E de nossos irmãos Guarani Kaiowa¹⁰² do Mato grosso do Sul. Nossas trajetórias não foram tão diferentes nestes últimos séculos. As andanças de meus parentes Nhandeva nos trouxeram para o meio dos arranhacéus da cidade grande. É certo que meus irmãos Mbya da cidade de São Paulo compreendem uma grande parcela da população indígena da metrópole paulista. Quem dera pudesse diferenciar "aldeado" e "não aldeado" nestes tempos tão difíceis. O fato é que meus parentes Nhandeva possuem um longo histórico de mudanças que culminaram na presença na cidade grande. Minha família chegou aqui ainda na década de 1960 e de lá para cá muitas baixas tivemos, muitos se foram para o lugar onde não existe sofrimento e onde não existe injustiças. "Ligam-se a correntes migratórias, provenientes do Oeste, que se vem sucedendo desde o primeiro quartel do século passado. O motivo das jornadas é o "Yvý opá, o fim do mundo, profetizado pelos médico-feiticeiros" (Shaden, 1954:15). Faço parte de uma corrente migratória vindo da região do Mato Grosso do Sul que se autodenominam Apapokuva -"homens dos arcos cumpridos". "O habitat original dos Apapocúva situa-se na margem direita do baixo Iguatemi, no extremo sul do Estado de Mato Grosso¹⁰³ (Nimuendaju: 1987, p. 8). E se instalaram na região de Bauru no que foi chamado de Povoamento Indígena do Araribá.

No final do século XIX e início do século XX diversos grupos Guarani Nhandeva como Apapokuva, *Tanigua*, *Oguauiva* (id: p. 8:15) se deslocaram por imensas regiões descendo os rios Paraná, Tietê, Batalha, Aguapei, Paranapanema, entre tantos outros. Entre

¹⁰⁰ Segundo Schaden, em *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani* (1974), os Guarani do Brasil meridional podem ser divididos em três grandes subgrupos: os Nhandeva, aos quais pertencem os Apapocuva (que se tornaram famosos pelo trabalho de Curt Nimuendaju), os Mbya e os Kaiowa.

¹⁰¹ Id.p.12. Mbya ('gente") é a autodenominação mais corrente de povos também conhecidos como Kayguá, Kaingua, Kaiua, etc, e a quem os Nhandeva chamam Tambéopé ("xiripa largo") ou Txeirú Ñaneirú ("meus" ou "nossos amigos").

¹⁰² Id, Kaiowa é o terceiro grupo, também conhecido como Teuí e Tembeku. Hoje os Kaiva mantêm-se confinados a uma série de aldeias do Sul do Mato Grosso (como Dourados, Pananmi, Teicué, Taquapiri, Amambai e outras) e de regiões contiguas do Paraguai.

¹⁰³ Curt Nimuendaju acompanhou de perto as correntes migratórias e conviveu entre os meus no período que compreende 1905-1912.

as correntes migratórias Apapokuva podemos destacar as dos Pajés Guyracambí, Nimbiarapony, Honório Araguyraá, neto do guerreiro Papay, Neegueí, capitão Fortunato, Joguyroquy filho de Araguyraá, Mbií, Tupãmbeí. Entre as correntes migratórias dos Taniygua, um de seus maiores líderes foi Nimombaecatú, entre os Oguauiva, o pajé-chefe Nanderyquyní, e Nanderuí. Muitas destas correntes se instalaram em vários aldeamentos indígenas dispersos pelo sertão de São Paulo e Paraná, sendo que parte deles se instalando na região de Bauru no início do século XX. Segundo Nimuendaju:

Em 1910, finalmente, consegui com muito esforço chamar a atenção do Serviço de Proteção aos Índios, ao qual então eu mesmo já pertencia, para meus irmãos de tribo, abandonados e caluniados por todo o mundo. Graças à simpatia humanitária e à compreensão das necessidades dos índios, infelizmente raríssima na instância competente — que encontrei no Inspetor dos Índios de São Paulo, Senhor Horta Barboza, o Araribá foi convertido em asilo para os numerosos remanescentes dispersos da tribo Guarani, formando hoje seu centro principal. A maioria dos índios desta tribo que habitava em São Paulo, bem como um grande número deles do Mato Grosso e Paraná, aceitaram minhas propostas de mudança para esta reserva nos anos de 1912 e 1913. (1987:13)¹⁰⁴

O povoamento do Araribá, com a qual a família Horta Barbosa vem viver após sua transferência da Vila Kaingang em Promissão em 1916, "era a Povoação Indígena do Araribá", distante pouco mais de quatro léguas na pequena cidade de Jacutinga (atual Avaí) na mesma estrada de ferro Noroeste do Brasil". ¹⁰⁵ Nesta região, percorreram inúmeras correntes migratórias no final do século XIX, XX e continuaram esse processo de migração com várias retomadas territoriais no século XXI.

Até a década de 1980, os Guarani permaneceram próximos ao rio Batalha. Nimuendaju descreve: "Vim a conhecer os Guarani em 1905, no oeste do estado de São Paulo;

¹⁰⁴ Cabe aqui destacar o significado da palavra tribo, hoje em dia não mais utilizada pela etnologia indígena, uma vez que fora utilizado para dar ênfase à sociedades atrasadas e ou primitivas. O correto seria dizer povos indígenas, etnias, comunidades indígenas etc. Nimuendaju assim distribui em 1912 o número de Nhandeva: o número de Apapocúva remonta hoje a seiscentas e cinquenta pessoas. Deste total, duzentas estão no Iguatemi em Mato Grosso; outros tantos, ao lado dos Oguauíva e de alguns Kayguá, na reserva do Araribá em São Paulo; cerca de cem no rio das Cinzas, no Paraná; uns setenta no Potrero Guaçu em Mato Grosso e uns quarenta na

foz do Ivahy no Paraná. ¹⁰⁵ Cf. BANDEIRA DE MELLO, Darcy S. Entre Índios e Revoluções -Pelos Sertões de São Paulo, Mato Grosso e Goiás de 1911 a 1941. p. 81. São Paulo, Soma, 1982, p.13.

vivi então, com poucas interrupções até 1907, como um deles, na sua aldeia no rio Batalha. Em 1906 fui incorporado com todas as formalidades na. tribo, recebendo meu nome índio." (Nimuendaju. Introdução, 1987:3). Os Guarani do Araribá permaneceram pelo menos um século na mesma região.

Quando retornei para a aldeia em 1984, vivi entre os Terena junto de meu tio Francisco da Silva. Dias depois de minha chegada fui conhecer meus parentes no afluente do Batalha, foi neste momento que vim a conhecer minha tia Margarida da Silva. "A partir de 1984, quando os Nhandeva mudaram sua aldeia, do rio Batalha para as nascentes do rio Araribá, nomearam o novo local como Aldeia Nimuendaju, por ele tê-los tornado conhecido no mundo todo" (Veiga, J. & D´Angelis, W.R. p.7). Em 1984, estávamos já entre nosso povo. A princípio vivemos entre o povo Terena, na ocasião da mudança dos Guarani. Muito conhecido ou não, o fato é que as várias andanças que se deram remontam a um passado de muitas transformações políticas, culturais, territoriais e geográficas.

Os Nhandeva que vivem na cidade de São Paulo talvez tenham poucos achados de sua presença. Passam despercebido em meio ao caos da cidade, relatos e documentos oficiais desconhecem grande parte dessa população. Se não somos muitos, somos atuantes e firmes de nossa identidade. Nossas raízes históricas continuam a ser preservadas, assim como a memória de muitos de meus antepassados. Muitos deles compreendidos muito recentemente em meus achados e pesquisas nestes últimos 15 anos. A presença dos Guarani Nhandeva, principalmente daqueles que um dia fizeram a marcha para leste, contrariando a marcha capitalista que adentrava o sertão de São Paulo.

Chegamos a São Paulo, capital e seu entorno, num passado não tão distante. Nimuendaju indica, entre os grupos que chegaram ao litoral: os Tanígua (1820) os Oguahuiva (1820) e os Apapokuva (1870). A marcha para leste dos Apakokuva não é nova. As circunstâncias foram diferentes, mas tudo indica que a marcha guarani continua, mesmo passados mais de dois séculos.

3.1- Minha descoberta como povo indígena em São Paulo: história dos Nhandeva na cidade de São Paulo.

Realizei pesquisas em meu trabalho de conclusão de curso que ligaram meu passado e meu presente enquanto indígena na grande cidade. Importante foram as longas conversas com minha mãe e meu tio Francisco da Silva. As passagens que ouvi dos dois me liga a vários momentos da história. Da aldeia à cidade, da cidade à aldeia. São movimentos importantes que acompanhei não só na minha trajetória, mas da trajetória de muitos indígenas que conheci nas duas últimas décadas.



Casa de minha família no Araribá, em 1980. (vivi ai na década de 1980) Arquivo pessoal Francisco da Silva. 106

106. Acima, uma foto do arquivo pessoal de meu tio Francisco da Silva, no centro da casa, minha mãe com uma camiseta branca. Está fora da residência que vivíamos juntamente com a família de meu tio. Existia uma divisão que cortava o limite entre as duas casas. Na parte de cima da casa, um pequeno galho que brotou do tronco que sustentava a casa. Vivemos entre o caminho entre a colônia dos Terena e a sede. Na parte de traz da foto, ficava uma pequena bica que era o local de nossos banhos. Após a bica, iniciava o caminho para o cemitério do Posto Indígena. A casa retrata exatamente a imagem que possuo do momento que chegamos em 1980.

Portanto, o que meu tio Francisco da Silva e minha mãe Ernestina da Silva me traz é uma entrada para o conhecimento tradicional guarani, um conhecimento através da oralidade. Meu trabalho de conclusão de curso na PUC-SP reforçava minhas buscas pelo passado e trajetória de meu povo. As lembranças frequentes (as vezes não tão frequentes assim) foram de suma importância e não poderia deixar de lado esse precioso achado, a trajetória da presença Nhandeva em várias regiões da capital paulista, litoral e centro oeste de São Paulo, além do Paraná. Era preciso cavucar, fuçar, remexer e insistir nesses achados. As duas pessoas com as quais conversei e converso trouxeram, a princípio, vagas lembranças, depois preciosidades para a literatura oficial e para a etnologia indígena. Minha mãe, Ernestina da Silva, e seu irmão Francisco da Silva foram fundamentais nos levantamentos apontados.

Nas longas conversas em casa principalmente ao anoitecer encontrei nas vagas lembranças que tenho de minha mãe algo incompleto, com recortes que evidenciavam tristes histórias. Estava diante de pequenos fragmentos do passado, que não me mostravam as respostas por mim esperadas. Minha mãe possuía em sua história pessoal quase nenhuma lembrança de seus pais, principalmente de sua mãe, pois ainda pequena minha avó falecera. Sempre fiquei surpreendido com os relatos vagos de um passado na aldeia que remontava a fragmentos a serem remodelados e rememorados. Era preciso conectar ou reconectar. As vagas lembranças deste passado me intrigavam e me colocavam diante de um dilema. Afinal, o que houve e quais foram as questões apresentadas para a presença nhandeva no extremo da periferia.

Quero destacar aqui um ponto importante, que é a memória como instrumento de reorganização social. Com razão, Marilena Chauí afirma que "destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros" (1979:19). Assim a recuperação da memória através dos diálogos com minha mãe e tios busquei o "caminho da volta", que tem ajudado tantos povos a se reconhecerem como populações diferenciadas.



Foto na Aldeia Curt Nimuendaju. Francisco da Silva (Sayju), Luzia (sua esposa italiana) e minha mãe Ernestina da Silva. Arquivo pessoal, 2007.

Minha mãe é índia Guarani Nhandeva, nascida em 1942, na aldeia Curt Nimuendaju a 430 km de São Paulo e 35 Km de Bauru¹⁰⁷, antigo Posto Indígena Araribá, centro oeste paulista, teve em sua vida a presença constante de seu irmão, Francisco da Silva, Sayju Karaí Mirim. Os dois irmãos na companhia de seus pais, transferiram-se para a Aldeia do Posto Velho, atualmente T.I Iwy Porã no estado do Paraná¹⁰⁸, na década de 1940, onde viram seus

¹⁰⁷ Minha mãe nasceu em 1942 no Posto Indígena Araribá, na região de Avaí. Conforme já descrito o Posto indígena mudou o nome para Aldeia Curt Nimuendaju na década de 1980, quando os Guarani se transferiram próximo a linha férrea desativada. Interessante frisar que desde a década de 1940 os documentos oficiais já se

referem a aldeia como Curt Nimuendaju.

¹⁰⁸A terra indígena está localizada no município de Abatia no Estado do Paraná. Em processo de litígio (situação jurídica declarada) os Nhandewa em Ywy Porã aguardam a demarcação de 1.238 hectares de terras situadas entre os municípios de Abatiá, Cornélio Procópio, Nova Fátima, Ribeirão do Pinhal e Santa Amélia-PR. A TI hoje conta com 7,5 hectares onde vivem 18 famílias (79 pessoas), as quais não possuem acesso ao rio, matas e espaços para cultivos familiares. *Dissertação de Mestrado de Leticia Fernandes com o Título, Nossos Guerreiros continuarão: etnografia sobre os Nhandewa de Ywy Porã (Abatia-PR)*.

pais serem enterrados. Já houve um tempo em que o Paraná fora São Paulo, o imenso território marcado pela divisão regional do Estado.

Meus avós foram enterrados no grande território da nação guarani. Ao remoer feridas do passado, vamos reorganizando as pistas e buscando informações importantes para uma análise sistematizada dessas ideias. Posto Velho¹⁰⁹ e morte de meus avós neste local ¹¹⁰? Conectar a feridas do passado e reconectar a novas perspectivas junto a pesquisadores é tarefa árdua já que grande parte desta aldeia desconhece a história de muitos de seus sábios. A Aldeia de Posto Velho é relativamente nova e carece de muitas outras inserções na história.

Intrigou-me ouvir primeiramente o nome de meu avô Mboka que, segundo a pronúncia, indicaria a tradução: espingarda. Estamos aqui diante de uma pessoa que, segundo relatos de Francisco da Silva, era um homem muito bom na caça e com um nome indígena, seguindo ao chamado dos grandes pássaros. Seus padrinhos dariam o nome para um homem cuja presença nesta terra estaria ligada ao manejo da caça, seria por aqui um grande caçador. Meus avós haviam sido enterrados em território sagrado e seus corpos seriam parte de um passado distante de minha realidade na cidade grande. O estado do Paraná assim como grande parte do Brasil sucumbiu em inúmeras formas de destruição das grandes nações. Refletir sobre um avô que nunca tive e ao mesmo tempo nunca deixou de existir nas correntes sanguíneas de meu corpo me confortava, estava diante de um achado que perpassava a ordem cronológica do tempo e renascia na pessoa em busca de fragmentos do passado. Eu estava diante de uma caça histórica de documentos, fotos e escritos sobre estes acontecimentos do passado.

Na década de 1940, minha mãe se deslocou de Bauru, Centro Oeste de São Paulo, para o Paraná em companhia de seu pai Mboká, Avelino da Silva, e de sua mãe Txiky, Julia Inácio da Silva, e os três filhos pequenos: Kunhã Nimuendu (Ernestina da Silva), meu tio

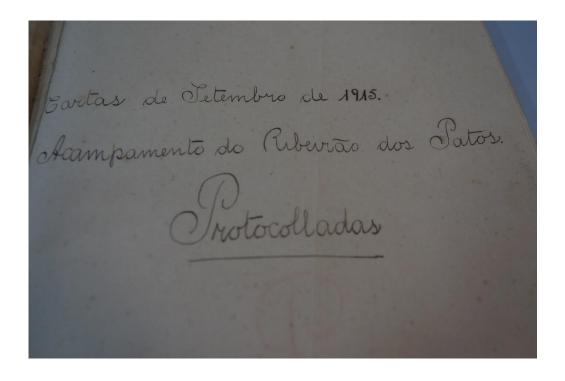
¹⁰⁹ id

¹¹⁰Muito recentemente minha mãe esteve no Posto Velho para reconhecer os antigos locais da presença de nossos antepassados. Reconheceu não só o local onde foram enterrados meus avós, mas uma seria de locais e casas da época da década de 1940. Foi mais um exercício necessário para compreender seu passado e a história e trajetória dos Guarani Nhandeva na região.

Sayju Karaí Mirim (Francisco da Silva) e o tio Guyragueyá (Oswaldo Manuel da Silva). Momentos difíceis estão por toda parte. Imensos territórios estavam sendo totalmente transformados pela conquista "digamos assim" do Oeste pela elite paulista e por novos imigrantes. Posso dizer que o faroeste brasileiro estava em andamento. Aos indígenas restavam lutar e resistir. A trajetória de minha família para o Paraná possui algumas questões importantes. Meus avós desde a década de 1910 circulava entre imensos territórios, mas não estavam só.

Um livro encontrado por mim no Museu ferroviário de Bauru em 2006 trazia pistas para um problema das doenças que sucumbiram a região indígena onde nascera minha mãe. Traziam na capa a data de abertura do livro datado de 1915 da Diretoria Geral de Serviço de Proteção aos Índios em capa jeans contendo 102 páginas dando detalhes dos remédios distribuídos para cada família. Um ponto intrigava-me era saber que o livro possuía a seguinte indicação "Cartas de Setembro de 1915 — Acampamento do Ribeirão dos Patos". ¹¹¹ O acampamento estava localizado em Promissão e a quatro quilômetros da Estação Heitor Legru que, segundo Mello "nada mais era do que uma modesta e tosca casa de taboas", onde "havia sido construído um rancho pelo pessoal do SPI, para abrigo quando das vindas a estação" (1982:22-23). Este local foi território por onde circulavam Guarani e Kaingang. Em 1912, os Kaingang resistiram bravamente à investida das construções e estradas de ferro na região, e diante de muitas investidas foram enfim contatados e alojados neste acampamento.

¹¹¹ Encontrei um livro de memorias de Darcy S. Bandeira de Mello uma descrição sobre o acampamento Ribeirão do Patos que ficara a dois quilômetros da atual Promissão. Segundo descreve em suas memórias, tratava-se de uma região em franca expansão e segundo ao qual uma região em franca expansão da lavoura cafeeira. Este foi um dos acampamentos em que a Índia Vanuire permaneceu a fim de dar apoio ao Serviço de Proteção aos Índios nas investidas intermináveis contra indígenas de sua etnia.



Mas, afinal, ao abrir o livro me deparo com uma relação imensa de indígenas guarani e Kaingang com a data de 1931. Eles teriam retornado a este local anos depois?

A resposta é não! O acampamento de Ribeirão dos Patos fora abandonado e a promessa de que seria transformado num aldeamento indígena foi por água abaixo. Na verdade, recebeu a investida da elite agrária da região, que tratou de impulsionar a retirada deste acampamento. Parte dos funcionários foram transferidos para a região do Araribá. Os Kaingang que, "segundo eles", haviam sido pacificados foram transferidos para Icatu e Vanuire. Outros foram abandonados à própria sorte e voltaram para as matas. Os funcionários levaram todo o material como os livros, e utilizaram para descrever os remédios a que foram submetidos os indígenas neste período agora na região do Araribá.

Sobre meu avô Mboká, Avelino da Silva, vou reproduzir aqui o relato de Sayju Karaí Mirim ou Francisco da Silva, seu filho e meu tio materno, cujas informações são muito valiosas:

O chefe José Cândido¹¹², que participava da Pacificação dos Kaingang da Reserva do Posto Velho no Paraná, é que levou meu pai Avelino da Silva (Mboká), para carregar seus pertences e objetos. Mboká significa espingarda em português, devido ao seu status de Grande Guerreiro Guarani. Mboká viveu até 1943, falecendo em Santa Amélia (atual Posto Laranjinha), na época chamada Gardinópolis. O cacique Mboká morreu com uma dor no joelho. (2007)

.

Niminon Suzel Pinheiro, em sua pesquisa Vanuire conquista colonização e indigenismo: Oeste Paulista, 1912-1967, assim descreve o lado, obscuro do trabalho dos indigenistas:

No "Primeiro Serviço Registral e Anexo de Bauru", na cidade de Bauru, encontrei em nome de José Cândido Teixeira "55 alqueires de terra adquiridos pelo preço de Rs 1:650:000 da Fazenda Goaporanga de propriedade do Dr. Luís de Toledo Piza Almeida e sua mulher D.Julia Failes de Toledo Piza, proprietários, residentes na capital de São Paulo". José Cândido Teixeira é conhecido integrante da equipe do SPI que "pacificou" os Kaingang. Segundo depoimento de Anna Izabel Bandeira de Mello, ele "era laranja" dos Horta Barbosa, para os quais eram transferidas grande parte das terras adquiridas em nome de José Cândido Teixeira. Esse é um caminho que pretendo seguir investigando, pois, nos cartórios de Penápolis, devem constar outras informações. Chequei vários outros nomes em Bauru sem resultado. (p.101)

A história de meu avô, segundo consta, foi acompanhada pelo então servidor do Serviço de Proteção ao Índio, médico José Candido Teixeira. Talvez pudesse passar essa informação despercebida não fossem os relatos orais que complementam nossas histórias e reconstroem lacunas do passado.

os Kaingang segundo eles pacificados em 1912 em Ribeirão dos Patos, a cidade que hoje é Promissão. Na época a cidade fazia referência a HECTOR LEGRU, em homenagem ao banqueiro que financiou a construção da Noroeste do Brasil, a estação inaugurada em 28 de setembro de 1905. Sobre a Estação Hector Legru e possível acessar o sitio eletrônico a seguir: http://www.memorialdosmunicipios.com.br/listaprod/memorial/historico-categoria,111,H.html acesso 05/10/2018.

Segundo meu tio foi o próprio José Candido Teixeira, médico que trabalhou com os Kaingang, que conduziu meu avô para o Paraná. Pois Segundo Sayju estas dores já o acompanhavam há seis meses e devido a isto ou a alguma outra complicação, faleceu em 1943 no Paraná.

Sayju se lembra dos velhos tempos em que seu pai adentrava as matas e com tamanha fartura, sempre trazia em seu ombro um cateto, uma queixada (porco do mato) ou uma anta. Mboká possuía uma grande criação de galinhas e até cateto domesticado. Lembra-se dos tempos em que seu pai iniciou seus trabalhos em fazendas da região, conduzindo carros de boi. E, com tristeza no olhar e comovido, afirma que parecia estar ouvindo seu pai dizer: "Meu filho vai ter um tempo em que os carros não vão ser mais assim". E chorou...

A família Horta Barbosa assim descreve o transporte:

Para lá seguimos em princípio dos anos de 1918, chegando à estação de Jacutinga (atual Avaí), que era depois de Bauru, na "Noroeste". Da estação até o novo destino, viajamos em carros de bois, fazendo o percurso – pouco mais de 4 léguas – em péssimo estradão esburacado, a subir e descer ladeiras, que obrigavam o grande e primitivo carrão de rodeio de Cabreúva chapeada, a chiar cada vez mais descompassadamente. Atravessávamos alguns trechos de mata fechada e imponente, assim como muitas lavoras e alguns cafezais. Dada a morosidade natural do veículo que nós conduzia, somente ao anoitecer chegamos àquela Araribá, de onde também conservamos recordações imorredouras. (Bandeira de Mello, 1982:81)

Mboká foi um grande caçador e seus quatro cachorros certo dia avistaram uma onça embaixo de um galho. Assim que a onça avançou novamente Mboká a matou, e sua carne foi servida para a família durante a noite. No outro dia, assim que um tamanduá ficou de pé e se aproximou de seu pai para dar o bote, este cortou os dois braços do animal. Embora fosse pequenino – media apenas 1,60 m. de altura –, Mboká era um exímio caçador.

Na parte de baixo da folha 15, datada de 1931, 113 consta o nome de Mboká, junto ao material do Museu Ferroviário de Bauru. Encontrei esse documento de forma no mínimo suspeita com o apoio do funcionário da Prefeitura de Bauru. Era a coleção de livros do Posto Indígena Araribá, Posto Indígena Icatu e Vanuire, entre outros. Entre eles uma lista da farmácia dos Postos onde não está tão nítida em algumas folhas, mas se faz atentamente uma leitura. Com uma câmera, pude registrar novamente parte da documentação. Encontrei aí

¹¹³ O objetivo de meu projeto de pesquisa de doutorado será o de trabalhar os registros históricos abandonados pelo serviço de Proteção aos Índios. No Museu Ferroviário estão inúmeros exemplares de registro das aldeias de Araribá, Vanuire e Icatu. Descobri esses documentos em 2007.

uma relação de todos os índios que utilizaram a farmácia na época. Perguntado como todo este material foi parar ali, nenhum funcionário do Museu soube me responder ao certo. É que na sede da Fundação Nacional do Índio-Funai em Bauru e nas aldeias não existe nenhuma relação dos antigos moradores desta região, evidenciando aqui que o apagamento histórico se dá por outros meios e o sumiço de documentos oficiais por parte deste órgão é no mínimo suspeito.

Neste documento, com certa dificuldade, consegue-se fazer a leitura: Avelino Bocá, mais abaixo os dizeres: "Para sua esposa Julia Inácia" e o nome do medicamento que está com difícil leitura. E mais abaixo os dizeres: "Para seu filho Francisco" que na época possuía apenas 12 anos. Quando mostrei estes documentos a Sayju, ele não se conteve em lágrimas. Jamais tinha visto nenhum documento nesta região que mencionasse o nome de seus pais.

A esposa de Mboká era a Guarani Júlia Inácia da Silva, conhecida no grupo como Txyki, que significa *milho verde*. Segundo meu tio, sua mãe ao sair da roça de milho, debulhava a espiga e os esperava com o peixe e milho cozido. Sayju e seu irmão, Osvaldo Manuel da Silva, conhecido por Guyragueya (um passarinho) trouxeram bastante *pira*, isto é, peixe e comeram com a pamonha que sua mãe já havia preparado para eles. No outro dia sua mãe amanheceu com um frio, teve febre e depois de dois dias faleceu de repente, vítima de "bexiga preta", segundo relata. Esta doença não é bem definida, podendo ter sido o chamado "sarampão" ou varíola.

3.2- A Morte de meus avós Nhandeva e o processo de dispersão

Após a morte de sua mãe Txyki, Sayju ficou com a responsabilidade de cuidar dos quatro irmãos: Oswaldo, Ernestina, Almerinda e Margarida, irmã por parte de pai. Oswaldo da Silva, meu tio, Oswaldo da Silva, Guyragueyá, viveu no Posto Laranjinha (PR) 114, casando-se ali. Logo depois mudou-se para Pinhalzinho, também no Paraná. Como era um

¹¹⁴ As aldeias Guarani Nhandewa da TI Ywy Porã (Posto Velho) localizada no município de Abatiá-PR, região nordeste do Paraná. Está juntamente com a TI Laranjinha (Santa Amélia) e Pinhalzinho (Tomazina) formam uma territorialidade Guarani-Nhandewa na bacia do rio das Cinzas" conforme aponta Leticia Fernandes, em sua pesquisa sobre os Guarani desta região.

índio muito inteligente, causava irritação ao chefe do Posto que não aceitava suas reivindicações.

Com muita independência, procurou ajuda em Brasília, levando os assuntos referentes à condição de vida dos indígenas daquele do local. Mas João Serrani, o chefe de Posto, não aceitou aquela afronta e começou a persegui-lo de todas as maneiras. Meu tio Sayju relatou a seguinte história:

"João Serrani¹¹⁵ não aceitava que ele tentasse organizar a aldeia, e seu irmão Pedro Serrani procurou a ajuda de mais cinco índios para preparar uma emboscada. Neste dia Gueyragueya havia ido até a cidade fazer uma comprinha e no caminho encontrou-se com estes homens que haviam armado uma tocaia. Chamaram-no a um canto, onde um dos Guarani deu um forte golpe na sua cabeça, derrubando-o sem reação. Guyragueya nunca esperava isso de seus parentes. Vendo-o com seu corpo estendido na estrada, Pedro Serrani entrou no veículo e passou violentamente com seu carro por cima de Gueyragueya, que ficou estendido ali até o final da tarde, ao lado de sua comprinha. À tarde, sua esposa Lourdes que o procurava, encontrou-o caído, morto, à beira do caminho."

Seyju conta que até hoje existe ali uma cruz para marcar a morte de Guyragueya, em Barra Grande, atual Pinhalzinho (PR). Fui para o Pinhalzinho em 2013 e vi ao canto direito da entrada da aldeia a cruz que faz referência a esta história contada por meu tio.

Após a morte de Oswaldo da Silva, Guyragueya, sua esposa Lourdes mudou-se novamente para o Posto Laranjinha com seus quatro filhos, Samuel, Aroldo, Marina e um quarto filho que não guardei o nome. Na época houve uma grande repercussão da morte de

¹¹⁵ Se trata de Joao Serrano e José Candido Teixeira servidores do Serviço de Proteção ao Índio, trabalharam em aldeias como Pinhalzinho e Laranjinha no Paraná na década de 1950/1960. São acusados pelos indígenas por maus tratos aos Xetá, era o período da década de 60. Segundo relatos no Museu Paranaense Mupa "março de 1961. Mã, seu filho Tikuein (ou José Luciano da Silva, como foi registrado pelos brancos) e Nhengo são levados pelo funcionário do SPI, João Pereira Gomes, conhecido como João Serrano, para a área indígena Pinhalzinho, no município de Tomazina. O relato descreve ação do servidor do SPI conduzindo indígenas para a aldeia Pinhalzinho. As descrições de meu tio Francisco da Silva batem com os servidores. hhttp://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=109 acesso 20.10.2020.

Osvaldinho, como era também conhecido. Esta ocorrência foi atendida pelo policiamento de Jacarezinho. Quando Sayju recebeu a notícia da morte do irmão, estava em São Paulo, com a família, juntamente com Ernestina, Cunhã Nimuendu, sua irmã mais nova, além de minha mãe que não se afastou por muito tempo dele, já que foi morar também em São Paulo. Ficou então sabendo que a morte de Guyragueyá foi uma traição dos próprios Guarani que haviam passado para o lado do Chefe de Posto, João Serrani.



Local onde foi enterrado meu tio Oswaldo Guyragueya, perto do Posto Indígena Pinhalzinho (PR)

Foto: Vânia Nhandeva

Assim Sayju também foi à Brasília questionar a morte de seu irmão Osvaldinho. Por isso começou também a ser perseguido pelo chefe de Posto. Sayju mudou-se para o Araribá, no Oeste paulista, e chegou com fama de "índio que gostava de arrumar confusão", já que não aceitava a política do chefe de Posto. Ficou com fama de "arruaceiro" classificação dada pelo homem que deveria cuidar dele. Meu tio lembra que para dominar melhor a comunidade, os chefes do SPI incitavam os índios a desentendimentos entre si.

Almerinda da Silva, minha tia, após a morte de seus pais e da separação dos demais irmãos continuou no Posto Indígena Laranjinha, no Paraná, durante toda vida e é uma das grandes líderes espirituais do povo Guarani Nhandeva. Embora tenha vivido no Estado do Paraná, seus filhos se distribuíram entre o Posto Indígena Araribá na região de Bauru e Posto Indígena de Laranjinha. Mais tarde, final década de 1990, foi a grande incentivadora da formação de outra aldeia de antepassados, conhecida como Aldeia do Posto Velho onde foram enterrados seus pais (meus avós). Retornou para a aldeia Curt Nimuendaju em 2010.

Almerinda da Silva vive (os Guarani não morrem) até hoje como uma das grandes líderes e incentivadoras dos demais grupos pela permanência e luta por lugares onde fizeram parte da história do povo indígena Guarani Nhandeva do início do século XX. Ela sempre tratou Yvy Porã como local sagrado. Neste local foram enterrados meus avos na década de 1940. O cemitério foi formado para receber o corpo de diversas lideranças Kaingang e Guarani, tempos depois tratores remoeram não só o cemitério, mas fazendeiros tomaram conta de todos os limites possíveis destas terras.

Almerinda permaneceu em uma região no Paraná que tem como característica principal o conflito com grandes fazendeiros, que fixaram residência em terras indígenas após a desocupação e matança de indígenas no século passado. Permanecem como herdeiros legítimos de uma terra cuja semente ficou soterrada com os grandes líderes espirituais do povo Guarani. As retomadas na região refletem a luta e semeada pelo território Nhandeva.

Foi com este objetivo e pela retomada dessas terras pelo seu povo que Almerinda da Silva ocupou uma grande posição de luta e inspiração aos mais novos. Neste local Almerinda permaneceu até se deslocar definitivamente no início da década de 2010 para Bauru. O Posto Velho continua com ameaças, preconceito e as mais diversas formas de imposições, o que implica dizer que o faroeste não terminou para os indígenas.

Minha tia foi enterrada em 2018 no cemitério da aldeia. Me desloquei para lá assim que soube de sua morte. Minha tia viveu no Laranjinha, se uniu aos indígenas na Retomada do Ywy Porâ – Posto Velho e retornou para a aldeia Curt Nimuendaju para reestabelecer contato com a família e minha mãe. Era uma das grandes líderes espirituais da Cultura Guarani.

Almerinda da Silva, mais conhecida como Saypy (Gota de Orvalho que cai) pronunciou as seguintes palavras ao me explicar o significado de seu nome: "Meu filho quando sua tia foi batizada, segundo a tradição guarani, recebeu de seus padrinhos o nome de Saypy. Este nome foi enviado por Nhanderu. E tem um grande significado para mim. Em uma floresta ao amanhecer, formam-se triuzinhos (trilhas). E nestas trilhas um grupo de Guarani caminha. Ao sair de uma grande clareira, um deles toca com sua perna na vegetação. E ao tocar nesta planta uma gota de orvalho cai. Este é meu nome "Gota de orvalho que cai". 117

Entre os Guarani Nhandeva nossos cantos estão em sintonia com um eu que perpassa a vida terrena e que irá dar nome aos próprios Guarani. O Oy Guasu é o local do canto, do encanto, do ritual e do universo ancestral. Num olhar dos Nhandejara (Deus dos brancos e seus seguidores), diriam ser o batismo indígena. Um momento em sintonia com outros mundos, que dará significado ao nome da criança. Neste sentido descrevo a seguir o Nimongaraí (Oy-Guaçu) de uma de minhas tias, Saypy (Almerinda). É a sabia que dá vida a essa narrativa. 118

Certa manhã, um grupo Guarani caminha no interior da floresta em meio às trilhas que se organizam na passagem de homens, mulheres, crianças, outros seres, animais em sintonia com plantas, árvores, terrenas ou não. Este grupo caminha durante a noite e no início da manhã. Juntos caminham homens e mulheres e outros modos de existir e reexistir. No final do grupo uma pequena menina que observa a trajetória e o caminhar dos passos que se dão nesta trilha no interior da floresta. Observa atentamente o nascer do sol, o canto dos pássaros, o brilho da manhã e a passagem das luzes ao fim da mata em meio aos troncos e árvores. O fim da noite terminou, o raio de luz se pôs (são raios intensos) a grande floresta finda e inicia-se a vegetação plana e o despertar de um novo dia. A pequena, ao final do grupo, acompanha atentamente aos seus e, neste plano toca uma vegetação ainda sob o orvalho denso. Neste momento ao tocar uma dessas plantas na

¹¹⁷ Ainda em 2018, no trabalho final para a disciplina de Marta Amoroso descrevi com mais intensidade o relato de Almerinda da Silva.

¹¹⁸ Recolhi em janeiro 2010 essa narrativa de Sãpy — Almerinda da Silva (minha tia-materna) quando realizava meu levantamento genealógico de minha família para meu trabalho de Conclusão de curso. Sãpy é considerada na Aldeia Curt Nimuendaju, a grande anciã da cultura Guarani Nhandeva. De maneira que essa narrativa é inédita e nunca publicada. Passei quase uma década sem descrever essa conversa que segue na tentativa de explicar a sintonia existente entre o Nimungaraí guarani (batismo). E a sintonia entre o mundo espiritual e a participação dos wirá eja (xamãs) na construção do nome da criança guarani. Assim como minha tia passei por este ritual que deu meu nome indígena Cunumi Guyrá Morantim, Um menino que é um pássaro jovem, bem branquinho e que ama viver em liberdade. Essa informação recebi de um jovem xamã da aldeia Curt Nimuendaju de nome Chan que me alertou sobre os Wirá éja e sua participação do mundo espiritual. Minha mãe Kunhã Nimuendu me coloca sempre a presença dos Guyrá éja e Guyrá ju ou tuja (grande pássaro e grande pássaro dourado) durante o Oy Guasu.

vegetação baixa deixa uma gota de orvalho cair. E neste momento Wirá eja (pajé rezador, xamã) em meio a Oy-Guasu irá dar o nome que seguirá por toda a sua vida. Sãpy é: "Gota de orvalho que caí."

As trilhas, florestas, e todo enredo se dá num subplano dos mundos espiritual do povo guarani. No interior da Ou Guasu se constrói todo o desenrolar da história num momento em que Wirá'eja dará o tom para o nome. O Wirá'eja é o responsável pelo plano espiritual do mundo e guarani, eles constroem as redes de significados. Ele não está só. Tem a companhia de Guyra'ejá e Guyrá'íju. Muitos ali presente estão em sintonia com o mundo dos encantos nhandeva, e isto será a corrente necessária para que se construa o nome dessa pequena, dentro dessa rede de significados. No interior da Oy Guasu dois deles serão seus responsáveis: um homem e uma mulher, um tipo de protetor na aldeia e, o futuro, após sua partida para o mundo espiritual do povo Guarani. Neste sentido todos os Guarani possuem seu nome indígena. Numa sintonia entre espíritos e nossos deuses (Nhanderu Mbaekuaá, Nhanderú Guaçu, Tupã, Nhandecy¹¹⁹, Nhanderikey¹²⁰, Tyvyri¹²¹,) floresta, sol, luzes, canto dos pássaros e num ritual que sé dá no interior da Ou Guasu Guarani (Casa de reza). Local sagrado do povo guarani que se constrói significados, cantos, encantos, ensinamentos, nascimentos, mundos espirituais e ancestrais na construção da vida e modos de ser do povo Nhandevá. Os homens marcam o som com a *mbaraká*¹²². E as mulheres marcam o tom com a *taquá*¹²³ ou taquapu, numa sintonia de cantos que dará o ritmo ideal do ritual e da construção de significados do nome guarani. As velas de cera, um cedro (espécie de cuia cortada ao meio) que irão dar significados no cheiro e cor da água sagrada do povo Nhandeva. A Nimongaraí se faz na presença de muitos elementos que dá o nome das crianças e sobrevivência da cultura ancestral.

Çapy casou-se com um Kaingang, conhecido como José Norato. E desta união tiveram 8 filhos: Nilson, Adilson, Dival, Wilson, Nice, Neuza, Dirce e Célia.

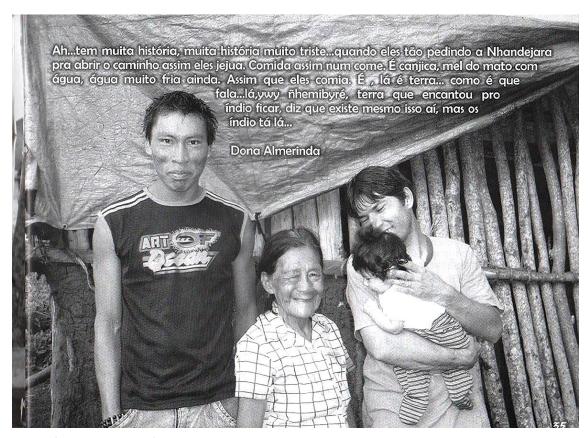
¹¹⁹ Deuses da criação do mundo guarani.

¹²⁰ Um dos gêmeos míticos do povo Guarani, filho de NhanderuMbaekuaá.

¹²¹ O outro gêmeo mítico do povo Guarani, filho de NhanderuMbaekuaá.

¹²² Maracá, chocalho.

¹²³Taquapu: taquara usado pelas mulheres para dar ritmo do canto.



(Índios na Visão dos Índios, 2007, p.35) Tia Almerinda da Silva, entre os filhos e netos.

Segue um pequeno apanhado da trajetória de vida de cada um. *Nilson Norato* está no Posto Laranjinha e tem dois filhos em São Paulo. *Adilson Norato* vive atualmente no Posto Velho e possui 11 filhos distribuídos em várias aldeias em São Paulo e Paraná. *Célia Norato* partiu para a "Terra sem Males" no Posto Indígena de Laranjinha. Soube de sua morte através de minha mãe, e segundo ela sua sobrinha foi vítima de um infarto fulminante. Nesse dia Célia havia bebido muito com os índios da Reserva e, segundo eles, deitou-se na cama de sua casa e sob o efeito de medicamentos que o médico tinha passado ainda na última consulta médica ingeriu bebida alcoólica e foi encontrada morta durante a noite. Célia faleceu com 33 anos e deixou quatro filhos: William (14 anos), Michele (19 anos), Jaison (5 anos) e Ismael (3 anos). Era uma mulher que preservava muito suas raízes, principalmente a língua guarani. Foi sepultada no Posto Laranjinha, no estado do Paraná. Mas foi no Posto Indígena Curt Nimuendaju que se casou com Luiz Paulo Karaí. Teve dois dos quatro filhos com Karaí. Os demais foram criados por parentes no Araribá. Permaneceu até dias antes de sua morte próximo de minha mãe. Logo que minha mãe retornou à aldeia em Bauru recebeu Célia

Norato como filha e assim permaneceram próximas até sua morte. De seus filhos, William está no Posto Nimuendaju, Michelle vive na aldeia Tekoá Pyaú do Jaraguá, em São Paulo, Jaison vive no Posto Araribá e Ismael também no Posto Araribá. *Eunice Norato* vive com Domingos, funcionário da Funai desde que se separou do líder Guarani Claudemir Marcolino. Possui três filhos, frutos do casamento com Claudemir Marcolino. Seus filhos são: Keli, que vive na cidade de Bauru; Tico, que na aldeia Kopenoti junto ao povo Terena e hoje casado com uma índia Terena; Bibo um menino que teve paralisia infantil e hoje está com 30 anos. Eunice vive em um pequeno sítio dentro da Aldeia onde Domingos, seu marido faz plantações, cria gado, porcos entre outras coisas. Estão próximos à sede da aldeia, vivendo com o povo Terena. Neuza Norato, em 2007 estava no Araribá junto à comunidade Terena no Posto Kopenoti. Em 2010 juntou-se aos Guarani na Aldeia do Posto Indígena Curt Nimuendaju. Possui 6 filhos: Elen, de 20 anos, Suelen, de 18 anos, Natália, de 11 anos, Bruno, de 16 anos, Rafael, de 12 anos e Gabriel, de 9 anos. Elen está casada, Suelen vive em Avaí e tem um filho. Natália e Gabriel moram com sua mãe no Posto Kopenoti. Bruna mora em Itaporanga, numa nova aldeia formada por um grupo de índios Guarani que saíram do Paraná. Permaneceram durante cinco anos no Posto Curt Nimuendaju e por questões políticas formaram um novo aldeamento na divisa de São Paulo com o Paraná. Rafael vive com uma família de Evangélicos de Bauru. Dirce Norato casou-se com um não-índio, Bertinho, e vive até hoje em Bauru e está com 3 filhos, que são: Rogerio mora em bauru, Camila, mora em Bauru e possui dois filhos. Juliana mora em Bauru e tem dois filhos. *Dival Norato* casado com Devanir índia Guarani possui sete filhos e viveram durante muitos anos no Araribá. Depois mudou-se para o Posto Laranjinha onde está atualmente vivendo. Seus filhos: Elaine é casada, tem um filho e moram no Posto Velho (PR) onde toma conta de um de seus irmãos conhecido como Nem. Crislaine é casada tem um filho e vive no Posto Velho. Patricia, Priscila, Gislaine, Nenzao moram no Laranjinha com os pais. Virson Norato mora no Laranjinha com 10 filhos. A descrição acima nos remete a pensar sobre as retomadas e a divisão socioespacial. Eles estão em vários aldeamentos no Paraná e São Paulo. Alguns deles nos centros urbanos de São Paulo, Bauru e Paraná, demonstrando que as retomadas estão ligadas a um processo de migração continua.

Maragarida Kunã Arãpe´yju, minha tia é irmã de minha mãe, por parte de mãe, fui conhecê-la apenas em 1980, quando visitou a aldeia pela primeira vez, após sua saída em 1942. Viveu quase toda vida às margens do rio Batalha. Faleceu vítima de seu próprio destino. Em 1980 transferiu-se para a então formada aldeia Curt Nimuendaju. Foi a primeira a se estabelecer neste local. Abandonou por definitivo a tudo e a todos no Batalha e iniciou a formação da aldeia, próxima a via férrea e ao asfalto, onde se ligam os acessos às cidades de Avaí e Duartina.

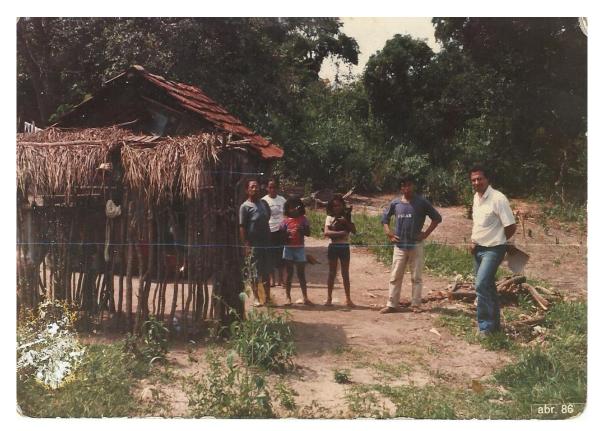


Foto na Aldeia Curt Nimuendaju (da esquerda para a direita) minha tia Margarida da Silva, minha mãe Ernestina da Silva, minha prima Alessandra, minha irmã Tânia Alessandra e com seu gato Chita, Dival Norato, filho de Almerinda da Silva e um funcionário da Funai, abril de 1986.

Contrariando algumas histórias ouvidas na aldeia, minha tia já havia formado uma pequena colônia, próximo a seus filhos: Dario e Juscelino, eram três casas seguidas, a nossa em 1986 foi à quarta.

As demais famílias ainda no rio Batalha chegaram após a vinda de Margarida e formaram uma nova colônia mais adiante. Margarida Kunã Arãpe 'yju, foi esposa do Capitão Manoel Emídio, era uma grande defensora do povo Guarani. Na década 1980, ela, minha mãe, e seu filho enfrentaram caciques e empresa arrendatário de terras. Lutaram dia e noite para que esta empresa não derrubasse a mata fechada da área indígena. Ficou à frente de tratores e caminhões com flechas e facões. Arrumaram grande luta até que os caciques decidiram não utilizar mais esta área. Hoje é o local do Centro Cultural Guarani.

Foi vítima de atropelamento, caminhava em meio ao asfalto quando voltava de sua roça, próxima a linha férrea. Teve três filhos, Juscelino Avakapayju, Dario e a terceira que não consegui o nome. Juscelino vive no Tereguá. Dario está em Itaporanga. Ambos possuem famílias distribuídas nas diversas aldeias Guarani nos estados de São Paulo e Paraná (objetivo de outro estudo).

Já apontei os motivos pelo qual se deram estes deslocamentos, mas cabe descrever o Serviço de Proteção ao Índio, a construção de estradas de ferro como a Noroeste do Brasil, a Sorocabana e o processo de imigração de milhares de europeus para a região que estavam meus pais e avós. Houve uma avalanche de acontecimentos que impulsionaram os vários processos de imigração.

O que se pretendia na realidade era uma política de confinamento indígena, ou seja, os indígenas eram levados para pequenos territórios a fim de serem submetidos a um sistema de incorporação à sociedade nacional. O interesse nestas regiões era de submeter os indígenas a um regime de colonato. Por ocasião destas mudanças que se deu a ocupação do oeste de São Paulo levando meus avós a se deslocaram para o Paraná. E deitaram seus corpos para adentrarem o mundo dos Nhandeva numa dimensão do mundo e universo espiritual guarani.

Desde então e com apenas dois anos minha mãe conhecera novamente a maneira de crescer, viver e morrer, pois perderia seu pai e viveria o resto de sua vida sem a presença dos dois. Essa vaga lembrança de um passado de mudanças percorreu sua vida e a persegue ainda hoje. As doenças, a revolução de 1932, as ações do Estado também contribuem para esse

apagamento de sua história. Como estalos, em meio às conversas surgem vestígios de um passado que vai e volta nas vagas lembranças. Pude acompanhar até os dias de hoje as inúmeras questões deste passado. As memórias são como um processo de cristalização das ideias. É um processo demorado e provocado a todo momento.

Minha mãe, após a morte de seus pais, com apenas dois anos, ganhou um novo pai - seu irmão - que marcaria profundamente sua vida. E marcaria a vida de muitas pessoas e neste momento foi fundamental. Sem pai e mãe, com um irmão que se transformou em pai, a vida indígena nas andanças até São Paulo foram muitas. As lembranças de meu tio são perfeitas, mas carecem de detalhes sobre o nascimento de minha mãe.

Quando minha mãe, Kunhã Nimuendu¹²⁴ nasceu, seu pai, para comemorar seu nascimento, resolveu não ir trabalhar. De repente surgem os soldados indígenas Miguel, Gregório e Estrugildo que vieram buscá-lo preso à força. ¹²⁵ Foram tempos difíceis, e que transformavam indígenas em soldados. Meu avô não pensou duas vezes: buscou sua cartucheira e colocou os soldados indígenas para correr. Neste tempo o chefe de Posto era Fabiano. ¹²⁶ Lembra também do tempo em que alguém que havia feito algo errado era colocado no tronco e amarrado pelos soldados Kaingang e Guarani, e como castigo ficava assim durante um dia. ¹²⁷

Meu tio contou-me uma história de quando era pequeno e na época em que vivia no Posto Velho, no Paraná. Um dia estava aguardando seus irmãos que haviam saído para caçar na mata. Ao chegar ao seu *tekohá* (aldeia), encontrou minha mãe brincando com dois gatinhos, que achara num buraco, próximo de casa. Na realidade eram duas oncinhas, que rapidamente foram tiradas de suas mãos e novamente colocadas no local onde estavam. E

¹²⁴ Seu nome significa "moca que acendeu o fogo".

¹²⁵ A existência de soldados indígenas nas reservas remonta à época de dona Maria I, no final do século XVIII, quando foram criadas as Companhias Indígenas de Pedestres (ver PREZIA, B. O colaboracionismo Kaingang: dos conflitos intertribais à integração à sociedade brasileira no século 19. In: LEITE, A. [org.], Kaingang, confrontação cultural e identidade étnica, 1994, p. 73).

¹²⁶ Relato de Jayçu Karai Mirim, irmão de minha mãe com a qual mantive muitos diálogos antes de sua morte. ¹²⁷ Id.

mesmo aos choros, minha mãe ficou muito triste e chorava sem entender o motivo. "Bons eram os tempos das grandes matas", lembrou ele. ¹²⁸

Segundo minha mãe, no Posto Velho havia uma grande mata que ia até a Reserva de Laranjinha e a presença de onças na região era frequente. São vagas lembranças que surgem e remontam um passado de muitas lembranças sobre a vida em meio a mata e aos parentes.

Após a morte de seus pais na Aldeia do Posto Velho, no estado do Paraná o destino de minha mãe ficou nas mãos do irmão mais velho Francisco da Silva, que foi tentar a vida na cidade de Cornélio Procópio (PR). Era um primeiro contato fora das aldeias tradicionais do povo Guarani.

Nesta cidade minha mãe ficou até completar a idade de 12 anos. Depois foram viver no Posto Indígena Laranjinha, até que meu tio resolveu ir com mamãe para tentar a vida em uma cidadezinha conhecida como Amoreira. Quando desta vivência em Amoreira os dois trabalharam em fazendas de café. E ambos se revezavam entre as cidades de Amoreira e Borrazópolis. Até que se estabeleceram na colônia de uma fazenda em Amoreira, onde meu tio trabalhava em uma máquina de beneficiamento de café.

A vida dos dois era bem difícil, lembravam-se sempre dos seus outros irmãos que permaneceram na aldeia. E assim que podiam buscavam notícias de Oswaldo e Almerinda que após a morte dos pais na Aldeia do Posto Velho foram para o Posto Indígena Laranjinha onde Oswaldo foi morto pelo administrador do Posto.

Nesta fazenda, em Aroeira, ainda aos 12 anos, minha mãe conheceu Adão de Oliveira e Souza, filho do administrador da fazenda. E não demorou muito para se casarem. Agora com a idade de apenas 13 anos tornara-se parte da família Souza. .¹²⁹

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Minha mãe não soube dizer ao certo a distância de Borrazópolis a Fazenda Aroeira.

O fazendeiro, dono desta e de muitas fazendas da região, organizava e substituía funcionários sempre que as coisas não estivessem indo bem. Em uma destas mudanças, solicitou que meu avô paterno fosse para outra fazenda de sua propriedade para administrála. Toda a família de meu pai foi para esta fazenda e, agora casados, também permaneceram junto de meus avós.

Na Fazenda Aguapeí, entre idas e vindas e o trabalho na colônia, nasceram meus irmãos André, João e Saulo, e foram registrados na cidade de Borrazópolis.

3.3 - Os Nhandeva chegam à cidade grande

"Chegamos na estação de trem de Santo André" (Ernestina da Silva)

Estou certo de que a experiência da cidade e a experiência corporal¹³⁰ que fizemos jamais nos deixaram esquecer nossa etnicidade. Existem outras formas de permanecer neste mundo. A experiência que nossa mãe nos permitiu utilizar em nossos corpos, foi além das fronteiras do aparato biológico. A história de nossos antepassados, como a de meu bisavô José Inácio, a de meus avós Julia Inácio e Avelino Mboka, permanece viva não só nas nossas vidas, mas em nossos sangues, experimenta a vida da cidade e retorna como experiências entre cidade/aldeia.

Notícias vinham de São Paulo e traziam boas ofertas de emprego. Meu avô pediu para sair e toda a família foi em busca de melhores condições na região do ABC paulista. E mais uma vez meu pai e família seguiram os passos de meus avós. A região do ABC paulista é uma das mais industrializadas do estado de São Paulo, reunindo as maiores empresas automobilísticas do mundo, que se instalaram neste local em décadas anteriores. E a indústria que alimenta estas montadoras se espalha pela cadeia de montagem das cidades do entorno. Desde a chegada para a cidade, minha família se viu entre os rincões mais miseráveis da periferia.

¹³⁰ Eduardo S. Nunes descreve de forma brilhante essa experiência corporal entre os Karajá. "O pessoal da cidade": o conhecimento do mundo dos brancos como experiência corporal entre os Karajá de Buridina.

Na região do ABC as coisas ficaram difíceis e a falta de documentação de meu pai o fez retornar para o estado do Paraná. Retornaram todos para um sítio em Nova Fátima, onde eram proprietários dois tios paternos, Benedito e Julieta. Neste sítio em Borrazópolis (PR) trabalharam na roça plantando feijão e milho. E foi nesta cidade onde haviam nascido João Batista Souza, André Oliveira Souza e Saulo Oliveira Souza.

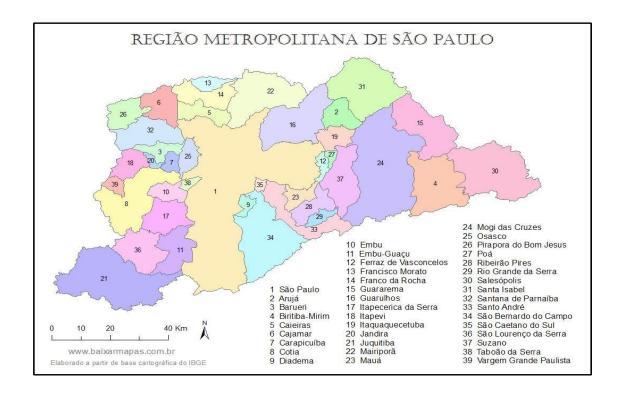
Meu avô não demorou muito em São Paulo e retornou com a família para o Paraná. Conseguiu que o proprietário da fazenda o contratasse novamente. Em 1960 meus pais ainda estariam mais uma vez se juntando ao meu avô na Fazenda Aguapeí, em Aroeira (PR), mas desta vez, permaneceram por pouco tempo, decidindo voltar definitivamente para São Paulo. Vieram para o ABC paulista e se estabeleceram em Capuava, Santo André. ¹³¹ Vinham em busca de trabalho.

A história do povo Nhandeva na região do ABC talvez seja desconhecida. O fato é que grande parte de nossa história está ligada à presença nesta região de Santo André. Seja ela como moradia nos cortiços e/ou como trabalhadores das indústrias recém-instaladas. Outro fator interessante é a chegada que se dava justamente pela via férrea. A transição e desmembramento de cidades ocorrem no período compreendido entre 1930 e 1960. A primeira cidade a se emancipar é Santo André, em 1939, seguida de São Bernardo do Campo em 1945. Note-se que a cidade de Santo André compreende três principais distritos, Sede, Capuava e Paranapiacaba. Foi exatamente na região de Capuava que minha família se instala em cortiços e meus irmãos adentram o universo das escolas da periferia de Santo André. A porta de entrada para a escola pública para os indígenas de São Paulo é a porta de entrada para a compreensão do crescimento populacional que se dá na região pelo viés econômico. Grande parte da população da época era formada por migrantes de várias partes do Brasil.

¹³¹ Numa perspectiva histórica a Vila de Santo André foi fundada em 1553. "Acontecimentos quase simultâneos, a criação da vila de Santo André da Borda do Campo e a fundação do Colégio de São Paulo representavam o embrião do conflito entre colonos e jesuítas em torno dos índios." (Monteiro: 1984:37)

Conforme se observa no Anuário de Santo André, a cidade além de sua emancipação, recebe incentivos estatais e privados:

Na década de 1950, além dessas mudanças, outras puderam ser sentidas no que se refere à tipologia das indústrias da região. Com os investimentos estatais e o capital estrangeiro ocorreu um crescimento do setor automobilístico, mecânico, metalúrgico e de material elétrico. Santo André passou a abrigar várias indústrias de autopeças. (p. 14:2014)



Retornando para Santo André estando todos com a documentação, se estabeleceram na casa de uma cunhada de minha mãe conhecida como dona Eva. Um pouco depois foram para o cortiço¹³², na região citada de Capuava, onde permaneceram durante três anos.

132 Segundo Memorial do Trabalho e Trabalhador um site que tem por objetivo "difundir pesquisa bibliográficos concernente à história do trabalho no Grande ABC, no Brasil e no mundo." **Vilas ferroviárias:** Ao longo da São Paulo Railway (SPR), inaugurada em 1867, foram construídos estações e armazéns para recebimento e envio de carga. As paradas possibilitaram a instalação de pequenos povoados, surgidos entre final do século XIX e início do XX. A mais singular dessas vilas associadas à ferrovia é, sem dúvida, a de Paranapiacaba. A antiga estação São Bernardo, que hoje se chama Santo André, originou a cidade que leva seu nome. Nesse

mesmo período, os povoados receberam as primeiras indústrias, que se beneficiavam da proximidade da linha para a importação de insumos e exportação de sua produção. Instalaram-se ali, no período, a General Motors (São Caetano do Sul); Moinhos São Jorge, Valisère Têxtil, Rhodia Química, Philips Iluminação e Pirelli Pneus

Passado este período e agora em uma nova casa alugada próximo à Petroquímica de Mauá, na divisa de Santo André, permaneceram por longos anos. A vida no cortiço e a saída para o aluguel mostra a vida dura em São Paulo.

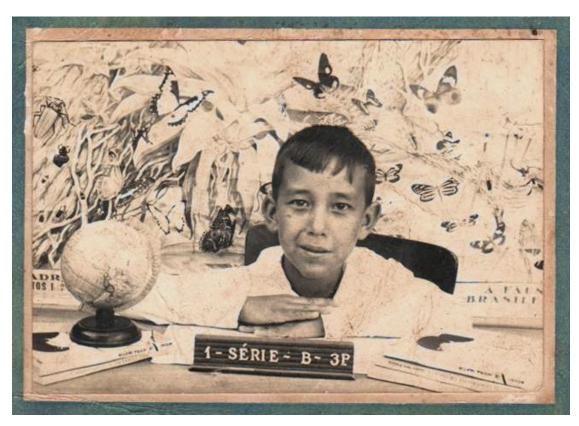
Meu irmão André Oliveira me disse: "Me lembro que tinham em torno de mais de 500 pessoas nestes cortiços que ficamos, quando chegamos em Santo André".

Durante este período meu pai se empregou na Philips, depois na Pirelli. Neste local viveram durante 8 anos. A família havia aumentado. Agora era composta de mais três irmãos, Carlos Oliveira Souza (Carlinho - in memoriam), Emerson de Oliveira Souza e minha única irmã Tânia Alessandra. Éramos seis irmãos que lutavam para sobreviver em meio a transformações que ocorriam no ABC, com a forte presença de fábricas e uma forte organização social na região.

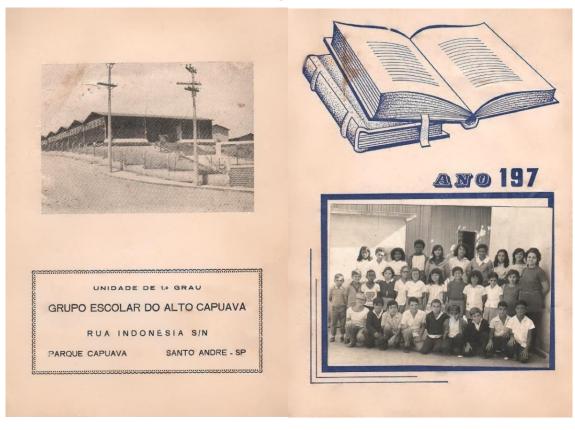
Um fato ocorrido nestes oito anos marcou a vida de todos. Carlinhos não resistiu ao sarampo e veio a falecer com apenas quatro anos de idade. Todos meus irmãos mais velhos estudavam, mesmo com a difícil vida era obrigatória a permanência na escola. E se revezavam em meio à escola e à luta para ajudar a mãe nas tarefas da casa e do trabalho.

"A gente não era indígena na escola. Quando chegamos ficamos com a massa de pessoas da periferia. Todos muito pobrezinhos", relata meu irmão em conversas na aldeia Curt Nimuendaju, em outubro de 2020.

⁽Santo André); Cofap e Isan (distrito de Capuava); e Porcelana Schmidt (Mauá). http://mttvirtual.com.br/conteudos/visualizar/Modos-de-Morar acesso 25/10/2020.

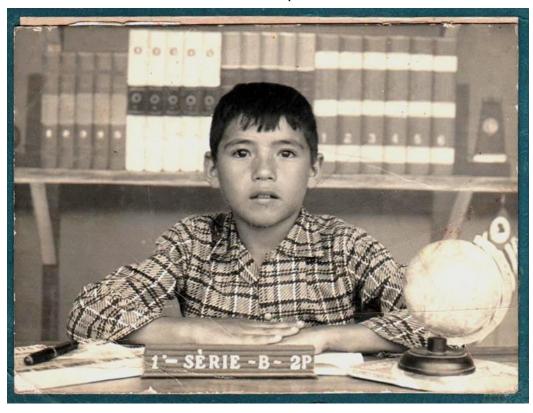


André de Oliveira Souza – Capuava – Santo André – 1970





João Batista Souza – Capuava – Santo André – 1970. (in memoriam) acima. Abaixo Saulo de Oliveira Souza – Capuava – Santo André – 1970.





Saulo de Oliveira Souza, 1970 (o 1º da esquerda para a direita, agachado)

No final da década de 1960 minha mãe também trabalhou como faxineira na limpeza da Multinacional Ford. E durante este período, em uma das centenas de dias limpando salas e corredores do escritório, uma amiga lhe avisou que em São Paulo, a prefeitura estava realizando inscrição para a casa própria através do programa COHAB. ¹³³

Chegou à casa ansiosa para dar a notícia a meu pai, mas ele logo a desanimou dizendo que era mentira da amiga. Não desistiu e na semana foi sozinha para a capital paulista, e perguntando a todos conseguiu encontrar a rua São Bento, sede da COHAB, no famoso

¹³³ Segundo o site da Prefeitura de São Paulo "O Distrito de Cidade Tiradentes abriga o maior complexo de conjuntos habitacionais da América Latina, com cerca de 40 mil unidades, a maioria delas, construídas na década de 1980 pela COHAB (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo), CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e por grandes empreiteiras, que inclusive aproveitaram o último financiamento importante do BNH (Banco Nacional da Habitação), antes de seu fechamento. O bairro foi planejado como um grande conjunto periférico e mono funcional do tipo "bairro dormitório" para deslocamento de populações atingidas pelas obras públicas, assim como ocorreu com a Cidade de Deus, no Rio de Janeiro. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/cidade_tiradentes/historico/ acesso 25/10/2010..

prédio Martinelli. Fez a inscrição e permaneceu durante três anos aguardando um contato. Quando já não esperava mais uma carta chegou, trazendo a boa notícia. Ela ansiosa retornou para o prédio Martinelli para verificar se era ou não a grande notícia que esperava. E recebeu a informação que havia casas em Carapicuíba e em Guaianases. Trâmites de contrato, entre outros documentos foram passados e uma quantidade de documentos foi encaminhada. E tudo estava resolvido, mas faltava escolher a região.



Carteira de Transporte Escolar de em 1989, por ocasião de meu retorno a Cidade Tiradentes. E.M. de 1º Grau Saturnino Pereira. (Arquivo pessoal).

Primeiro resolveu conhecer a Cohab de Guaianases e sequer fora a Carapicuíba para ver. Mas simpatizou com uma casa de esquina, em Guaianazes, próximo a uma grande mata. E em 1974 toda a minha família se mudou para o Conjunto Residencial Prestes Maia. Segundo dados obtidos do pesquisador Edimilson Peres Castilho sobre o complexo habitacional Cidade Tiradentes 1975-1998:

A construção do primeiro conjunto habitacional de Cidade Tiradentes, denominado Prefeito Prestes Maia, foi iniciada em 1975, oito anos após a COHAB-SP comprar a primeira gleba em 1967 prevendo a construção de moradias populares. (2015: 26).

Nesta casa vivemos até hoje, eu e minha irmã Tania Alessandra. Passados quase meio século, a família Guarani Nhandeva fixou residência na zona leste de São Paulo e quase cinco décadas desde a saída de meus avós da região de Bauru, indo para o Paraná. E da saída de minha mãe para a região do ABC, até a permanência na região da cidade Tiradentes¹³⁴ no extremo da zona leste. Hoje, 2021, o conjunto habitacional em Guaianases foi surpreendido pelo crescimento assustador da Cidade Tiradentes e engolido pela imensidão, pelo mar de pessoas que foram expulsas de várias regiões de São Paulo, principalmente da zona sul e se instalaram em prédios na década de 1980 e 1990.

Embora houvesse condições precárias, o sonho de sair do aluguel era maior e a vontade de possuir uma casa própria mais ainda. Estávamos próximos a uma belíssima mata. Mas a COHAB em formação estava sem água, esgoto, transporte, ruas asfaltadas, posto de saúde, entre outras coisas. Mas não importava, pois aquilo já era a realização de um sonho. O abastecimento de água era realizado por um carro pipa que distribuía água para os moradores recém chegados durante o dia. A luz elétrica existia no interior das casas, mas na rua durante a noite era uma escuridão que causava medo. O silêncio era quebrado apenas com a chegada de novos moradores durante este período. Apenas um ônibus atendia aos moradores que o encontravam a um quilometro de distância. Os horários eram apenas para aqueles que iam a trabalho em outras regiões.

Todos os dias minha mãe enfrentava os diversos problemas e dirigia-se até a Ford na região do ABC para trabalhar na limpeza onde permaneceu durante três anos. Quando meu pai conseguiu emprego em São Paulo, deixou de trabalhar no ABC paulista. E logo começou como vigilante no Hospital das Clínicas onde permaneceu durante vinte anos.

Meu irmão André, nesta época ainda com 12 anos, seguiu os passos da mãe e conseguiu um serviço na clínica do Dr. Elias, onde permaneceu até a maioridade. Era uma época difícil o acesso até a região do ABC, mas André continuou a luta, formando-se em

.

¹³⁴ Castilho. Edmilson P. Tese de Doutorado A contribuição da Habitação Popular no processo de acumulação capitalista no Brasil: o caso do Complexo Habitacional Cidade Tiradentes na periferia paulistana (1975-1998).

Técnico de Laboratório e permanecendo até 2000, trabalhando na mesma função em diversas clínicas e hospitais da região do ABCD e na capital paulista.

João foi avisado por um amigo que o Banco Itaú estava contratando e foi fazer um teste. Entrou e permaneceu durante 10 anos. E foi desta maneira que meus irmãos mais velhos ajudaram meus pais a enfrentar a difícil tarefa de cuidar, educar e alimentar todos os irmãos pequenos. Com a separação de meus pais em 1980, assumiram o controle de minha casa e ajudaram minha mãe a cuidar de todos nós, muito pequenos e com muitas dificuldades. Éramos uma família com seis irmãos e apenas uma irmã, num total de sete. E sem contar um bebê que faleceu quando da separação de meu pai.

Durante toda a sua vida, minha mãe seguiu os passos de seu irmão Francisco da Silva. Durante longos períodos em que minha mãe se mudou para São Paulo, meu tio já não tinha conosco o mesmo contato. Meu tio se casara no Paraná e permaneceu por lá durante anos, no Posto Indígena de Laranjinha e em outros lugares. Foi uma separação de distância, mas não de contato. Meu tio sempre que podia nos visitava em Santo André, e depois em São Paulo.

Certa vez conhecidos evangélicos da Igreja Congregação Crista no Brasil a convidaram para visitar uma aldeia na Barragem, em Santo Amaro. Foi então que a "indinha" começou novamente a manter contato com as comunidades indígenas na cidade de São Paulo.

Dois movimentos foram importantes para seu retorno à aldeia. O primeiro foi saber que São Paulo possuía aldeia da etnia Guarani, Nhandeva e Mbya. Segundo ocorreu em 1980, após a separação, foi para Bauru no Posto Indígena do Araribá, local de onde havia saído com apenas dois anos na década de 1940, junto com meus avós maternos Julia Inácia da Silva e Avelino da Silva. Esta viagem foi apenas para realizar uma visita ao seu irmão Francisco da Silva que agora residia neste local com sua família.

Nesta época conheceu uma nova personagem em sua vida, sua irmã Margarida da Silva, irmã por parte de mãe. Teve contato com seus parentes e apercebeu-se como conhecedora de uma língua que já estava esquecida na sua memória. O idioma guarani

permanecia como língua materna que retornava à medida de mantinha mais contato com seus parentes. Voltou então para São Paulo com uma decisão: abandonaria definitivamente sua vida na cidade onde vivera durante 10 anos, além dos 20 anos na região do ABC. Não demorou, pediu para meu tio ajudar na construção de uma casinha para ela e para meus quatro irmãos mais novos.

E a decisão tomada mudou definitivamente o caminho de nossas vidas. Apenas os mais velhos permaneceriam na casa da COHAB, em Guaianases. Desde o retorno de minha mãe em 1980 para a aldeia, natural foi o convívio que temos com a cultura Guarani. E mais do que isto, voltamos a nossa origem, algo que jamais tivéssemos noção de fazer parte. Desde então todos de minha família realizam pelo menos três viagens por ano para Bauru. Todos possuem trabalho, filhos, família. Mas foi de extrema importância este retorno ao passado, pois agora sabemos e compreendemos o quanto se faz necessário sermos conhecedores de nossa história e da história de nossos antepassados. Mas não é tarefa fácil compreender um passado que não está escrito, sem poder mergulhar em museus, cidades distantes e utilizar diversos meios para tal finalidade. É o mesmo que conhecer a história daqueles que vivem em aldeias e não podem contar seu passado por diversos motivos.



Ernestina da Silva, Luzia e Francisco da Silva na Funai/Bauru em 2007. (Foto: arquivo pessoal)



Ernestina da Silva, minha mãe posa ao lado de vagões da extinta Rede Ferroviária Federal. Ao lado a indicação L3-69, indicando a quantidade de 69 vagões abandonados já a alguns anos. O trem corta a terra indígena, na altura onde hoje divide a aldeia Curt Nemuendaju e a Aldeia Teregua. ¹³⁵(Foto minha, de 2009)

135. O relatório de Violência contra os povos indígenas divulgava a seguinte nota a respeito dos vagões abandonados: Vagões abandonados pelo DNIT estão estacionados indevidamente na área indígena e, conforme a Funai, os vagões engatados chegam a um km de extensão. Essa situação está causando problemas à comunidade pois impedem ou dificultam a circulação de pessoas dentro da área. A justificativa do DNTI é que há falta de espaço no Pátio de Triagem Paulista em Bauru, e que o lote está aguardando licitação. (2011, p. 130.)

Capítulo 4 – O Povo indígena Kaimbé na cidade de São Paulo e região Metropolitana

Conheci em São Paulo na década de 2000 os indígenas do povo Kaimbé, Magna, Égina e Paulo. Desde então, pude perceber o quanto a história do povo Kaimbé era uma história até então negligenciada por grande parte da população. As conversas com **Dona Augusta Costa dos Santos** na região de Ermelino Matarazzo no ano de 2018, matriarca da família dos indígenas Vanuza e Joao Kaimbé me colocaram diante de uma questão que jamais vou esquecer, que diz respeito ao contexto histórico que envolve a etnicidade deste povo. Uma frase que talvez vá me acompanhar para sempre pronunciada por Dona Augusta "A vida era difícil." Foi a vida também vivida por Vanuza Kaimbé e seu irmão Joao Kaimbé.

A princípio essas palavras, "a vida era difícil" me soava como uma espécie de código aberto. Por muito tempo refleti sobre o que realmente a matriarca Kaimbé tentava me mostrar com essas palavras. Eu sabia o quanto tinha sido difícil a vida de minha família. Aliás, a vida indígena nos últimos séculos sempre foi muito difícil. Mas era preciso voltar ao tempo e isto só me fez retomar importantes narrativas sobre a presença dos Kaimbé na grande cidade de São Paulo para poder compreender de fato o que houve.

Mas onde estariam as pessoas deste povo? Para Égina, "a história da nossa aldeia se encaixa dentro da história de Canudos. Existe a etnia Kaimbé, existe o povoado Massacará, que se encaixa dentro da história de Euclides da Cunha que cita Massacará e que é nossa história¹³⁶. (Kaimbé...,2013) Segundo dados da Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha no estado da Bahia¹³⁷:

Em 1953 foi criado e anexado ao município o distrito de Massacará (ex-povoado). Na divisão territorial datada de 1960, a cidade tinha três distritos: Euclides da Cunha (sede), Canudos e Massacará. Em 1985, Canudos foi desmembrado de Euclides da Cunha e elevado a município. No mesmo ano foram criados e anexados os distritos de Caimbé e Aribicé, ex-povoados. 138

¹³⁶. Id

¹³⁷. I Estado da Bahia segundo dados do IBGE de possui 64.210 mil indígenas. É segundo o censo do mesmo ano a cidade de Salvador, capita do Estado da Bahia possui 7.560 mil indígenas vivendo na cidade.

¹³⁸. https://www.euclidesdacunha.ba.gov.br/cidade/historia acesso 17/11/2020.



Feira Cultural na aldeia Kaimbé de Massacará (BA) (Foto: Andreia Dantas Kaimbé)

A aldeia Massacará está localizada no município de Euclides da Cunha (BA). ¹³⁹ Segundo dados da Funai está regularizada. Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União. ¹⁴⁰ Segundo Jorge Bruno Sales Souza,

A A. I. Massacará, homologada pelo Decreto nº 395 de 24 de Dezembro de 1991 do Presidente Fernando Collor de Mello, tem uma superfície de 8.020 ha. Os critérios utilizados para a demarcação dessa área referem-se à légua em quadra doada pelo Alvará Régio de 23 de novembro de 1700 e Carta Régia de 1703 e a área de posse "imemorial" dos Kaimbé. Contudo, há uma grande divergência quanto a sua medição se comparada a da A. I. Kiriri que, resultou em uma superfície de 12.300 ha. ¹⁴¹ (1996)

 ¹³⁹. Euclides da Cunha, antiga Cumbé possui área territorial de 2.025,368 km² e população estimada para 2020 de 60.858 pessoas. https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/euclides-da-cunha.html acesso 20/11/2020.
 ¹⁴⁰. http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas acesso 18/11/2020.

¹⁴¹. Fazendo a Diferença: Um estudo da etnicidade entre os Kiambé de Massacará, Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. Edwin B. Reesink. Pesquisador que propõe um novo olhar sobre a região numa perspectiva horizontal.

4.1- História e contra História do povo Kaimbé. "A história de nossa aldeia..."

Quando Égina afirmou que se referia ao escritor Euclides da Cunha. ¹⁴² E que no início do século XX publicou a obra *Os sertões*, que é um clássico da literatura brasileira. Já me causou surpresas, Euclides da Cunha foi o jornalista enviado pelo jornal *O Estado de São Paulo* a convite de Júlio de Mesquita, proprietário do veículo de comunicação para reportagens em Canudos no final do século XIX. Sobre essa passagem da Vila Massacará e possível identificar os seguintes trechos com a qual a cidade de Canudos ¹⁴³ e vilarejos do entorno como Massacará e que presenciam inúmeras batalhas:

A estrada sagrada de Massacará — por onde seguia o Conselheiro nas suas perigrinações para o sul — tombando pelos morros, entre os quaes se encaixa o Umburanas, era egualmente impraticável. As do Uauá e Várzea da Ema, ao norte, estavam livres, mas exigiam para serem attingidas longa e perigosa marcha contornante. A igreja nova, quasi concluida, alevantava as duas altas torresi, assoberbando a casaria humilde e completava a defesa. Enfiava pela frente todos os caminhos, batia o alto de todos os morros, batia o fundo de todos os valles. Não tinha angulo morto a espingarda do atirador alcandorado em suas cimalhas espessas, em que só faltavam planos de fogo de canhoneiras ou recortes de ameias. (CUNHA, 1905:399)

Massacará possui ao centro da cidade a Igreja da Santíssima Trindade, conforme aponta Bruno Dantas:

Os Kaimbé ocupam "imemorialmente" uma área de terra do sertão baiano, precisamente entre as bacias do rio Itapicuru e do Vaza-Barris. Tendo por centro de seu território a Igreja da Santíssima Trindade de Massacará, fundada por missionários jesuítas em 1639, foram vítimas de usurpação de suas melhores terras pelos fazendeiros regionais, que também exploraram lhes como mão-de-obra semi-escrava por um longo período. No final do

¹⁴². Euclides da Cunha (Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha), engenheiro militar, jornalista, ensaísta e historiador, nasceu em Cantagalo, RJ, em 20 de janeiro de 1866, e faleceu no Rio de Janeiro em 15 de agosto de 1909. Em 14 de março de 1897 publica no O Estado de S. Paulo, os artigos "A nossa Vendeia", sobre a guerra que se desenrolava em Canudos, no interior da Bahia. A convite de Júlio de Mesquita, proprietário do jornal, segue como, correspondente de guerra, a 4 de agosto, na comitiva do Ministro da Guerra, o Marechal Bittencourt. Depois de alguns dias em Salvador, chega a Queimadas em 4 de setembro, e, três dias depois, a Monte Santo, quartel general das tropas legalistas. A 16 de setembro chega finalmente aos arredores de Canudos, testemunhando os últimos momentos do conflito, escrevendo artigos e recolhendo observações. De volta ao Rio de Janeiro em 17 de outubro, seguir para a fazenda de seu pai, em Belém do Descalvaldo. Ver mais em https://www.academia.org.br/academicos/euclides-da-cunha/biografia acesso 19/11/2020.

¹⁴³. Segundo dados do IBGE Canudos possui 3.565,377 km², população estimada para 2020 de 16.753 pessoas https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/canudos.html acesso 20/11/2020.

século passado, o governo provincial, em um processo de emancipação civil das populações indígenas, objetivando liberar as terras que lhes pertenciam à exploração dos grandes fazendeiros, extinguiu a Missão dos Índios de Massacará.

Importante frisar que a região compreende um enorme espaço de atuação da igreja católica em séculos anteriores conforme aponta Euclides da Cunha em Os Sertões:

Geremoabo apparece, já em 1698, como julgado, o que permitte admittirse-lhe origem muito mais remota. Ahi o elemento indígena se mesclava ligeiramente com o africano, do canhembora ao quilombola. Incomparavelmente mais animada do que hoje, o humilde logarejo desviava para si, não raro, a attenção de João de Lancastro, governador geral do Brazil, principalmente quando se exacerbavam as rivalidades dos chefes Índios, munidos com as patentes, perfeitamente legaes, de capitães. Em 1702 a primeira missão dos Franciscanos disciplina aquelles logares, tornando-se mais efficaz que as ameaças do governo. Harmonisaram-se as cabildas; e o affluxo de selvicolas captados pela igreja foi tal que em um só dia o vigário de Itapicurú baptisou 3700 catechumenos. Perto se erigia, também vetusta, a missão de Massacará, onde, em 1687 tinha o opulento Garcia d'Ávila uma companhia de seu regimento. Mais para o sul avultavam outras: Natuba também bastante antiga aldeia, erecta pelos jesuítas; Inhambupe, cuja elevação á parochia originou larga controvérsia entre os padres e o rico sesmeiro precitado; Itapicurü (1639) fundada pelos franciscanos. (p. 102-103)

Jeremoaba está a 100 kms de Massacará. Neste local viveu o Barão de Jeremoaba, Cicero Dantas Martins. No livro "Cartas para o Barão" é possível compreender a maneira com a qual a imensa fortuna acumulada pelo Barão entra em confronto com a questão dos territórios indígenas do imenso sertão da Bahia. Além do mais é primo de José Américo Camelo de Souza Velho, proprietário de fazendas que se apossou de territórios de indígenas em Massacará. Quanto as propriedades do Barão de Jeremoaba. "Dono de 61 fazendas (59 na Bahia e 2 em Sergipe), foi possivelmente o maior proprietário rural dos sertões." Quanto as fazendas "Muitas tiveram origem nas sesmarias na Bahia, suas fazendas se estendiam pelos municípios de Itapicuru, Soure, Bom Conselho, Jeremoaba, Coité (Paripiranga), Tucano, Cumbé (Euclides da Cunha), Monte Santo, Raso, (Araci), Curaçá e Santo Amaro. 144" (Sampaio, 2001:18)

^{144.} Canudos- Cartas para o Barão. Apresentação p. 18. Itapicuru está a 130 km de Massacará, Soure a 170 Km de Massacará, Bom Conselho é atualmente a cidade de Cicero Dantas em homenagem ao Barão de Geremoaba, está a 60 km de Massacará, Jeremoabo está a 100 km de Massacará, Tucano está a 90 km de Massacará, Paripiranga a 120 Km de Massacará, Coité a 200 km de Massacará, Monte santo está a 90 km de Massacará,

O fazendeiro com a qual Euclides da Cunha em Os Sertões destaca é "Coronel da guarda nacional, José Américo C. de Souza Velho, dono dos sítios de «Cahimbê» e «Olhos d'agua»". (p.318) Os sítios a que se refere Euclides da Cunha compreendiam à Fazendas Mosteiro de São Jose, Fazenda Ilha, Fazenda Olho D'água (Do meio), Fazenda Tanque Novo, Fazenda Baixas (depois do Rosário) Fazenda Jueté. 145 Neste sentido o nome do Coronel José Américo Camelo de Souza Velho surge justamente por se tratar de um coronel que possui na sua história uma proximidade com todo o ambiente construído para a morte de Antônio Conselheiro no final do século XIX. Justamente o coronel em questão participou politicamente, no que se refere a questão da morte de Antônio Conselheiro. "O Coronel José Américo Camelo de Souza Velho grande colaborador das forças governamental e detrator maior de Conselheiro e sua gente." 146 O ambiente e geografia da região estão ligados às enormes fazendas e o tal coronel tem o histórico de se apropriar indevidamente de parte dos territórios indígenas, principalmente em Massacará. No que se refere à luta em que se destaca Antônio Conselheiro ele lidera ações que envolvem o confronto direto junto a cidade de Canudos, além do "prestígio equiparável ao que o Coronel José Américo gozava junto aos militares "147 Abaixo é possível verificar uma das muitas estratégias militares descritas em Os sertões:

De. accordo com ele [o coronel José Américo] escolheu-se a nova estrada. Envolvente a do Cambaio, pelo levante, e mais longa de nove ou dez léguas, tinha, ao que se figurava, â vantagem de se arredar da zona montanhosa. Largando de Monte Santo, as forças demandariam o arraial do «Cumbe» no rumo seguro de E. S. E., e, attingido este, inflectindo, rota em cheio para o norte, fraldejando as abas da serra de Aracaty, em marcha contornante, a pouco e pouco rumando a N. N. O., iriam interferir no sitio do Rosário a antiga estrada de Massacará. Escolhido este caminho não se cogitou de o transformar em linha de operações, pela escolha de dous ou três pontos defensáveis, garantidos de guarnições que, mesmo diminutas, podessem esteiar a resistência, dado que houvesse um insuccesso, um recuo ou uma retirada. (p. 304)

Araci está a 140 km de Massacará, Curaçá está a 240 km de Massacará, Santo Amaro a 300 km de Massacará e a 70 km de Salvador.

¹⁴⁵. Canudos- Cartas para o Barão. p. 97.

¹⁴⁶. Cartas para o Barão. p. 82. O Coronel faleceu em 1902.

¹⁴⁷. Cartas para o Barão. p. 80. Cartas enviadas ao primo com data de 13 de fevereiro de 1899.

Neste trecho é possível destacar que se trata de uma região conhecida pelo coronel José Américo Camelo de Souza Velho, e corresponde exatamente aos interesses políticos, uma vez que José Américo era uma espécie de informante de seu primo barão de Jeremoaba, Cicero Dantas Martins. Além de ser um influente político de cunho conservador era fazendeiro milionário com influência nos principais jornais da Bahia, e amigo do governador da Bahia. O Barão de Jeremoaba recebia de seu primo informações a respeito das andanças e estratégias militares contra Antônio Conselheiro. Euclides da Cunha assim descreve a marcha de soldados rumo a Canudos em Os sertões:

Os três mil homens da columna Arthur Oscar, não lograriam atravessal-o. A marcha pelo Rosário fora a salvação. As antecedentes expedições, seguindo successivamente pelo Uauá, pelo Cambaio, por Massacará e pelo Rosário, variando sempre na rota escolhida, tinham feito crer aos sertanejos que a última, adoptada a mesma norma, tomaria pelo caminho do Calumby, ainda não trilhado. (p. 534-535)

Quanto às informações do coronel ao seu primo barão de Jeremoaba apareceram detalhes sobre a morte de Antônio Conselheiro, que ocorreu em 22 de setembro de 1897. ¹⁴⁸ Assim, em cartas para o barão. Consuelo Novais Sampaio expõe:

O perverso Coronel, depois de saudar a "morte do monstro" "horroroso" forneceu detalhes. Seus maiores confidentes, Macambira, Norberto, Manuel Franco, que levaram com o monstro três dias esperando uma ressuscitação, desenganados deram sepultura em uma cova rasa deitando quatro imagens, duas nos ombros, uma na cabeça e outra nos pés, cobrindo com couro e deitando pouca terra, saindo com a barriga arrastando pelo chão o Manuel Franco, e fugindo, e ficando macambira e Norberto no covil por estarem baleados e ali morreram. Contou que só oito dias após a tomada de Canudos souberam por um jagunço, onde estava "a cova do Monstro." Antônio Conselheiro foi desenterrado já em estado de não aguentar, tirando o retrato do monstro de camisa, alpargatas, e enterrado depois de

Conselheiro seguira em viagem para o céu."

¹⁴⁸. Em Os Sertões assim descreve Euclides da Cunha (p.549). "Fallecera a 22 de agosto Antônio Conselheiro. Ao ver tombarem as igrejas, arrombado o santuário, santos feitos em estilhas, altares cahidos, relíquias sacudidas no encaliçamento das paredes e — allucinadora visão! — o Bom Jesus repentinamente apeado do altar-mór, baqueando sinistramente em terra, despedaçado por uma granada, o seu organismo combalido dobrou-se esmagado por emoções violentas. Começou a morrer. Requintou na abstinência costumeira, levando-a a absoluto jejum. E immobilisou-se certo dia de bruços, a fronte collada á terra, dentro do templo esboroado." Na p. 549 assim descreve. "Alli o encontrou numa manhã Antônio Beatinho. Estava rígido e frio, tendo aconchegado do peito um crucifixo de prata... Relataram-na depois, ingenuamente, os vencidos. Antônio

deliberaram a mandar cortar a cabeça para levarem [...] tranquilino, monstro malvado pegado sangrando e queimado. 149

Enfim, as questões acima refletem sobre a presença dos indígenas Kaimbé nestas regiões, bem como as ações que envolvem os fazendeiros que estão diretamente ligados à retirada de direitos indígenas. O Coronel José Américo Camelo de Souza Velho foi um dos principais envolvidos nas invasões dos territórios indígenas do Massacará. Grande parte dos territórios deste povo passou o último século sobre a investida de seus herdeiros contra os indígenas. É possível vislumbrar aspectos deste ambiente de conflitos principalmente quando refletimos sobre a presença que envolve as inúmeras ações da Igreja, a divisão de territórios para a burguesia baiana, os conflitos no entorno da aldeia de Massacará e do conflito de Canudos.

Bom lembrar que Canudos só foi desmembrado da cidade de Euclides da Cunha (antiga Cumbé) em 1985. Portanto Massacará e Canudos faziam parte de um mesmo município na ocasião dos conflitos.

Na década de 1940, uma grande retomada por terras se instalou em Massacará e lideranças se organizaram para retomadas de seus territórios tradicionais. Conforme aponta Bruno Sales: "Assim surgem as principais lideranças desse processo político de reorganização do grupo, são eles: Anselmo, Antônio de Marta, Silvino e João de Fulô". (1986:III) E continua:

Os demais dão prosseguimento ao processo de reivindicação dos direitos dos Kaimbé. Procuram, sob orientação do Pe. Galvão, as autoridades competentes em Recife. E finalmente conseguem, quando da instalação de um Posto do Serviço de Proteção ao Índio em Mirandela, assistência oficial por parte daquele órgão. (idem)

Desde então, uma série de documentos acessados junto ao Museu do Índio no Rio de Janeiro junto a biblioteca digital me colocam diante da realidade indígena do Povo Kaimbé com inúmeras questões que envolvem diretamente as fazendas de seu entorno. Sendo assim a partir de documentos oficiais da época em questão, algumas respostas nos vêm à presença

¹⁴⁹. Se trata de trechos retirados de cartas enviadas pelo coronel José Américo Camelo ao seu primo barão de Jeremoabo em 15 de outubro de 1897. (Canudos- Cartas para o Barão. p. 74).

na cidade de inúmeros indígenas. Os problemas apontados a partir de depoimentos dos Kaimbé nos obrigam a pensar sobre os acontecimentos anteriores.

Conforme documentos do ano de 1948, se instalou um processo de nº 1.140/48 e outro processo no ano de 1949 de nº 2.392/49. O Serviço de Proteção ao Índio vinculado ao Ministério da Agricultura solicitava explicações quanto ao andamento do processo 1.140/48 e o segundo processo buscava justamente compreender os caminhos dados para as ações que compreendiam a aldeia de Massacará, é encaminhado um documento para o sr. Inspetor Especializado Fialho Viana, solicitando informações a serem devolvidas para IR.4, em Recife. Este documento de 05/08/1948 foi assinado por R. Carneiro. Na sequência uma audiência é pedida para paradeiro do processo em 06/08/1949. No dia 12/08/1948 é informado que a documentação se encontra na Diretoria do Serviço de Proteção ao Índio. A partir do documento em questão é preciso compreender o andamento para a criação oficial da aldeia Massacará e seus desdobramentos "sr. Chefe, este processo está sobejamente informado pelo inspetor especializado Alísio Carvalho que examinando in-loco a miseranda situação dos infelizes Caimbés da Aldeia de Massacará, consta mesma história de que me ocupei no processo 1.140/48, cuja informação supra do protocolo geral desta inspetoria fiz, se encontra a mesma na Diretoria". O processo instaurado buscou os primeiros encaminhamentos para a criação Posto Indígena: "Para reinvindicação de nossos patrícios do domínio das terras dos Índios Caimbés, da Aldeia de Massacará, Estado da Bahia, tornaramse precisas as seguintes providencias," que seguem em três principais pontos. O primeiro: "Pesquisa documentária do domínio das terras dos índios Caimbés, nos livros de tombo existente no arquivo público, Instituto Histórico e outros estabelecimentos congêneres da cidade do Salvador, Estado da Bahia por intermédio de um servidor deste serviço para isso designado;" o segundo "extrair cópia fotostática dos documentos necessários a ação, bem como certidões e copias de escrituras publicas referente ao assunto;" e o terceiro "Demarcação Judiciaria ou amigável das terras em litígio." Sendo assim o parecer final é apontado nas linhas a seguir:

Dados estes primeiros passos, em que se procurará o direito de emissão ou reintegração de posse nas terras, o serviço poderá a exemplo de que fez com os Kariris de Mirandela, fundar um P.I.T. o qual oferecera, através de uma

administração dedicada e honesta, a assistência de que tanto carecem aqueles índios, evitando assim, que mais um grupo desta injustiçada raça venha a desaparecer, estrangulado pelos tentáculos dos desalmados espoliadores dos que não tem a proteção dos homens, da lei e da justiça pela sua condição desta pesuda civilização. (Museu do Índio, acervo 1948)

Tubal Fialho Viana encaminha um relatório completo sobre a situação dos indígenas ao Sr chefe da 4ª Inspetoria regional do Serviço de Proteção aos Índios apresentando os principais problemas enfrentados. "Designado pelo Senhor Diretor deste serviço, para, in loco proceder pesquisas sobre a aldeia dos índios Massacará e apurar os fatos descritos na reclamação dirigida pelos Índios ao Exmo. Sr. General Candido Mariano da Silva Rondon," em decorrência dos conflitos com fazendeiros uma serie de lutas passaram a ser travadas pelos indígenas dessa região. Procuraram o marechal Rondon "Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios que originou ao processo nº 1.140/48" Viana assim descreve sua ida:

Transportei-me no dia 13 de maio p.findo, à cidade de Euclides da Cunha, antiga Cumbé, do Estado da Bahia e dali rumei a cavalo, a aldeia de Massacará que dista cerca de sete léguas da sede do município. Chegando àquela aldeia, procurei com interesse que costumo encarar as causas do índio brasileiro, dizer o motivo da minha presença ali, passando em seguida a ouvir as queixas dos índios, as quais, diga-se de passagem, são as mais justas e humanas. (idem)

A distância entre a cidade Euclides da Cunha e a aldeia Massacará é de quase 50 km e tudo indica que de cavalo demore pelo menos duas horas e meia. "Os índios não dispõem de terras para as suas culturas agrícolas. Os baixios estão na sua grande parte, em poder dos civilizados." (idem) Grande parte dos indígenas desta região perderam inúmeros territórios. "A melhor faixa da terra onde os índios podiam trabalhar, está sob o domínio absoluto do Sr João Siqueira que se diz herdeiro de seu sogro Potameo Américo de Souza Velho" (Consuelo Novaes, 2001, 97-98). Potameo¹⁵⁰ era filho do Coronel José Américo Camelo de Souza Velho e intendente em épocas anteriores, uma espécie de prefeito da cidade de Cumbé. Portanto seu

¹⁵⁰. Canudos- Cartas para o Barão. Apresentação p. 97:98. Vivalda Américo de Sousa e Potâmio Américo de Souza eram filhos do Coronel José Américo camelo de Sousa Velho. Potâmio era Coronel da Guarda Nacional e sempre envolvido em atividades políticas. Foi prefeito do Cumbé, atual município de Euclides da Cunha. É preciso frisar que até a década de 1930 não havia prefeitos e sim intendentes.

genro se apresentava como proprietário das terras indígenas. Assim descreve o servidor do SPI:

Este suposto proprietário derrubou valados das roças dos índios, destrói, como destruiu a olaria do remanescente Alberto Teixeira, cujo inquérito a respeito foi instalado pelo zeloso e enérgico Delegado de Polícia da cidade de Euclides da Cunha, Sr Desiderio Joaquim do Nascimento e avaliados os prejuízos em CR\$ 5.000.00 (Cinco mil cruzeiros), conforme de laudo de perícia, anexo ao processo respectivo. (Museu do Índio, acervo 1949)

Em uma carta encaminhada para a Chefia da Inspetoria Regional do Serviço de Proteção ao Índio, em Recife, em 14 de janeiro de 1949, o delegado expõe questões relativas ao ocorrido acima:

Como militar, mais ainda como bom brasileiro, jamais me descuidei de ler e temer documentos pátrios; bem sei que os índios Caimbés da Missão de Massacará, possuem neste Nordeste terras que lhes foram doadas pela casa Real da Torre, sujeitas a legislação especial desse serviço, conforme decretos Imperial e Republicanos; sei também que o Sr. João Siqueira Santos, possui terra naquela localidade, que lhe couberam por herança após a morte do Sr. Américo Potâmio, seu sogro. Que o Sr. João Siqueira Santos, seja usurpador de terras dos nossos gentios ou que o Sr. Alberto Gonçalves Teixeira, seja índio, descendente de indígena ou representante legal dos aborígenes Caimbés da Missão de Massacará, nada vem a interessar-me no momento; a Vsa Excia, compete julgá-lo e solucionar o caso. (Museu do Índio, acervo 1949)

Bruno Jorge Sales Souza, em sua pesquisa sobre os Kaimbé de Massacará, assim expõe esse período: "Segundo o Sr. Alberto, o litígio teve início quando resolveu abrir uma roça em um terreno contíguo ao que ocupava, sendo impedido pelo Sr. Ioiô, genro de Potâmio, descendente da família de Francisco Camello, invasor da "Ilha" (1996:EEE). Assim continua o servidor do Serviço de Proteção ao Índio: "O supracitado invasor não consente que os pobres índios, nem ao menos, usem da caça dentro da propriedade que se apossou indevidamente." Durante sua estada na região "liberei-me fazer vistorias nos limites e marcos

da reserva indígena, o que de fato fiz acompanhado do Sr. Pedro Agres de Carvalho, inspetor fiscal da municipalidade e amigo dedicados dos índios". ¹⁵¹

Sobre os marcos e limites assim descreve "Vi alguns marcos de pedra, aliás, já danificados pelos espoliadores dos Caimbés, estes marcos não estão nos seus primitivos lugares. Foram de há muito, criminosamente arrancados e colocados em lugares que melhor viessem interessar ao falecido Cel Jose Américo Camelo de Souza Velho e seus descendentes." (p133) e continua:

O espírito sagaz de ganância e desonestidade do falecido Coronel José Américo Camelo de Souza Velho e dos seus descendentes não quis que nossos patrícios índios vivessem nas terras que lhes foram legadas. Usando processos iníquos e próprio do usurpador, foram passo a passo, mudando os marcos de pedra, para com isso, enriquecer a sua pequena propriedade denominado "Fazenda Cruz" com nascente água e ricas florestas. (id)

Assim descreve os Marcos do Território Indígena Massacará:

Na Estrada do Mestre de Campo- uma Pedra; na Estrada da Lagoa do Trabanda – uma Pedra no Lugar Paupombo; Marco da Jurema (Foi retirado pelos invasores sendo apontado como um dos autores ou autor do crime, o Sr João Siqueira); Marco da Pedra da Cruz – uma Pedra com uma Cruz das Caravelas Lusitanas e fica na Estrada Caimbé nome conservado em virtude da tribo do mesmo nome; Marco do Calumbí – fica na Estrada da Ilha. (Foi retirada e os índios em sinal de protesto plantaram uma arvore); Marco do Papagaio – Fica na Lagoa Seca (Retiraram o Marco e os índios têm e conservam um grande pé de Jatobá em substituição ao de Pedra; Marco de Pedra com uma Cruz e fica no caminho do Oiteiro da Vigia; Marco de Pedra – Estrada do Curralinho e Marco de Pedra do Babel – Estrada da Várzea.(id)

Sendo assim, um documento protocolado sob o número 185 em 23/04/1955 ao chefe da 4º IR, Sr Raimundo Dantas Carneiro coloca a questão do Ensino junto ao Serviço de Proteção ao Índio em Mirandela¹⁵², Posto indígena criado em 1949 com a qual indígenas Kaimbé e Kariri passam a ser assistidos:

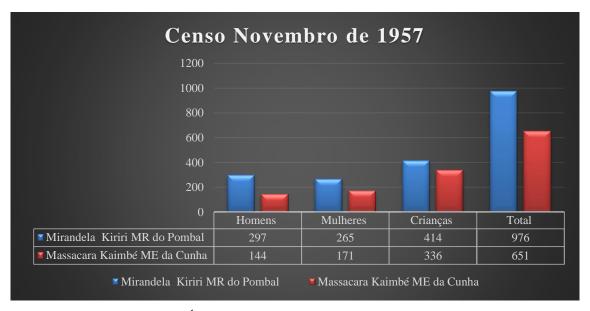
¹⁵¹. O servidor do Servidor do Serviço de Proteção ao Indio descreve que foi em companhia de Srs Francisco Alves de Souza, Joao Siqueira, supostos donos de terras em questão e um avultado número de indígenas. p. 138.

¹⁵². O Serviço de Proteção aos índios de Mirandela estava distante a pelo menos 50 Km de Massacará.

Em Mirandela a deficiência escolar encontra explicação na indolência natural do índio, na pobreza que obriga os pais a utilizarem dos trabalhos dos seus filhos no inverno, a falta de indumentaria para a farda e sobretudo a distância da escola, visto a localização do Posto dentro da Vila de Mirandela, torna quase impraticável, perla distancia a frequência dos meninos dos setores mais habitados... Cabe aqui renovar os apelos anteriores sobre a dotação de uma escola em Massacará para melhor assistência aos índios daquela região...Peço a V.S materiais escolares, fardas, livros etc.

Em 1960 é encaminhado pelo então chefe de Posto João Olavo de Souza um pedido para a vinda de uma professora para junto dos indígenas de Massacará:

O Censo do Serviço de Proteção ao Índio de 1957 a seguir assinado por Geraldo Viera de Mello, Auxiliar Inspetor:



Fonte: Acervo Museu do Índio. Adaptado usando a grafia atual de acordo com a convenção étnica junto a Antropologia. ¹⁵³

 $^{^{153}}$. O anexo original encontra-se no final do trabalho de pesquisa. Documento obtido em 18/11/2020 do acervo público do Museu do Índio em pdf.

4.2 - Os Kaimbé surgem e ressurgem na maior cidade do Brasil.

Foi nos encontros de articulação indígena que pude conhecer a força do povo Kaimbé. Conheci Égina, Magna e João nos anos em que viveram na região metropolitana de São Paulo, especificamente no município de Ferraz de Vasconcelos entre 2007 a 2015. Acompanhei as diversas lutas que travaram principalmente relacionadas à saúde indígena. Nossas reuniões do Conselho de Articulação Indígena nos colocavam diante de conversas ao longo das estações de trem e metrô de São Paulo.

As conversas sobre a luta indígena dos Kaimbé me inspiravam ao longo de minha caminhada no Programa Pindorama da PUC-SP. Desde minha entrada tanto na Universidade quanto ao Conselho de Articulação Indígena me deparava com inúmeras conversas sobre a presença Kaimbé. Em 2006 houve um movimento importante junto ao cursinho prévestibular da Educafro. O frei responsável pelo curso identificou dois indígenas deste povo no grupo a ser formado de "índios descendentes". O movimento que se dava na minha presença junto aos cursinhos, ia na direção do Foco Vestibular da PUC-SP, sediado no campus Santana. Muitos outros caminhos de indígenas se davam ligados ao Cursinho da Poli.

Um relatório de atividades do Programa Pindorama apresentado em 2007, quando entrei no Curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, dava conta dessa etnia até então desconhecida para mim, (desconhecimento total). Foi então que soube que houve encontro na Educafro "Edcarlos Nascimento, Eduardo Sá e Silva, Ednilson Sá e Silva (Pankararu) e Josimar Gomes de Lima (Potiguara) participaram da reunião semanal do Programa Educafro, em São Paulo, no dia 19 de dezembro de 2006, para um intercâmbio entre as entidades, já que ali estudavam jovens Kaimbé." (Pindorama:2006)

Desde então na Pontifícia Universidade Católica as discussões junto aos alunos indígenas envolviam as diversas etnias. A vida dos Kaimbé em São Paulo corresponde à vida de muitos indígenas da grande cidade e é permeada pela invisibilidade. A luta deste povo é, sobretudo, buscar caminhos e possibilidades no sentido de reconhecer os esforços desta etnia para serem reconhecidos como indígenas na cidade grande. Guerreiros e certos de que suas

lutas não são em vão. Estar diante dos Kaimbé nos faz repensar quem somos. Estar diante deles nos faz perceber o quanto os Kaimbé lutam para serem reconhecidos pela sua etnicidade. Como diz Égina Kaimbé: "Se eu não disser que sou indígena eu passo despercebida. A gente realmente conta a história toda para a pessoa poder acreditar." (Kaimbé...,2013) 154

Um dos maiores problemas dos povos indígenas que migram para São Paulo é o reconhecimento étnico por parte dos órgãos oficiais. Aqui em São Paulo somos cidadãos sendo reconhecidos por pagarmos impostos, ou seja, proletariado, contribuinte. Grande parte da população indígena que desembarca na maior rodoviária do país estava em busca de dias melhores para sua família, para si e para seu povo. Conforme aponta a indígena: "Meu nome é Egina, eu tenho 31 anos. Eu moro em São Paulo há 24 anos, especificamente aqui em Ferraz de Vasconcelos. A minha vida, a minha vinda pra cá para São Paulo. Foi assim, vou ser clara mesmo. Foi por motivos de Saúde." (idem)

Quanto à presença no cursinho da Educafro assim descreve:

Quando a gente começou a fazer o cursinho Educafro que era para negros e afrodescendentes. A gente parou e pensou assim. Não! A gente, a nossa origem é outra. Por mais que a gente tinha nossa pele morena e tal, cabelo cacheado, a gente tem a nossa origem. Aí foi onde a gente falou para eles. A gente chamou os responsáveis, coordenador pelo curso. Nós falamos.

"Aí, a partir desse momento, a gente começou a se identificar como indígena" disse Égina. "A pessoa acha que vai se apresentar uma pessoa com o cabelo liso e de olho puxado¹⁵⁵", acrescentou.

O coordenador do programa Pindorama, Benedito Prezia, assim descreve:

Nessa época, a gente entrou em contato com o cursinho. O Educafro que funciona na Praça Patriarca. Eu conheci o Frei Davi, então fui levar o projeto que nós tínhamos na PUC, que era para indígenas. Ele falou: "nós

¹⁵⁴ Documentário Kaimbé Massacrará em São Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo realizado na Cidade de São Paulo, entregue para a Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação. (junho de 2013)

¹⁵⁵. Documentário Kaimbé Massacrará em São Paulo.

temos também por aqui um grupo de índios descendentes. Seria interessante entrar em contato com eles". Então participei da primeira reunião. Na apresentação, elas falaram que eram Kaimbé, Kaimbé da Bahia. 156



Paulo Kaimbé, Ferras de Vasconcelos (Foto: Vanessa Ramos)

A vinda dos Kaimbé para São Paulo é permeada pela ocupação de seus territórios tradicionais por posseiros, fazendeiros e pelas milícias formadas por pistoleiros contratados para dar fim aos seus opositores. A luta é por terra e pela manutenção do status quo em suas

¹⁵⁶. Idem.

regiões. A elite baiana foi duríssima para com os Kaimbé. Seu reconhecimento na aldeia Kaimbé de Massacará se deu muito recentemente e carece de muitos estudos. É muito fácil perceber o quanto foi rude essa parcela da sociedade dita branca aos olhos dos indígenas. Como disse Egina: "A situação do indígena hoje é muito complicada, principalmente do indígena que sai da sua terra origem e vem para a cidade grande. Porque no estatuto diz que o índio no território brasileiro vai ter direito de mostrar a sua cultura, suas origens, seus rituais. Hoje a gente não pode fazer isso¹⁵⁷,".

O documentário ainda apresenta depoimentos de Salvador Kaimbé, Emerson Kaimbé, Bruno Kaimbé e Josie Kaimbé.

Assim Salvador Kaimbé descreve sua vida desde sua saída: "Quando eu vim de lá, foi um momento um pouco difícil porque eu saí da aldeia ainda pequeno, por necessidades, por ter que trabalhar. Meu nome é Salvador, eu me batizei, digamos assim como Índio Salvador. Eu cheguei aqui a já tem 36 anos". ¹⁵⁸ E continua: "O orgulho de ser indígena é reflexo de um momento importante para a sobrevivência dos Kaimbé em São Paulo. E ainda: "Eu não vou dizer que a cidade foi ruim para mim. Eu trabalhei muito, continuo trabalhando. Mas fui tendo algumas conquistas, muito trabalho. Vim para cá com um objetivo. Eu vou trabalhar. Aí quando chega um tempo. Não! Agora eu vou voltar. Que meu lugar não é aqui. O meu lugar é lá. E tem outros que ficam mais tempo aqui. (idem)

Como se apresenta Emerson Kaimbé: "Não tenho receio nenhum de me apresentar. É uma coisa minha, não vai sair, muito orgulho. Meu nome é Emerson Dantas dos Santos, tenho 20 anos. Sou natural de Euclides da Cunha, onde tem a aldeia chamada Kaimbé. E acrescenta: "Sou do Norte da Bahia, de uma aldeia indígena. A segunda aldeia mais antiga da Bahia. Que povo é ali? Povo Kaimbé, nunca escondi." E fala Bruno Kaimbé: "Eu fui uma pessoa dentro da minha aldeia, escolhida para ser uma liderança. Na época eu fui escolhido para ser o que é chamado de pajé. Quando eu cheguei aqui, eu vi como a gente fala na aldeia. Passar uma chuva. Chuva essa que já está durando três anos." (idem)

¹⁵⁷.Idem.

^{158.} Idem.

Desde 2006 mantive contato distantes de um e do outro. Minha presença nos encontros de articulação indígena e a minha entrada na universidade me colocara diante de muitos indígenas desta etnia. Encontrei-me muitas vezes com Salvador, Égina, Magna, Paulo e Josie Kaimbé. Tive sempre um olhar diferente diante da presença Kaimbé. Talvez pela sua luta e insistência frente a órgãos públicos como a Funai e a Sesai que insistiam naquela ocasião de manter certa distância de muitos povos instalados nas diversas regiões de São Paulo. Os problemas apresentados por muitos desta etnia, não era muito diferente das demais etnias da capital paulista vindas principalmente da região do Norte e Nordeste. O preconceito e aversão a essa presença é aparente. A maneira como se apresentam os indígenas na cidade e a maneira de ser de muitos refletem uma questão do que é ser indígena na maior cidade da América e na maior cidade do país. "As pessoas têm um pouco de fantasia, que o índio tem que andar pelado. Morar na oca e não ter tecnologia 159", diz Josie Kaimbé. "Uma calça jeans ou qualquer outra vestimenta não vai dizer que eu saí da minha personalidade" diz Bruno Kaimbé.

Em agosto de 2019, fui conversar com dona Augusta, dona Ana, Marcos, Vanuza, crianças e parentes Kaimbé na região de Ermelino Matarazzo, zona Leste de São Paulo. Migraram em épocas diferentes do sertão da Bahia para a capital paulista. Não imaginava também que aqueles registros seriam as imagens e fotos de minha despedida de dona Augusta. Por outro lado, são registros que ficaram para a história deste povo. Aquelas palavras que tanto ouvi durante nossas conversas, "a vida era difícil", jamais saíram de meu pensamento.

Foi em um sábado, 3 de agosto de 2019, que cortei a avenida Jacu Pêssego, na zona Leste, no sentido a Rodovia Airton Sena, próximo à USP Leste. Me perdi várias vezes pelas ruas próximas à residência de dona Augusta, matriarca Kaimbé da aldeia Massacará, vinda do sertão da Bahia. O que era para ser um encontro rápido, se estendeu por toda a manhã até achar a residência e vila, digamos assim de muitos desta etnia. Me lembro de dona Augusta, com uma espécie de gorro de lã na cabeça, com cores entre vermelho e branco, blusa de lã

¹⁵⁹. Documentário Kaimbé Massacrará em São Paulo.

¹⁶⁰. Idem.

vermelha, e sobre suas pernas um cobertor roxo que cobria parte da cadeira de rodas. Óculos grandes nos olhos e um olhar maravilhoso, observador, típico dos mais experientes indígenas. Ao seu lado, sua irmã dona Ana, e Vanuza, sua filha que me recebeu com o almoço à mesa. Almoçamos tranquilamente, enquanto conversávamos sobre assuntos diversos.

4.3 – Dona Augusta Kaimbé: "A vida era difícil para o povo de São Paulo".

Após o almoço preparei o material para a filmagem, sem combinações sobre assunto e conteúdo. A vida na cidade, sobretudo, de indígenas na cidade talvez fosse meu foco principal. Assim que terminamos o almoço começamos nossa conversa. Foi uma espécie de bate papo entre familiares. Fiquei observando o rearranjo das falas e diálogos entre eles. Me chamou a atenção a fala a seguir de Vanuza. Ela parecia não perceber, mas as suas perguntas à sua mãe já eram as respostas dos problemas enfrentados pelos Kaimbé:

Como foi sua vida lá na aldeia, como que era lá. Quando a senhora morava lá? E tinha assistência? Por que que a gente perdeu a nossa língua? Porque que a gente nunca falou a nossa língua. Por que as escolas não deixavam? Às vezes a gente não podia dizer que era indígena?

Sob a sábia fala da matriarca dona Augusta é possível compreender as respostas que dão o tom daqueles que esperam o momento certo para expor suas ideias. De forma muito serena e tranquila, ela discorre o quanto "foi difícil":

"A vida da gente lá na aldeia era difícil, porque tinha uns brancos que queriam ser donos de tudo. E a gente vivia no canto. Não podia nem aparecer junto de onde eles estavam, porque eles não queriam, não gostavam. Eles achavam que a gente não podia estar no meio deles. E, escola, nunca tinha escola, escola era difícil. E assim difícil, a vida para nós era difícil. Depois melhorava um pouco, mas os brancos lá é que eram dono, eram quem mandava, embaixo dos pés deles. Eles queriam pisar na gente."

E continua dona Augusta:

A vida lá é difícil, agora que minha irmã! Eu tenho filho de 25 anos que mora aqui. Quando eu saí de lá, não tinha o que tem agora lá. Agora tem um prédio, tem posto, tem médico. Quando eu saí de lá não tinha perto uma escola, não tinha posto, não tinha médico. Era difícil, se a pessoa adoecer

tem que vir para a cidade. Coisa mais difícil que tem, não tinha carro. Porque a vida lá era difícil. Sofri bastante, para ajudar meus filhos não passar certas coisas. Eu era escrava dos brancos. Lavar, passar... era difícil.

Vanusa descreve quando chegou à cidade de São Paulo:

Meu nome é Vanuza, sou da etnia Kaimbé, vim para São Paulo em meados de 1988. É, eu vim porque lá na aldeia, não tinha na nossa Aldeia Massacará, é uma aldeia pequena. Não é demarcada ainda, apesar da minha aldeia ser antiga. Nossa aldeia foi fundada em 1638, não é demarcada. E, então por falta de espaço, e porque eu queria estudar para voltar para a aldeia e ajudar meu povo. Aí eu vim, depois veio minha mãe, Augusta.

Fico olhando a conversa, meio que sem entender o diálogo. Não havia nenhum combinado das falas. Deixei tudo em aberto e todos à vontade para dizer o que quisessem enquanto moradores da região de Ermelino Matarazzo. Meu objetivo era buscar compreender os caminhos que percorriam a vinda dos Kaimbé para a cidade grande. Vanuza parecia me dar os códigos para compreender as falas que seriam de sua matriarca: "A senhora veio aqui para São Paulo tem quantos anos, mãe? E responde Dona Augusta: "25anos".

Já se passavam muitos anos da vinda de seus familiares, migrantes do sertão da Bahia. Abaixo é possível observar na ordem cronológica do tempo 25 anos, da chegada de sua mãe, na década de 1990, ela própria, Vanuza, chegara antes por volta de 1988 e indica que a presença dos Kaimbé é anterior a deles na década de 1950. Para ser exato, foi no ano de 1957. E pelo que parece os Kaimbé estão em muitas partes: Ermelino Matarazzo, Santos, Guarulhos, Ferraz de Vasconcelos, entre outros lugares.

"Faz 25 anos que a senhora está aqui. É, minha mãe veio para tratar de saúde e morar com a gente. Nós somos em oito irmãos, nós somos seis aqui e tem dois na Bahia. E aqui é minha tia Ana, que veio esse ano para cuidar da saúde dela e da saúde do neto. Então, ela está aqui com a gente, ela está fazendo tratamento lá no Ambulatório do Índio, ela e o netinho, o Diogo. É, quer consulta. Só vão voltar depois que passar na consulta e também visitar a irmã, que a gente tem ainda. Minha mãe tem um outro irmão que mora em Santos. E tem um que faleceu e que morou 60 anos em Guarulhos, faleceu esse ano (2018). Então, ela veio para visitar e cuidar da saúde."

A vida difícil, apontada por dona Augusta, dava o contorno das lutas para se manter e buscar dias melhores na cidade grande. A vinda de seus filhos, aponta Vanuza:

"E porque que a gente veio pra cá? Eu vim, como eu falei, pra estudar, pra ter uma profissão e retornar pra minha aldeia. Ai a gente vai ficando, vai ficando... Eu sou formada em técnica de enfermagem e agora eu faço Serviço Social pela PUC. Eu estou no terceiro ano do Serviço Social. Sou bolsista pelo Pindorama. Aí eu vi que o técnico de enfermagem era pouco e eu precisava estudar mais para ajudar melhor o meu povo. E assim eu pretendia voltar para minha aldeia."

A busca por educação e trabalho é uma das grandes questões apontadas pelos Kaimbé. Ao chegar na cidade grande, os Kaimbé se dão conta de que sua luta para a sobrevivência se dá no encontro com outros indígenas da cidade grande. Muitos deles vindos de lugares longínquos, sobretudo Nordeste. Encontram em São Paulo o seu próprio povo e problemas semelhantes enfrentados por muitas outras etnias:

"Mas agora eu não pretendo mais, porque aqui em São Paulo tem mais indígenas em contexto urbano. E índio, ele é índio na cidade, ele é índio na aldeia, a gente pra viver a nossa cultura, a gente não precisa estar na nossa aldeia mãe. A gente vive a nossa cultura aqui na cidade de São Paulo. A gente faz encontro no mês de março. Não começou comigo, nem com o cacique que é meu primo, o Alex. Começou antes, com a Magna, o João, a Egina, em Ferraz de Vasconcelos. O Cimi ajudava lá. Teve uns quatro, cinco encontros. Mas aí eles retornaram para a aldeia mãe. E a gente ficou um tempo parado, sem fazer os encontros. Aí a gente se juntou e fez esses encontros na cidade de Guarulhos, uma vez por ano. A gente vive a cultura na cidade de São Paulo. E minha luta é pelos indígenas do contexto urbano. A gente tem que lutar e viver a cultura. Porque o Brasil é terra indígena.

Interessante refletir sobre essa presença em contexto urbano. E mais interessante é perceber que essa retomada étnica perpassa à retomada de territórios na cidade de Guarulhos, onde muito recentemente os Kaimbé se unem ao povo Wassu, Pankararé, Pankararu e Tupi-Guarani e formam uma Aldeia Multiétnica.



Grupo familiar Kaimbé no II Encontro do povo Kaimbé, em Ferraz de Vasconcelos, em 16/08/09. (Foto: Beatriz Maestri)

A história dos povos indígenas na cidade grande possui muitos desconhecimentos. Um dos maiores problemas enfrentados pelos indígenas do Nordeste é o preconceito:

> "Quando o brasileiro vai para os EUA, para o Japão, sei lá... Sai do Brasil, ele não deixa de ser brasileiro. Quando acontece um terremoto lá, o governo brasileiro manda buscar esses brasileiros para estarem de volta ao seu país. E porque que nós indígenas não somos reconhecidos na cidade? Porque se diz que se estiver de Smartfone deixa de ser indígena. Não é verdade, eu posso ter celular, um Smartphone, eu posso ir ao shopping. E eu posso também estar na dentro da aldeia com maracá, viver a minha cultura. É isso, essa mania das pessoas de dizer que os indígenas deixaram de ser indígenas, de viver a cultura. A cultura está na gente, no sangue, não tem como separar. Eu pretendo terminar a minha graduação, fazer Mestrado e Doutorado. Mas eu nunca vou deixar de ser indígena. Eu vou ser sempre indígena, quando eu voltar para minha aldeia, minha aldeia, eu vivo minha cultura, eu vou andar lá de pé no chão. Comer as comidas de minha aldeia. Não tem nada que impeça de eu agregar o conhecimento. E não existe uma cultura melhor do que a outra. Não existe saberes melhores do que outros. O que existe são oportunidades diferentes".

Sob a participação em políticas públicas, a cidade grande é o local da exclusão social. O indígena é sobretudo um trabalhador da cidade e como trabalhador das periferias precisa lutar para conquistar muitos de seus direitos enquanto cidadão. A cidade grande para os povos indígenas é o local da luta por direitos e os Kaimbé sabem bem como é viver na cidade grande.

O indígena tem que ser tutelado? Não! O indígena tem que ser inserido na Educação, na Política, em todos os lugares, porque nós somos, fazemos parte desse povo, nós somos essa nação. Então a gente tem que estar presente e ocupar todos os espaços. E a minha vontade é ocupar os espaços, é viver a minha cultura, é viver. O respeito é para todos.

Os povos indígenas vivem em sintonia com a troca desenfreada de governantes. As políticas de Estado vivem na contramão. A tal democracia racial é uma balela quando se pensa outros povos e diversidade. Basta entrar numa escola da periferia e verificar a quantidade de professores indígenas de qualquer etnia do Brasil. Os órgãos públicos pouco fazem para incorporar a massa de trabalhadores indígenas da cidade de São Paulo. Essa diversidade é excluída por políticas de governo e substituídas a cada eleição.

"De todos os governantes, estamos vivendo um momento bem difícil desse governo, aí que quer nos apagar, quer nos destruir, mas somos resistentes, resistimos há 517 anos. Então, nós vamos resistir quantos anos mais for preciso. Entra governo e sai governo e nós vamos permanecer. Porque nós somos brasileiros, nós somos os verdadeiros donos daqui dessa terra. Quando os outros chegaram aqui nós já estávamos. E então aqui é nós que devemos permanecer, hoje e sempre."

Vanuza tenta colocar Ana na conversa que está ao lado dela em um canto da sala. Grandes óculos, chinelo de dedo, uma blusa de moletom com listras rosas e um silêncio total. Escutava atentamente as coisas colocadas por Vanusa e por dona Augusta. "E a Ana quer falar alguma coisa? Como era tia, a senhora morou lá e depois veio para São Paulo. Como é que a senhora vivia lá?" E ela responde: "Eu vim para aqui, fiquei um tempo aqui. Agora é que está melhor. Lá na aldeia melhorou o atendimento de saúde. E mais umas coisas, a escola está diferente, melhorou bastante". Dona Augusta, pouco depois completa: "Graças a Deus está bom. Tem médico, tem posto, tem escola, tem creche. Meus filhos para estudar, [ia longe] para estudar, nem sei quanto é. Quanto é Vanuza? Era longe para estudar."

A distância percorrida no sertão não se mede por léguas, mas pelo sofrimento de cada povo que busca melhores condições. E completa Vanuza. "Eu não entendo esse negócio de

légua. Eu levava uma hora andando, uma hora para ir, uma hora para voltar. Quando eu fazia alfabetização, quando eu estudava lá, era longe a escola. Agora não! Depois que demarcou a aldeia, melhorou."

Segundo Vanuza, as terras do povo Kaimbé em Massacará foram demarcadas em 1988. "A aldeia lá foi demarcada em 1988. Antes da demarcação quem tinha as melhores terras eram os posseiros, os fazendeiros, os ricos". Dando o tom da barbárie contra os povos do nordeste: "E eles exploravam mão de obra, os indígenas".

Quando Vanuza começou a contar essa passagem, só me passou pela cabeça a fala de Dona Augusta: "Era difícil.". "Minha mãe trabalhava nas casas das fazendas, lavava, passava, cozinhava. Muitas vezes o pagamento era um litro de leite, era uma comida que eles davam para a gente. Era desse jeito que a gente morava."

A vida na aldeia Kaimbé de Massacara é reforçada pela constituição de 1988 que, entre outras coisas, trazia um dispositivo jurídico "a lei máxima do país" que permitia uma reorganização da vida deste povo no sertão da Bahia. "Depois que demarcou, que essas pessoas saíram de lá, foi que a vida melhorou." Foi o caso da saúde indígena, como já foi falado. Mas indica que as coisas andavam bem e, de repente... "Quando os cubanos, os mais médicos foram embora, ficou sem médico. Teve um tempo que só tinha os profissionais de saúde. Agora já tem uma médica lá. E já está voltando tudo como era antes."

Segundo Vanuza, a população Kaimbé de São Paulo é próxima a população da aldeia e é certo que o passado trouxe um êxodo à região que desencadeou uma série de processos migratórios. O que nos faz refletir sobre a necessidade da ampliação da área, a fim de receber as famílias que por ventura desejem retornar, como diz Vanuza, "à terra mãe".

E repete a fala da mãe... "era difícil, a gente vem pra cá com a intenção de voltar, mas não cabe. Aqui em São Paulo nos somos em torno de 800 indígenas, lá deve ter uns, mil, por aí. E se levar esses 800 daqui para lá, não cabem". Voltar para a aldeia? "A aldeia é muito pequena, não cabe... Se todo mundo voltar, não tem espaço, não tem lugar para a gente

trabalhar. É por isso que a gente vive aqui em contexto urbano, trabalhamos e sobrevivemos e vamos ficar por aqui. Fazemos parte da história de São Paulo e do bairro Ermelino Matarazzo".

Na cidade, os Kaimbé são sobretudo operários, trabalhadores dos mais diversos ramos. Proletariado sem deixar de ser indígena.

A visão sobre a terra e o território que o indígena possui liga e se conecta a uma noção de espaço além-fronteiras. As fronteiras construídas pelo homem ocidental que as dividiu, precisam ser repensadas. Mesmo assim se entende que é preciso trazer uma outra noção de território para as nações indígenas que estão nas fronteiras criadas pelo homem branco. "E como eu digo, o Brasil era indígena (era?) e a gente não precisa retornar para nossa aldeia para a gente viver a cultura. A gente pode viver aqui em São Paulo, em outro estado, e onde a gente quiser."

Tão difícil é essa compreensão do mundo dos brancos. Eles seriam cegos? Ou loucos? É tão óbvio para os indígenas tais noções. "Porque é, esse país era habitado pela população indígena, então a gente não precisa dizer por que estamos aqui. Eu moro aqui em São Paulo, não me sinto que que estou no lugar dos outros", diz Vanusa.

Lembro-me agora de uma passagem do etnólogo Augusto Cesar Sampaio, no documentário *E as caravelas passam*, que traduz a imagem que os povos do Nordeste lutam para modificar:

E essa imagem que é estereotipada. Porque pressupõe uma cultura única, ou que é congelada. Porque pressupõe que essas culturas não mudem. São sempre iguais. Não é gratuita. Ela tem um sentido muito forte na nossa ideologia dominante. Que foi basicamente o sentido de tentar roubar aos índios a sua própria imagem. Para desautorizar-lhes a sua própria indianidade. Isso foi usado muito fortemente em nossa história. Para construir uma falsa ideia de unidade nacional do Brasil. Desautorizando as diferentes culturas, as diferentes histórias, os diferentes povos. (Caravelas...,2012)

E continua Vanusa:

"A gente vem para cá, pra São Paulo e aí diz assim: vocês não são mais indígenas. No Nordeste tem indígenas? O pessoal pensa que só tem indígena no Xingu, que só tem indígenas em São Paulo, os Guarani. Não! No Nordeste tem muitos indígenas. São importantes para a luta indígena, para a causa indígena, para a resistência. Nós somos resistentes. Nós resistimos a falta de chuva, ao sol, a fome. Entendeu, a gente resiste sim". Vanuza parece dar um recado não apenas aos políticos, ou moradores das grandes metrópoles, mas ao mundo e à educação que, nas últimas décadas, se distanciaram desta discussão tão séria, que é o racismo contra os povos indígenas.

Dois garotos Kaimbé, um vindo da aldeia recentemente com dona Ana, observa atentamente nossa conversa. E a nova geração Kaimbé. Um deles diz: "Eu sou Felipe Alves dos Santos", que segundo eles toca a gaita. Penso no instrumento do povo Kaimbé. O outro: "Eu sou Gustavo Lima Jesus Silva, sou cantor". Durante a conversa traz umas flechas de sua casa, que fica do outro lado da rua, no portão branco. "Eu também sou índio Kaimbé", diz ele. Num momento de descontração e brincadeira, ele pega as flechas enormes no canto da sala e começa a me apontar.



Vanuza (agachada) ao lado de sua mãe e de sua família. Foto: Emerson Souza

Ao fundo, chegam novas pessoas da comunidade Kaimbé que moram em São Paulo no Ermelino Matarazzo. E cantam ouvindo as duas crianças "Eu estava na aldeia, mandaram me chamar! Eu sou índio da aldeia, índio Massacará".



Dona Augusta Kaimbé com o filho e netos. Foto Emerson Souza

Chega um irmão de Vanuza com um boné vermelho, calça jeans e jaqueta preta. Fica ao fundo observando e aos poucos se senta para contar um pouco de sua trajetória em São Paulo. Marco inicia seu relato: "Ah, você conta um pouquinho, depois eu completo". "Minha vinda para São Paulo começou desde lá da aldeia. Em 1986, quando os fazendeiros invadiram a aldeia, nos trabalhávamos na Ilha... Estávamos lá". Mais uma vez pensei: "É difícil." "O fazendeiro Ari com outros grileiros veio e tiraram a gente de lá. Aí foi a minha disparada da aldeia de Massacará para São Paulo. De lá para cá eu fui, vim, voltei. Depois fui morar em Santo Amaro".

As falas de dona Augusta se completam com a narrativa de seu filho quando descreve os conflitos na aldeia e a migração forçada pelas lutas por terra. Conflitos que levam muitos para a cidade grande e que remetem a uma vida de muitas andanças, busca de emprego, aluguel, família dispersa. "Aí eu trabalhava por aqui, morava no Cambuci de aluguel. Depois eu vim pra cá [Ermelino Matarazzo]. Consegui um serviço aí numa firma, aí tinha uma. Isso aqui não tinha nada [sua casa] eu aqui era um morador. Daqui só tinha cinco casas nessa área. Aí eu consegui uma casinha, comprei um barraquinho. Aí foi donde eu trouxe a minha família, já era casado". Marco me parece traduzir o abandono de terras (da terra mãe) e o sofrimento da cidade grande para os povos da terra para a cidade dos sem terras. "Fui ficando, aí fui ficando por aqui, trabalhando nunca consegui voltar. Até hoje estou aqui. É só isso que tenho pra falar."



Vanuza Kaimbé ao lado da mãe, dona Augusta, do irmão Marco. Foto Emerson Souza

A família a qual Marco dizia trazer incluía Vanuza. Vanuza continua o relato: "Aí ele nos trouxe... Também lá em Santo Amaro morávamos de aluguel. Primeiro foi construindo essa casa aqui, aí ele deu pra cunhada dele para construir essa casa aí do lado. Aí depois ela quis vender. Ele deu para meu irmão, mais o primo. Aí meu irmão construiu em cima, o primo ficou em baixo. Aí depois disso teve outras famílias Kaimbé".

Seu irmão criara espaços de sociabilidade do povo Kaimbé em São Paulo. "Vieram tudo através da gente, uns foram trazendo os outros, então, tem bastante família Kaimbé aqui. Mas o primeiro foi meu irmão, que trouxe e foi construindo". Os espaços foram aumentando com a chegada dos novos moradores "Ele ficou na última casa aqui no fundo. Tem essa aqui que mora a minha mãe, tem meu irmão do lado, tem outro na casa de cima. Aí tem o outro do lado da rua. E a gente mora aqui".

Viver na cidade de São Paulo, sobretudo em bolsões da periferia significa lutar por inúmeras políticas públicas. Para os povos indígenas da periferia significa lutar contra o sistema capitalista que, ao mesmo tempo, oferece trabalho na região, mas submete essa população a inúmeros problemas de saúde. Os Kaimbé se instalaram numa região de muitas empresas de capital nacional e internacional.

A luta por programas ambientais também ocorre naquela região. O Brasil tem enfrentado muitos problemas nos últimos anos, existindo uma discussão mundiail. Para os Kaimbé, essa discussão começou há muito tempo. "Tem a firma aqui, Bann Quimica, que poluía e que dava problema renal e outros problemas de saúde. Eu estava, eu participei dessa luta que fechou essa Bann Química".

Lutar pela vida é a visão dos Kaimbé "Conseguimos fechar a Bann Química, uma das três firmas que fabricava o veneno. Essa Bann Quimica mudou pra Paulínia. E tem uma fábrica na Índia e outra na China. Eu não sei qual é o veneno que ela fabrica. Eu sei que é para fazer acetona, bateria de carro. Ela exporta para o mundo inteiro". A empresa acima foi

uma das que mais poluíram a região, trazendo danos irreparáveis. Os Kaimbé se impuseram no meio dessa batalha pela vida.

Um dos campi da maior universidade do país está na divisa onde vive essa população Kaimbé em Ermelino Matarazzo "Depois disso veio também a USP, veio a escola, tem a escola aí, tem a Universidade USP que fica aqui, mas a gente não tem acesso à universidade. Eu não conheço ninguém que tenha conseguido entrar nessa universidade. Quem estuda são as pessoas de fora, mas o bairro já mudou bastante depois que a gente veio morar aqui."

A Universidade de São Paulo, que é a maior do país, mas não tem nenhum vestibular específico para os indígenas. Ser vizinho da universidade é sinônimo de exclusão. Os muros e portões dividem a vila Kaimbé da maior universidade pública e uma das maiores do mundo. A USP Leste na ocasião criou um fórum para discutir a questão ambiental da empresa Bann Química, conforme aponta Vanuza. "A gente também teve o apoio da USP. A gente fez um fórum lá na USP".

Se por um lado veio o tal progresso, para os moradores dessa região continuam os bolsões de pobreza e a falta de investimento social do poder público. "Tem supermercado, tem posto de saúde. A gente mora já há quase 30 anos no Ermelino. A gente faz parte da história de São Paulo. A gente faz parte da história do Ermelino." A luta por reconhecimento na maior cidade do país se faz na maneira com que os Kaimbé se dispõem a enfrentar o poder público frente à essa invisibilidade. "E a gente conta realmente que é indígena aqui no Posto de Saúde, a gente se vacina, faz tratamento médico no Ambulatório do Índio do Hospital São Paulo. Meus irmãos já fizeram várias cirurgias lá. E toma vacina, vai lá no Posto que somos cadastrados como indígenas mesmo". Viver na cidade não significa deixar de ser indígena: "A gente vive na cidade. Tem meu irmão aqui, estou na casa dele agora. Ele foi passar seis meses lá na aldeia. Então a gente fica indo e vindo na nossa aldeia".

Vanuza e Marcos começam a dar os detalhes da contaminação do solo e como São Paulo compreende a presença indígena. "Por causa do gás, é um terreno contaminado, a gente não pode plantar, não é recomendado." Um povo da terra sem poder plantar: é a barbárie da cidade grande. "Já tem um estudo do solo, que eu não sei como está, porque me afastei um

pouco daqui. E só agora eu vou retornando. Então não sei se esse veneno já saiu". Será que a maior universidade pública do país conhece as dificuldades de famílias Kaimbé migrantes e pioneiros nessa região? "Aí a USP ficou fechada, pois os funcionários não queriam vir, os estudantes com medo de problema de saúde, por contaminação. Mas já voltou, já está aí funcionando. Foi a única coisa que serviu pra gente." [esse apoio ao nosso movimento]

A empresa citada pelos Kaimbé possui inúmeros processos em andamento por contaminação do solo. "O fechamento da empresa Bann Química causou uma série de demissões. Muitas pessoas perderam o emprego, mas é melhor perder o emprego do que perder a vida, "concluí Vanuza.

Mas, afinal, em qual bairro exatamente estão os Kaimbé? pergunta-se Vanuza. "Essa é a história do Jardim Queralux, de uma luta pra fazer o asfalto". Minha dificuldade para encontrar a vila se deu muito pela falta de asfalto e sinalização. Continua Vanuza: "Nas ruas, devido a esses problemas, só tem uma rua principal asfaltada. Há uma briga para asfaltar o bairro. Tem a briga também pela regularização do bairro. A prefeitura não quer regularizar, porque diz que o solo está contaminado, não quer dar infraestrutura." Lutas na aldeia, lutas na cidade, aos povos indígenas vizinhos da USP-Leste parecem pedir socorro. "Nos ajudem! Tantos juristas que saíram da USP, tantos advogados e políticos... Onde estão para nos ajudar? Então, tem uma luta indígena, a gente faz parte do contexto da cidade. E fazemos parte da história aqui do bairro".

Marco lembra sua irmã: "Na verdade, esse pedacinho onde moramos é mais velho do que o bairro grande lá na frente. Aqui é Vila Guaraciaba, lá na frente é Queralux. Pegou esse nome por causa de uma fábrica de cerâmica que tinha lá. Os benefícios vão todos para o bairro de lá..." Marco está se referindo ao abandono da região pelo poder público e a disputa entre empresas, ou as trocas de nome tentando fugir de futuros processos, já que é uma área contaminada pela antiga empresa. "Essa área pertencia à Salametal que comprou da antiga Badona. Porque passava uma linha de trem aqui, atrás nessa viela aqui. Então ficamos aqui. Não sabemos se é da prefeitura, se pertence a Salameta. Essa firma se prontificou a dar o documento pra gente aqui de moradia, de uso capeão, ou ia devolver pra prefeitura." Confusão e labirinto necessários para a prefeitura se eximir dos problemas de infraestrutura

do bairro. Enquanto isso, os Kaimbé aguardam uma definição quanto às melhorias da vila que, segundo Marcos, se chama Vila Guaraciaba. "Mas pra Prefeitura não interessa, se a gente mora aqui. Eu moro aqui há 25 anos, desde 1992 que eu moro aqui. Pra dar o documento de volta, entrega esse documento do terreno de volta para a Prefeitura." E faz um desabafo final: "Ai a gente vai ficar esquecido mesmo."

Lembra que mais à frente as infra-estruturas chegaram. "Mas o benefício é todo para o bairro de lá. Agora só nos salvou aqui, veio essa escola para cá, e essa USP aqui. Se não já tinham nos tirado daqui."



Vanuza Kaimbé, com indígenas Pankararé, Pankararu e Wassu Cocal. Sobem a rampa da PUC-SP sentido Tucarena. Evento de 15 anos do Programa Pindorama (Arquivo pessoal)

Capítulo. 5 – O movimento indígena na cidade de São Paulo

Os movimentos indígenas no Brasil ¹⁶¹ tiveram papel fundamental na política indigenista brasileira. Principalmente a partir da década de 1980, quando podemos afirmar que houve uma "mudança de paradigma", que se deu com a nova Constituição de 1988, sobretudo com os artigos 231 e 232¹⁶².

A década de 1980 é muito importante justamente porque a luta que se travava em 1970 trazia novas possibilidades. A vida indígena na cidade passava a ter direitos constitucionais que reforçam sua presença. As lutas e movimentos indígenas, da década de 1940 a 1970 e a União das Nações indígenas e suas assembleias haviam criado grande capital político. Segundo a antropóloga e coordenadora do Programa Pindorama da PUC-SP, Lucia Helena Rangel:

Desde o início dos anos de 1970, o movimento indígena é um movimento que não desarticula, tem altos e baixos, tem momentos mais fortes, momentos mais fracos. Mas acho que o grande mérito é garantir essa voz política, que a sociedade não quer ouvir, não quer reconhecer. E nós temos

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 artigo, 231 e 232. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

¹⁶¹. Fruto de um longo processo histórico, na década de 1940 indígenas participaram de um congresso interamericano no México, a pauta foi a denúncia de muitas violências contra os povos indígenas com a presença do Serviço de Proteção ao Índio, criado em 1910. Indígenas denunciavam a participação do órgão junto a atrocidades cometidas. As bases definidas neste congresso podem ser verificadas no https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-36098-19-agosto-1954-327016publicacaooriginal-1-pe.html acesso 23/10/2020. As denúncias no Congresso interamericano em 1940 provocaram a criação do dia 19 de abril seguindo as bases "Em 1940, o 1º Congresso Indigenista Interamericano, reunido em Patzcuaro, México, aprovou uma recomendação proposta por delegados indígenas do Panamá, Chile, Estados Unidos e México. Essa recomendação, de nº 59, propunha: 1. o estabelecimento do Dia do Índio pelos governos dos países americanos, que seria dedicado ao estudo do problema do índio atual pelas diversas instituições de ensino; 2. que seria adotado o dia 19 de abril para comemorar o Dia do Índio, data em que os delegados indígenas se reuniram pela primeira vez em assembleia no Congresso Indigenista. Todos os países da América foram convidados a participar dessa celebração. Pelo Decreto-lei nº 5.540, de 02 de junho de 1943, o Brasil adotou essa recomendação do Congresso Indigenista Interamericano. Assinado pelo Presidente Getúlio Vargas e pelos Ministros Apolônio Sales e Oswaldo Aranha, e o seguinte o texto do Decreto: O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e tendo em vista que o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, reunido no México, em 1940, propôs aos países da América a adoção da data de 19 de abril para o "Dia do Índio", decreta: Art. 1º - considerado - "Dia do Índio" - a data de 19 de abril.Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário. A recomendação de institucionalização do "Dia do Índio" tinha por objetivo geral, entre outros, outorgar aos governos americanos normas necessárias à orientação de suas políticas indigenistas. Já, em 1944, o Brasil celebrou a data, com solenidades, atividades educacionais e divulgação das culturas indígenas. Desde, então, existe a comemoração do "Dia do Índio", às vezes, estendida por uma semana, a "Semana do Índio". Site: http://www.museudoindio.gov.br/educativo/pesquisa-escolar/253o-dia-19-de-abril-e-o-dia-do-indio acesso 23/10/2020.

metade das terras indígenas demarcadas, reconhecidas, demarcadas, homologadas, registradas é por força e conquista do movimento indígena. ´E uma grande conquista, porque até 1970, início dos 70, apenas 5% das terras indígenas estavam demarcadas, reconhecidas e homologadas. (Retomada...,2015)

No artigo 231, "foram reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". O parágrafo segundo foi um dos mais importantes dos últimos 520 anos, já que não existia essa garantia aos índios no Brasil: "As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes". No artigo 232 da constituição federal, temos ainda: "Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público¹⁶³ em todos os atos do processo". E as organizações e movimentos indígenas¹⁶⁴ provocaram e contribuíram para a criação de políticas públicas em várias esferas. ¹⁶⁵

Rangel destaca a importância das organizações indígenas para uma sociedade monoliticamente organizada:

Quando nós chegamos a 25, 30, 40 anos depois com 50% das terras demarcadas é uma conquista. Assim como é uma conquista do movimento indígena, as cláusulas da constituição federal de 1988, que conferem e reconhecem o direito indígena. Reconhecem a população indígena, reconhecem o seu direito originário a terra, reconhecem as suas línguas, reconhecem o seu sistema de saúde tradicional. Enfim, diante de tudo isso a gente tem a dimensão do que significa num país, como o Brasil, que se pensa monoliticamente, ele é monocultural, monolinguístico, tudo é um só. Você tem um Estado, uma nação, uma língua, uma cultura. É tudo de um,

164 . Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 artigo, 231 e 232. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) acesso 23/10/2020.

^{163.} Como dito anteriormente foi fruto de processo de lutas intensas que se deu as leis acima. Na década de 1980 algumas lideranças de expressão no cenário nacional foram assassinadas: Marçal de Souza Guarani Nhandeva, Marcos Veron Guarni Kaiowa, Xicão Xucuru entre outros. Nesta mesma década é eleito o primeiro Deputado Federal Indígena da História do Brasil, Mario Juruna, com 43.000 mil votos.

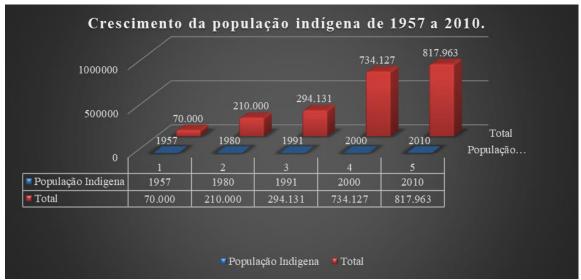
¹⁶⁵ Soma-se aqui a década de 1970 com a UNI – União das Nações indígenas, que realizou centenas de assembleias indígenas pelo Brasil. Isso desencadeou uma série de movimentos de luta por várias regiões. Nesta década é criada a lei 6.0001 que é o estatuto do índio, foi uma lei importante na ocasião por se tratar de uma lei que surge num ambiente político de incertezas. O Brasil passava pelo período da Ditadura Militar e vários indígenas estavam sendo vítimas desse regime. Um dos problemas deste estatuto é que mantinha os indígenas sob a tutela do Estado. Com os artigos 231 e 232, os indígenas deixam de ser tutelados pela esfera do executivo.

Mas há as diversas línguas indígenas é, as 180 mais ou menos. Já é de grande avanço na construção de nossa cidadania. (idem)

Estamos diante de outros povos e de modos diferentes de se organizar. A forma monolítica apontada por Lucia Helena Rangel é a sociedade dura e inflexível. A luta indígena caminha numa outra esfera da organização política. Ela é relativamente flexível.

Em São Paulo, foi preciso reivindicar muitas outras inserções. Vários povos que por aqui se instalaram chegaram aqui sob circunstâncias diversas. Uma delas é a expulsão de seus territórios tradicionais por posseiros. Isso tem a ver com questões políticas e principalmente com a maneira com que o Estado brasileiro desenvolveu seu processo histórico, linear e etnocêntrico, destruindo costumes, línguas e tradições e transformando muitos desses povos em mão de obra barata nas grandes cidades. O Estado atuou das mais variadas formas de destruir seu eu e seus costumes. Muitos dos povos que se deslocaram para as cidades foram incorporados à massa de trabalhadores nos mais diversos bairros da grande São Paulo. Desde a década de cinquenta tem-se notícias da presença de indígenas na capital paulista. Por muitas décadas, a presença indígena nas cidades foi tratada de forma distante e tímida. E passa a ser realmente legitimada pela ação dos movimentos indígenas de todo Brasil que se veem diante de um fenômeno que transforma suas aldeias. É possível observar os resultados que se deram a partir da constituição de 1988, pois houve uma afirmação dos direitos e mudanças significativas na presença indígena em todo território nacional.

As mudanças nos colocam diante de novos modos de compreender o espaço e dialogar com a luta dos povos indígenas que, no contexto urbano, urge da inesperada ação de vários atores sociais presentes nas grandes cidades. Neste sentido, mais do que discutir a presença indígena nas cidades, irei descrever muitas lutas e movimentos importantes, que culminaram em políticas públicas e ações afirmativas como a presença de universitários indígenas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Universidade de São Paulo. Assim como a presença de muitas lideranças de se uniram na cidade de São Paulo em busca de um só proposito: o direito constitucional que garante o direito a diversidade seja lá aonde for enquanto manifestações culturais, sociais e políticas.



Fonte: Funai 1957 e 1980:

5.1- CAPISP – Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo 166

A ideia de movimentos indígenas vem de encontro com a necessidade de lutas que surge da demanda das aldeias e atravessa as cidades, para pressionar órgãos públicos nas esferas estaduais, municipais e federais. E a definição que contribuo faz um caminho talvez inverso, pois se trata de organizações indígenas que discutem direitos na cidade. São indígenas vivendo nas cidades. Portanto, a criação da Comissão de Articulação dos povos indígenas de São Paulo pode ser definida com o primeiro encontro de indígenas em dezembro de 2003 na cidade de São Paulo.

Em 2000 já realizávamos pequenas reuniões no Centro de São Paulo com os Pankararu. Em 2001 houve a participação dos Guarani. Mas, depois parou devido a presença de certos apoiadores.

É preciso apontar um movimento de lutas com a presença da Associação SOS Pankararu sediada na periferia de São Paulo na mesma época. Certo é que os dois

¹⁶⁶ A Comissão de articulação indígena de São Paulo surge em 2004, fruto de um processo intenso de lutas e reuniões que se deram em diversas partes da cidade de São Paulo. Sempre houve uma reunião de preparação formada por lideranças indígenas da cidade de São Paulo. Após a preparação um encontro era organizado para

a discussão que chamávamos Encontro de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo.

movimentos vão de encontro com a necessidade de políticas públicas e o salto que se dá com a revelação do Censo de 2000. De 1991 aos anos 2000, a população de indígenas nas cidades sobe acima de 300 mil pessoas no Brasil. As garantias constitucionais, como o direito à diversidade não só do povo brasileiro, mas acima de tudo garantem a diversidade dos grupos étnicos distribuídos em todo o território nacional.

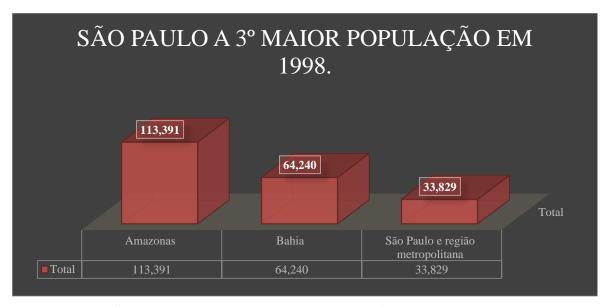


http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao e IBGE dados de 1991,200,2010: https://indigenas.ibge.gov.br/ acesso 23/10.2010.

Desde o final dos anos de 1950, grupos de indígenas retornaram a São Paulo, sobretudo na condição de migrantes. Não se sabe ao certo quais foram os primeiros povos a migrar a São Paulo, estima-se que cerca de 40 etnias se distribuem na capital e em torno da região metropolitanaMuitas delas não constituem comunidades, mas trata-se aqui de uma nova noção de território, uma vez que as etnias se organizam em associações, aldeias multiétnicas, entre outras e se distribuem em diversos bairros da capital paulista.

"Já em 1998, dados do IBGE indicavam uma população de 33.829 índios na área metropolitana. A forte presença de índios migrados para as cidades torna São Paulo o Estado com a terceira maior população indígena do Brasil, sendo precedido apenas pelo

Amazonas (113.391) e pela Bahia (64.240). ¹⁶⁷. Portanto tudo indicava um grande crescimento nas cidades da presença indígena.



Fonte: Comissão Pró Índio de São Paulo, dados do IBGE, retirados do livro Índios na cidade de São Paulo.

Desde o início dos anos 2000, pouco se falava sobre a presença de indígenas em contexto urbano. Existia um total afastamento e de certa forma um isolamento na cidade. É verdade que muito mudou e muito precisa mudar. Estamos aqui diante de um fenômeno relativamente novo.

Diante da falta de conhecimento das comunidades indígenas que viviam em São Paulo e da necessidade de uma formação mais política e conscientizadora, (a Caritas Arquidiocesana – Região Sé, Pastoral Indigenista e Prefeitura de São Paulo realizou, em **dezembro de 2003**¹⁶⁸, no CEU Rosa da China na zona leste, aquele que foi considerado o primeiro encontro das comunidades indígenas na cidade de São Paulo.

¹⁶⁷ Comissão Pro-Índio de São Paulo.

^{168.} Em 2014 uma das principais iniciadoras que envolviam a Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo partiu para o local onde não existe maldades. Beatriz Maestri do Conselho Indigenista de São Paulo – Cimi São Paulo faleceu em 01/08/2014. Foi uma das organizadoras do primeiro encontro dos indígenas em São paulo juntamente com a Comissão Pró Índio.



Grupo dos Praiás, do povo Pankararu, no Grito dos Excluídos de 2003 (Foto: Luciney Martins/O São Paulo

Imaginou-se um encontro de formação em princípio com a finalidade de compreender a lógica de distribuição dos grupos na cidade de São Paulo. Foi surpresa quando quase 300 pessoas compareceram ao evento entre indígenas e não-indígenas. Vieram indígenas das seguintes comunidades: Pankararu¹⁶⁹ (cerca de 150 pessoas), Guarani Mbya das aldeias

¹⁶⁹ As terras do povo Pankararu estão localizadas nos municípios de Petrolândia, Tacaratu e Jatobá, no Estado de Pernambuco, na área de influência do Baixo-Médio Rio São Francisco. A Terra Indígena Pankararu foi homologada em 1987 e possui uma superfície de 8.377,28 ha, onde vivem cerca de 5 mil Pankararu, distribuídos em 15 aldeias: Brejo dos Padres, Caldeirão, Espinheiro, Carapateira, Barrução, Saco dos Barros, Olaria, Cacheados, Logradouro, Tapera, Agreste, Macaco, Barriguda, Saco do Porcão e Bem Querer. A Terra Indígena Entre Serras, com uma extensão de 7.750 ha e cerca de 2 mil Pankararu, teve sua área declarada pela Portaria Declaratória do Ministro da Justiça no 2.579, de 21/09/04. Nessas terras há a presença de um grande número de posseiros, o que vem gerando, há décadas, uma série de graves conflitos entre os Pankararu e os nãoindígenas. Os Pankararu perderam sua língua materna e atualmente se comunicam somente em português. De seu idioma tradicional restaram algumas palavras, que são cantadas em suas manifestações culturais, como o Toré. Os Pankararu iniciaram o movimento migratório para São Paulo na década de 50. Saíam de suas terras, fugindo da seca e dos conflitos com posseiros, na esperança de conseguirem emprego e uma vida mais digna. Formaram vários núcleos populacionais em diversos bairros da periferia da Grande São Paulo. Atualmente há cerca de 450 famílias Pankararu vivendo no Estado de São Paulo. O maior número de famílias Pankararu se concentra nos bairros do Real Parque (150 famílias) e Jardim Elba (50 famílias). De acordo com a Pastoral Indigenista da Arquidiocese de São Paulo, atualmente os Pankararu se encontram em cerca de 40 bairros da Região Metropolitana de São Paulo, entre os quais Parque Santa Madalena, Capão Redondo, Campo Limpo, Santo Amaro, Paraisópolis, Grajaú; nos municípios de Embu, Guarulhos, Taboão da Serra, Osasco, Carapicuíba, Francisco Morato, Mauá e São Caetano. Os Pankararu que residem em São Paulo estão organizados em duas organizações: a Associação Indígena SOS Comunidade Pankararu e a Associação Indígena Comunidade

Jaraguá e Morro da Saudade cerca de 80 pessoas), Fulni-ô¹⁷⁰ (3 representantes), Kariri-Xokó¹⁷¹ (4 representantes), Xavante (3 representantes), Kaingang¹⁷² (3 representantes) e Terena¹⁷³ (1 representante). As aldeias do povo Guarani Mbya até o início da década de 1980

Pankararu da Zona Leste. Graças à luta da Associação Indígena SOS Comunidade Pankararu, hoje os Pankararu de São Paulo são reconhecidos pela FUNAI e pela FUNASA e recebem uma assistência específica. Depois de muita negociação por melhores condições de habitação, os Pankararu do Real Parque conseguiram dois prédios do Cingapura, nos quais moram atualmente 24 famílias (12 em cada prédio). O restante dos Pankararu continua espalhado na favela, onde falta saneamento básico. Os barracos são mal construídos e pequenos, onde vivem duas ou três famílias. A maioria dos Pankararu vive de "bico" e não tem carteira de trabalho assinada. Os dados são da Comissão pró Índio no relatório de 2004.

¹⁷⁰ A Terra Indígena Fulni-ô está situada na região conhecida como "Polígono das Secas", no município de Águas Belas, no Estado de Pernambuco. Em 1877, uma área de cerca de 11.505 ha foi demarcada como Reserva Indígena Fulni-ô. De acordo com a Rede Nacional de Mobilização Social (COEP), atualmente vivem na reserva cerca de 5 mil indígenas e as principais fontes de renda dessa população são a venda do artesanato, uma incipiente pecuária leiteira e o arrendamento de suas terras para uso pastoril a pecuaristas não-indígenas. Grande parte da reserva indígena está arrendada a terceiros. Durante cerca de três meses, em cada ano, grande parte dos Fulniô se desloca da aldeia de Águas Belas para o interior da caatinga, onde se instala em uma aldeia temporária para a realização da festa do Ouricuri. Os Fulni-ô são um dos povos indígenas do Nordeste que conseguiram preservar sua língua. Entre eles falam o Yatê, do tronco lingüístico Macro-Jê. Em São Paulo, os Fulni-ô moram em bairros da Zona Leste, Zona Norte e Zona Sul de São Paulo e nos municípios de São Caetano, São Bernardo do Campo, Carapicuíba, Taboão da Serra e Guarulhos. Dois grupos Fulni-ô, um do município de Carapicuíba e o outro da Zona Norte da capital, estão desenvolvendo projetos de geração de renda com o financiamento da Carteira Indígena do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Esses projetos foram iniciados em fevereiro de 2005 e estão envolvendo diretamente 26 indígenas. Em Carapicuíba, os Fulni-ô, que já trabalhavam no ramo de confecção de roupas, com apoio da Carteira Indígena, adquiriram novas máquinas (uma galoneira, uma cortadeira, dois motores e uma máquina de silk screen) e tecidos para a produção de camisetas e outros tipos de roupa. O projeto já está dando seus primeiros frutos. As famílias Fulni-ô, que durante anos prestaram serviços a terceiros ganhando muito pouco, hoje estão tendo um retorno econômico muito maior, produzindo e comercializando camisetas com sua marca própria: Setkê1. No Bairro do Jaçanã, na Zona Norte da capital, com o apoio da Carteira Indígena, os Fulni-ô estão produzindo artesanatos, bonés e camisetas. Este projeto envolve também os Fulni-ô de Pernambuco, que fornecem a matéria-prima para a produção do artesanato. Segundo dados iniciais apontados pela Comissão Pró-Índio e Pastoral Indigenista.

171 Os Kariri-Xocó são originários da região do Baixo São Francisco, no Estado de Alagoas. Cerca de 1.734 indígenas vivem na Terra Indígena Kariri-Xocó, situada nos municípios de Porto Real do Colégio e São Braz. A terra foi homologada com uma área de 699 ha e se encontra em processo de revisão de seus limites. O relatório aprovado pelo Despacho no 110, de 07/12/01, identificou uma área de 4.419 ha, embora o território reivindicado pelos Kariri-Xocó seja de 7.200 há (CIMI/2004). Ainda não há um levantamento do número de famílias Kariri-Xocó que vivem em São Paulo. Algumas estão morando na Zona Norte. Nenhuma dessas famílias possui casa própria.

172 Os Kaingang são um povo pertencente à família Jê e estão localizados em terras ao longo dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na região oeste do Estado de São Paulo vivem cerca de 150 Kaingang, distribuídos em três terras indígenas: Vanuíre, Icatu e Araribá, sendo que a maioria (79 Kaingang) vive na T.I. Vanuíre. As condições de sobrevivência nessa terra indígena estão cada vez mais difíceis, principalmente pela falta de recursos naturais (matéria-prima para a confecção de artesanato, caça e pesca) e pela falta de apoio a projetos agrícolas. Tal realidade leva muitos índios a migrarem para as cidades em busca de emprego e melhores condições de vida

¹⁷³ Os Terena constituem um dos povos indígenas mais populosos do Brasil. Em 2001, a FUNASA estimava que sua população alcançava 16 mil pessoas, distribuídas, em sua maioria, pelo Estado de Mato Grosso do Sul. Sua língua originária é Aruak. No Estado do Mato Grosso do Sul, os índios Terena vivem em 12 terras indígenas, sendo seis homologadas, duas identificadas, três a identificar e uma sem providências administrativas. Esta última se situa no perímetro urbano do município de Sidrolândia, onde cerca de 400 Terena ocupam uma área

não haviam sido demarcadas e assim estavam distribuídas segundo dados de Maria Inês Ladeira ¹⁷⁴: cerca de 80 pessoas), Fulni-ô ¹⁷⁵ (3 representantes), Kariri-Xokó ¹⁷⁶ (4

de 10 ha (CIMI/2004). Na maioria dessas terras há conflitos entre os índios e os fazendeiros invasores. Na região centro-oeste do Estado de São Paulo, próximo ao município de Bauru, vivem cerca de 411 Terena nas terras indígenas de Araribá, Icatu e Vanuíre, sendo que a maioria se encontra na T.I. Araribá (330 Terena). Nestas terras também vivem índios Kaingang, Krenak e Guarani Nhandeva. As três terras foram homologadas em 1991. No entanto a terra é insuficiente para o bem-estar e a reprodução física e cultural desses povos indígenas. As comunidades indígenas reivindicam a revisão dos limites e a ampliação de seus territórios. No município de Mogi das Cruzes vivem 20 famílias Terena, que migraram da Aldeia Bananal, no Mato Grosso do Sul. Esse grupo, na década de 80, fundou a Associação Indígena Kopenoti. Segundo seu atual presidente, Goalberto José, um dos propósitos da associação "é ajudar quem vem de aldeia para se estabelecer". Na cidade de São Paulo e no município de Suzano também vivem famílias Terena. Como conta Sátiro Terena, alguns migraram em busca de trabalho, outros procuravam concluir seus estudos.

¹⁷⁴ Maria Inês ladeira faz uma observação quando i início das demarcações de terras ao Guarani Mbya a terem início pela Sudelpa, que haviam iniciado os trabalhos de demarcação de terras. Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração- Aldeias livres Guarani do litoral de São Paulo e periferia da capital. p.124. O mapa foi extraído do sítio eletrônico https://outraspalavras.net/outrasmidias/na-maior-cidade-do-pais-resiste-a-agricultura-guarani/ acesso 03/02/2021.

¹⁷⁵ A Terra Indígena Fulni-ô está situada na região conhecida como "Polígono das Secas", no município de Águas Belas, no Estado de Pernambuco. Em 1877, uma área de cerca de 11.505 ha foi demarcada como Reserva Indígena Fulni-ô. De acordo com a Rede Nacional de Mobilização Social (COEP), atualmente vivem na reserva cerca de 5 mil indígenas e as principais fontes de renda dessa população são a venda do artesanato, uma incipiente pecuária leiteira e o arrendamento de suas terras para uso pastoril a pecuaristas não-indígenas. Grande parte da reserva indígena está arrendada a terceiros. Durante cerca de três meses, em cada ano, grande parte dos Fulniô se desloca da aldeia de Águas Belas para o interior da caatinga, onde se instala em uma aldeia temporária para a realização da festa do Ouricuri. Os Fulni-ô são um dos povos indígenas do Nordeste que conseguiram preservar sua língua. Entre eles falam o Yatê, do tronco lingüístico Macro-Jê. Em São Paulo, os Fulni-ô moram em bairros da Zona Leste, Zona Norte e Zona Sul de São Paulo e nos municípios de São Caetano, São Bernardo do Campo, Carapicuíba, Taboão da Serra e Guarulhos. Dois grupos Fulni-ô, um do município de Carapicuíba e o outro da Zona Norte da capital, estão desenvolvendo projetos de geração de renda com o financiamento da Carteira Indígena do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Esses projetos foram iniciados em fevereiro de 2005 e estão envolvendo diretamente 26 indígenas. Em Carapicuíba, os Fulni-ô, que já trabalhavam no ramo de confecção de roupas, com apoio da Carteira Indígena, adquiriram novas máquinas (uma galoneira, uma cortadeira, dois motores e uma máquina de silk screen) e tecidos para a produção de camisetas e outros tipos de roupa. O projeto já está dando seus primeiros frutos. As famílias Fulni-ô, que durante anos prestaram serviços a terceiros ganhando muito pouco, hoje estão tendo um retorno econômico muito maior, produzindo e comercializando camisetas com sua marca própria: Setkê1. No Bairro do Jaçanã, na Zona Norte da capital, com o apoio da Carteira Indígena, os Fulni-ô estão produzindo artesanatos, bonés e camisetas. Este projeto envolve também os Fulni-ô de Pernambuco, que fornecem a matéria-prima para a produção do artesanato. Segundo dados iniciais apontados pela Comissão Pró-Índio e Pastoral Indigenista.

176 Os Kariri-Xocó são originários da região do Baixo São Francisco, no Estado de Alagoas. Cerca de 1.734 indígenas vivem na Terra Indígena Kariri-Xocó, situada nos municípios de Porto Real do Colégio e São Braz. A terra foi homologada com uma área de 699 ha e se encontra em processo de revisão de seus limites. O relatório aprovado pelo Despacho no 110, de 07/12/01, identificou uma área de 4.419 ha, embora o território reivindicado pelos Kariri-Xocó seja de 7.200 há (CIMI/2004). Ainda não há um levantamento do número de famílias Kariri-Xocó que vivem em São Paulo. Algumas estão morando na Zona Norte. Nenhuma dessas famílias possui casa própria.

representantes), Xavante (3 representantes), Kaingang¹⁷⁷ (3 representantes) e Terena¹⁷⁸ (1 representante). As aldeias do povo Guarani Mbya até o início da década de 1980 não haviam sido demarcadas e assim estavam distribuídas segundo dados de Maria Inês Ladeira¹⁷⁹:

Aldeias	Município	Área	População	Subgrupo	Tempo de
		aproximada		dominante	existência
					em 1984
Morro da	São Paulo	8 alqueires	35 famílias	Mbya	20 anos
Saudade					
Krukutu	S.B Campo	18 Alqueires	2 famílias	Mbya	8 anos
	_			-	
Mboi	São Paulo	11 alqueires	6 famílias	Mbya	17 anos
Mirim				-	
Jaraguá	São Paulo	1 alqueire	1 família	Mbya	25 anos

¹⁷⁷ Os Kaingang são um povo pertencente à família Jê e estão localizados em terras ao longo dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na região oeste do Estado de São Paulo vivem cerca de 150 Kaingang, distribuídos em três terras indígenas: Vanuíre, Icatu e Araribá, sendo que a maioria (79 Kaingang) vive na T.I. Vanuíre. As condições de sobrevivência nessa terra indígena estão cada vez mais difíceis, principalmente pela falta de recursos naturais (matéria-prima para a confecção de artesanato, caça e pesca) e pela falta de apoio a projetos agrícolas. Tal realidade leva muitos índios a migrarem para as cidades em busca de emprego e melhores condições de vida

¹⁷⁸ Os Terena constituem um dos povos indígenas mais populosos do Brasil. Em 2001, a FUNASA estimava que sua população alcançava 16 mil pessoas, distribuídas, em sua maioria, pelo Estado de Mato Grosso do Sul. Sua língua originária é Aruak. No Estado do Mato Grosso do Sul, os índios Terena vivem em 12 terras indígenas, sendo seis homologadas, duas identificadas, três a identificar e uma sem providências administrativas. Esta última se situa no perímetro urbano do município de Sidrolândia, onde cerca de 400 Terena ocupam uma área de 10 ha (CIMI/2004). Na maioria dessas terras há conflitos entre os índios e os fazendeiros invasores. Na região centro-oeste do Estado de São Paulo, próximo ao município de Bauru, vivem cerca de 411 Terena nas terras indígenas de Araribá, Icatu e Vanuíre, sendo que a maioria se encontra na T.I. Araribá (330 Terena). Nestas terras também vivem índios Kaingang, Krenak e Guarani Nhandeva. As três terras foram homologadas em 1991. No entanto a terra é insuficiente para o bem-estar e a reprodução física e cultural desses povos indígenas. As comunidades indígenas reivindicam a revisão dos limites e a ampliação de seus territórios. No município de Mogi das Cruzes vivem 20 famílias Terena, que migraram da Aldeia Bananal, no Mato Grosso do Sul. Esse grupo, na década de 80, fundou a Associação Indígena Kopenoti. Segundo seu atual presidente, Goalberto José, um dos propósitos da associação "é ajudar quem vem de aldeia para se estabelecer". Na cidade de São Paulo e no município de Suzano também vivem famílias Terena. Como conta Sátiro Terena, alguns migraram em busca de trabalho, outros procuravam concluir seus estudos.

¹⁷⁹ Maria Inês ladeira faz uma observação quando i início das demarcações de terras ao Guarani Mbya a terem início pela Sudelpa, que haviam iniciado os trabalhos de demarcação de terras. Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração- Aldeias livres Guarani do litoral de São Paulo e periferia da capital. p.124. O mapa foi extraído do sítio eletrônico https://outraspalavras.net/outrasmidias/na-maior-cidade-do-pais-resiste-a-agricultura-guarani/ acesso 03/02/2021.



Família Guarani Mbya, na aldeia Tenondé Porã, em São Paulo, na década de 1980 (Foto: Douglas Mansur)

O mapa abaixo reflete a realidade da presença Mbya na cidade de São Paulo. E já se observa a entrada e formação de aldeias no município de São Bernardo do Campo na divisa com o extremo da Sul de São Paulo. Na outra ponta uma minúscula ponta de terra onde se distribui um número expressivo de indígenas desta etnia.



Mapa da cidade de São Paulo. Em uma ponta a Terra Indígena do Jaraguá. Em outra extremidade a divisa com São Bernardo e já se observa a sua extensão em São Bernardo do Campo. A presença de 80 indígenas da etnia Guarani Mbya nesta conversa inicial no evento descrito acima aponta para questões importantes da grande cidade. Em 1987 as terras indígenas dos Guarani Mbya foram regularizadas, porém se mantinham os problemas com os pequenos espaços, principalmente no Jaraguá quando ocupava 1,5 hectares. ¹⁸⁰

No debate questionou-se muitas questões e problemáticas que envolviam a presença indígena na cidade de São Paulo. Entre elas, a importância da união e da articulação indígena; do direito à educação diferenciada; do direito à moradia, ao trabalho, à saúde diferenciada e ao lazer; respeito à cultura tradicional; a necessidade de se fazer ações contra o preconceito; lutar pelo passe livre nos transportes na cidade de São Paulo e ter isenção de impostos.

A partir deste encontro, foram feitas reuniões com lideranças de cada povo. Ficou acertado que, no começo de **janeiro de 2004**, na comunidade Guarani do Jaraguá, iriam se encontrar para preparar uma carta aberta dirigida às autoridades de São Paulo (com reivindicações de moradia, terra, transporte e saúde) para ser lida no evento em comemoração aos 450 anos de São Paulo. O evento aconteceu em 25 de janeiro, no Pátio do Colégio, e a carta foi lida pelo estudante Ailton Xarim Mendes Kaingang. Participaram do ato, além de Ailton Xarim Mendes, os estudantes Luís Cícero dos Santos e Jurandir Ferreira (Pankararu). No mesmo dia, houve a apresentação de cantos das crianças Guarani Mbya da aldeia do Jaraguá. Estavam presentes o vice-presidente da República, José Alencar, o governador Geraldo Alkmin, a prefeita Marta Suplicy e vários secretários. Na Praça da Sé foi exposta

¹⁸⁰ Guarani da Barragem tem 26,3 hectares e é uma das terras indígenas regularizadas (registradas em nome da União) na capital, após serem delimitadas, no início da década de 1980, e demarcadas fisicamente em 1987. As outras são Krukutu (com 25,9 hectares) e Jaraguá (com 1,7 hectares). As duas primeiras ficam na região de Parelheiros, na região Sul. A terceira em estado de favelização, fica próxima ao Pico do Jaraguá, na zona norte, e é a menor área indígena reconhecida no país. Da Revista apartes p. 15.

¹⁸¹ RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DOS ALUNOS DO PROGRAMA PINDORAMA (2004-2008) distribuído aos alunos do programa Pindorama em 2008 via mensagem eletrônica. Os alunos do Programa Pindorama foram essenciais para a formulação de políticas públicas aos povos indígenas no início da década de 2000. Foram inúmeras as presenças em várias regiões de São Paulo. Marcando presença em vários locais que se pudesse inserir a pauta das lutas indígenas de povos na cidade. Soma-se aos alunos do Pindorama as lideranças mais velhas de suas comunidades como Irene Xarim (Kaingang), Ava Fulni-ô, Renato Pankararé, Alaide Pankararé, Bino Pankararu entre outros. A presença Guarani Mbya com suas crianças mostrava a força indígena quanto a sua presença na cidade grande.

¹⁸² Idem. Alunos do Programa Pindorama da PUC-SP.

uma faixa de protesto, onde se lia: "Nos 450 anos de São Paulo, mesmo excluídos, estamos presentes!" Os Pankararu, juntamente com os Kariri-Xokó, fizeram várias danças e rituais. Isso ocorreu, pois os indígenas não foram convidados oficialmente para participar do evento.



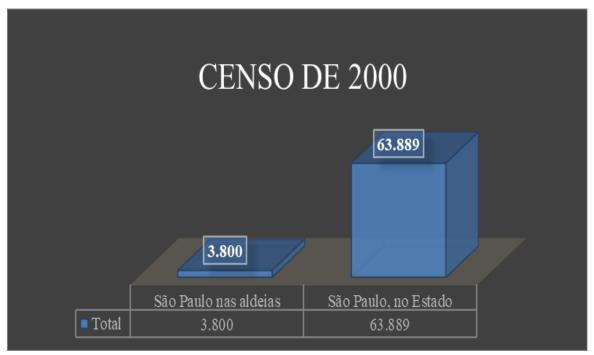
Faixa levada no Grito dos Excluídos de 2004 (Foto: Diego Pelizzari)

Em fevereiro de 2004 houve reuniões na Zona Norte, na comunidade Kariri-Xokó, e avaliações da festa dos 450 anos de São Paulo. Foi quando surgiu a ideia de um encontro de formação de três dias, em outubro, organizada pela Comissão Pró-Índio/SP, CIMI e Pastoral Indigenista como organizadora e somente para os indígenas que viviam fora de aldeias, já que eles teriam uma problemática em comum, diferente dos que viviam e vivem nas aldeias. Falou-se da importância de se ter um boletim informativo para circular as notícias para transforma-se em um meio de formação sobre os direitos indígenas. E juntamente com a equipe da Pastoral Indigenista o estudante Marcílio da Silva elaborou no boletim nº 1 da Articulação Indígena em São Paulo, em julho de 2004¹⁸³, estudante da PUC-SP da etnia

183 Idem.

Atikum. ¹⁸⁴Neste momento participavam da Articulação Indígena em São Paulo os Pankararu, os Guarani Mbya das aldeias Jaraguá, Morro da Saudade e Krukutu, os Fulni-ô, os Terena (de São Paulo e de Mogi das Cruzes) os Atikum, os Kaingang e os Kariri-Xoco. Do Pindorama havia a "participação do grupo da Articulação Indígena, através dos alunos Luís Cícero (Pankararu), Marcílio M. da Silva (Atikum) e Josimar Gomes de Lima (Potiguara)" ¹⁸⁵

Este segundo encontro foi realizado em um hotel no centro de São Paulo¹⁸⁶ entre 5 e 7 de novembro de 2004. No censo de 2000, o IBGE levantou a existência de uma população de 63.789 indígenas no Estado de São Paulo. Desse total, cerca de 3.800 residiam nas terras indígenas e o restante, na Região Metropolitana de São Paulo". O gráfico abaixo reflete sobre essa realidade da presença indígena no Estado de São Paulo.



O evento contou com a participação de 45 indígenas das etnias de São Paulo:

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Id. O evento foi organizado com o apoio da Pastoral Indigenista da Arquidiocese de São Paulo e o financiamento da CAFOD, da CESE e da Kerkinactie, nos dias 5 a 7 de novembro de 2004, na cidade de São Paulo. Índios na cidade de São Paulo, p. 5

Pankararu, Pankararé¹⁸⁷Atikum¹⁸⁸, Fulni-ô, Kariri-Xokó, Terena e Potiguara¹⁸⁹. Participaram também lideranças indígenas do Nordeste conforme se observa abaixo:

Antônio Ricardo da Costa (Dourado) Tapeba (Ceará), Clovis Barbosa de Lima Fulni-ô (Águas Belas, Pernambuco), Davi Monteiro Pankararu (Brejo dos Padres, Pernambuco); Hilton de Brito Fulni-ô (Águas Belas, Pernambuco); João Manoel de Oliveira Pankararu (Brejo dos Padres, Pernambuco); José Gilzon Ferreira de Sá Fulni-ô (Águas Belas, Pernambuco), Manoel Uilton Santos Tuxá (Bahia, APOINME). 190

¹⁸⁷ Pankararé é um povo indígena originário do sertão da Bahia. Sua população soma atualmente cerca de 2 mil pessoas, distribuídas em duas terras indígenas no município de Nova Glória: a T.I. Brejo do Burgo, com uma área de 17.924 ha, e a T.I. Pankararé, com 29.597 ha. Apesar de essas terras já terem sido homologadas, ainda é grande a presença de posseiros dentro da área indígena. Na T.I. Brejo do Burgo há aproximadamente 470 famílias de posseiros. Na T.I. Pankararé os posseiros têm-se negado a receber o valor proposto pela FUNAI para as indenizações (CIMI/20042). A vinda dos Pankararé para São Paulo, em busca de trabalho, iniciou-se no período da grande seca, em 1955. Desde então há um constante fluxo migratório entre seu território de origem e a Região Metropolitana de São Paulo. Em São Paulo, os Pankararé moram principalmente em bairros da Zona Leste (São Miguel e Itaquera) e nos municípios de Osasco e Guarulhos.

¹⁸⁸ A Terra Indígena Atikum situa-se no município de Carnaubeira da Penha, no sertão pernambucano, e foi homologada em 1996, com uma área de 16.290 ha, onde viviam cerca de 2.744 indígenas (CIMI/2004). A presença de posseiros na área, a violência e a insegurança decorrentes do tráfico de drogas na região são alguns dos principais problemas que a comunidade vem enfrentando. Ainda não há um levantamento preciso sobre o número de Atikum que vivem na Grande São Paulo. Na Zona Norte de São Paulo, no Bairro de Santana, vivem duas famílias.

¹⁸⁹ Os Potiguara constituem um povo indígena originário do litoral norte da Paraíba. Estão distribuídos em duas terras indígenas: a T.I. Potiguara, homologada com uma área de 21.238 ha, localizada nos municípios de Baía da Traição, Rio Tinto e Marcação, com 6.920 indígenas, e a T.I. Potiguara de Monte Mor, identificada em 2004 com uma área de 7.487 ha e uma população de 3.002 indígenas (CIMI/2004). Em ambas as terras há a presença de posseiros. Na T.I. Potiguara, a comunidade reivindica a revisão dos limites, em razão de 14 mil ha, ocupados pela Usina Pemel, terem ficado fora da demarcação. Na T.I. Potiguara de Monte Mor há uma indisponibilidade de terras para auto-sustentação em razão de elas se encontrarem na posse de três usineiros, com os quais os Potiguara enfrentam graves e constantes conflitos. São 1.653 ocupações e 7.034 ocupantes não-indígenas (CIMI/2004). Na Zona Leste da cidade de São Paulo vivem seis famílias Potiguara e na Zona Sul residem três famílias. Diferentemente da grande maioria dos indígenas da Grande São Paulo, estas famílias possuem casa própria e todos estão empregados.

¹⁹⁰ Id. p. 51:52. Foram apresentados temas sobre Direitos Indígenas (Prof. Dalmo Dalari), Direito à terra (Dra. Maria Cecília Filipini-Bia, Cimi RO), Direito à moradia (Dra. Luciana Bedeschi – Centro Gaspar Garcia, Maria José da Silva Carvalho – Mov. De Moradia de São Paulo), Saúde Indígena (Dr. Iztván Varga – MA). Conforme lista abaixo: Cláudio P. de Souza, Movimento de Moradia do Centro; Dalmo Dallari, Conselheiro da Comissão Pró-Índio de São Paulo; Eduardo Parodi Pereira, Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal – CEPAM; István Varga, Universidade Federal do Maranhão; Joaquim Pereira dos Santos Neto, Movimento de Moradia de São Paulo; José Augusto Laranjeira Sampaio, Associação Nacional de Ação Indigenista – ANAI; Lúcia Andrade, Comissão Pró-Índio de São Paulo; Luciana Bedeschi, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos; Marcos Julio Aguiar, Opção Brasil – Projeto Índios Urbanos /ABC; Maria Cecília Filipini – Bia Conselho Indigenista Missionário - CIMI/Rondônia; Maria José da Silva Carvalho, Movimento de Moradia de São Paulo; Mário de Camilo, Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Solange Denize Fernandes de Luna, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA; Vanessa Alvarenga Caldeira, Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFS; Vanessa de Souza Ferreira, Pastoral Indigenista da Arquidiocese de São Paulo.

O evento teve como coordenadores Benedito Prezia, da Pastoral Indigenista da Arquidiocese de São Paulo, e Selma Gomes, da Comissão Pró-Índio de São Paulo. Ainda um relatório foi publicado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo *Índios na cidade de São Paulo*. ¹⁹¹ Foi um momento para compreender as questões de uma sociedade emergente e de forte presença indígena na cidade; seus problemas, angústias e lutas.

O evento destaca a questão do preconceito que sofrem os indígenas na cidade conforme se observa a seguir:

O preconceito por ser índia e pobre e o medo da violência foram as principais dificuldades que Maria Inácia Fulni-ô encontrou em São Paulo desde que chegou. E o trabalho sempre uma dificuldade para os indígenas. Arrumar emprego, por exemplo, tornavase dificil por causa do sotaque: "A gente tinha que falar sem o sotaque porque, se você falar puxado, não servia para ser babá, senão a criança ia pegar aquele sotaque." (Comissão Pro-Índio, 2004)

Segundo Sátiro Terena, a grande dificuldade do índio que vem para a cidade é com

¹⁹¹ Ver mapa comparativo em que demonstra as mudanças ocorridas com a presença indígena em contexto urbano. Estiveram presentes: Adriano Inácio de Araújo, etnia Fulni-ô de Carapicuíba; Alaide Pereira Xavier Feitosa, Pankararé de Osasco; Alice Maria da Silva, Pankararé Guaianazes; Antônia Neta da Silva, Atikum, Santana; Avani Florentino de Oliveira, Fulni-ô, Vila Paulistana; Candodato N. Santa Cruz Gonçalves, Terena, Mogi das Cruzes; Daniele Gislaine Silvério, Terena, Moema; Silvério Terena, Moema; Douglas Inácio da Silva Fulni-ô, Carapicuíba; Edinalva Euflazina do Nascimento Santos, Pankararu, Osasco; Enaide Pereira Xavier Moreira, Pankararé, Osasco; Enildo Caetano de Sá, Fulni-ô, Guarulhos; Eurides Florentino da Silva, Fulni-ô, Vila Zilda; Francisco Manoel dos Santos, Pankararu, Capão Redondo; Associação SOS Pankararu; Gedion Marcos, Terena, Mogi das Cruzes; Gilberto Xarim Mendes, Kaingang, Itaquera; Goalberto José, Terena, Mogi das Cruzes; Irene Xarim Kaingang, Itaquera; José Alves Barbosa, Pankararu, Real Parque / Associação SOS Pankararu; José Bonfim da Silva Filho, Kariri-Xocó, Guarulhos; José Cicero Barros, Pankararu, Aracati — Guarapiranga / Associação SOS Pankararu;

José Monteiro dos Santos, Pankararu, Real Parque; Josimar Gomes de Lima, Potiguara; Penha; Kayrrá Silva Santos, Kariri-Xocó, Guarulhos; Manuel Alexandre Sobrinho —Bino Pankararu Real Parque / Presidente Associação SOS Pankararu; Marcilio Marcos da Silva, Atikum, Santana; Maria das Dores da Conceição Pereira do Prado, Pankararu, Real Parque / Associação SOS Pankararu: Maria de Lurdes da Silva Pankararu, Real Parque; Maria Inácio dos Santos, Fulni-ô, Carapicuíba; Maria José Frederico, Fulni-ô, São Bernardo do Campo; Maria Judite Pereira da Silva, Fulni-ô, Jabaquara; Maria Pereira da Silva Queiroz, Pankararé, Osasco; Marizete Maria da Silva Xavier, Pankararé, Osasco; Marlene Ferreira dos Santos, Fulni-ô; Jabaquara Noe Guilherme dos Reis, Pankararu, Guarulhos; Rosimeire Ferreira de Matos, Fulni-ô, Butantã; Sátiro Candido, Terena, Santana; Simone Florentino de Oliveira, Fulni-ô, Vila Zilda; Vicente Angelo da Silva, Pankararu, Vila Zilda / Associação SOS Pankararu.

respeito à habitação: "Nossa vinda aqui é por causa de moradia. O principal problema nosso é moradia. Depois vem o trabalho, a saúde, mas sem moradia fica difícil. Veja como é: se a gente está desempregado e não tem casa também, aí sim é que nós estamos na pior." ¹⁹²

Conforme um relatório de atividades do Projeto Pindorama, era preciso organizar e trazer as questões da problemática que envolviam a construção de moradias para os indígenas das cidades. Sendo assim as lutas tomam contornos que envolvem a participação de acadêmicos na construção de políticas públicas e que de fato possam sair do papel:

"A partir de encontros na Secretaria Municipal de Habitação, que se sensibilizou com a situação dos Pankararu do Jardim Elba, este órgão, através da Associação Pankararu da Zona Leste, liderada pelo estudante Luís Cícero dos Santos, conseguiu fazer um projeto habitacional na região de Guaianazes, para 54 famílias, mas que não se concretizou. Junto com lideranças Pankararu do Real Parque, Rejane Silva e Edcarlos Nascimento, ajudaram a formação da ONG Ação Cultural Indígena Pankararu, que passaram a fazer várias atividades culturais junto à comunidade do Real Parque". (Relatório do Projeto Pindorama, 2005)

Em 2005 podemos dizer que, em sintonia com a movimentação de várias lideranças indígenas em São Paulo, o Programa Pindorama impulsionava as discussões e essas discussões iam se distribuindo entre alunos e organizações. 193 "Segundo encarte organizado

-

¹⁹² Em 2014, 10 anos após a discussão sobre moradia para indígenas o Prefeito Fernando Haddad através da RESOLUÇÃO CMH Nº 61 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014. O Conselho Municipal de Habitação RESOLVE: I -Aprovar os Critérios Adicionais de demanda conforme lista: Titular negro (a) ou Índio (a) entre outras demandas como cuja forma de entrada aos programas sociais seria a autodeclaração indígena. Até o momento não se tem informações sobre a entrada de indígenas em tal programa habitacional na cidade de São Paulo. Considerando a necessidade de complementar os critérios nacionais de seleção de beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) definidos pela Portaria nº 595 de 18 de dezembro de 2103 do Ministério das Cidades, conforme disposto no item 4.2; seu em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/habitacao/Resolucao% 20N% 2061% 20(DOC% 203 1 10 14%20pg21)(1).pdf acesso 01/02/2021.

distribuído aos alunos do programa Pindorama em 2008 via mensagem eletrônica.1. Participação de todos os estudantes do Pindorama da Pré-Conferência pela Igualdade Racial, no dia 12 de abril, no auditório do Cine Olido, da Secretaria Municipal de Cultura.2. Participação de Luís Antônio (Pankararu) do Encontro Preparatório ao 11º. Intereclesial de CEB's, na Casa de Formação, em São Roque, no dia 24 de abril.3. Participação de Edcarlos Nascimento (Pankararu) no 11º. Encontro Intereclesial de CEB's, em Ipatinga (MG), nos dias 19 a 23 de julho. 4. Ida de Luís Antônio Oliveira (Pankararu), juntamente com Manoel Alexandre Sobrinho (Bino), presidente da Associação S.O.S. Pankararu, à Brasília, para solicitar da Funai um aumento das bolsas para os estudantes e maior atenção à comunidade Pankararu de São Paulo.5. Participação Edcarlos

pelo Conselho Indigenista Missionário, Cimi SP a Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo foi "Criada no 2º Encontro de Formação e Articulação Indígena, realizado em novembro de 2005", onde se "propõe se a debater a questão da terra, moradia, e auto-sustentação. Busca articular ar várias etnias da capital para ações conjuntas e estimula as comunidades a atuarem juntas e estimula as comunidades a atuarem junto a órgãos públicos e à sociedade envolvente nas suas reinvindicações". 194



Reunião do Grupo de Articulação no Centro de Pastoral do Belém, em 2005 (Foto: Benedito Prezia)

Nascimento (Pankararu) na vigília do Grito dos Excluídos, no dia 6 de setembro, na Praça da Sé. 6. Participação de Edcarlos Nascimento (Pankararu), Josimar Gomes de Lima (Potiguara) no Grito dos Excluídos, no dia 7 de setembro.7. Participação de Josimar G. de Lima (Potiguara), Luís Cícero (Pankararu) e Poty Poran (Guarani Mbyá) do II Encontro de Lideranças Indígenas de São Paulo, realizado na aldeia do Jaraguá nos dias 5 e 6 de novembro.

¹⁹⁴. O encarte trazia a informação sobre a presença das etnias Atikum, Fulni-ô, Guarani Mbya, Guarani Nhandeva, Kaimbé, Kaingang, Pankararru, Pankararé, Potiguara, Terena, Xucuru do Ororubá, Wassu Cocal nas reuniões. O objetivo era de encontros de formação e articulação periódicas, além de contato com órgãos públicos, entre outras.

Segundo o jornal Porantin "entre os dias 5 e 6 de novembro, cerca de 70 lideranças indígenas das etnias Guarani Mbyá, Guarani Nhandeva, Pankararu, Pankararé, Potiguara, Atikum, Terena, Fulni-ô e Kaingang reuniram-se na aldeia Guarani do Jaraguá, em São Paulo, para debater os problemas decorrentes da falta de terra, moradia e trabalho". (Prezia, 2006:5)

Bom apontar que "no final do encontro foi formada uma comissão com representantes de sete etnias, devendo o convite ser estendido a outros povos que não estavam presentes. Além dos encaminhamentos concretos, um ponto alto foi a convivência das várias etnias, já que o mundo dos indígenas de aldeias e o dos que vivem nos bairros sempre caminharam de forma paralela. Parece que as dificuldades comuns irão uni-los mais". (id. Ib.) ¹⁹⁵



III Encontro de Formação e Articulação Indígena na aldeia Tekoá Pyau, em 2006 (Foto: Diego Galipolo)

Em 2006 ocorreu 3º Encontro de Formação e Articulação Indígena entre os dias 18 e 19 de novembro na aldeia Guarani Tekoá Pyaú, no Pico do Jaraguá. Estavam presentes os Pankararu, Pankararé, Fulni-ô, Guarani Mbyá, Guarani Nhandeva, Potiguara e Terena, num total aproximado de 60 pessoas, além das entidades como Pastoral Indigenista, Cimi, Colégio

¹⁹⁵ Benedito Prezia é Coordenador da Pastoral Indigenista de São Paulo.

Santa Cruz, Cepisp. E esteve rapidamente o deputado Paulo Teixeira, recém-eleito pelo PT de São Paulo. E preciso frisar que existe dois movimentos interessantes na hora de se pensar a presença indígena em São Paulo e seu entorno. Em 2006 os Pankararé realizam o 1º Encontro dos Povos Indígenas em Osasco, que tinham como objetivo vivenciar a cultura e garantia de direitos constitucionais. ¹⁹⁶



Emerson, minha irmã Tania Alessandra, minha mãe Ernestina da Silva. Reunião de Articulação Indígena. Expõe a carteirinha da Funai. (arquivo pessoal)

Em 2007 a Formação e Articulação Indígena conta com minha participação. Éramos 12 etnias que participavam do encontro. Na maior cidade do Brasil ia surgindo um movimento tão comprometida, existia algo acontecendo que me fazia rever conceitos e rever meu modo de vida até então verdadeiramente ligado ao modo de viver da cidade. Desde que havia retornado da aldeia na década de 1990, não havia me inserido neste tipo de discussão.

¹⁹⁶. As informações são do Encarte produzido pelo Fórum Intersetorial Indígena de Osasco e com o apoio da Prefeitura de Osasco, Osasco Plaza Shopping e Conselho Indigenista Missionário. O Plaza Shopping é o local da realização dos encontros e venda de artesanatos.

Estava iniciando minha vida acadêmica e borbulhavam perguntas e questões, que me faziam repensar valores. Não imaginava um número tão grande de indígenas fora de aldeias. Foi quando vi a realidade de forma diferenciada, já que a pauta das diversas etnias da Comissão de Articulação Indígena era a luta por direitos de índios que viviam em contexto urbano. Quanto aos indígenas do Jaraguá, embora preservassem a língua e muitas tradições, estavam reduzidos a um espaço mínimo.

Nestes debates, percebi que o Estado e seu órgão oficial, a FUNAI, insistia em não reconhecer os direitos de diversos povos e etnias. Constatava os diversos problemas, em especial dos grupos indígenas, que se espalhavam pela periferia de São Paulo. Estes problemas iam ao encontro de minhas próprias buscas étnicas, e era necessário de minha parte um maior aprofundamento junto às articulações e comunidades indígenas da capital e grande São Paulo.

A problemática de aldeias em meio ao caos urbano e dos diversos grupos que aqui viviam me fazia repensar: como articular, organizar as informações, refletir sobre a demanda, e pensar alternativas. Foi quando propomos, sempre ao final de nossos encontros, preparar uma carta com pautas com demandas de nossas reivindicações e propostas que descrevo a seguir. Talvez tenha sido uma das primeiras cartas com reivindicações e propostas a serem encaminhadas às autoridades. ¹⁹⁷ Dizia a carta: "As leis e conquistas indígenas durante estes

¹⁹⁷ Foi durante a semana de 05/11/2008 a 11/11/2008 que eu e Edson Kayapó, juntamente com Benedito Prezia e Beatriz Maestri, organizamos essa primeira carta do evento na Comunidade Guarani Mbya do Jaraguá. Transcrevo um diálogo de 5 de novembro de 2008. "Fala parente, Emerson! Precisamos conversar sobre o documento que temos que produzir para o encontro de saúde indígena. Podemos inicialmente começar a produção desse documento por e-mail. Vamos fazer contatos. Abraço, Edson". E eu respondia: "Concordo. Inicialmente gostaria que, se possível, me passe links sobre aquelas matérias da saúde para iniciar uma breve leitura. Neste final de semana, iniciamos um texto e finalizamos durante a semana que entra. Abraços, Emerson". Ao que ele me respondia: "Emerson, o governo federal considera que as portarias 3156/99; 3836/99 e 1162/99 são as principais que tratam a questão da saúde indígena. No entanto, a legislação sobre o tema é extensa. O site http://www.socioambiental.org.br/inst/leg/pib.shtm indica toda a legislação sobre os assuntos indígenas, sendo que várias dessas leis estão disponíveis no próprio site. As que não estiverem acessíveis, você poderá baixar pelo site www.planalto.gov.br/ccivil. Você deve anotar o número da lei, no site do instituto socioambiental, e baixá-la no site da Casa Civil (Palácio do Planalto). Leia os artigos em anexo. Um abraco. Edson" E, ainda, em 10/11: "Prezados, acho que o caminho do documento é esse. Fiz algumas pequenas correções, acrescentei poucas coisas e redigi (sugestão) mais um parágrafo. Vamos continuar o contato. Acho que até o final da semana podemos fazê-la ficar melhor ainda. Abraço. Edson". E eu respondia: "Edson estive lendo os diversos artigos a respeito dos direitos indígenas. Percebi que a bagunça é generalizada. E é difícil até começar a pensar as mudanças já que precisa mudar quase que praticamente tudo. Mas fiz uma inicial que gostaria que lessem e que fizesse as alterações necessárias. Nesta semana vou continuar a leitura, que me

vinte anos ultrapassam os limites da burocracia brasileira. A questão da Saúde é uma incógnita, O governo federal, estadual e municipal se reveza em leis, decretos e portarias". O problema da saúde indígena no Jaraguá era caótico e aparente: esgoto a céu aberto e falta de transporte, posto adequado e atendimento precário. Quanto aos indígenas da cidade que não viviam em terras indígenas, a questão era ser reconhecido pela Funai e pela Funasa, substituída pela Sesai. Tencionar estes órgãos era a nossa maneira de cobrar do governo, responsável pela saúde indígena. Continuava a carta: "Nestes últimos vinte anos, já perdemos a conta das inúmeras modificações e transformações nas interpretações da lei. A Funasa não anda bem e em diversos Estados do Brasil, existem diversas denúncias de irregularidades. Sem contar que as Comunidades indígenas não são consultadas sobre os seus reais problemas na questão da Saúde".

No Brasil, criou-se desde os anos de 1990 uma política de terceirização da saúde pública, e isso tinha sérias implicações para a saúde indígena. O descaso no Jaraguá era uma constatação disso. As estruturas seguiam a cartilha liberal onde empresas e Ongs foram incorporadas ao modelo de Saúde indígena sem o consentimento e a presença de nenhuma liderança indígena. Percebi, ao entrar na universidade, que era preciso conhecer leis e buscar a aplicabilidade destas leis. Nossa carta frisava a importância de leis como "A Convenção nº 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais que possui pouca aplicabilidade e até hoje foi apenas uma mera cordialidade entre países e sequer as autoridades estaduais, municipais e federais, fizeram valer a participação de indígenas nas transformações das estruturas da Saúde Indígena."

Para os povos indígenas de todo o Brasil, esta tem sido uma das mais cruéis políticas, todas as decisões deveriam passar pela aprovação de indígenas nas mais diversas instâncias. O que se vê é o avesso destas políticas. Muitas decisões são tomadas sem que os indígenas sejam consultados. Importante era frisar na carta que ao mesmo tempo que denunciava construía uma base jurídica para os povos indígenas da cidade "A Convenção nº 169 em especial o artigo número 6 deixa claro esta

interessou muito as diversas leis... Emerson - Enviei também ao Benedito... Edson, vamos nos conversando. Mas não sei se o Benedito lhe falou, mas o Ronaldo (CIMI), que iria estar falando da Saúde no Sábado e Domingo. Não poderá vir, Benedito acha que é interessante então fazermos o evento apenas no Sábado. Mesmo porque no Domingo haverá um torneio na aldeia e pode ser que não vire. Então ele havia me pedido se você poderia hoje estar na Biblioteca as 18:30 para conversarmos a respeito destas alterações. Mas depois me ligou desmarcando para hoje. E Remarcando para esta Terça Feira as 18:30 também na Biblioteca. Pode ser para você? Quanto ao texto vamos se falando durante a Semana.

participação indígena: Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que seja prevista medida legislativa ou administrativa suscetível de afetá-los diretamente; b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes; c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas." Ao assinar este tratado, o Brasil havia assumido em Genebra com o Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho no dia 7 de junho de 1989, um compromisso muito sério com as diversas etnias de todas as partes do Brasil, sem contar seus reais direitos na Constituição Brasileira de 1988. Em especial, os artigos 6; 196; 197; 231; 232, 210 (parágrafo 2°);215 e 216. E destacávamos na carta que o que vimos é um total e real descaso e o orgão criado pelo Governo Federal para defender os interesses indígenas, a Funai, tem uma atuação distante e sem compromisso com as questões indígenas, principalmente aqui na capital de São Paulo. 198

Desde os primeiros encontros o direito à saúde diferenciada era um dos pontos fortes das discussões e formações. Os Guarani Mbya eram reconhecidos pela Funai e Funasa, mas era péssima a atuação do órgão da saúde. Quanto aos indígenas da cidade, havia pouco reconhecimento. ¹⁹⁹

¹⁹⁸ No início da década de 2000 é preciso destacar que a Fundação Nacional do Índio sequer reconhecia a presença de muitos povos indígenas em contexto urbano. Em São Paulo os Pankararu e Pankararé, Fulni-ô entre outros lutavam pelo reconhecimento étnico na cidade. Quanto as questões que envolviam a saúde as lutas eram muitas.

¹⁹⁹ É preciso destacar a presença do CIMI e da Pastoral Indigenista que colaboraram na formação de lideranças no Conselho e em nenhum momento hesitaram em apoiar os indígenas. Beatriz Catarina Maestri, do Cimi-SP, e Benedito Prezia, da Pastoral Indigenista, realizavam os chamados para nossa próxima reunião de articulação.

Mais uma vez, no marco das atuais discussões do movimento indígena sobre as mudanças na atual política de Saúde Indígena, realizamos no dia 15 de novembro de 2007, na aldeia Guarani Tekoa Pyaú, no Pico do Jaraguá, zona oeste de São Paulo – SP, o Encontro de Formação e Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo, organizado pelo Cimi – SP, Pastoral Indigenista da Arquidiocese de São Paulo, Programa Pindorama e Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo. O tema do encontro foi Política de Saúde Indígena. Mais de 60 indígenas de 13 etnias diferentes participaram do encontro, além das entidades de apoio e de representantes da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo, da Funasa e do Conselho Estadual dos Povos Indígenas. O objetivo maior da reflexão sobre esta temática, foi o de fazer um diagnóstico sobre a situação do atendimento à saúde indígena na Grande São Paulo, seja para os indígenas que estavam em aldeias, como é o caso dos Guarani Mbya e para os indígenas que vivem na cidade, fora de suas aldeias de origem.

No decorrer deste encontro, foram muitas as reclamações apresentadas pelos indígenas e direcionadas ao representante da Funasa, Paulo Sellera, responsável pela Assessoria de Saúde Indígena. Deixava claro de que ainda faltava muito para que fosse dado um atendimento diferenciado aos indígenas que viviam em São Paulo e na grande São Paulo.

Surgiu aqui na voz de Diva, liderança do povo Wassu Cocal uma grave denúncia de discriminação que sofreu na Casai- Casa do Indio, pelo fato de ser indígena da cidade. Outras lideranças falaram do mau atendimento nos hospitais, da demora no agendamento de consultas e da dificuldade para se obter remédio.

Quanto à "CASAI –SP, é uma unidade de referência do SUS para tratamento de saúde de média e alta complexidade, que recebe indígenas de todo o território nacional quando esgotados os recursos diagnósticos e de tratamento em seu local de origem". (in: Barbeiro, 2017:14)

Após ouvir as reclamações dos presentes, Paulo Sellera falou dos problemas que a Funasa vinha enfrentando com relação ao fornecimento de medicamentos, do uso dos veículos avariados e da reestruturação acontecia em âmbito nacional. Com relação às

limitações no atendimento aos indígenas que viviam na cidade, justificou-se dizendo não ter respaldo legal para tal atendimento dentro da Funasa: "Não há ainda nenhuma garantia de atendimento aos não-aldeados no subsistema indígena, como acontece com os aldeados. A legislação não dá amparo para que sejam atendidos". Entretanto, afirmava que apesar disto procurava atender a todos na medida do possível. Mas foi questionado, quanto aos direitos indígenas na Constituição e, sobretudo, na Convenção 169 e nas decisões das Conferências Nacionais de Saúde.

Em 2008 houve Encontros de Formação e Articulação Indígena, quase mensalmente, que tinham como finalidade discutir uma melhor articulação entre as diversas etnias da capital e da Grande São Paulo. A pauta de nossos encontros visava avaliar a problemática de cada povo.

Durante estas pequenas reuniões o foco principal sempre foi mostrar a real situação dos povos indígenas no Brasil. Vários foram os meios utilizados nesta formação. Um deles foi realizado pela Pastoral Indigenista disponibilizando a assinatura do Jornal Porantim. ²⁰⁰Foi uma forma de colocar em pauta os problemas e questões indígenas para os grupos que aqui se articulavam, e uma forma de mostrar aos membros dessa articulação um problema maior quanto à questão indígena que é a falta de compromisso governamental com os povos indígenas do Brasil.

Vídeos, exposições e questionamentos ajudavam os debates durante as reuniões. Sabíamos que a Funasa estava com os dias contados e que no ano seguinte, a política de saúde indígena seria novamente modificada. A pressão por mudanças acontecia em várias partes do Brasil. E São Paulo, no dia 05/09/2009 o portal G1 divulgava: Índios que ocupam prédio em São Paulo se reúnem com coordenador da Funasa. ²⁰¹

²⁰¹ Eu mesmo estava no interior do Prédio na Rua Bento Freitas, no Centro de São Paulo e o clima era muito tenso com a presença da polícia federal e o coordenador da Funasa em São Paulo Uebe Resek.

 $\label{lem:composition} Ver \quad mais \quad em \quad s\'itio \quad eletrônico \quad http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1110007-5605,00-INDIOS+QUE+OCUPAM+PREDIO+EM+SP+SE+REUNEM+COM+COORDENADOR+DA+FUNASA.html$

²⁰⁰ Desde 2009 passei a receber de forma mensal e gratuita as publicações do Jornal Porantim. Os participantes nas reuniões da Comissão de Articulação Indígena receberiam exemplares para formação política.

"Os índios acusam o funcionário de negligência. Em três anos, ele nunca fez uma visita às aldeias. Tem criança morrendo com água contaminada, faltam remédios, o saneamento básico é ruim", disse o cacique Awa, que veio de Ubatuba, no Litoral Norte, e é da tribo Tupi Guarani." (2009) "No prédio, cinco funcionários da Funasa e dois promotores permanecem presos. Os índios negam que eles sejam reféns. Eles tinham informado que os funcionários e os promotores só seriam liberados após o recebimento de uma resposta de Brasília sobre suas reivindicações. Mais cedo, cerca de 30 pessoas chegaram a permanecer detidas no prédio, mas tiveram permissão para deixar a sede da Funasa após uma reunião entre os promotores e os líderes do protesto." (Portal G1, 2009)

Dias depois as propostas eram divulgadas pelo Ministério da Saúde:

"Durante reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), (18/09), em Brasília, a representante do Ministério da Saúde (MS), Claunara Mendonça, confirmou a autonomia financeira e administrativa dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEIS, a ser determinada, por uma modificação no Regimento Interno da Funasa, retirando dela a atribuição de cuidar da saúde indígena". ²⁰²".

As discussões que formulávamos davam conta de que não eram ouvidas as reinvindicações dos indígenas em contexto urbano e mais uma vez insistíamos.

Em dezembro de 2009, houve novo encontro, após as mudanças que se davam em torno da Funasa e que passaria a ser Sesai – Secretaria Especial de Saúde Indígena, ligado ao Ministério da Saúde. Esse Encontro de Formação e Articulação Indígena, trataria novamente da Saúde Indígena em São Paulo.

Em anos anteriores realizamos diversos encontros a fim de mapear a real situação da saúde indígena em São Paulo. Embora, encontrássemos alguns avanços para algumas etnias, ainda se verificava que a situação era bem limitada para a grande maioria. Retomamos os

²⁰²MINISTÉRIO DA SAÚDE FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE PORTARIA № 216, DE 3 DE MARÇO DE 2008Institui o Grupo de Trabalho de Reestruturação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas do Sul e Sudeste, e dá outras providências.

encontros a fim de ouvir as reivindicações, novas propostas, questionamentos e sugestões para o complexo sistema de saúde que operava no Brasil.

Buscávamos nessas reuniões ouvir a história de vida das etnias de São Paulo. O intuito era verificar se as questões apontadas nas últimas reuniões haviam sido atendidas pelos diversos órgãos. E nossa proposta foi discutir sobre a saída da Funasa órgão até então responsável pela Saúde Indígena no Brasil, com foco específico no atendimento realizado às famílias indígenas da cidade de São Paulo e região metropolitana. ²⁰³ Por isso insistíamos na participação do maior número de etnias em mais um encontro de formação que ocorreu na manhã de 6 de dezembro de 2009, na aldeia Guarani do Jaraguá. O objetivo era reunir todas as lideranças indígenas dos povos que vivem na cidade de São Paulo e na região metropolitana para discutir a atual situação da saúde. Pudemos contar com lideranças das etnias Guarani Mbya, Guarani Nhandeva, Pankararu, Pankararé, Fulni-ô, Wassu Cocal, Kaimbé, Krenak, Kaingang, Kariri, Kariri Xoco, Terena, Pataxo, Kayapo, Xucuru, Potiguara e Baniwa.

Tínhamos algumas questões que eram uma constante, nesse tema. Por isso a pauta era verificar a atual situação das famílias indígenas da cidade de São Paulo e na região metropolitana frente ao atendimento realizado pelo órgão responsável pela saúde indígena; verificar a situação do transporte dos pacientes indígenas, avaliar se após a ocupação da Funasa em 2009 foram atendidas as reivindicações colocadas. Era preciso verificar a atuação de outros órgãos responsáveis pela questão da saúde indígena, como a Prefeitura de São Paulo, Governo de São Paulo, o convênio com a Unifesp e outros.

Em 2009 o povo Pankararé começou a realizar encontros em Osasco, fruto este das formações que se davam em torno das articulações indígenas em São Paulo. Importante foi refletir sobre o papel dos nossos encontros que se davam com as várias etnias e como

de Saúde. Acesso http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2010/20_ago_lei_sesi.htm 27/01/2020.

²⁰³ A Funasa estava prestes a ser substituída pela Sesai através da Lei nº 12.314/2010, que autorizava a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) no âmbito do Ministério da Saúde. A Lei atendia a uma antiga reivindicação dos povos indígenas e foi construída com diálogo com as comunidades de todo o País. A criação da Sesai também estava sendo aguardada pela Comissão Intersetorial de Saúde Indígena do Conselho Nacional

avançava uma nova discussão junto a busca pela etnicidade na cidade de São Paulo e na região metropolitana. Destaca-se aqui a presença de duas lideranças Alaíde Pankararé e Renato Pankararé. ²⁰⁴

Estávamos numa constante e era preciso atravessar o ano com um quadro que trouxesse a real situação dos diversos povos presentes neste encontro. Ainda iriamos analisar as reuniões e os encontros de 2009, e ouvir os agentes responsáveis pela Saúde Indígena. Iríamos também propor uma agenda para discussão da Saúde Indígena, avanços e desafios para o ano de 2010. Os objetivos eram muitos, mas esse era para pensar uma presença maior no primeiro encontro do ano seguinte.

Em 2010, o Encontro de Formação e Articulação Indígena embora observássemos pequenos avanços para algumas etnias, ainda se verificava a situação caótica para a grande maioria. Portanto para melhor compreender este quadro, realizamos encontros, com as lideranças indígenas e entidades convidadas, a fim de ouvir suas reivindicações, novas propostas, questionamentos e sugestões para este complexo sistema de saúde que operou no Brasil, a "Funasa" e que foi substituída pela Sesai.

Buscamos neste encontro ouvir a história de vida das etnias de São Paulo. E de acordo com proposta foi definido o dia 28 de fevereiro de 2010 para discutir as atuais questões referentes à saúde indígena em São Paulo. O novo encontro de formação se deu no Ceci da Aldeia Tekoá Pyaú do Pico do Jaraguá. A pauta foram as reivindicações e propostas que não tomaram efeito durante esses anos de discussões. Realizamos nova intervenção e encaminhamos à pauta de discussões apresentadas pelo Conselho de Articulação convidando as comunidades indígenas da cidade de São Paulo e da grande São Paulo.

Conforme a convocação da Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo e Grande São Paulo apresentando um painel com a realidade da saúde dos povos que

²⁰⁴ Em 2014 um encarte produzido pela Prefeitura de Osasco junto com a Secretaria Municipal de Cultura e que legitimava a luta deste povo que se organizava em eventos anuais. Naquele ano o "Semana dos Povos Indígenas de Osasco".

participam desta articulação, como Pankararu, Pankararé, Wassu Cocal, Fulni-ô, Xukuru, Guarani Nhandeva, Guarani Mbyá, Potiguara, Terena, Kaigang e Atikum. Em seguida haveria um segundo painel feito pelas entidades que dão atendimento em são Paulo: Funasa/ Unifesp. E no final do encontro haveria uma análise destas colocações e uma carta de intenções assinada por todos os participantes deste encontro. Desta forma contamos com sua pessoa, neste dia, pois será de grande importância sua presença. Comissão de Articulação dos Povos Indígenas da Grande de São Paulo. (Carta da Comissão de Articulação, 2010)

Estávamos muito atentos e propomos um grupo de trabalho para discutir a implementação da nova política de saúde indígena. Existia um processo de transição em andamento para a criação uma subsecretária ligada ao Ministério da Saúde, assumindo a saúde indígena. Discutiríamos também se houve a implementação definitiva dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEIS.

Estava diante de um desafio. Cabia a mim (em nome da Articulação dos Indígenas de são Paulo) fazer a abertura do Encontro de Formação, e ao xeramoin José Fernandes dar as boas-vindas a todos. A cacique Dona Jandira pediria a apresentação dos indígenas presentes por etnia: Pankararu, Pankararé, Pankará, Xukuru do Ororubá, Fulni-ô, Kaimbé, Terena, Wasu-Cocal, Kaingang, Potiguara, Guarani Nhandeva, Guarani Mbyá; Programa Pindorama. Tinhamos convidado representantes da Funai, além da apresentação das entidades de apoio: Cimi, Pastoral Indigenista e Programa Pindorama.

Em 20 de março de 2010 nosso encontro se deu na Igreja de São Gonçalo, Pr. João Mendes, 108 (atrás da catedral da Sé) às 9 horas da manhã sob o comando do Conselho de "Articulação das Lideranças Indígenas da cidade de São Paulo e Grande São Paulo com o apoio do Conselho Indigenista Missionário e da Pastoral Indigenista de São Paulo. Até pode parecer repetitivo, mas o fato é que à medida que se intensificavam as discussões e os encontros. Aumentava o número de etnias presentes.

Embora esperássemos que notícias melhores viessem, novamente recebemos de todas as lideranças presentes notícias de descaso, falta de compromisso, de atendimento precário,

da falta de remédios, de propostas que são encaminhadas sem o consentimento das comunidades, de consultas que tardam e, infelizmente, a notícia da morte de seis crianças da comunidade Guarani Mbyá das aldeias do Jaraguá-SP.

Um dos pontos que ficou muito claro é que a situação da comunidade Guarani do Jaraguá é consequência da falta de terra. Portanto a saúde estava atrelada à política de demarcação de terras. E os indígenas que não viviam em aldeia tinham igual direito ao atendimento à saúde diferenciada, mesmo na grande cidade.

Por isso, no final da reunião, foi proposto um encontro com representantes do Ministério Público Federal, da Defensoria do Estado de São Paulo, da Funasa, da Secretaria Municipal de Saúde e do Projeto Xingu. Eram entidades que estavam comprometidos com a causa indígena em São Paulo. Queríamos discutir em conjunto a questão da saúde indígena e pressionar a Funai para que se concretizasse a transferência de parte da comunidade para uma nova área e agilizar a demarcação do setor 2 da aldeia do Jaraguá. Este setor era a área em expansão da comunidade do Jaraguá.

Os encontros de 2010 trouxeram um resultado importante, A Fundação Nacional do Índio criou o CORLIS - Coordenação Regional Litoral Sudeste cuja finalidade foi propor maior articulação, discussão, gestão e políticas públicas para indígenas em contexto Urbano. Fui nomeado coordenador da CORLIS junto à FUNAI. Nosso primeiro encontro foi realizado de 5 a 7 de julho de 2010, em Itanhaém no litoral de São Paulo. Foi um encontro importante para aproximar as pautas da cidade com as pautas das aldeias do litoral e do Oeste de São Paulo

Em 2011 o encontro de Formação e articulação foi realizado no dia 02 de maio de 2011, fizemos nosso chamado "Alô, amigos/as da Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo! Novamente vamos nos reunir para retomar as atividades da Comissão a partir de várias agendas que compõe o cenário de lutas do movimento indígena, em âmbito local, regional e nacional." O encontro foi realizado no dia 22 de maio, domingo, às 14:00 horas na Casa de Oração do Povo de Rua, na Luz, em São Paulo.

Em Brasília, havia ocorrido o Acampamento Indígena Terra Livre-ATL, de 02 a 05 de maio de 2011. Vanessa Ramos, do Cimi SP, e Ivandro Martins, do povo Guarani Mbyá, participaram deste ATL e ficariam de repassar o resultado dessa mobilização do movimento indígena de todo país.

Enfim tínhamos duas frentes, uma em Brasília e outra em São Paulo. Nossa proposta era a Organização dos trabalhos da Comissão de Articulação para 2011²⁰⁵; a escolha de representantes indígenas para o Comitê Regional da Funai; a continuidade dos debates sobre a política de atendimento à saúde indígena e atuação da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI; informe sobre o Encontro Nacional dos Povos Indígenas e do Acampamento Terra Livre; avaliação do Programa Pindorama, pelos 10 anos de existência; dos movimentos sociais e movimentos indígenas.

O ano de 2011 foi de grandes mudanças no âmbito da saúde indígena e de muitas denúncias. Diante da demanda apresentada realizamos no ano de 2011 reuniões com um foco específico, para atender as denúncias de funcionários da CASAI - Casa de Saúde Indígena. Elaboramos uma carta à Procuradora da República e a protocolamos.

Entre 05 a 09 de março de 2012 nos encontramos para definir a pauta do próximo encontro "Alô, amigos/as da Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo! O ano caminha e os povos indígenas de todo país continuam sua organização para que os direitos conquistados na Constituição Federal sejam garantidos. Nos dias 05 a 09 de março, lideranças indígenas se reuniram em Brasília com o objetivo de fortalecer as mobilizações e a pressão sobre parlamentares. Neste sentido, também precisamos retomar os encontros da Comissão de Articulação para dar seguimento ao aprofundamento de várias temáticas e encaminhamento de ações respectivas. Por isso, estamos convidando para a próxima reunião da Comissão que terá como agenda: a organização dos trabalhos da Comissão de Articulação

para esta população.

^{205 .} Em 2011 concomitante as lutas indígenas que se dão em São Paulo, os Pankararé de Osasco através de seus "Encontros dos Povos Indígenas de Osasco conseguem a aprovação da lei nº 4.438/12 que inclui no calendário oficial do município a discussão sobre a presença deste povo para reivindicar e políticas públicas alternativas

para 2012; preparação do Encontro de Formação e Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo; representantes indígenas no Comitê Regional da Funai e seu andamento, continuidade dos debates sobre a política de atendimento à Saúde indígena e atuação da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI; outros informes do movimento indígena e de eventos dos movimentos sociais. ²⁰⁶



Encontro de Formação na Casa do Povo da Rua, em 2012. Homenagem à Maria Aurenice Pankararu, ex-aluna da PUC, precocemente falecida (Foto: Acervo Pastoral Indigenista)

Neste ano nos encontramos por duas vezes e em junho de 2013 nos mobilizamos. Segue a ata com o título do Encontro Organização: Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo. Este encontro debateu as várias pautas que estão na ata abaixo.

Ata da reunião do Encontro de Formação e Articulação dos Indígenas de São Paulo e Grande São Paulo. Realizou-se na Casa de Oração do Povo de Rua, no bairro da Luz, em São Paulo, no dia 8 de junho, sábado, às 14,30h mais um encontro para se debater a questão do atendimento de saúde aos

²⁰⁶. Enfim no dia 17 de março de 2012, das 9:30 horas até às 15:00 horas almoçamos no local na Casa de Oração do Povo de Rua na estação da luz - São Paulo, metrô Luz, saída Florêncio de Abreu

indígenas que vivem fora da Aldeia. Estiveram presentes: Indígenas: sr. Renato, Kaique (Pankararé), Avani (Fulni-ô), Josileide (Xukuru-Kariri), Bruno (Xavante), Amaro (Potiguara) e Emerson (Guarani Nhandeva). Entidades Indigenistas: Ir. Lúcia e Vanessa (Cimi), Benedito, Camila, Ir. Márcia, James e Max (Pastoral Indigenista), Renê, Carolina e Kárine (Centro D.H. Gaspar Garcia). Além do tema da saúde indígena, entraram em pauta, os seguintes assuntos: Participação de Avani Fulni-ô, no Acampamento Terra Livre, em Brasília. Realizou-se no mês de abril, onde ali esteve, juntamente com lideranças indígenas do Brasil, mais um Acampamento Terra Livre. Neste ano o tema principal era o Projeto de Emenda Constitucional - PEC 215, que tira da Funai e do Ministério da Justiça o direito de demarcar terras indígenas, passando para o Congresso Nacional, deixou as liderancas muito irritadas, o que levou um grande grupo a entrar no plenário da Câmara. Depois de acalmados os ânimos, foi criada uma Comissão Indígena que irá debater esse tema na Câmara Federal, já que esse projeto de emenda será levado à discussão somente em agosto, segundo promessas dos parlamentares. Avani foi indicada para essa comissão, pois é vice-presidente da ARPIN-Sudeste. Ela afirmou que sua indicação foi inesperada, pelo fato de outros representantes dessa entidade não estarem disponíveis. Ela espera estar levando as reivindicações dos indígenas de São Paulo. Debate sobre a PEC 215. Foi colocado o sentido desse projeto de emenda à Constituição, que deve causar um grande prejuízo, pois a Câmara nessa legislatura é muito anti-indígena e isso levará a uma suspensão das demarcações no Brasil. Foi dito que essa articulação está sendo feita pela bancada ruralista, que tem muito poder no momento. Foi sugerido fazer um abaixo-assinado, para levar às comunidades indígenas, aos movimentos sociais e a outras pessoas, sensíveis à causa indígena. Segue o texto que foi aprovado para ser encaminhado ao Sr. Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados: "Nós, abaixo-assinados, nos colocamos contra a campanha sobre os direitos das comunidades tradicionais e indígenas, configurada na Proposta de Emenda Constitucional-PEC 215, articulada pela bancada ruralista, que transfere as atribuições constitucionais do poder executivo para o Congresso Nacional quanto ao RECONHECIMENTO DAS TERRAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS, assim como uma proposta de CPI da FUNAI, cujo objetivo é questionar as demarcações realizadas ou as que estão em andamento. Não aceitamos que os povos indígenas sejam acusados de prejudicar o "progresso" do país, como dizem os representantes da grande imprensa, do agronegócio, das mineradoras ou dos megaprojetos, que defendem um tipo de "desenvolvimento", que será danoso não só aos povos nativos, como também ao meio ambiente e, a longo prazo, à população brasileira." Saúde Indígena: Diante da difícil situação da saúde indígena na cidade de São Paulo e na Grande São Paulo e, sobretudo, depois de muitas reclamações contra o atendimento na CASAI, lideranças indígenas (Guarani e indígenas que vivem fora de aldeia) se reuniram na Funai, para levar as reivindicações de saúde, para a representante da Sesai, a sra. Verbena, que veio de Curitiba. Foi visto, depois do relato do sr. Renato, que assistiu a essa reunião, que a Sesai não tem nenhuma sensibilidade para atender os indígenas que vivem fora das aldeias tradicionais. Falou-se que o melhor seria continuar fazendo uso do Ambulatório do Índio, do Hospital São Paulo, mesmo que em casos de

emergência o atendimento não esteja sendo a contento, mas que vale a pena nos casos que passam pelo ambulatório. São Paulo, 8 de junho de 2013."

Em 2014 nos encontramos em duas datas, desta vez Centro de Direitos Humanos Gaspar Garcia, à rua Dom Rodó, 140, Ponte Pequena em São Paulo. Os encontros foram realizados nos dias 07 de fevereiro e 19 de julho de 2014. Esse ano a comissão realizou duas reuniões em que foram discutidas várias questões referentes à reorganização das nossas atividades como grupo. Nas últimas reuniões conversamos sobre a necessidade de retomar e fortalecer a comissão na luta pelos direitos e visibilidade dos povos indígenas. A nossa preocupação é ajudar na garantia da saúde, educação, moradia, transporte e outras necessidades. Também falamos a respeito da continuidade dos encontros de formação com a participação de um maior número de etnias.



Casa do Povo da Rua 2014. No Centro Dôra Pankararu. Acervo pessoal Emerson Souza

O encontro de fevereiro foi importante para repensar os caminhos e tivemos a antropóloga Lucia Helena Rangel, que apresentou o tema "O desafio dos Povos Indígenas que vivem na cidade".

Em dezembro de 2014 realizamos um encontro para a indicação de novos representantes da CORLIS - Coordenação Regional Litoral Sudeste cuja finalidade era dar continuidade às questões que envolviam a presença dos indígenas em contexto urbano. Fui novamente indicado coordenador da CORLIS junto a FUNAI.

Em 2015 diante de tantas andanças eis que o Conselho de Articulação indígena avança numa nova proposta para São Paulo. O ano de 2014 era permeado pela ação do movimento indígena de todo Brasil que cobrava a realização da 1º Conferência Indígena já que em 24 de dezembro havia sido publicado um decreto presidencial com indicativo para o próximo ano a realização desta conferência. E durante o início do ano começam as articulações para o início do evento em Brasília. Mas que era está ação e haveria a participação dos indígenas da cidade?

5.2- Conferência Nacional de Política Indigenista ²⁰⁷.

"A relação do Estado Brasileiro com os Povos Indígenas no Brasil sob o paradigma da Constituição de 1988" (Tema central da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista).

Em março de 2015, iniciaram em Brasília vários debates com o intuito de traçar as diretrizes finais para a 1º Conferência Nacional de Política Indigenista. Os objetivos eram: 1) Avaliar a ação indigenista do Estado Brasileiro; 2) Reafirmar as garantias reconhecidas aos povos indígenas no país; e 3) Propor diretrizes para a construção e a consolidação da política nacional indigenista.

²⁰⁷ A 1ª Conferência de Política Indigenista foi convocada pela Presidente da República Dilma Roussef, através do decreto de 24 de julho de 2013.O Ministro de Estado da Justiça designou a Comissão Organizadora Nacional para a preparação da Conferência Nacional de Política Indigenista, pela portaria nº 2.049, de 09 de dezembro de 2014.

No final de março foram apresentadas as "Sugestões Metodológicas para as Etapas Locais" Foi um momento segundo a organização nacional para apresentar:

"um conjunto de orientações para conduzir as etapas locais da Conferência Nacional de Política Indigenista. Não se trata de um guia, nem de um manual, que se deve seguir de modo rigoroso. Ao contrário, as sugestões e orientações aqui contidas são antes um roteiro que pode e deve ser revisto, adaptado e até mesmo recriado de acordo com os costumes e tradições locais e regionais de fazer reuniões, promover debates e realizar discussões – seja em termos das responsabilidades e dos papeis na conclusão desses processos, do tempo de duração dedicado a tais encontros, do número de pessoas a serem envolvidas e outros elementos importantes".

O seminário de formação ocorreu em Brasília nos dias 24 a 26 de março de 2015, as etapas locais iriam ocorrer entre 01 de abril a 31 de julho de 2015, as etapas regionais de 01 de julho a 30 de setembro de 2015 e as etapas Nacionais de 17 a 20 de novembro de 2015.

Foram realizadas 131 etapas locais e 26 etapas regionais. Uma delas foi a Conferência de Política Indigenista para Indígenas em Contexto Urbano, conforme aponta Marcos Tupã, integrante da Comissão Nacional de Política Indigenista: "Conseguimos garantir uma etapa local para os povos indígenas urbanos, fora da aldeia.", E comenta "não tem expectativas que a Conferência vá mudar muita coisa diante do cenário político, mas afirma que os índios vão aproveitar as etapas locais e regionais para discutir os vários pontos de riscos." ²⁰⁹

5.3 - 1ª Conferência de Política Indigenista – Etapa Indígenas Urbanos de São Paulo eRio de Janeiro

brasil/ acesso 27/10/2020.

²⁰⁸ Fui representando a CAPISP na etapa regional junto aos indígenas em contexto urbano, esta etapa teria como participantes a Comissão Organizadora da 1º Conferência de Política Indigenista, representantes das Coordenações Regionais e Coordenações de frentes de Proteção Etnoambiental da Funai, lideranças indígenas definidas pela organização indígena da Conferência, em diálogo com os povos, movimentos e organizações indígenas, organizações indígenas, organizações indígenistas, órgão de governo convidados. (Consulares sugestões metodológicas p. 6.)
²⁰⁹ Comissão Pró Índio sítio eletrônico https://cpisp.org.br/conferencia-indigenista-mobiliza-indios-em-todo-

Na primeira quinzena de março de 2015, recebi uma ligação de Bruno Simões, representante do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. O conselheiro do CRP/SP recebeu a partir de uma reunião em Brasília, com indígenas que discutiam a Conferência de Política Indigenista no âmbito nacional um telefonema e contatando o CRP. A entidade foi acionada para indicar às pressas um indígena em contexto urbano para uma reunião em Brasília. A ligação partia da organização central da Conferência Nacional de Política Indigenista em Brasília. Daniel Pierri²¹⁰ nos convidava para participar da primeira reunião que ocorreria nos próximos dias em Brasília. A pedido de lideranças como Marcos Tupã, Guarani Mbya, que levantara essa questão em uma reunião anterior, sobre a, forte presença de inúmeros parentes em contexto urbano na cidade de São Paulo.

O pedido vinha de longe e era preciso ser rápido nesta empreitada. Às pressas solicitaram meus dados para emitir minha passagem São Paulo-Brasília. Entre 24 a 27 de março de 2015 sai às pressas rumo à Brasília. Momento difícil, uma vez que era funcionário público com cargo efetivo de professor de Sociologia em escola da periferia de São Paulo. Era preciso assumir pelo menos duas faltas consecutivas e abonar outro dia. E assim se deu a primeira ação de construção da 1ª Conferência de Política Indigenista de São Paulo. Estava ali me comprometendo a levar a demanda e encaminhar um segundo nome para fazer parte da comissão de organização desta conferência no estado de São Paulo. Foi assim que em Brasília formulamos o calendário inicial para o Sudeste, que iria sofrer muitas modificações dali em diante.

Após inúmeras discussões e formulações de políticas públicas em São Paulo, capital ficou como organizadores a Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de SP. Dirigi-me à Brasília representando essa organização. Iriamos receber em São Paulo a 1ª Conferência de Política Indigenista para indígenas em contexto Urbano. Rio de Janeiro faria parte da conferência com uma população dentro do mesmo contexto. Além disso, teríamos representantes nas demais conferências em São Paulo, Aldeia Tenondé Porã, a aldeia Bracuí

²¹⁰ Antropólogo e grande apoiador da causa indígena. Pesquisador do Centro de Centro de Estudos Ameríndios. PPGAS/USP.

em Angra dos Reis, (RJ) e na Terra Indígena do Araribá em Avaí, interior de São Paulo. Nsta última onde se encontram minha família.

De março a setembro de 2015 inúmeras articulações em São Paulo e no Rio de Janeiro. Uma delas ocorreu junto à Funai junto a CORLIS – Coordenação Regional do Litoral Sudeste, realizando o 1° seminário Nacional de Formação para a Conferência:

"Aconteceu em Brasília entre os dias 24 a 26 de Março, o Seminário Nacional de Formação para 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista com a presença de 75 lideranças indígenas, representantes governamentais e de organizações indígenas". (Corlis, 2015) ²¹¹

Pela Coordenação Regional Litoral Sudeste participaram deste Seminário Nacional o Chefe do Serviço de Gestão Ambiental e Territorial, Eduardo da Costa Teixeira, e os indígenas Tiago Honório Santos, da Aldeia Tenonde Porã (SP), representando os Guarani, Emerson de Oliveira Souza, representando os índios urbanos, Edenilson Sebastião (Chicão), representando a ARPIN-Sudeste os indígenas do interior paulista e Marcos Tupã membro do Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI, e da Comissão Organizadora da Conferência Nacional.(idem)

Como representante dos indígenas urbanos participei da primeira reunião regional preparatória à Conferência Nacional de Política Indigenista, realizada no dia 12 de maio de 2015, na sede da Coordenação Regional Litoral Sudeste, em Itanhaém." (idem) Desde então uma Comissão Regional precisaria organizar o evento em São Paulo e estava diante de uma discussão de nível nacional representando a CAPISP.

A Comissão Organizadora Regional Sudeste ficou composta pelos seguintes membros: Cristiano Hutter (Coord. Regional do Litoral Sudeste, FUNAI), Eduardo da Costa Teixeira (Chefe do SEGAT/CORLIS), Tiago Honório Santos, Giselda Pires de Lima

²¹¹ http://funaitanhaem.blogspot.com/2015/05/ acesso 03/02/2021.

(suplente), Aldeia Tenondé Porã, (SP), Adolfo Timótio - Rio Silveira, José de Souza (suplente) - Boa Vista, (SP); Luiz de Souza Karaí – Tekoa Mirim, Timoteo Vera Popyguá - Suplente (Eldorado –SP), Catarina Delfina dos Santos, (Piaçaguera, Peruibe, SP), Guaraci Jorge de Souza (suplente) (T.I. Bananal), Júlio Garcia, Bracuí (RJ), Ivanildes Pereira, suplente (Parati-Mirim- RJ), Edenildo Sebastião (Chicão), Kopenoti, Araribá, (SP) representante do Centro Oeste, Antonisio Lulu Darã (suplente) Itaporanga, (SP), Emerson de Oliveira Souza, Guarani, representando os índios urbanos, Aparecida Ana Silva Ramos Oliveira, Pankararu (suplente). (idem)

Esta Comissão teria por objetivo "criar definições para uma agenda de reuniões de 4 etapas locais e uma Estadual. As reuniões locais escolherão os representantes a Conferência Estadual e essa os representantes a Conferência Nacional". (idem)

REGIONAL SUDESTE (Data da Etapa Regional: 28 e 30 de setembro) ²¹²						
Assembleia	Local de	Data	Número de	Vagas	Vagas para	Coordenação
Local	Realização		Participantes	para	Nacional	Regional
				regional		
Guarani	Aldeia	6 a 8 de julho	70 de fora + 30	24	7	Litoral Sudeste
Litoral SP	Tenondé	(2015)	da aldeia	indígenas	indígenas	São Paulo
	Porã, São					
	Paulo/SP					
Guarani	Aldeia	21 a 23 de julho	45 de fora + 30	9	2	Litoral Sudeste
Litoral RJ	Bracuí,	(2015)	da aldeia	indígenas	indígenas	São Paulo
	Angra dos					
	Reis					
Centro Oeste	Terra	20 a 22 de maio	45 de fora + 30	17	5	Litoral Sudeste
SP	Indígena	(2015)	da aldeia	indígenas	indígenas	São Paulo
	Araribá				8	
Indígenas	Conselho	12 a 13 de junho	65 de SP + 5 RJ	17	5 (4 sp 1 rj)	Litoral Sudeste
Urbanos	Regional de	(2015)		indígenas	indígenas	São Paulo
	Psicologia					

Surgia neste momento uma comissão de organização da Conferência de Política Indigenista para Indígenas em Contexto Urbano. O objetivo era pensar a nossa organização

²¹² A tabela com as das etapas locais e regionais, recebi no dia 27/03/2015 de Lucia Alberta e Daniel Pierri.

preparando a etapa regional. Esta muito importante, uma vez que nela iriamos eleger os representantes indígenas para a etapa nacional.

A Etapa Regional da I Conferência Nacional de Política Indigenista foi realizada "entre os dias 14 e 16 de outubro de 2015, em São Paulo/SP, foi realizada a Etapa Regional da I Conferência Nacional de Política Indigenista com a participação dos representantes indígenas das comunidades dos Estados de SP e RJ, FUNAI e outros órgãos governamentais e não governamentais responsáveis pela elaboração e condução da política indigenista na região. Durante a Etapa Regional, foram elencados os participantes que representarão as comunidades indígenas desta região na Etapa Nacional da Conferência, que se realizará em Brasília/DF no período de 14 a 17 de dezembro. Foram dias de intenso trabalho e discussões para finalizar e validar as propostas elaboradas nas quatro Etapas Locais ocorridas nos meses de junho e julho, avaliando e refletindo conjuntamente com os demais atores em prol de uma Política Indigenista efetiva em nosso país. Os representantes da região sudeste terão a missão de apresentar estas propostas que se juntarão àquelas elaboradas por outros grupos indígenas de todo o território nacional." ²¹³



Etapa Regional: Representantes indígenas de contexto Urbano de São Paulo e Rio de Janeiro, das aldeias do litoral, Oeste de São Paulo, representantes da Fundação Nacional do Índio e indigenistas.

 $^{213}\,http://funaitanhaem.blogspot.com/2015/~acesso~03/02/2021.$

Sendo assim iniciamos a nossa articulação para pensar a estrutura local com parceiros, apoiadores, ongs, órgãos governamentais e presença ou não de outras instituições partidárias. A princípio era preciso encaminhar o local de realização do evento e sua dinâmica de recepção aos muitos parentes de São Paulo.

Escolhemos a sede do Conselho Regional de Psicologia – CRP-SP, localizada no bairro de Pinheiros. Tivemos o próprio CRP-SP como apoiador da recepção de parentes que viriam do Rio de Janeiro e poderiam se hospedar próximo ao local num hotel custeado por essa instituição.

A Conferência de Política Indigenista para indígenas em contexto urbano se transformou no evento que marcava a realidade dos povos indígenas da cidade frente às questões de nível nacional. O evento foi realizado em São Paulo em 26 e 27 de junho de 2015, no auditório do CRP-SP. Neste sentido é preciso frisar o apoio que recebemos da Pastoral Indigenista, do Programa Pindorama (PUC-SP), CIMI São Paulo, da FUNAI, do Fórum Indígena de Osasco, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, da Rede Indígena (IP-USP), da Comissão Guarani Ivy Rupa, da ARPIN Sudeste e do CRP SP. Estava na coordenação geral do evento, com reuniões da organização que ocuparam minha agenda entre março e Junho. Foi um trabalho de assessoria muito importante para a organização deste evento.

Foram três meses de intensas discussões e convites às populações locais. Momento importante para se pensar os rumos e eixos centrais para uma discussão em âmbito nacional. Neste sentido é preciso destacar a presença das etnias de São Paulo e Rio de Janeiro na formulação das propostas: Apurinã, Borun, Cruaia, Fulni-ô, Guarani Nhandeva, Guajajara, Guarani Mbyá, Kaimbé, Kariri-Xokó, Mura, Pankararé, Pankararu, Pankará, Pataxó, Pataxó-Kamakã, Potiguara, Terena, Tukano, Tupi-Guarani, Tupinambá, Xavante, Xukuru do Ororubá, Xukuru-Kariri e Wassu Cocal" ²¹⁴

²¹⁴ Povos Indígenas e Psicologia - A Procura do Bem Viver p.260-271 Apêndice, o livro está disponível no sítio eletrônico https://www.crpsp.org/impresso/view/80 acesso 26/10/2020.

Quanto à Fundação Nacional do Índio em São Paulo, destaca a forma como a autonomia da organização indígena foi respeitada e primordial:

"De acordo com Cristiano Hutter, coordenador da Regional Litoral Sudeste da Funai, a responsabilidade do órgão é fazer com as oficinas sejam executadas, proporcionar os deslocamentos, a alimentação e o espaço para a realização. "Queremos proporcionar um espaço para os temas serem discutidos com o mínimo de interferência da Funai, para que eles possam colocar suas pautas. Nós só vamos participar das oficinas locais se formos convidados. Às vezes, a presença pode coibir algumas falas, o nosso papel é executar administrativamente e viabilizar transporte e alimentação", explica o coordenador." ²¹⁵

Esta etapa local foi realizada em São Paulo em dois dias, 26 e 27 de Junho. No primeiro dia recebemos na conferência 22 etnias de São Paulo e Rio de Janeiro, incluindo os indígenas da região metropolitana de São Paulo. Foi um evento que teve venda de artesanatos indígenas. Iniciou-se com café as 8:30 horas, seguido da apresentação dos participantes. Foi projetado o vídeo Índios na cidade produzido pela Comissão Pró Índio de São Paulo.

Foram apresentados vários temas como Territorialidade, direito e luta pela terra, o direito à moradia digna no contexto urbano, e desenvolvimento sustentável de terras e povos indígenas. Marcos Tupã e a antropóloga Lucia Helena Rangel apresentaram os temas que iriam ser o disparador dos trabalhos em grupos que foram organizados na retornando a discussão dos eixos da parte da manhã. A partir dos eixos discutido foram apontados pelos indígenas a realidade dentro do contexto que vivem.

E diante das questões apresentadas surgiram as principais questões seguindo os eixos 1) Territorialidade e o direito territorial dos povos indígenas, 2) Desenvolvimento sustentável de terras e povos indígenas, 3) Diversidade Cultural, Pluralidade Étnica; 4) Direito à Memória e à Verdade, 5) Autodeterminação, participação social e o direito à consulta; 6) Direito à Memória e à Verdade. Os eixos e itens discutidos pelos indígenas de São Paulo e Rio de Janeiro bem poderiam ser chamados de "Declaração Universal para os Direitos dos

²¹⁵ Comissão Pró Índio sítio eletrônico https://cpisp.org.br/conferencia-indigenista-mobiliza-indios-em-todo-brasil/ acesso 27/10/2020.

Povos Indígenas em Contexto Urbano no Brasil". Portanto segue a dica para muitos povos do Brasil.



Encerramento dos trabalhos da etapa local. Foto: Silvia Vilalva.

A primeira Conferência de Política Indigenista para indígenas em contexto urbano e única no Brasil trouxe falas fortes que justificaram o evento conforme apontou a matéria de Vanessa Ramos:

Representante da CNPI, Marcos Tupã, do povo Guarani Mbyá, explica que a inserção da pauta sobre povos que vivem na área urbana foi fruto de uma discussão construída em âmbito nacional. "Debatemos com firmeza que este assunto era importante porque sabíamos da situação vivida em São Paulo e em outros locais. Brigamos por este espaço porque acreditamos que temos que discutir todas as nossas lutas, independente de estarmos nas aldeias ou nas cidades", defende. (Vanessa Ramos, 2015)

Durante essa conferência houve muitos depoimentos significativos.

Para o antropólogo Benedito Prezia, coordenador do Programa Pindorama, a conferência permitiu testar o grau de organização das comunidades. "É fruto de uma

articulação na cidade que já tem 13 anos. Foi significativa também a presença de indígenas que vivem no mesmo contexto, mas no Rio de Janeiro e em Bauru [interior de São Paulo], o que revela que os problemas por eles vivenciados são bastante parecidos."

Entre as questões levantadas, várias lideranças presentes apontaram a ausência de moradia. O jovem Edcarlos do Nascimento é um dos 826 Pankararu que residem na favela do Real Parque, na zona sul de São Paulo. Formado pela PUC-SP como assistente social, ele acredita que os governantes deveriam ouvir mais as lideranças que vivem nas áreas afastadas. "Queremos projetos habitacionais nas periferias, mas de forma autônoma e adaptada à cultura de cada povo. O estado de São Paulo tem grande concentração de impostos e renda e não dá atenção a políticas para os indígenas", afirma.

Na Zona Leste de São Paulo, os Pankararu também cobram moradia nos bairros Sapopemba e Jardim Elba. Faz 12 anos que a comunidade luta por um terreno específico para a construção de um projeto de moradia e já esteve em inúmeras reuniões com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), sem resultado, luta para cobrar a inclusão do Programa de Moradia para Indígenas Urbanos no orçamento do órgão.

Afonso Apurinã, cujo nome indígena é Xamakiry, saiu do Acre para o Rio de Janeiro em 1991. Assim como os Pankararu, já viveu em muitos bairros da capital carioca. Desde 2006 participa da ocupação do prédio do antigo Museu do Índio, no Maracanã, zona norte do Rio. "Lutamos para poder desenvolver a nossa cultura e cobramos moradia adaptada para a nossa realidade".

Também morador da aldeia Maracanã, Araçari Pataxó acredita que a morte não se dá apenas com arma de fogo, mas com a retirada de direitos. "O índio mora onde quer. Já não basta termos sido obrigados a sair de nosso território por conflitos de terra. Queremos é resolver as situações que ferem nossos povos", diz.

Amaro Potiguara tem 29 anos. Para ele, os governos poderiam construir políticas públicas para a juventude indígena que vive nas cidades. "Sempre me perguntam se sou

mesmo indígena e faço de questão de me apresentar assim em todos os espaços que participo. O que acontece é que trocamos o arco e flecha pela caneta".

Alaíde Pereira Xavier Feitoza, representante do povo Pankararé, pensa como Amaro. Moradora da zona norte da cidade de Osasco, ela explica que há nove anos a comunidade luta por um Espaço de Referência dos Povos Indígenas, onde possa realizar atividades culturais, fazer os artesanatos, realizar os cantos e dançar o toré. Nesse local planejado, espera construir o que chama de Poró, espécie de casa onde praticam as rezas tradicionais. "Estamos na luta porque queremos que os direitos saiam do papel".

O cocar de penas azuis treme quando Alaíde se refere às crianças, aos adolescentes e aos jovens. Na etapa da conferência em São Paulo, ela disse sonhar com políticas na cidade que permitam a transmissão do saber a partir da resistência de seu povo, originário do nordeste da Bahia, da região desértica do Raso da Catarina.

Há nove anos, o povo de Alaíde organizou a primeira Mostra Cultural Pankararé, em Osasco, em parceria com entidades e com o poder público. Numa luta em conjunto com o Conselho Indigenista Missionário de São Paulo, a comunidade conquistou, em 2012, que a Semana dos Povos Indígenas fizesse parte do calendário do município, por meio da Lei Municipal nº 4.538.

Para Alaíde, essa etapa da conferência é também uma consequência da luta travada ao longo de tantos anos, que hoje conta com diferentes apoiadores que vão desde a Pastoral Indigenista de São Paulo, a prefeitura de Osasco, até a Central Única dos Trabalhadores de São Paulo. Essas articulações permitiram aos povos da Grande São Paulo ganhar maior visibilidade.

Guarani Nhandeva e morador da Cidade Tiradentes, zona leste de São Paulo, o professor Emerson Souza foi quem coordenou as falas na etapa da conferência que, segundo ele, foi um marco político para os indígenas que vivem na cidade. "Essa etapa atingiu em sua plenitude o protagonismo das organizações indígenas".

A psicóloga Lumena Celi Teixeira, do Grupo de Trabalho Psicologia e Povos Indígenas do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, fez referência à importância da etapa em São Paulo e citou a violência vivida pelos povos. Segundo ela, o trabalho que realizam com povos de aldeias e da cidade existe há 10 anos. Nesse período, o grupo tirou entre as prioridades uma atuação no campo da saúde mental indígena e o fortalecimento da identidade nativa diante das situações de preconceito.

Os eixos debatidos trazem reflexões acerca das principais questões que envolvem a presença dos povos indígenas em contexto urbano em São Paulo. Muitas destas discussões e itens sequer foram discutidos de maneira aprofundada na conferência realizada em Brasília. Muitas questões apontadas possuem particularidades e impressões que se dão numa esfera pouca discutida em âmbito nacional. As especificidades dos itens abaixo refletem a realidade de uma parcela da sociedade que foi despojada de seus direitos territoriais. Grande parte desta população está a margem de muitos índices e divisões geográficas.

O resultado fora agrupado nos vários eixos, e publicados no livro "Psicologia e Povos Indígenas:

Territorialidade e o direito territorial dos povos indígenas demonstra que as questões abaixo refletem a fiel realidade de muitos povos. A seriedade e serenidade de políticas públicas pode-se dizer assim, estariam prontas, caso fosse encaminhada de forma fiel junto aos vários municípios do Brasil que possuem população indígena.

- 1) Controle Judicial das comissões administrativas na área de saneamento ambiental nas comunidades indígenas (urbanas ou em aldeias).
- Que os órgãos municipais, estaduais e federais criem políticas públicas de habitação e ocupação indígena, com casas tradicionais, respeitando os direitos culturais indígenas.
- 3) Que os povos indígenas sejam consultados previamente e tenham foro privilegiado nas decisões em relação aos projetos de habitação indígenas.

- 4) Que os projetos de habitação sejam desenvolvidos junto com projeto de sustentabilidade para manutenção da família, com hortas comunitárias e plantios de ervas medicinais.
- 5) Criação de Centros de Referência Especiais nos territórios para atender as demandas dos povos indígenas em nível federal.
- 6) Criação de espaço para a realização de eventos, rezas e resgate das tradições, nos projetos de habitação para povos indígenas.
- 7) Educação diferenciada para os indígenas em seus territórios (nas aldeias ou cidades), que compreenda as diversas demandas sociais e culturais de seus povos.
- 8) Criação de polos de saúde específicos para cada território, lidando com a especificidade e respeitando a cultura de cada povo.
- 9) Demarcação dos territórios indígenas por parte do Governo Federal, tanto nas aldeias quanto em contexto urbano.
- Reconhecimento dos povos indígenas independentemente de estarem no contexto urbano.
- 11) Realização de programas de conscientização das comunidades locais onde se encontram as populações indígenas, ensinando sobre essas, sua história e sua cultura, nas escolas da região.
- 12) Revisão dos projetos de habitação vertical, que não são adequados para a vivência tradicional de vários povos indígenas.
- 13) Revisão do modelo de pagamento do aluguel de moradias populares para povos indígenas, pois esse compromete hoje boa parte do orçamento dos membros da comunidade.
- 14) Povos indígenas devem ser protagonistas nos projetos de moradia, escolhendo sua forma e local.
- 15) Garantir espaço nas repartições públicas para o debate sobre territorialidade no contexto urbano.
- 16) O Controle Social exercido pelo governo precisa ter a presença de lideranças indígenas e da União para avaliação de suas respectivas territorialidades.
- 17) Criação de um núcleo de advocacia da Funai para indígenas em contexto urbano ou em aldeias.

- 18) Criação de um departamento funerário na Funai para garantir enterro dos indígenas em sua terra tradicional quando assim o desejarem.
- 19) Criação de programa de financiamento para que indígenas possam visitar seus parentes quando necessário.
- 20) Garantia da participação dos indígenas na formulação das leis de zoneamento que incidem sobre os seus territórios. (CRP-SP, 2016, p. 265-266).

Desenvolvimento sustentável de terras e povos indígenas. Grande parte da população indígena das cidades está aquem de direitos e de políticas públicas, justamente porque grande parte das cidades e seus órgãos públicos desconhecem a realidade da população indígenas nos seus diversos bairros. Quando reconhece essas comunidades os reconhecem nos aspectos estritamente culturais e de forma estereotipada.

- Reconhecimento, demarcação e proteção dos territórios indígenas em contexto urbano para que possam se desenvolver quaisquer projetos de sustentabilidade a longo prazo.
- 2) Aquisição de uma terra para os povos indígenas viverem de acordo com suas tradições tanto no estado de São Paulo como no Rio de Janeiro.
- 3) Criação de espaço para realização de vendas de artesanato, feiras e apresentações culturais.
- 4) Apoio das secretarias municipais, estaduais e federais aos projetos de sustentabilidade para povos indígenas em contexto urbano ou em aldeias.
- 5) Financiamento para realização de momentos de troca de experiência e de educação diferenciada para os povos indígenas.
- 6) Que a legislação de cada estado e município garanta que os indígenas possam expor e vender seus artesanatos nas praças e espaços públicos.
- 7) Financiamento de projetos que possibilitem troca de experiência com educação diferenciada voltada para a questão ambiental.
- 8) Criação de pontos de cultura indígena e apoio aos já existentes. (idem. 2016, p. 267:268)

A Diversidade Cultural e Pluralidade Étnica no Brasil perpassa para questões importantes quando se pensa a presença de 365 etnias que se distribuem por todos os estados da Federação. Implica refletir sobre a convenção dada e a ideia de nação quando se propaga o modelo etnocêntrico e linear. Modos estes que perpassam modelos racistas e discriminatórios quanto a presença indígena. Portanto é importante conferir no âmbito nacional a implementação de leis como a lei 11.645/08. Afinal o país que temos é um país construído em cima da negação da história dos povos indígenas. Refletir sobre os itens abaixo será um longo percurso, longo e necessário. Afinal s povos indígenas há cinco séculos lutam para uma nova nomenclatura e outro espaço neste país, já que lutam e resistem as investidas em várias esferas para que sejam de fato reconhecidos por parte da população brasileira.

- 1) Quanto à Lei 11.645 nas instituições de ensino, deveria se garantir: a) Que nelas se fale a respeito do indígena atual, tal como vive hoje; b) Que haja projetos educacionais permanentes em relação aos povos indígenas; c) Que os materiais de ensino utilizados sejam regionais, havendo reconhecimento dos povos indígenas de cada lugar;
- 2) Que haja abertura para a questão indígena nas universidades em seus vários cursos;
- 3) Que as figuras históricas responsáveis por assassinato de indígenas, como os bandeirantes, sejam desconstruídas na educação oficial;
- 4) Que haja um resgate da história e das diversas culturas indígenas para que esses povos que vivem na cidade encontrem uma referência de vida.
- 5) Criação de um fórum na cidade de São Paulo para se pensar políticas públicas de cultura indígena, uma vez que não houve na Secretaria Municipal de Cultura um projeto voltado para indígenas em contexto urbano.
- 6) Aumento da articulação dos povos indígenas em contexto urbano para que esses possam traçar diretrizes para o Plano Nacional de Cultura.
- 7) Incluir no currículo da escola o ensino da cultura indígena através da participação da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e no Plano de Trabalho Anual (PTA).

8) Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena." (idem. 2016, p. 269)

A História dos Povos Indígenas e o **Direito à Memória e à Verdade** é o direito essencial não só para os indígenas, mas para toda a população brasileira, grande parte da sociedade brasileira desconhece a realidade e especificidades culturais, sociais e políticas de cada povo. Diante do descaso das várias esferas públicas, sejam federais, estaduais e municipais o que se propaga é o racismo institucional. Sendo assim esse racismo se dissemina em toda a sociedade. Os itens abaixo refletem muito essa realidade.

- Criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade, de caráter permanente, com as seguintes recomendações: a) Organizada com núcleos de pesquisa regionais; b)
 Composição Plural (indígenas e não indígenas); c) Apresente relatórios periódicos.
- 2) Criação de lugares de memória indígena que sejam marcos da luta indígena e de violações de direitos humanos sofridas pelos povos indígenas:
- 3) Centros de Memória;
- 4) Museus;
- 5) Monumentos;
- 6) Renomeação de logradouros públicos que homenageiam bandeirantes e ditadores;
- 7) Retificação de placas de identificação de pessoas (exemplo: ao lado da estátua de Bandeirantes, colocar uma placa falando dos males que esses cometeram);
- 8) Criação na Funai de uma política de registro, documentação e sistematização de informações sobre indígenas em contexto urbano, com especial atenção ao processo de expulsão e imigração decorrentes de conflitos fundiários e outras violências.
- 9) No campo da Educação: a) Efetivação pelo Secadi de um mecanismo de formulação de conteúdos referentes à história indígena e dos indígenas em contexto urbano, para a formação de professores e materiais didáticos. Essa instância deverá ser composta de maneira plural, respeitando os modos indígenas de produção de

conhecimento. ²¹⁶ Que o MEC continue apoiando a publicação dos escritores indígenas e textos para subsidiar as escolas públicas. c) Criação de uma política nacional de fomento à realização e difusão de produções culturais, artísticas e acadêmica indígenas. d) Que haja a liberação dos arquivos da Funai, garantindo sua transparência e amplo acesso e divulgação. (idem. 2016, p. 270:271)

Não é novidade que grande parte da sociedade brasileira nega a presença de indígenas, existe em todo território nacional uma imagem estereotipada de indígena, sendo que este desconhecimento a **Autodeterminação**, participação social e o direito à consulta (eixo 2) reflete a ausência de conhecimento quanto aos direitos indígenas constitucionalmente garantidos. Grande parte dos direitos sociais são negados justamente porque existe pouca aplicabilidade destas leis quando se referem aos povos indígenas em várias esferas. Garantir estes direitos é mais do que garantir cidadania e garantir que estes povos existam enquanto povos que possuem seus direitos atrelados a diversidade brasileira.

- Que os indígenas tenham espaços efetivos para participação ativa na formulação das políticas públicas.
- 2) Respeito à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT em todas as políticas públicas.

Ampliação do atendimento à saúde dos indígenas em contexto urbano com oferecimento de transporte para que esses possam se tratar de acordo com sua medicina tradicional em suas terras de origem.

- 3) Fortalecer a disseminação da História e das culturas indígenas.
- Exigir o reconhecimento das organizações indígenas por parte do Governo na formulação de políticas públicas de acordo com a Convenção 169 da OIT. (idem. 2016, p. 267)

Os **Direitos Individuais e Coletivos dos Povos Indígenas** são negados a 500 anos por políticas que excluem dos povos indígenas seus direitos. Bom lembrar que estes direitos

²¹⁶ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão foi extinta em 2018 já em função da negação da diversidade brasileira junto ao Governo do Presidente Jair Bolsonaro.

já estão garantidos em várias esferas estaduais, municipais e federais. Basta cada órgão aplicar a lei e a constituição que a sociedade indígena verá brilhar ao fim do túnel todos seus direitos.

- 1) Criar em cada estado brasileiro uma Secretaria Estadual Indígena com secretário escolhido pelos povos indígenas em parceria com órgãos públicos, e que trabalhe em conjunto com os fóruns indígenas já existentes.
- 2) Criação do Ministério dos Povos Indígenas em que o ministro seja escolhido pelos povos indígenas e que trabalhe em conjunto com os fóruns indígenas já existentes.
- 3) Que a Secretaria Especial de Saúde Indígena-Sesai contemple em suas ações os indígenas que vivem em contexto urbano.
- 4) Garantir vagas para indígenas nos cursos das universidades estaduais, federais e particular, visto já existir cotas, mas não haver um cumprimento da efetivação dessas vagas, que acabam sendo usadas por pessoas não indígenas.
- 5) Criação do cargo de advogado específico indígena na Advocacia Geral da União AGU para atuar em defesa dos direitos dos indígenas em todos os âmbitos do direito.
- 6) Garantia de uma presença significativa de mulheres indígenas que vivem no contexto urbano em todas as etapas das futuras Conferências Nacionais de Política Indigenista.
- 7) Que o Governo Federal garanta recursos e apoio logístico para a realização de um primeiro Fórum Nacional dos Indígenas Urbanos.
- 8) Criação de cotas em Escolas Técnicas para jovens indígenas, preparando-os para o mercado de trabalho.
- 9) Criação de Aldeias Indígenas em situação urbana, reconhecidas como tal pela União.
 - 5) 10) Desenvolvimento de mecanismos de segurança para as populações indígenas. (idem. 2016, p. 268:269)

Os eixos foram amplamente discutidos e refletem bem os objetivos da 1ª Conferência para Indígenas em Contexto Urbano, além disso conseguimos incluir nos debates a presença dos indígenas que vivem em contexto urbano no estado do Rio de Janeiro. Bom destacar

nesta nossa discussão de propostas os principais objetivos da conferência que foi 1) Avaliar a ação indigenista do Estado Brasileiro; 2) Reafirmar as garantias reconhecidas aos povos indígenas no País e 3) Propor diretrizes para a construção e a consolidação da Política Nacional Indigenista.

Nossa conferência foi amplamente discutida e contou com a participação de Marcos Tupã (Guarani Mbya, membro do CNPI – Conselho nacional de Política Indigenista) e da antropóloga Prof. Lucia Helena Rangel (PUC-SP e assessora do CIMI). Durante o dia 26 de junho realizaram na parte da manhã, a discussão dos temas Territorialidade, direito e luta pela terra e o direito à moradia digna no contexto urbano, desenvolvimento sustentável de terras e povos indígenas.

À tarde foi apresentada os temas Diversidade cultural e diversidade étnica no Brasil e Direito à memória e a verdade. Contou com a presença do cacique Darã, Tupi Guarani da Aldeia Tekoa Porã, do Oeste de São Paulo, e coordenador da Organização Indígena Arpin-Sudeste, e de Vanessa Caldeira, antropóloga do Subnúcleo Psicologia e Povos Indígenas do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Foram os disparadores das discussões que trouxeram muitas alternativas para se refletir sobre os direitos sociais junto aos povos indígenas.

O dia 27 de junho seguiu a mesma metodologia e houve a participação de Adenilson Sebastiao Terena, da Terra Indígena Kopenoti, do Centro Oeste de São Paulo, e membro da comissão organizadora da 1ª Conferência de Política Indigenista) e Benedito Prezia, antropólogo, coordenador do Programa Pindorama da PUC-SP e da Pastoral Indigenista de São Paulo. Os temas apresentados foram Autodeterminação e participação social e o Direito à consulta, Direitos individuais e coletivos dos povos indígenas.

A Capisp havia cumprido sua missão que era formular e organizar discussões que ampliassem o olhar frente a presença indígenas na cidade. O evento contou com o apoio da Fundação Nacional do Índio, Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Rede Indígena – IP-USP, CIMI-SP, Opção Brasil, Secretaria

Municipal de Educação, Programa Pindorama da PUC-SP e Pastoral Indigenista. E ao fim do evento foram eleitos representantes para a Etapa Regional que por ventura iriam eleger representantes para a Etapa Nacional em Brasília.

Eleito para a Etapa Nacional, junto com outros representantes, estive em Brasília entre 14 e 17 de dezembro. Muitas das propostas foram encaminhadas. Mas até hoje a maior parte delas espera por formulação de políticas públicas. Talvez o melhor momento da Conferência foi a ocupação do Congresso Nacional como se observa na imagem abaixo.



Participantes da Conferência Indígena ocupam a parte externa do Congresso Nacional. Foto: "Direto das ruas" para o site Campo Grande News, 16/12/2015.

Em São Paulo os indígenas continuam lutando por seus direitos, A Conferência de Política Indigenista foi um momento importante de formação e de luta por direitos e políticas públicas.

Capítulo 6 - Universidade e povos indígenas: cotas, Ações Afirmativas e Reparações Históricas em São Paulo

Descolonizar a sabedoria, eis um desafio. A descolonização do currículo universitário se faz necessário à medida em que se coloca o paradigma de outros saberes.

No caminhar desses novos olhares, muitas universidades no Brasil têm reorganizado seu processo de vestibular de acordo com a demanda indígena de suas regiões. Várias delas utilizam dados do último censo (2010) para apontar a necessidade das compensações históricas. Em São Paulo os dados do município apontam para um número até então desconhecido na capital paulista. Em publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo "Tamanha a relevância social da problemática e a invisibilidade da situação segundo censo IBGE 2010, o município de SP é o quarto município brasileiro em número absoluto de indígenas (12.997) e o primeiro em número de indígenas em contexto urbano (11.918)" (Introdução, 19) ²¹⁷.

Em São Paulo, a Universidade Federal de São Carlos desde 2006 possui vestibular diferenciado para a população indígena de todo Brasil. Convém assinalar a dissertação de Talita Lazarin Dal' Bó sobre a presença indígena na Ufscar:

A presença de estudantes indígenas nas universidades tem sido potencializada por programas de inclusão e aumentado significativamente, demonstrando o crescente interesse dessas populações pela educação escolar e pela continuidade de seus estudos. Esta presença tem levantado diversas questões – nas Universidades, na sociedade mais ampla, no Estado, na academia, e por parte das populações indígenas – que debatem o tema das políticas públicas de inclusão e também o tema dos saberes e dos processos de ensino e de aprendizagem diferenciados." ²¹⁸

²¹⁸. Construindo pontes: o ingresso de estudantes indígenas na UFSCar: uma discussão sobre "cultura" e "conhecimento tradicional,"(2010). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em

²¹⁷. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. O site disponibiliza o Livro "*Psicologia e povos Indígenas:* A *Procura do Bem Viver*" este livro entre outros materiais sobre a presença indígena https://www.crpsp.org/uploads/impresso/110/RLAg_HX8E6bm0fVjb2gpqCkreIBkTy0W.pdf acesso 16/02/2021.

Não diria uma política de inclusão, mas uma política de compensação histórica. Sendo assim essas políticas de compensação histórica desconsideram questões importantes neste processo. Envolvem um plano muito bem arquitetado pelas ditas "nações consolidadas" que excluem do processo histórico as especificidades de outras nações. Mesmo que a presença indígena esteja na constituição brasileira, com artigos muito importantes, como 231 e 232. Fica claro que os direitos de muitos povos originários são pela permanência em suas terras. Não é pela posse (posse permanente?) de suas próprias terras objetos hoje da ganância do mesmo modelo constitucional que pretende usurpar de todas as formas possíveis o chão de nossas famílias indígenas.

Neste sentido as universidades públicas avançam como tartarugas na dicotomia dos 500 anos, seguindo cartilha do Estado brasileiro, dando sequência cronológica ao plano linear da evolução biológica e jurídica. Caberia aqui desconfiar de um plano da evolução humana no interior das comunidades acadêmicas? Seria possível seguir ou romper de vez com uma teoria que pretende extinguir do mapa as muitas lutas indígenas? Poderia surgir uma nova vertente uma "visão reversa" da história indígena? O Brasil apesar de reconhecer muitos direitos aos povos originários, desdenha da sua função social, pois significaria legitimar as muitas nações indígenas extintas e as atuais neste violento processo histórico. É o que diz Davi Kopenawa ao se referir às "peles de papel". (Kopenawa, Davi. Albert, Bruce. 2015, p.468) Deslegitimam as muitas nuances da sabedoria milenar ao invés de incorporar como ato político no sentido de construir uma nação com muitas outras nações indígenas em seu interior. O fato é que prevalece a ideia de uma versão única do saber com histórias únicas. Há a hegemonia do herói europeu, branco e civilizador, que constrói um país para poucos (os ricos) e legitima a cultura do vencedor. Este foi o "Projeto do Estado" por vários séculos. Seria um projeto para universidades? Ela estaria nessa trama?

Com a intenção de construir novos olhares sobre este mundo, destaco aqui a Universidade Sagrado Coração de Jesus, de Bauru, de cunho católico²¹⁹ que possui bolsas

Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos – PPGAS/UFSCar para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

²¹⁹ O programa foi criado para atender as comunidades da região de Avai, 30 km de Bauru. Que hoje possuem quatro aldeias. duas da etnia Terena (Ekerua e Kopenotti), uma da etnia Guarani Nhandeva (meu povo) e outra

para indígenas com o projeto "Identidade Araribá." Nestes últimos 20 anos (1998/2020) oferece bolsas de estudos em sua graduação aos indígenas em contexto urbano (cidade de Bauru e região) e aldeias Curt Nimuendaju, Tereguá, Ekerua e Kopenoti. Esta universidade foi a primeira no estado de São Paulo a oferecer bolsas para indígenas. E a primeira como universidade privada.

Tiago de Oliveira é indígena, egresso da Pedagogia e atua como professor na comunidade Nimuendaju, sendo mestrando em Antropologia Social pela Programa de Antropologia Social da Universidade de São Paulo, tendo recebido bolsa pela Universidade Sagrado Coração. Para Tiago o projeto vem se moldando ao longo dos anos e oportunizando a troca de conhecimentos. "Pude trocar experiências com colegas de curso e professores. Acredito que o Identidade Araribá é um meio para que nós indígenas tenhamos acesso ao conhecimento não indígena", disse. Tiago atuou por anos na área da educação escolar indígena e confirma que cursar a graduação foi um sonho. "Para as comunidades indígenas é muito importante ter pessoas formadas em algum curso superior, possibilitando assim a atuação dos próprios indígenas nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, agricultura e outros. ²²⁰

Vanderson Lourenço, Guarani Nhandeva concluiu o curso de História e diz ter realizado um sonho antigo:

Quando eu era criança, minha avó me contava muitas lendas e eu achava muito legal poder saber da história do passado do nosso povo. Depois de mais velho, tive contato no magistério com um professor de História e achava incrível a forma como ele transmitia tudo o que sabia do passado e contava sobre o presente também. Através desse contato tive a certeza do que eu queria fazer da minha vida". ²²¹

https://www.usc.br/projeto-que-traz-o-indio-para-a-universidade-completa-20-anos-na-usc/ acesso 31/05/18 as 21:11.

Tereguá vivendo em contexto interétnico, com indígenas da etnia Guarani e Terena. Ainda possuem poucos sobreviventes da etnia Kaingang que vivem em pelo menos três aldeias junto a Terenas e Guaranis.

²²¹ Vanderson Lourenço (Tixa) é Guarani Nhandeva e reside na aldeia Curt Nimeundaju em Avai- (SP). Fonte: https://www.usc.br/site/conteudo/6853-6-indigenas-estao-entre-os-1029-profissionais.html acesso 31/05/2018 as 20:50. É neto de minha tia Almerida da Silva.

Já Rosimeire Simão dos Santos concluiu o curso de Pedagogia e conta que, mesmo além de todos os obstáculos, hoje se sente realizada em poder ser professora e levar para as crianças da comunidade mais conhecimento, compartilhando tudo o que aprendeu com os professores do curso, podendo ser tão boa às crianças quanto os professores da Universidade foram para ela. "Essa etapa da minha vida é um mérito. Me sinto muito orgulhosa por ser hoje quem sou e sei que minha comunidade também sente o mesmo". ²²²

Em outras regiões do país encontramos outras experiencias e muitas delas normatizadas por leis e portarias. A Universidade de Brasília adotou a lei de cotas em 12 de março 2004. Um desses alunos de graduação é Poran Potiguara, saiu da Paraíba para estudar Engenharia Florestal. Aos 28 anos e no último semestre do curso, ele conta que o caminho que um indígena tem que percorrer para se formar costuma ser bem mais difícil. "Quando chegamos à universidade, precisamos nos adaptar. É um choque cultural", explica Poran. 223 "Nossa vida e os ensinamentos que recebemos ao longo dela não são assim. Na aldeia a vivência é prática. Então acabamos tendo que estudar muito mais para poder dar conta do conteúdo." E acrescenta que traz enorme responsabilidade pois sente a necessidade de "fazer política" dentro da universidade.

Não estamos aqui apenas para estudar. É necessário valorizar e mostrar a nossa luta, pois se não tivéssemos pedido respeito e exigido nossos direitos, não estaríamos aqui. As vagas que temos hoje foram conquistadas com muita luta. Apenas entrar e não levantar bandeira, não debater, não se mostrar, seria injusto. Nós temos um compromisso com a comunidade que deixamos e para onde regressaremos. ²²⁴

Segundo o antropólogo indígena Gersem Santos Luciano (Baniwa) do Alto Rio Negro (AM), em entrevista à Folha de São Paulo, em 17 de abril de 2006, "os Antropólogos sempre estudaram as populações indígenas brasileiras." Segundo a matéria ele teve que ler vários

²²² Fonte: https://www.usc.br/site/conteudo/6853-6-indigenas-estao-entre-os-1029-profissionais.html acesso 31/05/2018 as 20:50.

²²³ . Acesso em 05/06/2018 http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4814-estudantes-indigenas-ganham-as-universidades as 11:50.

²²⁴ . Id, p.18.

desses brancos para terminar sua dissertação de mestrado em Antropologia na UnB - Universidade de Brasília. (2006, p. A7) E acrescenta à Folha de São Paulo:

"Minha contribuição é também a de entender melhor a percepção dos brancos sobre nós indígenas. A Antropologia nos permite ter contato e estabelecer um diálogo entre essas duas culturas." (2006, p. A7)

Gersem em 2006, já questionava o pouco espaço para outras leituras de mundo:

"Acabei descobrindo que a academia é hermética. Há pouco espaço para o diálogo ou questionar as teorias que já foram construídas a partir de um ponto de vista ocidental sobre as populações indígenas." (*Ibid. p. A7*).

A trajetória de Gersem não foi muito diferente de muitos indígenas que estão hoje na Universidade, uma vez que "para romper com as teorias já construídas pelos brancos, serão necessários muitos novos mestrandos e doutorandos" (Ibid. p. A7). Em sua trajetória estudou em escola mantida por missionários salesianos:

"A gente tinha que sair da aldeia e estudar em regime de internato. O objetivo claro e explicito dessa experiência era 'civilizar' os índios por meio da educação e da religião." (*Id.*, *ib.*, *p. A7*).

A Universidade Federal do Alagoas formou segundo a Fundação Nacional do Índio, a primeira doutora em Linguística em 2006. Maria das Dores de Oliveira, Pankararu, pesquisou a língua indígena dos Ofayé de Brasilândia (MS) já em risco de extinção. Na ocasião de seus estudos, falada por apenas 11 pessoas e foi um importante trabalho de recuperação da língua materna deste povo. Segundo Maria das Dores em entrevista à Folha de S.Paulo, relembra os desafios enfrentados na busca do doutorado, em Maceió: "Sofri muito quando vim morar em Maceió. Perguntava o que eu estava fazendo aqui. Mas disse para mim mesma que tinha que parar de ser vítima da história." E continua "No Mestrado, um professor chegou a repetir em aula, sem saber que eu era índia, os mesmos estereótipos sobre os indígenas. Eu protestei, mas ninguém quis se posicionar na briga." (*Id., ib.* 17/04/2006, p. A7).

A Universidade Federal do Paraná, em 2006, se uniu às Universidades Estaduais do Paraná que desde 2001 possui seu vestibular específico para os povos originários do Brasil. Não pretendo discutir qual delas foi a primeira na inserção de indígenas nas universidades, nestes últimos quinhentos anos. Me preocupa saber qual será a última universidade pública de São Paulo a promover um vestibular diferenciado.

A Universidade a Universidade Federal de Santa Catarina estudantes indigenas desde 2008, o Programa de Ações Afirmativas disponibilizou vagas suplementares nos vários cursos da UFSC. Em 2011, teve início o Curso de Licenciatura Intercultural do Sul da Mata Atlântica, voltado para a formação de professores indígenas para atuar nas escolas Guarani, Kaingang e Xokleng. O curso abriu 120 vagas, sendo 40 para cada etnia. Os candidatos puderam fazer um vestibular diferenciado, com questões nas suas línguas maternas. Ingressaram estudantes dessas etnias oriundos dos estados do RS, SC, PR, SP e ES. As aulas ocorrem em períodos concentrados na UFSC ou em locais próximos às aldeias." ²²⁵

Posso afirmar que os caminhos percorridos para a obtenção do "título" de ensino superior foram muitos Habilita-nos para determinada função frente à sociedade brasileira. É um desafio para as comunidades indígenas. Muitos são os entraves encontrados para a obtenção deste título, sobretudo para as camadas da periferia de São Paulo, e ocorreu comigo. Desde a falta de dinheiro para o lanche, o xerox, a condução e o transporte público. Além do desemprego de muitos, há o preconceito por ser indígena e pobre. Pois a presença se dá num confronto de luta de classes. Sendo assim é importante constatar que a formação nas universidades nos transforma em novas lideranças, com a possibilidade de estar em constantes debates, sobre a questão indígena.

²²⁵ Fonte: https://diversifica.ufsc.br/cartilha-chega-de-violencia/questoes-indigenas/ acesso em 17/02/2021.



Amanda Nhandeva (minha filha), estudante de Medicina da Universidade Federal de Santa Catarina tendo ingressado em 2019. ²²⁶ Foto: João Possomai

Quanto a noção de liderança, o **I ENEI – I Encontro Nacional de Estudantes Indígenas,** realizado de 2 a 6 de setembro de 2013, na Universidade Federal de São Carlos,. em seu relatório final, apontou para essa questão importante:

Disseram neste I ENEI, conclamando os jovens a se formarem para atuar profissionalmente, para atuar nos mecanismos de controle social das

²²⁶ Amanda Soares Souza- Amanda Nhandeva, estudante de Medicina junto a Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Na imagem o Centro de Saúde da Barra da Lagoa da região leste de Florianópolis. A imagem de 2019 e em 2020/2021 sem saber se existiria retorno do estágio devido a Pandemia de Covid19.

políticas públicas, e para se formarem para serem as lideranças do futuro, iniciando-se politicamente nesta experiência universitária, não só no convívio e no aprendizado, mas também na mobilização e formação de associações estudantis indígenas articuladas às lutas mais amplas dos povos indígenas do Brasil contemporâneo. (2013, p.23)

Destaca-se aqui a formação de movimentos indígenas que surgem no interior das Universidades, fruto da formação política de muitos indígenas que se articulam em suas comunidades de origem e levam para dentro da Universidade. Lá deparam com a presença de outros protagonistas, que articulam a permanência dessas lutas, discutindo novas políticas públicas.

A universidade deve preparar para um conhecimento importante frente a garantia de direitos constitucionais, na união do saber acadêmico com o saber tradicional. Os indígenas realizam o caminho da volta e fortalecem seus laços de união com suas comunidades de origem. Tornam-se representantes das comunidades de origem. São formadores de opinião junto aos **movimentos indígenas nas mais variadas questões**. Muitos se unem aos conselhos de articulação de suas comunidades ou junto a órgãos municipais, estaduais e federais.

Com o ensino superior verifica-se uma abertura para repensar novas maneiras de introduzir a luta dos povos indígenas na árdua tarefa de sobreviver no século XXI. Neste sentido é preciso demonstrar as muitas lutas frente às políticas públicas. Afinal a educação de origem ocidental existe e está posta. Agora o que temos é conhecê-la, compreendê-la, questioná-la e combatê-la nas suas falhas. Existe um atrito importante na construção de outros conhecimentos.

Ainda sobre os encaminhamentos dados no I ENEI - Encontro de Estudantes Indígenas, um fator a se destacar é a importância de "descolonização e a ocupação do espaço acadêmico." (2013, p.21) O importante neste processo de permanência "é um passo bastante importante de descolonização de um ambiente que é fundamentalmente elitizado e marcado por um saber pretensamente superior e excludente." (Ibid. p.21).

As universidades precisam começar a conhecer a realidade dos povos indígenas do Brasil e se abrir para os conhecimentos e saberes indígenas, não entendidos apenas como "saberes populares", mas reconhecendo os fundamentos desse conhecimento e sua validade, (Ibid., p.21). Os povos indígenas nas Universidades fazem parte de uma nova geração de pesquisadores. Neste caso o "eu" é indígena e Antropólogo. Concordando com as afirmações de Roi Wagner:

As implicações do que o Antropólogo faz quando supõe a existência e a necessidade dos grupos são questões essenciais a serem consideradas por todos os antropólogos. Elas sugerem que nós somos tão criadores quanto os povos que estudamos, e precisamos prestar atenção tanto a nossa criatividade quanto a criatividade deles. (2010, p. 255).

O Antropólogo indígena, segundo Wagner

"... é um Antropólogo com sua própria hipótese de pesquisa, sobre seu modo de vida." (Ibid.,255)

Neste sentido seguindo as particularidades dos grupos indígenas perpassa a uma releitura do eu e do nós no universo acadêmico. Uma vez que este universo é tão diverso para os povos indígenas, que classifico impossível encontrar sua dimensão. Porém a presença nas universidades deve encontrar caminhos na longa jornada que é repensar a construção do conhecimento sobre uma nova ótica. Aproximar outros conhecimentos é muito possível, conforme aponta Davi Kopenawa em entrevista para Survival Internacional, em julho de 1992:

Como eu disse, o pensamento dos Xamãs se estende por toda parte, debaixo da terra e das águas, para além dos céus e nas regiões mais distantes nas floresta e além dela. Eles conhecem as inumeráveis palavras desses lugares e as de todos os seres do primeiro tempo. É por isso que amam a floresta e querem tanto defendê-la. A mente dos grandes homens dos brancos, ao contrário, contém apenas o traçado das palavras emaranhadas para as quais olham sem parar em suas peles de papel. Com isso, seus pensamentos não podem ir muito longe. Ficam pregados aos seus pés e é impossível para eles conhecer a natureza como nós." (Kopenawa, Davi. Albert, Bruce. 2015, p.468)

Fica claro que a luta e presença dos indígenas na universidade entra em sintonia com um "nós" que envolve a defesa do ambiente tradicional, politizando o espaço nessa perspectiva do eu nós. Nossas questões estão na natureza de ser, muito embora a realidade de muitos não esteja exatamente na vivência em meio a floresta. É a floresta e a natureza do interior de suas vidas que devem estar em sintonia com um ato político de reconstrução do conceito de construção de conhecimento. É o que narra Davi Kopenawa em a Queda do Céu. Segundo ele existe uma grande distância entre colocar as frases nas "peles de papel" e se elas realmente acontecerão de fato frente a luta dos povos indígenas. Neste sentido, a crítica que Kopenawa faz ao "povo da mercadoria" (2015 p.46) sempre é de grande valia, uma vez que entre falar e escrever há uma grande distância. Neste sentido o "povo da mercadoria" muitas vezes fala e escreve. Mas isso não quer dizer que o que se escreve se faz.

Importante frisar as diversas ações que se dão em várias universidades do país. Muito recentemente a Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, localizada a duas horas da capital paulista implantou um vestibular diferenciado que está na terceira edição. Segundo o site institucional o Vestibular indígena de 2021 terá "na terceira edição do Vestibular Indígena Unicamp, a Comvest (Coordenadoria Executiva dos Vestibulares) ²²⁷ 1.697 inscritos para realizar a prova. É o segundo ano consecutivo que o número fica acima dos 1.500 candidatos. Na edição passada, a Comvest registrou 1.675 inscritos, que havia sido mais que o dobro da primeira edição. ²²⁸

²²⁷. Coordenadoria Executiva dos Vestibulares e de Programas Educacionais. A universidade estadual paulista "A Unicamp foi oficialmente fundada em 5 de outubro de 1966, dia do lançamento de sua pedra fundamental. Mesmo num contexto universitário recente, em que a universidade brasileira mais antiga tem pouco mais de sete décadas, a Unicamp pode ser considerada uma instituição jovem que já conquistou forte tradição no ensino, na pesquisa e nas relações com a sociedade." Ver https://www.unicamp.br/unicamp/historia acesso 17/02/2021. A primeira edição foi em 2019.

²²⁸. http://www.comvest.unicamp.br/vestibular-indigena-2021-tem-recorde-de-inscritos/ acesso em 17/02/2021. O mesmo site destaca "A cidade com maior número de inscritos no Vestibular Indígena 2021 é São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, com 717 candidatos, um aumento de 40% em relação ao ano passado, quando a cidade registrou 513 inscritos. Tabatinga, também no Amazonas, é a segunda cidade com maior procura pelo Vestibular Indígena Unicamp, com 636 inscritos, contra 837 na edição anterior. O curso mais procurado é Nutrição, seguido de Engenharia da Computação, que foi inserido nesta edição do Vestibular Indígena. Para 2021, são oferecidas 88 vagas e houve a inserção de dois novos cursos: Ciência da Computação e Engenharia de Computação. Já os cursos de Ciências Biológicas, Enfermagem e Farmácia não abriram vagas para o ingresso em 2021".

Durante estes doze anos (2006/2020), acompanhando a trajetória de muitos indígenas na universidade, pude perceber a caminhada árdua de muitos na conquista de direitos constitucionais, particularmente observando os muitos caminhos e atravessamentos na longa trajetória de vida de muitos povos com as quais tive contato. São sobreviventes do massacre que se acometeu nestes últimos 520 anos. No caso de São Paulo, vivem na cidade grande sim, mas pertencem as mais variadas regiões do Brasil, tanto da cidade, e como de sua aldeia de origem. São estudantes e moradores dos mais diversos bairros das periferias de São Paulo, muitos envolvidos em movimentos de luta. São moradores e "proletários", pertencentes a um modo de vida próprio das cidades grandes. Em seu livro *Pode o Subalterno falar* Spivak dá sentido ao ensaio ao afirmar que: "o termo deve ser resgatado, retomando o significado que Gramsci lhe atribui ao se referir ao "proletariado", ou seja, aquele cuja voz não pode ser ouvida."

O termo subalterno, Spivak argumenta, descreve "as camadas mais baixas das sociedades constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no extrato social dominante" (2010 p.12)

De fato, os moradores da cidade grande conhecem de perto as mais variadas violências contra as populações locais: moradia precária, transporte público deficiente, saneamento básico precário, falta de médicos, de remédios, de emprego, de oportunidades. Ainda carregam consigo uma questão relevante, que é dizer e afirmar ser indígena na cidade grande!

Haveria entraves na presença indígena junto ao Estado brasileiro? De fato, sim! O objetivo do Estado há séculos não foi alcançado na sua tarefa de integrá-lo no modelo "emancipatório," isto é, de transformar o indígena em não indígena na cidade grande. Tentouse arrancar de si, sua imagem, suas referências históricas, seu modo próprio de viver e entender o mundo.

Na cidade grande somos o reflexo de um passado violento que pode ser vivenciado nas mais variadas questões do esquecimento e pertencimento étnico. De povos com terras a povos sem terras nas diversas cidades brasileiras. Neste sentido as organizações indígenas

surgem para fortalecer a luta frente aos direitos constitucionais, políticas públicas e formação Política voltada para suas comunidades de origem.

Uma dicotomia para muitos povos. E que há milênios possuíam terras e modos de ser e viver em sintonia com o ambiente. Mas aqui em meio ao caos urbano são sobreviventes do genocídio não declarado do Estado brasileiro, vivendo à margem do esquecimento. Para a grande maioria da população brasileira, indígenas são aqueles vivem no meio da floresta, nus e com um fenótipo criado pelo modelo paisagístico de muitos livros de história e de literatura, entre outros. Que a Antropologia cansou de referendar em seus diversos trabalhos mundo a fora.

Neste sentido a luta de vários povos indígenas na cidade de São Paulo e Grande São Paulo contribui com a etnologia indígena nesta presença de muitos povos originários vivendo de forma isolada nas cidades. Neste sentido, a Antropologia deixou saltar aos olhos esse fenômeno dos últimos anos. Onde estariam nossos antropólogos? No ato político de contextualizar e classificar a maior cidade da América. São Paulo, como cidade Indígena. Como já esperava. Percebi no interior da Universidade de São Paulo. Muita distância na realidade indígena da cidade de São Paulo. Muitas pesquisas sendo desenvolvidas e muitas delas sobre as mais variadas questões e bem distante de minhas pesquisas. A Antropologia da USP continuava buscando indígenas em meio a floresta, descartando a possibilidade de outras presenças? Sim e não ao mesmo tempo. Neste sentido estava no interior da universidade e de certa forma adotaria uma postura no sentido de construir outros olhares frente a presença indígena em São Paulo. Bom foi compreender que São Paulo é o lugar de novos movimentos indígenas e da criação de várias instâncias de luta que essas organizações indígenas perfazem em sintonia com uma construção coletiva e de organização que não visa ser mais uma instancia de poder dentro dos órgãos governamentais. É o caso da CAPISP – Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo.

6.1 - Foco Vestibular, São Paulo: PUC-SP e Povos Indígenas.

Através de minha irmã Tânia Alessandra, Guarani Nhandeva da região da cidade Tiradentes soube de um programa na PUC-SP voltado para indígenas que viviam em contexto urbano da cidade de São Paulo e na região metropolitana. A notícia circulava entre indígenas de São Paulo desde 2002. Não conhecia muito bem e faltava o contato com a coordenação do programa. Tânia conversou com Irene Kaingang, tradicional família da região de Bauru e migrante do interior paulista para a capital de São Paulo. Dona Irene já possuía dois filhos na universidade. Foi através dela que consegui o contato da coordenação.

Talvez pudesse demorar mais do que foi. Mas o fato é que os Kaingang de São Paulo fizeram a diferença na minha entrada na universidade. As presenças de representantes deste povo na pessoa de dona Irene mudaram minha participação nas lutas indígenas. ²²⁹

Ela conta como chegou: "Eu vim em 1972, para trabalhar. Tinha uma cunhada aqui, que se casou com meu irmão. Depois se separou dele e ela ficou aqui".

São coisas que a vida indígena nos prepara. Eu nunca me encontrei com Dona Irene na aldeia do Araribá, mas vim conhecê-la em São Paulo. A vida na cidade grande na ocasião de sua chegada e de meu povo não foi nada fácil. Essa família Kaingang chegou na década de 1970 nossa família Guarani Nhandeva, na década de 1960.

Em 2006, por telefone tive contato com Benedito Prezia, coordenador do Programa Pindorama da PUC-SP. Queria ter informações acerca da entrada de indígenas na universidade. Até aquele momento era um caminho distante de minha realidade. Havia questões que envolviam uma escola pública precária, que não tinham me dado as condições

²²⁹. Vim conhecer os inúmeros indígenas desta etnia na Reserva Araribá, em Avaí, e atualmente estão divididos em quatro aldeamentos: a aldeia Kopenoti com forte presença da etnia Terena, Kaingang e Kruaia; a aldeia Ekerua predominantemente formada por indígenas Terena, mas com indígenas Kaingang vivendo de forma interétnica, a Aldeia Curt Nimuendaju do povo Guarani; e a aldeia Teregua com a presença de terenas e Guarani, mas sobretudo com a presença. Na década de 1980 quando retornei para junto de meu povo existia apenas dois aldeamentos: dos Guarani e Terena. Passados 40 anos as mudanças se deram em muitos aspectos e retornará em meu Doutorado.

necessárias para a entrada na universidade. Como entrar na universidade com o ensino público prejudicado e com deficiência em todos os sentidos? Era preciso adentrar o universo acadêmico e, mais que isso, era preciso voltar aos estudos. Assustava-me a possibilidade de entrar naquela que era considerada uma das maiores universidades privadas do país. Expliquei minhas razões. A ligação foi encerrada com a promessa de um retorno, que se deu logo em seguida. Benedito Prezia, me lembro até hoje, me atendeu atentamente e expôs as questões que envolviam a minha trajetória quanto ao ensino público. Como sempre fez e aqui deixo meus sinceros agradecimentos a aquele que além de ser fonte de inspiração considero como um dos principais articuladores para meu retorno aos estudos. Posso dizer que este homem pode ser considerado um dos maiores mentores de políticas públicas voltadas para os indígenas da maior cidade do país. Refiro-me aqui a indígenas que vivem em contexto urbano. Minha ligação foi retornada e era preciso iniciar um curso preparatório para o vestibular. Benedito Prezia me passou o endereço da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no campus Santana, região Norte. Era preciso estar nesse local, às 8:00 horas do dia seguinte, que era um Sábado.

Desta forma retomava a universidade primeiramente para um curso pré-vestibular. Acordei por volta de 5:30 da manhã. A intenção era conhecer o cursinho e desta forma retornar meus estudos. No telefonema Prezia me indicava para o curso, José Antônio, professor de Filosofia e coordenador do cursinho, que iria me receber e apresentar a estrutura do local e do curso. Lembro-me de um grande corredor e a sala ao fundo. José Antônio não me apresentou o curso. Conduziu-me para a sala e me apresentou à turma. Eu titubeei e disse não ter material disponível, e que fora conhecer o curso. Não adiantou. O professor disse-me que já era o início de minhas aulas. Começaria naquela hora e naquele momento. Foi desta forma que retornei aos estudos em 2006 e de lá para cá nunca mais parei.

Em 2006 passei os sábados e domingos no cursinho Foco. Meus finais de semana eram de acordar às 5:30 da manhã e retornar para casa por voltas das 19:00 horas. Foi um aprendizado importante e necessário para aquele que necessitava retornar aos estudos, à sua história e a educação.

Posso dizer que o Cursinho Foco não só me preparou para a universidade. Preparoume para retornar a um passado de muitas turbulências pessoais e profissionais. Era preciso voltar aos estudos para uma mudança no meu modo de ser, frente as questões que envolviam não só a universidade, como as questões indígenas. Era preciso uma mudança no meu modo de compreender a vida em meio a cidade grande.

Sobre o projeto Foco Vestibular. "Concretiza de modo emblemático a vocação social da PUC-SP. Nascido da iniciativa conjunta da então, Vice Reitoria Comunitária e da Pastoral da Universidade" Educação e Extensão Universitária Foco Vestibular unificou em um único projeto aquilo que a Universidade considera sua missão principal: educação e inclusão social. (TOTORA, S; OTTAVIANE, E, 2010; p.13)

Mais à frente relata o surgimento:

"No início de 2005, começamos a nos reunir para pensar um projeto de acesso e permanência dos alunos oriundos das classes populares, pobres, indígenas, negros e demais minorias na universidade. O denominado" movimento de cursinhos populares" emergia em todo o território nacional reivindicando vagas na universidade, colocando na agenda política do ensino universitário o problema da exclusão das referidas populações." (id., p.15-16) ²³⁰

Minha volta estava permeada por discussões que já ditavam as questões inclusive de minha ausência na universidade e de outras camadas sociais. Estava diante de um processo de lutas que envolviam muitas questões junto à educação. O Foco Vestibular e Programa Pindorama eram dois programas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no qual eu adentrei no ano de 2006, um ano após sua criação. Foi assim que naquele ano participei "do Programa da Unesco/MEC/Secad, Projetos Inovadores de Cursos — Diversidade na Universidade." (Id. p.17)

²³⁰. Este projeto deixou por não se enquadrar na filantropia que o MEC exigia para as instituições universitárias, pois seu atendimento era para jovens que não estavam ainda na universidade.

Não era muito fácil se deslocar de ônibus do fundão da periferia onde resido há mais de 40 anos, no conjunto Residencial Prestes Maia até a estação de trem Guaianases. Depois o trem Guaianases me levava até a estação Luz, que se interliga com o Metrô. E o metrô me levava até a estação Santana. Todos os finais de semana de 2006 me deslocava de um externo ao outro. Da zona Leste a zona Norte de São Paulo, fazia este percurso necessário não só para meu retorno a educação, mas para outras mudanças de cunho financeiro e profissional. Enfim, no passado nem tudo foram rosas. Era preciso reorganizar a vida.

O Foco Vestibular me trouxe realidades e demandas importantes para a minha luta na cidade: de um lado para as questões indígenas e outro lado para a questão da exclusão de várias camadas sociais. Soma-se aqui a presença de muitos estudantes e estagiários que possuíam a mesma problemática que a minha, vindos de diversas regiões de São Paulo, sobretudo, das periferias. Além disso cada trajetória pessoal que conheci naquele ano me fortalecia no retorno a educação.

6.2- Programa Pindorama em São Paulo: Indígenas na PUC-SP ²³¹

Minha entrada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo foi em 2006. Depois do cursinho foco passei no vestibular entrando na faculdade de Ciências Sociais. Neste ano lembro bem as salas do prédio velho da PUC-SP. Acredito que tenha sido a primeira vez na vida que entrava na faculdade de Ciências Sociais, na Rua Monte Alegre. O vestibular foi a entrada e o princípio de um sonho a ser realizado. A PUC-SP possui alguns campi, sendo que o principal deles na zona Oeste em Perdizes. Assustava-me, justamente porque estamos falando de uma universidade privada frequentada pela elite de São Paulo, com cursos bem diferentes e com valores de mensalidades dos mais altos do Brasil. Para os indígenas eram uma maneira de adentrar um espaço com muitas histórias de lutas e resistências. Como disse, entrar era um sonho, e para concretizar este sonho teria que terminar e ter condições mínimas de permanecer.

²³¹https://www.pucsp.br/pindorama/nossa-historia.

"A Inspiração da nossa luta vem de todos esses séculos de recusa dos povos indígenas, das discriminações sofridas, do total desconhecimento de nossa cultura e do nosso modo de viver, da negação dos nossos direitos, tanto na aldeia como na cidade". (Rejane Pankararu) ²³²

O ano de 2001 marca um processo de transformações junto à, políticas públicas frente à presença indígena em São Paulo. DE um lado Ana Maria Bataglin, psicóloga e professora da PUC-SP, que pensava num projeto, denominado Projeto Tupi, com que buscava concretizar uma demanda para a inserção de indígenas na universidade. O projeto em questão, apresentado no mês de abril junto a vice reitoria universitária era uma das primeiras iniciativas daquela que foi uma das mais combativas professoras da universidade na formulação de um programa que estivesse em sintonia com um grupo, excluidos de diversas políticas públicas no estado de São Paulo.

O Xavante Hiparindi Top'tiro²³³ vivia em São Paulo nesta época, tinha sido um dos articuladores do cursinho da Poli. Buscava meios para apoiar jovens indígenas que desejavam entrar na universidade. E juntamente com Benedito Prezia²³⁴, da Pastoral Indigenista da Arquidiocese de São Paulo, procuraram outros apoios junto à antropóloga e professora da PUC-SP, Lucia Helena Rangel. Estamos aqui diante de personagens importantes para aquele que seria um dos grandes projetos de ações afirmativas da história da cidade de São Paulo, sobretudo uma universidade privada de origem católica.

Aqui é importante frisar a estratégia para essa presença "a reserva de vagas a estudantes indígenas", uma vez que havia um movimento inicial junto a vice-reitoria. E é importante destacar que esse movimento se dava em várias direções. Havia uma de indígenas em movimento com a qual aparece Hiparindi Top'tiro juntamente com os professores da

²³³ Foi o idealizados do projeto. A etnia Xavante é originaria do Mato Grosso do Sul. http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2003/jusp645/pag20.htm. Benedito Prezia, coordenador do Programa para Universitários Indígenas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em palestra na Universidade de São Paulo em agosto de 2019 pontuou que o indígena chegou a cursar Ciências Sociais na USP e não se adaptou alegando que se sentia objeto de pesquisa junto a FFLCH.

²³² Folder Povos Indígenas na Grande São Paulo, produzido pela equipe da Pastoral Indigenista e CIMI/SUL. Rejane Pankararu formou-se em Direito pelo Programa Pindorama.

²³⁴ Antropólogo, assessor do Conselho Indigenista Missionário-Cimi e coordenador do Programa Pindorama da PUC-SP.

universidade Ana Maria Bataglin e Lucia Helena Rangel. Soma-se aqui Benedito Prezia e o apoio dado pelo Expediente Comunitário que se transformou depois em *Setor de Administração de Bolsas de Estudo (SABE)*, na pessoa de Cleide Canhada e da Prof^a Célia Forghieri, quando percebem a importância para um projeto viável e inovador. Em dois meses o projeto foi aprovado.

De fato, a PUC-SP é a única das Pontifícias Universidades Católicas Comunitárias em todo o mundo a ter um programa para indígenas, neste formato, como se percebeu num congresso internacional em Roma,²³⁵ realizado em 2005, o que demonstra que tardou, pois a história da Igreja Católica junto aos povos indígenas no Brasil remonta há cinco séculos.

Benedito Prezia, coordenador do Programa assim descreve o início do projeto.

Houve essa demanda do Xavante, do Hiparandi Top´Tiro, que nos procurou. Então a professora Lucia Helena Rangel, era assessora do Cimi e que a gente conhecia, então ela tentou articular lá dentro. Ai a gente descobriu que tinha uma outra professora da Psicologia, a Ana Bataglin que estava bolando um projeto. Ela pensava até em fazer uma parceria com uma entidade italiana, e ia-se chamar Projeto Tupi. Então, era questão de bolsa. Quando procuraram o setor de bolsa da PUC, o Sabe, encontraram uma maneira assim, que a gente demorou um pouco para entender. Mas foi o possível. Então haveria bolsa para indígenas, mas que fosse indígena carentes. Então entrou pelo viés de carência. Quer dizer, não é só étnico, mas também vamos dizer indígenas carentes.

Além dessas parcerias convém assinalar a presença da Associação S.O.S. Comunidade Indígena Pankararu, ²³⁷ na pessoa das lideranças indígenas Pankararu

²³⁶. A fala se deu por ocasião do evento realizado na Universidade de São Paulo em 2018 no evento organizado pela Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo. O evento em questão contou com o apoio do Centro de Estudos Ameríndios-CESTA, que além de fornecer o equipamento para a gravação foi um dos principais apoiadores desde minha entrada na USP.

²³⁵. O site do programa pindorama criado em 2008 por alunos do Programa, foi utilizado, reorganizado pela Pontifícia Universidade católica de São Paulo. Na criação do site houve uma grande discussão entre os indígenas e tanto parte do conteúdo e o objetivo que era dar destaque continuam no sítio eletrônico https://www.pucsp.br/pindorama acesso 28/10/2020.

²³⁷. Em 1994, foi fundado na cidade de São Paulo, no Bairro Real Parque, a "Associação Indígena SOS Comunidade Indígena Pankararu." Segundo o Antropólogo Marcos Alexandre em o Regime Imagético Pankararu passou por grandes transformações durante "a mudança da diretoria na gestão da Associação SOS Pankararu no ano de 2003, quando a presidência da SOS Pankararu passou para o Sr. Manuel Alexandre Sobrinho, o Bino. (ALBUQUERQUE: Marcos 2011:165)

Frederico Barros e Manoel dos Santos Sobrinho, o Bino, que desde o início desta luta participaram da proposta apresentada junto à universidade e a concretização desse Projeto. Papel importante teve também o *Cursinho da Poli*²³⁸, que através de um convênio com a *Associação S.O.S. Comunidade Indígena Pankararu* possibilitou que jovens Pankararu, Guarani²³⁹ e xavante²⁴⁰ pudessem enfrentar o vestibular da PUC.

Houve também o apoio da Arquidiocese de São Paulo, que assumiu a inscrição dos 36 candidatos. Em janeiro de 2002 saiu a notícia de que 26 indígenas foram admitidos na universidade. Este fato foi marcado com importante cerimônia, em março de 2002²⁴¹, com a presença do sr. Reitor, dr. Antônio Carlos Ronca²⁴², do representante do sr. cardeal Dom Cláudio Humes, do diretor do Colégio Santa Cruz, ²⁴³ de professores e lideranças indígenas.

Segundo o site do programa em janeiro de 2002 matricularam-se na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC 26 estudantes de três etnias (22 Pankararu, três Guarani Mbyá²⁴⁴ e um Xavante). Preparados pelo Cursinho Pré-Vestibular da Poli, que surpreenderam a própria reitoria, que havia prometido dar bolsa a todos os aprovados no vestibular.

Para vários, o fato de obter uma bolsa por ser indígena, foi uma surpresa, motivo de sentir-se orgulhoso de sua origem étnica, como confessou Adilson Barros²⁴⁵,: "Nasci em São

²³⁸ Cursinho Preparatório para a entrada na Universidade, ligada à USP- Universidade de São Paulo. Hiparindi Top'tiro "que trazia a demanda de 36 jovens que faziam o Cursinho Pré-Vestibular da Poli.

²³⁹ Grupo étnico originário do Estado de Pernambuco, no Nordeste brasileiro. Um dos 24 estados brasileiros.

²⁴⁰ Grupo étnico de origem tupi, encontrados em diversos Estados Brasileiros, inclusive Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia.

²⁴¹ Segundo informações da coordenação do programa, um fato curioso foi um movimento de estudantes negros que protestavam contra a implementação do vestibular diferenciado na universidade. A ocasião permitia inúmeros protestos neste sentido, mas o momento era totalmente inoportuno, já que eram ações afirmativas a favor de uma parcela da sociedade distantes destas reparações históricas.

²⁴² Ex-Ministro da Educação.

²⁴³ Este colégio em 8 anos assumiu duas bolsas.

²⁴⁴ As comunidades Guarani que vivem em aldeia em São Paulo são da etnia Mbyá, um dos três subgrupos Guarani que existem no Brasil. Os Guarani Mbya na década de 2000 permaneciam com seu território reduzido e era importante uma nova inserção de indígenas para defesa de seus direitos tradicionais.

²⁴⁵ Revista Missões, a Missão no plural p. 22:2007.

Paulo, ficando na aldeia só quatro meses. Mas me assumo como indígena. Quando estive em uma reunião na Universidade de São Paulo, sobre o Cursinho²⁴⁶, fui representando a comunidade²⁴⁷. Quando falei, na frente dos estudantes e professores, senti um orgulho muito grande! Foi uma das coisas mais importantes da minha vida". O importante é nascer indígena seja lá em qual parte do Brasil. Os indígenas nascidos nas grandes cidades possuem o lado em que a noção de território ultrapassa as aldeias de origem.

Com muito orgulho os jovens que se apresentavam pela primeira vez diante da universidade, em sessão solene, em abril ²⁴⁸ de 2002, para marcar o início do Projeto Pindorama e a entrada em uma das melhores Universidades privadas da América Latina era motivo de orgulho para os indígenas presentes.

Uma das exigências do Projeto Pindorama, desde o início, foi a participação dos alunos bolsistas nas reuniões mensais, que se tornaram um momento para discutir os problemas enfrentados e que se tornou um espaço de formação. Convém dizer que vários destes indígenas, sobretudo os nascidos em São Paulo, reencontraram ali suas origens étnicas. Na universidade novas cobranças surgiram, precisando, portanto, conhecer mais sobre seu próprio eu, seu povo, sua língua, sua história na comunidade indígena, que envolvia um retorno e uma retomada histórica ao seu povo. Houve também a expectativa e as cobranças da comunidade de origem sobre o estudo que iniciaram. Surgiam neste momento novos protagonistas indígenas e por que não dizer novas lideranças indígenas.

Depois de um ano do Projeto Pindorama a PUC-SP reduziu o número de bolsas, de 36 bolsas iniciais para 12 bolsas, 10 pela PUC-SP, 2 pelo Colégio Santa Cruz²⁴⁹ cuja redução considero um fator negativo para o Projeto, uma vez que a presença indígena reforça a ideia de uma nova universidade com a presença de um protagonismo indígena. Esta vai fortalecer

²⁴⁶ Cursinho Poli da Universidade de São Paulo que retomou suas atividades com indígenas em 2014.

²⁴⁷ Os indígenas referem-se ao seu povo como nossa comunidade.

²⁴⁸ Em abril comemora-se o dia do índio.

²⁴⁹ Tradicional colégio católico, com atendimento à elite de São Paulo.

o meio acadêmico e cria novos possibilidades para a defesa dos interesses das comunidades indígenas no que diz respeito aos direitos adquiridos na última constituição brasileira. A PUC-SP passou a exigir também uma carta de apresentação da comunidade de origem. A exigência do Programa Pindorama é que os indígenas sejam residentes em São Paulo, pois a universidade não oferece bolsa de manutenção. Devido à criação do Pró-Uni²⁵⁰ uma nova modalidade de bolsas para jovens indígenas pela via das ações afirmativas nas universidades. Essa exigência se dá pelo fato de que a universidade tende a exigir que os alunos busquem alternativas de bolsas, uma vez que a PUC-SP é uma universidade privada. O Prouni é uma alternativa em nível nacional, através do Enem.

O que o Projeto oferecia não era cotas para indígenas, mas uma reserva de vagas. Os candidatos prestam o vestibular para qualquer dos cursos oferecidos pela PUC-SP, com os demais concorrentes, e entre os indígenas seriam escolhidos os 12 primeiros colocados. Além da reunião mensal, passou a ser realizado, uma vez ao ano, um encontro de dois dias, para convivência e lazer, numa chácara próxima à cidade de São Paulo.

Bom saber que, nestes 19 anos, os alunos e as etnias triplicaram, *tendo passado pelo projeto cerca de 211 indígenas* com 96 indígenas formados. ²⁵¹ As etnias que participam são jovens dos povos Atikum, Pankararé Pankararu, Pataxó Potiguara Guarani Mbyá, Guarani Nhandeva, Kaingang, Krenak, Xukuru, Kaimbé e Terena, Kamayura, Trumai, Fulni-ô, Pataxo Hã-hã-hãe, Kaxinawa entre outras sendo a maior parte de moradores da capital e da grande São Paulo. Entre os Pankararu, alguns estudantes vieram diretamente do Nordeste do Brasil, mas agora é exigido que tenham residência em São Paulo. Em 2008, haviam passado pelo programa 75 indígenas. ²⁵²

²⁵⁰ Pro uni - Programa Universidade para Todos (Pro Uni) foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. (sitio Ministério da Educação http://portal.mec.gov.br.).

²⁵² Revista Missões, a Missão no plural p. 22:2007.

Os cursos escolhidos foram: administração, artes do corpo, ciência sociais, ciências contábeis, ciência da computação, direito, enfermagem, engenharia elétrica, fisoterapia, fonoaudiologia, geografia, gestão ambiental, letras (português, inglês, espanhol), matemática, multimeios, pedagogia, secretária bilingue, serviço social, tecnologia e mídias digitais, e turismo. Mas os indígenas de São Paulo, das periferias da capital paulista e região metropolitana estavam em busca de uma profissão, tão somente a profissão para adentrar o universo do mercado de trabalho. ²⁵³

Um dado é importante destacar, segundo aponta Talita Lazarin Dal'Bo, na sua pesquisa com os indígenas da Universidade Federal de São Carlos, ao abordar o "conhecimento tradicional" na universidade:

Percebi que era um discurso que raramente aparecia nas falas cotidianas dos estudantes indígenas, nem mesmo ao relatar seus incômodos e dificuldades com as disciplinas. Para eles parecia ser uma questão bastante resolvida: eles estavam ali para aprender uma profissão, seja para utilizar esses novos conhecimentos em prol de suas comunidades, seja por interesse pessoal e/ou para bens próprios." (2011 p.17)

A entrada de indígenas na Universidade Católica de São Paulo nos traz essa reflexão. O que pretendiam esses indígenas? As dificuldades encontradas nesta universidade iam além da questão da profissão. Existia uma questão que é a auto afirmação indígena. Um lado até então, obscuro e que nos remete a camadas sociais desfavorecidas inclusas, num processo violento de migração. Muitos estavam em busca da sua retomada das origens étnicas e a via acadêmica trazia a esperança de uma transformação na questão social, e principalmente, na questão étnica. Existia uma busca, um retorno ao passado. Um entrave na maior cidade do país é o desemprego que incide sobre a continuidade e nos faz refletir sobre a permanência. Posso afirmar que o executivo (Funai e MEC) fecharam os olhos para o programa. As ações sempre foram tímidas e burocráticas, um esquecimento até então que vai na contra mão de

²⁵³ Idem.

todas as ações que buscavam não só a presença na universidade, mas a permanência com auxílio financeiro.

Sendo assim, alguns ficaram pelo caminho, desistindo dos estudos, pelas mais diversas causas, como a dificuldade do curso (engenharia elétrica, matemática e física médica). Outros perderam a bolsa por não cumprirem completamente os critérios da PUC-SP na manutenção da bolsa ou por problemas familiares. Acrescenta-se aqui a questão financeira, pois muitos não conseguiam custear o material pedagógico solicitado pelos cursos escolhidos, além do custo com transporte e alimentação.

Os desafios do Programa Pindorama ao longo desse tempo foram muitos, sobretudo, o financeiro, pois era pequena a ajuda de custo recebida da FUNAI, R\$ 150,00 (cerca de U\$ 65 dólares mensais) para 26 bolsistas, 50 alunos, recebendo cada um R\$ 75,00 (cerca de U\$ 32 dólares mensais), que mal custeia as despesas mínimas. Uma das alunas chegou a dizer numa das reuniões do Projeto Pindorama, que algumas vezes tinha que escolher entre fazer uma cópia do material pedagógico ou comer para poder enfrentar a aula noturna.

Mas as vitórias que o programa alcançou podem ser evidenciadas no depoimento de Cátia Martim Pereira, Guarani Mbya, do Pico do Jaraguá, Coordenadora Pedagógica da Escola Djekupé Ambá Arandu. ex aluna do Programa Pindorama:

Meu nome é Cátia em português. E em guarani Ara Poty. Eu sou da primeira turma de 2002. É o projeto era novo, para a gente também. Eu era novinha também, tinha 19 anos. Pensei em fazer Pedagogia ou Letras. Porque eu sempre quis dar aula, trabalhar com criança, com adulto. Quando eu estava no terceiro ano da faculdade comecei a trabalhar na escola, dei 11 anos de aula. E agora estou há dois anos na coordenação.

Se entrar pelo Projeto Pindorama, acho que é um dever da pessoa retornar para a comunidade. Tem muita coisa para se fazer na aldeia, tudo precisa realmente do estudo. Para ser dentista precisa de estudo. Hoje em dia os alunos estão muito falando que vão fazer Direito, porque eles estão vendo que se a gente depender do não indígena, nossos direitos nunca vão ser garantidos.

Então, eles estão vendo que eles têm que fazer, ir atrás. Fazer Direito e lutar pelos nossos direitos. Se depender do outro, do não indígena, nossos direitos nunca vão ser alcançados. ²⁵⁴

Selma Lenice Gomes, assistente social, ex aluna do Programa Pindorama também deixou um importante depoimento:

Sou indígena da etnia Pankararu. Conheci o Programa Pindorama ainda na aldeia, no estado de Pernambuco, através dos parentes que já estavam aqui, e estavam ingressando na universidade. Primeiramente no Cursinho da Poli, aí foi onde eu fiquei sabendo desse Programa. Eu como tinha uma vontade muito grande de cursar ensino superior vim para São Paulo. Durante a semana trabalhava e no fim de semana fazia estágio para poder conciliar. Aí foi onde eu me aproximei mais do Projeto Casulo, que é uma organização social que tem por objetivo trabalhar o fortalecimento do vínculo entre essas crianças, o desenvolvimento dos jovens, desenvolvimento dessas crianças. E o Assistente Social, especificamente, trabalhar no acompanhamento das famílias.

A PUC mudou muito a minha forma de pensar enquanto ser humano. Eu entrei na PUC com um pensamento e saí com uma outra visão de mundo. Na PUC eu entendi o que era desigualdade social. O que é garantia de direito para as pessoas. O que é reconhecer meu ser enquanto indígena, de ter de lutar cada dia por políticas públicas para os indígenas. E de entender a nossa sociedade tão desigual. ²⁵⁵

É possível observar também no Trabalho de Conclusão do Curso de Formação Intercultural²⁵⁶ com a qual Jaciara Pará Mirim Augusto Martim e Poty Poran Turiba Carlos. As duas indígenas Guarani, netas da cacique Jandira, fundadoras da aldeia Tekoa Ytu no Pico do Jaraguá, assim dizem:

Fiz o cursinho da Poli, pré-preparatório para prestar vestibular. Na ânsia de fazer o curso superior prestei vestibular em 2004 para a Fatec-SP (Faculdade Tecnologia de Tecnologia de São Paulo), USP e PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Para minha alegria consegui passar no Vestibular da PUC-SP e ganhei uma bolsa de 100%. (Jaciara Para Mirim, 2008:13)

²⁵⁴ Reportagem de Maira Marques para a Rede PUC-SP. (15 anos do Programa Pindorama, 2018)

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ Ramae Tenonde katy – A Perspectiva do Jovem Guarani nas aldeias do Jaraguá.

Passei no Vestibular em 2001 para Letras em português, depois pedi transferência para o curso de Pedagogia e comecei a estudar em 2002, mesmo ano em que, em abril, começou o magistério indígena (Magind) no CEFAM (Centro de formação e Aperfeiçoamento do Magistério. (Poty Poran, 2008:19)

Quis o destino que as duas irmãs adentrassem na PUC-SP e frequentassem também o Curso de Formação Intercultural Superior de Professores Indígenas (FISP) na Universidade de São Paulo, na Faculdade de Educação. Jaciara tornou-se professora e diretora da escola indígena. Ambas na EE Indígena Djekupé Amba Arandu, no Pico do Jaraguá.

Como observou a prof. Ana Bataglin, uma das iniciadoras do projeto, "alguns apresentaram dificuldades em razão da formação básica precária, mas muitos superaram essas dificuldades e alguns apresentaram desempenho superior ao da média de seus cursos". 257

Este foi o caso de Elena Gomes, Pankararu, que se formou em Pedagogia e que recebeu um prêmio por seu trabalho de iniciação científica sobre educação infantil. O mesmo se pode falar de Edcarlos Pereira do Nascimento, Pankararu, do curso de Serviço Social e morador da favela do Real Parque, situada no elegante bairro do Morumbi²⁵⁸. Sua elogiada monografia de final de curso versou sobre as políticas públicas para indígenas na cidade²⁵⁹. Ainda outros dois alunos que se formaram médicos em Cuba²⁶⁰, depois de terem passado por um processo de seleção, onde cursaram medicina. Há um terceiro, que cursou Medicina na Universidade Federal de São Carlos, que abriu cotas para indígenas em 2008. ²⁶¹

²⁵⁷ Revista Missões, a Missão no plural p. 22:2007.

²⁵⁸ Bairro nobre da elite Paulistana e bairro onde se localiza a Sede do Governo de São Paulo "residência oficial do governador conhecida como Palácio dos Bandeirantes. Historicamente os "Bandeirantes" exterminaram centenas de grupos étnicos em diversas regiões do Brasil. É comum pela elite brasileira dar destaque com estatuas e monumentos.

²⁵⁹ Revista Missões, a Missão no plural p. 22:2007.

²⁶⁰ Em 2008, dois alunos haviam sido aprovados no Curso em Cuba. Se formaram e estão trabalhando na periferia de São Paulo.

²⁶¹ Segundo a Pró- Reitoria de Graduação "desde o ano de 2008 a UFSCar implantou a reserva de vagas para estudantes que comprovem pertencer a uma das etnias indígenas do território brasileiro, por meio de declaração de etnia e vínculo com sua comunidade de origem. A seleção dos ingressantes é feita anualmente, por meio de processo seletivo específico, com oferta de uma vaga adicional em cada uma das opções de curso da UFSCar."

Muitos sabem que os desafios são grandes, como foi o caso de Aílton Xarim Mendes, cuja mãe, Kaingang, viveu até os 18 anos na aldeia da região de Bauru, no interior de São Paulo. Vindo para a capital, casou-se, nascendo-lhe três filhos. Aílton, o segundo deles, trabalhou como analista financeiro numa empresa multinacional no centro de São Paulo, e procurou sempre fazer essa ligação entre o mundo urbano, em que vivem seus parentes: "Minha avó ainda vive na aldeia e sei que muitas pessoas lá necessitam do meu apoio. Precisamos preparar o índio para preservar a riqueza de suas raízes e, ao mesmo tempo, saber enfrentar os desafios do mundo moderno." ²⁶² Infelizmente faleceu no último semestre de Administração, sem conseguir realizar este seu sonho, (in memoriam). Em 2007, Ailton Xarin e sua mãe Irene Kaingang eram um dos mais combativos por políticas públicas para os indígenas da capital paulista. ²⁶³

Não foi à toa que Ana Bataglin acolheu inicialmente a causa indígena. Ela acolheu os indígenas enquanto povo, enquanto pessoas que buscam não só transformações sociais, buscam também dar sentido a sua existência. Para algumas pessoas como Ana Bataglin a questão indígena ia além das salas da universidade. Quando recebi o informe abaixo, percebi a luta que se travava na cidade. Sobretudo a luta do povo Kaingang tão transformado nos últimos séculos. Na ocasião da doença de Ailton Xarin, ela não só acompanhou, como nos informava de sua saúde, com visitas a esse nosso parente:

"Queridos amigos: Gostaria de compartilhar a alegria que tive ao visitar o Ailton: estar com ele e com a Daniele, ver a postura dos dois, receber as informações que passaram, tudo foi alentador e fez com que eu saísse do encontro mais forte e mais feliz. Apesar da situação difícil e da dor que por vezes é intensa (como acontecera na noite de terça), Ailton está bem e feliz, porque se descobriu mais forte do que pensava e está enfrentando com

Sitio eletrônico da Universidade Federal de São Carlos de São Paulo http://www.prograd.ufscar.br/cursos/ingresso-na-graduacao/indigenas-1/indigenas acesso 29/10/2020.

²⁶² Revista Missões, a Missõe no plural p. 23:2007. A vó de Ailton Xarin é dona Zefa com a qual convivi em Bauru. No meu retorno a Bauru pude conhecer familiares de Ailton junto aos Guarani e Terena na Aldeia do Araribá, hoje dividida em quatro aldeias Nimeundaju, Ekerua, Kopenoti e Teregua. Dona Zefa está junto dos indígenas na aldeia do Tereguá.

²⁶³ Dona Irene Kaingang participou das reuniões iniciais da Comissão de Articulação Indígena de São Paulo. Em 2004 no Encontro da Comissão Pró Índio e Pastoral Indigenista demonstrou sua luta a favor das populações indígenas de São Paulo. No Pindorama além de formar os filhos, trazia uma questão que é morar na cidade grande sendo indígena.

coragem toda a situação. Nessa visita encontrei em Ailton e na Daniele as três virtudes descritas em 1 Coríntios, 13: fé, esperança e amor (em algumas traduções a palavra é caridade). Podemos traduzir essas virtudes como abertura para Deus, abertura para o futuro e abertura para o outro. Por tudo isso saí feliz, agradecida e fortalecida do encontro que tive com os dois. Que possamos aprender com eles e tenhamos a graça de podermos viver essas virtudes em nosso cotidiano e também entre nós no Pindorama, enquanto continuamos a rezar e a esperar pelos novos resultados. Muito carinho a todos, Ana." ²⁶⁴

Em 2003, Ana Bataglin conseguiu que a jornalista Neide Duarte fizesse dois programas para "Caminhos e Parceiros" da Tv Cultura, sobre o Pindorama. Teve boa repercussão, tendo sido exibido várias vezes. O título foi "A universidade também é nossa aldeia."

Em 2006, estava no Cursinho Foco e já tentava acompanhar o Pindorama, recebia notícias e já sonhava estar por lá, juntamente com meus parentes. Foi assim que uma etapa do programa seria alcançada por muitos:

"Deus quer, o homem sonha e a obra nasce". Esta foi a frase do poeta português Fernando Pessoa, reproduzida no convite de formatura dos primeiros 15 formandos do Projeto Pindorama (nove da primeira turma e sete da segunda turma), ocorrida no dia 14 de dezembro de 2006, sintetiza o coroamento dos muitos esforços e parcerias, ocorridos durante esses cinco anos." ²⁶⁵

Bem que poderia ter sido as palavras de João Mana, Kaxinauá:

"Hoje estamos começando a sonhar do fundo dos 500 anos que passamos mergulhados no túnel do tempo. Durante o longo caminho desse túnel, foram exterminadas muitas culturas. Só agora é que estamos com direito de ter comunicação, através da escrita na nossa própria língua, e recuperar nossas tradições. Mas esse túnel do tempo mostra que somos capazes de realizar sonhos que sempre tivemos como povos diferentes e valorizados dentro de nós mesmos." (in: GUARANI, Emerson. PREZIA, Benedito. 2011, p. 5)

²⁶⁴ Enviado para nosso grupo por Ana Bataglin em 12/06/2008. Pude ao final conhecer que o principal objetivo de Ana Bataglin foi nos apoiar no que fosse preciso, não enquanto ciência, mas enquanto ser humano.

²⁶⁵ Revista Missões, a Missõo no plural. p. 22:2007. Colaborou o jornalista Walter Faucetta – PUC-SP.



Comemoração dos 15 anos de Programa Pindorama na PUC-SP, Tucarena. (Acervo pessoal, Maio de 2018)

Quando entrei no Programa Pindorama em 2007, a primeira turma de indígenas havia terminado seu percurso na Universidade. Outras estavam na luta e continuavam na batalha, como foi o caso de Regiane Aparecida da Silva, Pankararu, que foi para o curso de Direito, através da possibilidade de reopção no final do 1º ano. Formou-se ano seguinte de minha entrada. Existia um clima de muitas lutas em 2007. Grande parte dos alunos da graduação vinham de lugares distantes como eu. Havia uma vontade de transformar o mundo a partir de suas experiencias pessoais, suas trajetórias e lutas. Somar e criar possibilidades. Ou quem sabe, segundo Roy Wagner, inventar culturas. Existiam sonhos que se iam na via das lutas que se travavam para se manter na maior cidade do país.

Em 2009, o jornal Brasil de Fato²⁶⁶ descreve a trajetória de Regiane Pankararu "Regiane que se graduou no curso de Direito. Ela é da região de Brejo dos padres, que fica

²⁶⁶. A entrevista de Regiane Pankararu foi realizada por duas grandes lutadoras da causa indígena, uma delas Beatriz Maestri e Vanessa Ramos. Duas apoiadores intermináveis que conheci em 2006 nas formações da

entre as cidades de Tacaratu e Jatobá, no sertão de Pernambuco, onde se localiza a reserva indígena dos Pankararu," Regiane é de uma região com prolongados períodos de seca, sobretudo a migração se dá por conflitos com posseiros invasores de suas terras, sendo assim a migração se dá pela busca por melhores condições de vida. "Rejane faz parte desse contingente indígena que deixou sua terra para se aventurar em São Paulo. No entanto na periferia da metrópole, sobrevivem em meio a contradições e graves desigualdades sociais. A luta em São Paulo em associações se dá justamente para manter o vínculo entre a comunidade "Além disso sofrem com a dispersão do grupo, pois apesar de pertencerem a mesma etnia e serem todos de Pernambuco, os Pankararu estão espalhados por vários bairros da capital e grande São Paulo."

Grande parte dos indígenas do Programa Pindorama não são diferentes do Pankararu que segundo o jornal em 2009 no Real Parque, zona Sul de São Paulo "residem nessa comunidade cerca de 600 indígenas em condições precárias de moradia, desemprego, saúde, e falta de terra e de uma educação diferenciada." (MAESTRI, Beatriz. RAMOS, Vanessa p.4)

Ao Brasil de Fato Regiane destaca algumas das principais questões do seu povo "uma das maiores preocupações da comunidade Pankararu, atualmente, é a questão da moradia, pois a comunidade está instalada dentro de uma favela, onde existem famílias morando em prédios do Cingapura e outras que ainda moram em barracos e que podem ser desapropriadas a qualquer instante.

Regiane se formou e se especializou em direitos humanos, para atuar na defesa dos povos indígenas, já que os problemas são grandes, não só em Pernambuco, Nordeste do Brasil de onde veio e onde as terras estão invadidas por posseiros, mas também em São Paulo, onde os Pankararu -- quase 1.500 pessoas --, vivem na sua maioria em favelas. Como diz ela, "o

Comissão de Articulação Indígena. Beatriz Maestri não está entre nós, se foi em 2012 e só deixou saudade para a luta dos povos indígenas. Plantou muitas sementes na luta indígena em São Paulo.

importante é que a instrução recebida servirá para auxiliar no processo de emancipação de nossos povos, marginalizados há tantos séculos". (idem)

Uma das perguntas remete a um passado que perpassa a necessidade da presença indígena para a manutenção de direitos. O Brasil de Fato perguntou a Regiane. "Nesse processo de conquista de direitos, resistência e luta dos povos indígenas, há atuações de lideranças que marcam, como por exemplo, da advogada indígena Joênia Wapichana. Joênia passa a ser uma inspiração a você"?

Acho que minha inspiração real vem de todos esses séculos de "recusa" dos povos indígenas, das discriminações sofridas, o total desconhecimento de nossa cultura e do nosso modo de viver, da negação dos nossos direitos. Claro que Joênia é uma inspiração também, mas ela ainda tem uma vantagem, mora na aldeia, tem fenótipo de uma indígena, aquela que todos estão acostumados a ver em livros, e deve falar a língua de seu povo. Mas, e nós, indígenas que perdemos nossa língua, não temos mais as características físicas que as pessoas esperam ver, que não estamos na aldeia? Pois é, temos que provar todos os dias quem somos, que temos conhecimento de nossa cultura e que mesmo assim moramos na cidade grande. (idem)

É importante refletir sobre essa presença na universidade e destacar o trabalho de iniciação científica, feita por um grupo de cinco Pankararu, em 2004, que se propuseram a "recuperar a memória e identidade dos Pankararu em São Paulo". Contribuíram ainda com uma pesquisa sobre a língua materna do povo Pankararu e sua retomada.

Segundo Luís Antônio de Oliveira, um dos integrantes do grupo da pesquisa, assim comenta a vida em São Paulo:

"a maioria [dos Pankararu] que vivem na Grande São Paulo queriam mostrar que estavam bem no trabalho, com seus filhos estudando e tendo bom atendimento de saúde. Quando isso não ocorria, ficavam tímidos. Mas a falta de segurança os preocupava também. (...) E esse contexto de violência fez a maioria refletir sobre sua vida na cidade e por meio dessas experiências negativas, eles recorrem a lembranças do passado, de sua infância e juventude, em que estavam na aldeia.

Certamente o que mais tem caracterizado o Programa Pindorama é o viés de formação coletiva ²⁶⁷, muito embora haja falhas nas reuniões mensais e nem todos participem a contento. Inimá Krenak formada em Ciências Sociais pelo programa, diz "Mais do que um programa de bolsa, a gente tem encontros com todo mundo que faz parte do projeto. Pessoas de várias etnias e isso fortalece. Assim a gente tem trabalhado junto, em grupo. Isso é muito importante". (Rede PUC, 2009)

Segundo Eduarda Lima Francisco, aluna do curso de Fisioterapia da etnia Pankararé: "No Pindorama a gente se conhece mais do que estando na aldeia. Eu acho que a gente tem uma visão maior, porque a gente conhece diferentes culturas. É um indígena, mas cada um com uma identidade diferente." ²⁶⁸

Pudemos sentir também o valor do programa junto aos dois jovens que foram para Cuba fazer Medicina. Quando retornaram para o Brasil, participaram de uma das reuniões de formação junto dos demais jovens universitários

Relataram que graças à experiência que vivenciaram na PUC-SP, conseguiram unir em Cuba o grupo dos estudantes indígenas que se encontravam bastante dispersos. Dos 15 indígenas que ali estudavam, oito se reuniam mensalmente para debater seus problemas e discutir suas tradições étnicas. As questões étnicas vão além-fronteiras e a formação e troca de culturas evidencia uma construção coletiva na busca do novo.

Diante das resistências e das omissões da sociedade brasileira, Luís Antônio enfatizou: "Para vencer as barreiras do preconceito é preciso um diálogo em pé de igualdade. Nós temos que nos preparar!". (idem)

A permanência na Universidade, acarreta uma série de problemas que poderiam ter sido superados pela ação do governo frente à presença dos indígenas da cidade. Em 2007 houve muitos desencontros por parte do repasse a Funai aos indígenas. Na Universidade pude

268. 15 anos do Programa Pindorama 2018, Reportagem de Maira Marques para a Rede PUC-SP.

²⁶⁷. Reuniões mensais que incluem também aulas com a produção de textos.

acompanhar o descaso do órgão para encaminhar os repasses. Era desumano e muitas pessoas dependiam do mínimo possível para custear as despesas. (inclusive eu).

Nada estava tão ruim que não pudesse ficar pior quanto ao apoio financeiro aos estudantes do Pindorama segundo menciona o Relatório de Violência produzido pelo CIMI em 2011 "A Funai suspendeu os parcos recursos monetários que eram repassados aos estudantes indígenas do Programa Pindorama da PUC-SP. Os funcionários da Funai alegaram que foi uma medida geral, para todos os estudantes indígenas do Brasil, e que também os estudantes do Pindorama não merecem o recurso porque a PUC-SP é uma universidade particular." (CIMI, 2011:123)

Por isso observam atentamente outros projetos por parte do governo de nível Estadual e Federal que tiveram início após o Projeto Pindorama, como o da Universidade Federal de São Carlos com início cinco anos após o Pindorama. Os colegas indígenas que recebem bolsas de R\$ 500,00 (217 U\$) a R\$ 900,00 reais (cerca de 391U\$ dólares) por mês, dos governos estaduais e federal, podem dedicar-se totalmente ao estudo, o que deveria ser um direito de todos os graduandos, inclusive os do Pindorama.

Até o ano de 2014 as parcerias que o projeto conseguiu foram tímidas, apesar das inúmeras tentativas. Convém novamente assinalar que o colégio Privado Santa Cruz, também ligado à igreja Católica foi quem de forma pioneira realizou o pagamento de duas bolsas das 12 em questão. Em 2001 houve uma parceria e o patrocínio de Furnas-Centrais Elétricas, que pagou a matrícula de 12 novos alunos. Não se pode esquecer que a matrícula de um curso na PUC-SP varia de R\$ 1.100.00 (300U\$) a R\$ 3.200,00, (600U\$) valor considerado alto para as comunidades indígenas. O máximo que a PUC-SP permitiu aos indígenas, foi o pagamento das matrículas de forma parcelada. Em 2015 a PUC-SP deu um desconto de 50%, sendo que esse valor poderia ser pago em duas vezes. Isso foi importante, pois antes alguns dos universitários indígenas chegaram a pedir dinheiro emprestado para fazê-la.

Sobre as questões que envolviam o econômico assim descreve Benedito Prezia do Pindorama:

Eu me lembro que foi em 2004, quando teve encontro de universitários indígenas em Brasília. Falei com o presidente da Funai, o Mércio Gomes. "Olha os indígenas de São Paulo estão sendo tratados a pão e água." Eles continuam lá porque tem garra, porque precisa entrar pelo próprio merecimento e tem que pagar uma matrícula. (depoimento dado no Agosto Indígena de 2019 na Universidade de São Paulo).

Como se vê, os desafios não são poucos, mas a maioria está conseguindo superá-los. Se por um lado, a formatura dos alunos das duas primeiras turmas mostrou que os jovens indígenas estão encontrando um espaço em nossa sociedade, coloca-se agora o problema de sua inserção profissional no mercado de trabalho depois de formado. Além do grande preconceito enfrentado por muitos existe ainda a questão do choque cultural.

Importante esse depoimento do indígena Pankararu Edcarlos Nascimento:

A Universidade para mim, enquanto indígena que era um sonho. Hoje é uma grande realidade, principalmente se analisarmos a situação financeira de cada um de nós, que não dispúnhamos de dinheiro nem para pagar a inscrição do vestibular. A educação universitária significa para nós uma forma de luta, para revelarmos nossa potencialidade, que sempre foi colocado em questão, e colocarmos por terra os preconceitos históricos acerca dos povos indígenas, que sempre foram 'pau mandado'. Não queremos ser gerentes de banco, de multinacionais... Buscamos apenas nossos direitos enquanto indígenas, e o estudo é fundamental para nos prepararmos e conquistarmos nossos objetivos, com uma visão crítica e construtiva. ²⁶⁹

O emprego pode demorar um pouco, mas o Brasil e a realidade indígena para esses jovens apresentam-se agora de maneira bem diferente. O desafio de construir outro país dependerá de cada um deles e da mudança de nossa sociedade que precisará se abrir cada vez mais para o outro e resgatar esta dívida histórica que todos temos para com os primeiros habitantes desta terra. São Paulo, a maior cidade da América e a decima maior cidade do mundo precisa aprender com a presença indígena.

²⁶⁹ In Prrezia, Revista Mundo Missão, p.15:2012.

A formatura de 2009 foi amplamente divulgada nos circuitos internos de Tv da Pontifícia Universidade Católica, através da Rede PUC:

O Programa Pindorama formava sua terceira turma. Reunidos no Tuca, professores e alunos celebram a abertura do espaço universitário aos indígenas. Inima Krenak relata:

Faço parte da terceira turma que entrou. E hoje se formam doze pessoas de três etnias diferentes". E acrescenta "Todos que estão aqui comprometidos com sua comunidade. Eu tenho certeza de que vão contribuir muito com um futuro melhor para todos."

Barbara Pankararu, formada naquele ano diz:

Olha eu nunca imaginei fazer faculdade. Hoje em dia é muito difícil conseguir fazer uma faculdade ainda mais O que me trouxe foi a proposta do Programa Pindorama que é um projeto ligado a comunidade indígena, e eu podia estar retribuindo aquilo que veio das origens da família de minha mãe. Eu pretendo dar aula e trabalhar na minha comunidade, se possível.



Minha formatura, minha mãe discursam na Formatura na PUC-SP (foto, Benedito Prezia)

Ana Bataglin, uma das coordenadoras que criou o programa:

Isso é uma das coisas mais bonitas do projeto. São pessoas que saem sabendo que são pessoas. Eles são diferentes, tem características especificas, mas eles têm o mesmo valor que qualquer pessoa que se reconheça e que tenha dignidade. E finaliza "Eles saem sabendo, quem eles são, gostando mais deles e se sentindo mais dignos."

Na reportagem feita pelos 15 anos do Programa, há uma bela mensagem de Selma Pankararu:

Antes eu não tinha conhecimento da lei. Eu tinha conhecimento da base, eu tinha conhecimento da nossa cultura, dos nossos rituais. Mas na prática da lei, na briga por políticas públicas não tinha essa noção. Eu não sabia. E na PUC, vi que precisava lutar por políticas públicas para a minha comunidade. (15 anos do Pindorama, 2010)²⁷⁰

Clarisse Pankararu, Assistente Social e Presidente da Associação SOS Pankararu reflete bem do que é ser indígena na cidade grande e para onde precisamos ir:

Nos últimos anos tem crescido bastante o interesse dos jovens, não só trabalhar, como estudar. Quando eu passei a estudar, que comecei a sentir que era aquele curso ou foi aí de onde é que vem! É aí onde é que vem as políticas públicas, agora eu sei qual é o meu direito. Eu sei onde que está na constituição. Eu sei onde eu posso ir, eu posso a partir do curso. Aí você começa a melhorar, a ver o que eu posso estar fazendo para a comunidade ou pensar o que fazer para a comunidade. Não tinha noção, do tamanho, da dimensão de quantos povos tem aqui em São Paulo. Eu vivia aqui nesse mundo, eu achava que era aqui que só tinha Pankararu. Pindorama não só acolhe indígenas que são de São Paulo, mas vem alunos de fora. E outra coisa que eu admiro. Eles saírem do Mato Grosso, sair não sei de onde pra fazer o vestibular. ²⁷¹

Em 2019 haviam passado pelo programa cerca de 200 jovens pertencentes a 15 etnias, os indígenas vão se formando e na sequência alguém da família conhece o programa como aponta Eduarda Lima Pankararé:

Eu conheci através da minha irmã. Ela concluiu no ano passado a graduação aqui. Ela fez também pelo Programa Pindorama, foi através dela que eu

²⁷⁰. Reportagem de Maira Marques para a Rede PUC-SP. FORMATURA Projeto Pindorama. [S.I]: São Paulo. Rede PUC-SP disponível Youtube https://www.youtube.com/watch?v=_M16mFNuRr4 acesso- 27/09/2020. ²⁷¹. Idem.

conheci. Eu penso em terminar minha faculdade e trabalhar lá, exatamente fazendo o que ela faz. Trabalho de um fisioterapeuta normal com o pessoal lá da aldeia. Tem muitas pessoas na comunidade que faz esse trabalho, mas não é indígena. Então, não consegue enxergar a realidade como a gente enxerga. (Idem)

Em 2019, realizamos uma discussão juntamente com os indígenas da Universidade Federal de São Carlos, alunos da Universidade Federal de São Paulo e alunos da Unicamp. Uma troca de experiencias importante para perceber o quanto a Universidade de São Paulo está distante da realidade dos povos indígenas, sem um vestibular específico e distante das questões que envolvem a presença ameríndia nos cursos e nos campi de várias regiões. Ainda cabe destacar que a Unesp - Universidade Estadual de São Paulo caminha na mesma direção. A Roda de Conversa: Troca de saberes e experiencias indígenas, realizado na Casa de Culturas Indígenas junto ao Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo trouxe importantes depoimentos: ²⁷²

Meu nome é Vanuza da etnia Kaimbé. Sou estudante no Serviço Social na PUC-SP. O Programa Pindorama é um pouco mais velho que os outros programas, apesar que é uma universidade elitista e particular. Mas ela abriu as portas há 17 anos. Foi lá que o Hiparandi Xavante foi. Ele bateu na porta da USP. É uma alegria muito grande. Eu tenho 49 anos e moro em São Paulo a 30 anos...Eu nunca coloquei meus pés na USP [Butantã]. E estava preocupada que eu não ia acertar o caminho. Eu sei que isso aqui é um lugar muito grande. A única USP que eu entrei na vida, foi na USP-Leste, que é vizinha da minha casa eu atravesso a rua e vou a pé. Fui lá na USP Leste no dia da inauguração porque falaram que ia trazer progresso, benfeitorias para o bairro que fica em Ermelino Matarazzo. E até hoje não chegou nada lá. Os estudantes, a reitoria, ninguém participa de nada da comunidade para ver o que precisa e o que não precisa. Não tem nenhuma sensibilidade. Eu estou tomando forças para bater lá na porta, que tanto que minha luta é grande.

Hoje o Pindorama me tem, tem meu filho. Meu filho está no Pindorama. A PUC é uma parceira, e a PUC não só abriu as portas e deixou a gente lá. A gente tem lá uma vez por mês a reunião do Pindorama. Tem (agora) uma reunião para o dia 31, lá a gente fala da nossa realidade com nossos colegas, professor. A gente debate, aprende a falar em público que é uma dificuldade

²⁷² O evento foi realizado no dia 30/08/2018. Aqui quero destacar a participação do CESTA - Centro de Estudo Ameríndios com a qual não só nos apoiou, como dispôs de equipamentos para a gravação. Além da organização, divulgação, cartazes e luta a favor de uma universidade aberta aos diversos povos do país, pois a casa de Culturas indígenas é uma das ações por parte da Rede Indígena, que tem como iniciador Danilo Guimaraes, professor de Psicologia da Universidade de São Paulo. O evento é interdisciplinar é fomenta a discussão das questões indígenas em vários locais.

muito grande que a gente tem. Uma timidez de falar em público, isso é da gente mesmo, a gente aprende a se fortalecer.

Quem vem do contexto urbano, que também é outra realidade. Eu moro aqui em São Paulo há 30 anos e vivo as duas experiências. Mas tem lá alunos parentes no [Pindorama] que nunca foram para a aldeia. São filhos de indígenas e são indígenas. Quando eu digo que um brasileiro vai lá para o Japão, para os EUA e acontece alguma coisa lá, A FAB, os aviões da Aeronáutica, vão lá e buscam os brasileiros. E [morando lá] eles não deixam de ser brasileiros e podem ter dupla nacionalidade. E porque que tem que ter esse preconceito, contra nós?

Porque nós que somos indígenas de contexto urbano, nós não somos mais indígenas? Nós temos que ter sim o direito de frequentar uma universidade, mesmo que seja morando em contexto Urbano. Mesmo que nunca vá lá morar mais na aldeia. (depoimento no Agosto Indígena 2019 na USP)



Vanuza kaimbé no Agosto indígena 2019 na Casa de Cultura da USP Butantã – Instituto de Psicologia (Foto Emerson Souza/Dani Sandrini)

Leonardo Pankararu expõe sua experiencia enquanto indígena da cidade.

Boa gente, eu sou Leonardo. Eu me formei agora nomeio do ano [2018], em Engenharia Elétrica lá na PUC-SP mesmo, pelo Programa Pindorama. Eu entrei lá na PUC-SP pelo Programa Pindorama e esses últimos cinco anos, eu fiquei dedicado a faculdade. Eu já fui à minha aldeia, sou Pankararu da aldeia que fica no Nordeste. Meus avós cresceram lá. E vieram pra São Paulo, sei lá quando tinham trinta e poucos anos. E uma das

minhas tias nasceram lá. E o restante nasceu aqui. Então, são indígenas de contexto urbano. E eu entrei na faculdade em 2014. E não tenho muito o que falar, não sou muito bom com essas falas. Mas é isso o que eu represento, um indígena em contexto urbano da etnia Pankararu. (idem)

No mesmo evento o coordenador do Programa Pindorama Benedito Prezia acompanhava Leonardo Pankararu e Vanuza Kaimbé. Durante a fala de Vanuza e Leonardo surgiram uma série de dúvidas das pessoas e ele se sentou ao fundo da casa de Culturas e trouxe um relatório completo. Parecia estar querendo prestar contas dos anos de Pindorama. Informar e ao mesmo tempo contextualizar a situação dos povos indígenas da cidade e a presença na universidade. O "pão e água" que Benedito Prezia cita no texto, parecia dar conta de que nenhum dos dois itens haviam sido servidos aos indígenas da capital e Grande São Paulo, principalmente pela Universidade de São Paulo em um vestibular para os indígenas. Como quem diz e aqui [na USP]? Segue seu depoimento:

Então, faço parte desta parceria há 17 anos. Na verdade, eu estou na coordenação do Programa há dez anos. Primeiro foi uma professora da Psicologia. E por incrível que pareça a Psicologia tem essa sensibilidade. A professora Ana Bataglin, ela ficou quatro anos, depois ela deixou a PUC. Foi substituída por uma outra professora, Marisa Penna ficou por dois anos. ²⁷³ Aí eu assumi, uma coisa complicada porque eu não era professor na PUC-SP, até hoje não sou. (idem)

Sobre a bolsa de estudo, reserva de vagas e permanência:

Todo ano a PUC-SP oferece doze bolsas num esquema de reserva de vagas, não é cota. Porque tem que fazer o vestibular. Então isso foi uma discussão que a gente teve. A gente acha que é importante o pessoal fazer o vestibular como os outros. Primeiro para não ter discriminação. "Você entrou com privilégio." Então a gente vê que o grande desafio nosso é a permanência. A permanecia ao longo dos 17 anos. Então, passaram, pela PUC-SP, 205 indígenas jovens, 76 se formaram na PUC-SP, e mais 9 se formaram ou sem bolsa, ou em outra universidade. Porque eles não desistiram, perderam a bolsa, mas continuaram. Então, nós estamos com 85 formados, 94 perderam a bolsa. Então, um pouquinho mais da metade. Agora em termos de, vamos dizer, de conclusão de curso a gente chegou a 56%, porque alguns ainda estão estudando, então a gente não pode pegar esse total geral. E atualmente [2018] são 34 cursando. Esse ano apenas 7 ingressaram, 10

²⁷³. A Casa de Cultura Indígena está no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. O Programa Pindorama tem início em 2001 pela ação de uma psicóloga (Ana Bataglin), durante estes anos a Psicologia esteve muito próximo do programa.

passaram. Mas três não conseguiram fazer o curso por problemas de horário, ou também por não formar turma. Então, tinha esse problema quer dizer, o curso escolhido. Teve um que escolheu Ciência da Computação, não formou turma e a PUC ofereceu Filosofia. Ele falou que não interessa, então desistiu. E duas pessoas não conseguiram ficar na PUC porque o horário batia. O curso era pela manhã. Trabalhavam e então não conseguiram trocar de horário. (idem)

Sobre a matrícula dos alunos:

Hoje eles tão pagando uma matrícula de 1.500,00 reais. Então a gente percebe que o Brasil mudou, as comunidades indígenas de São Paulo estão num outro processo. Mas ao longo desses 17 anos a gente conseguiu uma redução de 50% na matrícula. E esse 50% podem ser pagos em duas parcelas. Então, foi a conquista possível. No primeiro ano o pessoal ficou isento da matrícula. Mas aí criou problemas com outros seguimentos mais carentes da PUC-SP. Por exemplo, o pessoal bolsista na época. Não havia PROUNI, mas na PUC-SP havia grupos afrodescendentes. Nunca me esqueço que no lançamento do Programa Pindorama, teve um protesto da comunidade afro de São Paulo, criticando. Onde já se viu a PUC-SP abrir um programa para indígenas e não para negros? Então é uma coisa complicada, é uma questão de isonomia. Não abriram a matrícula para nós porque temia outros seguimentos.



Benedito Prezia no Agosto indígena 2019 na Casa de Cultura da USP Butantã – Instituto de Psicologia (Foto Emerson Souza/Dani Sandrini)

Quanto a presença de homens e mulheres:

Então uma coisa para dar uns dados, a questão de gênero. Desses 205 indígenas, 111 eram mulheres e 94 homens. A grande demanda inicial era de Pankararu. Na 1ª turma dos 26, duas eram Guarani, um Xavante, e 23 Pankararu. Então nos primeiros anos a presença Pankararu foi muito forte. Passaram pelo programa 106 Pankararu, depois estão vindo os Pankararé que é uma comunidade forte em Osasco, mas estão espalhados. Os Pankararu também estão espalhados, fui fazer um levantamento parece que estão em 46 bairros de São Paulo. Estão no Real Parque que é uma comunidade, vamos dizer mais compacta. Depois dos Pankararé vem os Guarani Mbya com 10 alunos, os Fulni-ô com 6 alunos, os Xucuru com 5alunos, os Xavantes com 4 alunos, os Kaingang com 3 alunos, Guarani Nhandeva 4 alunos, depois algumas outras etnias do Centro-Oeste. Tem aparecido Kamayura, Trumai do Xingu. Porque vem fazer tratamento aqui e permanecem. Mas a maior parte é do Nordeste. Uma das condições que a gente pede é que tenha família aqui, porque a PUC não tem como bancar, não tem nem bolsa de manutenção, nem alojamento.

Indígenas em contexto urbano, na realidade da cidade:

Os que moram aqui, alguns já são nascidos aqui, como o Leonardo, nascido em São Paulo, ou tem parente na cidade. Mas de vez em quando têm uns casos assim meio excepcionais. Um Guarani lá de Parelheiros, tinha que levantar as 4:00 da manhã, sair às 4:30 da zona sul, para chegar 7:30 h. em Perdizes. Depois de três meses desistiu. E era já a quarta vez que estava tentando a faculdade. Então não só nossos estudantes continuam a pão e água, mas precisam ter muita garra para poder trabalhar e estudar. O pessoal fala aqui os pobres trabalham e estudam. Mas aí tem um diferencial. Muitos tem uma defasagem de escola pública. Muitos vem de aldeia e então chegando na PUC é outra realidade.

Preconceito e questão econômica:

Há uns dez anos, não, há uns oito anos atrás, a gente fez um levantamento, um questionário. E das questões era, "você se sente discriminado pelo fato de você ser indígena". "Só uma que respondeu sim. Disse: Nós não somos discriminados por sermos indígenas, mas por sermos pobres." Então tem uma questão também econômica. Tem todo esse desafio.

Parcerias no interior da universidade:

A gente tem uma parceria bastante boa com o Serviço Social, porque é o curso com mais presença indígena. Então para vocês terem uma ideia, no início foi pedagogia. Foram 33 indígenas formados em Pedagogia e 27 no

Serviço Social. Pedagogia e Letras. Era um curso com demanda nos anos 2000. Havia uma demanda, talvez em função da escola indígena. Mas agora está mudando e o pessoal tem optado mais por Ciências Contábeis, Administração, Tecnologia e Mídias Digitais, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, que é uma questão de demanda no mercado. Quem pensa em Pedagogia é porque pensa em voltar para a aldeia. Então é isso. A gente espera que eu deva sair no ano que vem, e outro professor da Psicologia está participando da equipe. Temos uma coordenação de cinco pessoas nas quais uma, é sempre um ex-aluno. Agora é a Amanda Pankararu, prima dele [Leonardo], que se formou em Serviço Social. Já teve uma pedagoga e uma de Letras.

Preconceito e modo de ser. Afinal como deve ser o indígena:

Um dos problemas nossos é que a maior parte dos alunos são de origem indígena do Nordeste. Não tem o fenótipo. São um povo misturado. Inclusive uma professora questionou por que uma delas era quase loira. "Você é índia?" Respondeu: Não tenho culpa se minha mãe se casou com meu pai que era claro. Puxei meu pai. A professora responde: "É porque apareceram uns negros aqui dizendo que eram índios". Quem eram os negros? Eram os Pankararu! Alguns são bem escuros. Então a universidade precisa também avançar nessa percepção. A gente espera que com esse intercambio podemos ter uma parceria com vocês e ver como é difícil ser indígena no contexto urbano.

Um aluno indígena da Medicina da UFSCar faz uma pergunta sobre as vagas de Medicina do Pindorama e que não achou essas vagas por ocasião do Vestibular:

Não existe reserva de vagas na Medicina. É muito difícil, [entrar] precisa ter uma pontuação muito alta. Então, aconteceu por exemplo na Medicina nós temos três que passaram pelo Pindorama e se formaram médicos. Só que dois foram pra Cuba, na época que não havia cotas e nem UFSCAR [vestibular indígena]. Teve um Pankararu que fez enfermagem conosco. Depois foi pra UFSCar entrando na Medicina, primeira turma. Em Direito temo dois, uma formada em direito e outro que entrou agora por reopção. Então a PUC, atualmente está mudando isso. Depois do primeiro ano o aluno pode solicitar uma reopção de curso. Um curso que ele se identifica mais e gostaria de fazer. Então a gente foi informado que os bolsistas não têm mais essa opção. Mas a gente conseguiu no final do ano passado a reopção para dois alunos. Um foi pra Direito e outro para Relações Internacionais. Então Medicina é muito difícil tentar medicina direto pelo vestibular. Então a gente sugere também, pelo Pro-Uni que é uma outra porta de entrada.

Sobre as reuniões uma vez por mês:

E a exigência para permanecer no Pindorama ´é participar das reuniões mensais. Já houve sete alunos que perderam a bolsa porque tiveram várias faltas. Também a gente acha que é um espaço de formação. É uma contrapartida! É uma vez por mês. E, então a PUC-SP agora também. A gente tinha uma oficina de produção de texto. Com um professor amigo! Danilo, "uma vez por mês". E agora a PUC-SP ampliou para todos os indígenas, todos os alunos. Um espaço para reforço do português e Matemática. A direção percebeu que não só os alunos indígenas. Mas muitos alunos têm uma defasagem.

Quando eles param o curso! Eles podem voltar?

É aí, a gente tem que fazer uma solicitação para a Fundação São Paulo que é a mantenedora da PUC-SP. Mas já deve ter uns dez alunos que voltaram. A gente sempre acha que muitas vezes quando perde a bolsa, ou se é muito jovem, ou porque o curso que escolheu não era o que ele queria. A gente dá uma segunda chance. Teve um questionamento nesse ano. Acharam que isso mostrava que os indígenas estavam maus preparados. Deviam fazer uma espécie de um ano de preparação. A gente foi contra. Então é essa a possibilidade que existe.

6.3 - Retomada Indígena na PUC-SP

Como já mencionei, retomar terras e territórios e devolver às comunidades indígenas tem sido o conceito para legitimar nossa resistência. Foi neste sentido que numa das reuniões do Programa Pindorama com o objetivo de construir um evento na universidade, surgiu o Retomada Indígena na PUC/SP. Foi assim que durante a reunião da implementação foi aceita a sugestão dada de Sassá Tupinambá para que a proposta dos eventos tivesse o nome **RETOMADA INDÍGENA**, em alusão à luta do povo Guarani Kaiowa no Mato Grosso do Sul. E de muitas retomadas Brasil a fora. ²⁷⁴

²⁷⁴ Karine Guirau, pesquisadora do NEMA da PUC-SP havia também sugerido o nome Retomada, ela havia trabalhado no Mato Grosso do Sul com indígenas Guarani Kaiowa. Sassa Tupinambá havia realizado várias viagens e relatado varias questões que envolviam a vida dos Guarani Kaiowa em várias aldeias no Mato Grosso do Sul..

Durante meu segundo ano (2008) de curso de Ciências Sociais idealizei essa proposta junto a coordenação do Programa Pindorama: realizar uma semana em que se discutisse a questão indígena na PUC-SP, contemplando as diversas etnias e comunidades indígenas de São Paulo, e que se oferecesse uma alternativa de debate dentro da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. Apresentei a proposta ao grupo e pensamos em uma nova metodologia dentro de diversos mecanismos de persuasão com mostras, debates, filmes e exposição da arte indígena. Tínhamos um objetivo principal que era a contribuição indígena dentro de um processo de formação que caminhava de forma recíproca, não apenas como receptores dos conhecimentos da cultura ocidental, mas oferecendo elementos e reflexões acerca de nossas culturas em ambiente acadêmico. Assim surgiu a *Retomada Indígena*.



Retomada Indígena na PUC-SP. Ao centro Alaíde Pankararé. (Foto Silvia Vilalva)

Aqui não se pretende mostrar as mortes e evidenciar apenas o sangue derramado de muitos. Rios de sangue existem em muitos territórios no Brasil, em meio às raízes que brotam no olhar de uma criança indígena e de nossos anciões e anciãs. Buscamos na universidade a luta e (re) leitura necessária para sucumbir o fim de tantas mortes neste século. Ficará claro,

nesta ação a formação no interior da universidade, buscando nas muitas raízes de um passado histórico que o tempo (cristão) tentou apagar. Estar aqui é a maior evidência e a amostra clara de que não se pode esquecer a imagem do nosso povo, tanto nas matas, como cidades, escolas e universidades deste país. Ou no corpo de um animal que se arrasta sob as árvores vivendo nos rios e lagos, nas folhagens, nas plantas, nos orvalhos ou na metamorfose das lágrimas de todas as manhãs. Ou até mesmo nas escuridões das grandes cidades.

Queríamos resgatar o pensamento indígena. É filosofia de vida. É alternativa para um mundo mais humano, igualitário e sem donos. Nós somos da terra e da Terra. Como nações indígenas temos nossas histórias e vamos construindo novas. A história do "Bem Viver".

E a luta por uma nova presença indígena nas universidades e diante da investida do "capital" simbólico, cultural, econômico, entre outros, que possui um enraizamento de 500 anos de exclusão, com hegemonia do pensamento ocidental. Desta maneira é preciso "retomar" alguns lugares importantes para a manutenção de outras gerações. A Retomada Indígena nas universidades. Como afirmam Valdelice Veron e Maria Aparecida Resende. A retomada é um "dos ensinamentos tradicionais Kaiowá e Guarani que perpassa pelos conhecimentos das bisavós para avós, de avós para filhos e de filhos para netos. Esses ensinamentos poderiam ser pontos orientadores de toda a educação brasileira, pois é voltada para a espiritualidade e para o bem comum da nossa casa – o planeta Terra." (2014, p.30)

Um destes ensinamentos é:

Teko nhe'e Rory – vida de alegria. Esse conhecimento nos ensina que devemos sempre passar a vida de alegria seja onde for, seja onde estiver, seja nas terras reservadas para os indígenas, seja nas retomadas de terras tradicionais, seja jogado nas beiras das estradas, devemos sempre manter o sentimento de alegria. (Id., ib., p. 30).

Assim transformamos o mês de setembro num momento forte para a discussão da questão indígena na PUC/SP. Pensamos em setembro por se comemorar nesse mês a Semana da Pátria, o que poderia trazer maior visibilidade ao evento e refletir sobre o país que estávamos construindo e qual a participação indígena dentro deste contexto. Realizamos 11

edições, cada uma com um tema: Encruzilhadas e conflitos (2008), Da aldeia a cidade (2009), Povos Indígenas e o Estado Brasileiro (2010), Pindorama: 10 anos de inclusão (2011) Conquistas e desafios dos Povos Indígenas nos últimos 20 anos (2012) e Estamos aqui, 500 anos de exclusão em 2013, entre outros²⁷⁵... As inúmeras ações poderão ser vistas em anexo a esta dissertação.

6.4- Agosto Indígena

Outra experiencia importante da luta em cidade é o evento Agosto Indígena. Em 2014 Fernanda Borssato, do Núcleo Étnico Racial junto à Secretaria Municipal de Educação, discutia a lei 11.645/08 e como implementá-la na maior rede pública municipal de educação do país. Sua trajetória de lutas frente aos direitos dos povos indígenas vinha desde que a conheci na PUC-SP. Naquele ano a Secretaria Municipal de Educação fazia uma chamada para que pudéssemos juntamente com o núcleo pensar algo que fosse contemplar não só a rede pública, mas aos indígenas tão esquecidos na maior metrópole do país.

Neste sentido iniciamos a construção de um movimento denominado Agosto Indígena junto à rede de educação pública municipal do país. Talvez tenha sido uma reunião do acaso ou do destino. Mas a questão é, aquele era o momento importante para implementar uma experiência que surtiu efeito na universidade e que era preciso colocar o pé no chão da sala de aula, pensando essa temática na formação de professores. A experiência da PUC-SP, através do Programa Pindorama com a Retomada Indígena, foi importante na mudança do olhar de muitos universitários. Foi um evento que se institucionalizou dentro da PUC-SP, mas não tínhamos nenhum intensão de que virasse estatuas por lá. Era preciso avançar.

Juntamente com parceiros e lutadores da causa indígena, encaminhamos um projeto maior à Prefeitura Municipal de São Paulo através da Secretaria Municipal de Educação. O maior município do Brasil iria receber o **Agosto Indígena** em referência ao Dia Internacional dos Povos Indígenas que é celebrado no dia 9 do mesmo mês em toda a América. Alguns

²⁷⁵. As atividades e eventos de formação do Retomada Indígena estão em anexos.

parceiros como, a Secretaria de Cultura estariam, dentro deste projeto, bem como a Secretaria da Igualdade Racial. Voltávamos aos passos de Claude Levi Strauss em 1934, quando teve o apoio Mário de Andrade, até então na Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo. Claude Levi Strauss mudou os rumos da etnologia na maior metrópole do país. A ação de Strauss me parece que seria voltar aos indígenas para compreender melhor a vida em meio ao caos da cidade grande. (Saudades...,2005)

Em 2014 a intenção era mudar os rumos pedagógicos, aspectos importantes e a experiencia adquirida na universidade para compreender os rumos da educação pública do país frente a presença indígena. Isso não era nada fácil e envolvia muitos atores, como os professores e os alunos. Isso não mudou, é verdade, os rumos, mas foram plantadas.

Neste momento, me encontrava num processo em transição. Entrava na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo na disciplina de Sociologia e saía exonerado do cargo da Prefeitura de São Paulo junto à Secretaria Municipal de Educação. Existia um motivo, pois havia passado no concurso público em 2012 na disciplina de História junto a Secretaria de Educação Municipal. Meu vínculo sempre foi muito forte com esta instituição e logo me juntaria novamente na rede municipal. Mas, infelizmente houve o contrário. Mesmo esperançoso aguardava a chamada a cada diário oficial. O concurso público encerrou-se e nem todos os professores foram chamados. Embora o governo em questão fosse conhecido como um governo progressista, correntes internas pregavam a contratação de professores e a terceirização se dava em todas as partes. Sequer imaginaria num governo progressista não ser chamado no concurso público. Tinha a certeza de que assumiria a disciplina de História... Enfim isso parece ser um desabafo, mas não é. Foi uma constatação da onda liberal que tomaria conta de São Paulo em anos seguintes. ²⁷⁶ Em 2018 expandimos os eventos do Agosto Indígena para a Universidade de São Paulo, junto ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e Centro de Estudos Ameríndios (Cesta).

²⁷⁶. As atividades e eventos de formação do Agosto Indígena estão nos anexos.



Agosto Indígena na Universidade de São Paulo – 2019. (Foto acervo pessoal)

CONCLUSÃO - Os Preconceitos são uma Pandemia²⁷⁷

No dia 1 de dezembro de 2018 fui convidado para participar de um encontro de formação para indígenas em contexto urbano, organizado pelo Conselho Indigenista Missionário – Cimi-Sul, na região do Ipiranga. As falas sobre o preconceito foram as que mais me chamaram a atenção. Não que eu não soubesse, mas ali pude sentir na fala de muitos indígenas em contexto de cidades e o quanto é dolorido para os povos indígenas, viver nessa realidade.

Ao longo dos últimos anos acompanhei inúmeras reuniões com indígenas, professores universitários, professores da rede pública, entidades governamentais, Ongs as mais diversas entidades ligadas a saúde e à cultura entre outras. O fato é que estas experiências sempre me trouxeram essa questão central: que é o preconceito.

Desde 2018 intensificaram-se os ataques aos indígenas. A reunião buscava compreender o abismo em que havíamos nos metido. Existia medo e questões políticas que iam na contramão das muitas vitórias conquistadas pelo movimento indígena em todo o Brasil. Todas as questões aqui discutidas caminhavam na perspectiva de muitas vitórias e, de repente, tudo havia mudado. Não que os indígenas estivessem bem e pudessem gozar de tranquilidade. Aliás, existe sempre uma inquietação quando se trata dos povos indígenas. E seja lá onde estivermos, existem preocupações e tormentos, e isto percorreu meu texto desde a primeira linha e infelizmente assim ele irá terminar.

Estávamos num encontro que buscava mais do que alternativas, buscava refletir sobre um período nebuloso da história, quando os povos indígenas novamente seriam submetidos a inúmeras ações nocivas. Uns diziam ser o fascismo, outros, o racismo, outros mais, o etnocídio, o genocídio e as novas práticas de extermínio. Já eu acredito que é tudo isso junto num mesmo governo.

²⁷⁷ Passei quase dois anos buscando uma palavra que pudesse caracterizar o preconceito. Foi justamente num evento organizado pelo CESTA/USP com o Sesc São Paulo, em 01/12/2020, que pude ouvir das palavras de Sonia Benites que me levou ao título deste capítulo. O título me fez refletir sobre as inúmeras pandemias que assolaram e assolam os povos indígenas.

A Survivel Internacional, em matéria de 2019²⁷⁸, trazia um panorama das principais ideias do atual presidente para os povos indígenas, divulgadas pelos jornais do Brasil. Foram muitas as declarações sobre os povos indígenas, reproduzidas em várias partes do Brasil, que traziam medo e mobilizavam inúmeras reflexões. Vejamos algumas delas. "Com toda a certeza, o índio mudou, tá evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós." (UOL Notícias, 23 Janeiro, 2020). "Os índios não falam nossa língua, não têm dinheiro, não têm cultura. São povos nativos. Como eles conseguem ter 13% do território nacional?" (Campo Grande News, 22 Abril 2015). "Estamos perdendo toda a região Norte por pessoas que não querem se inteirar do risco que estamos tendo de ter presidentes índios com borduna nas mãos" (G1 Mato Grosso, 15 Novembro 2015). "Pena que a cavalaria brasileira não tenha sido tão eficiente quanto a americana, que exterminou os índios" (Correio Braziliense, 12 Abril 1998). "Não tem terra indígena onde não têm minerais. Ouro, estanho e magnésio estão nessas terras, especialmente na Amazônia, a área mais rica do mundo. Não entro nessa balela de defender terra pra índio" (Campo Grande News, 22 Abril 2015). "[Reservas Indígenas] sufocam o agronegócio. No Brasil não se consegue diminuir um metro quadrado de terra indígena" (Campo Grande News, 22 Abril 2015). "Se eu fosse rei de Roraima, com tecnologia, em 20 anos teria uma economia próxima do Japão. Lá tem tudo. Mas 60% está inviabilizado por reservas indígenas e outras questões ambientais" (Notícias UOL, 6 Agosto 2019). "Eu já briguei com o Jarbas Passarinho [ex-Ministro da Justiça] aqui dentro. Briguei em um crime de lesa-Pátria que ele cometeu ao demarcar a reserva Ianomâmi. Criminoso" (Entrevista com Marcelo Godoy, 2 Abril 2017). "Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola" (Clube Hebraica, Rio de Janeiro, 3 Abril 2017). "Pode ter certeza que se eu chegar lá (Presidência da República) não vai ter dinheiro pra ONG. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola. (Estadão, 3 Abril 2017). "Se eu assumir [a Presidência do Brasil] não terá mais um centímetro para terra indígena" (Dourados, Mato Grosso do Sul, 8 Fevereiro 2018). Ele posteriormente se corrigiu, e afirmou que quis dizer "nem um milímetro" em entrevista com Globo News, em 3 de agosto de 2018.

²⁷⁸ https://survivalbrasil.org/artigos/3543-Bolsonaro acesso 08/02/2021. "Jair Bolsonaro, um político nacionalista de extrema-direita, é Presidente do Brasil desde o 1° de Janeiro de 2019. Um ex-capitão do Exército, ele já fez muitos comentários racistas e ofensivos sobre os povos indígenas do Brasil, durante um longo período de tempo.

"Essa política unilateral de demarcar a terra indígena por parte do Executivo vai deixar de existir, a reserva que eu puder diminuir o tamanho dela eu farei isso aí. É uma briga muito grande que você vai brigar com a ONU" (Vídeo pelo Correio do Estado, 10 Junho 2016). "Em 2019, vamos desmarcar [a reserva indígena] Raposa Serra do Sol. Vamos dar fuzil e armas a todos os fazendeiros" (fala no Congresso, publicada em 21 Janeiro 2016). "Vamos integrá-los à sociedade. Como o Exército faz um trabalho maravilhoso tocante a isso, incorporando índios, tá certo, às Forças Armadas" (Globo News, 3 Agosto 20181 1:25:33). "Nosso projeto para o índio é fazê-lo igual a nós" (Notícias UOL, 1 Dezembro de 2018). "Índio não fala nossa língua, não tem dinheiro, é um pobre coitado, tem que ser integrado à sociedade, não criado em zoológicos milionários" (Midiamax, 22 Abril de 2015).

Enfim, as políticas indigenistas entravam numa outra fase de lutas. Deveriam lutar contra o fascismo que se instalara no Brasil contra as populações ameríndias de Norte a Sul. Retrocesso e decadência da frágil democracia brasileira, pois para os indígenas nunca houve democracia, pois muitas etnias jamais foram reconhecidas enquanto nações. O que existe é perversidade, perseguição e consolidação das políticas liberais, que deram passagem e abraçaram as ideias da extrema-direita no Brasil. O que se pode fazer enquanto reconhecimento aos povos indígenas foi amplamente discutido em várias instâncias. Os direitos adquiridos nos últimos trinta anos estavam sendo totalmente transformados.

No Brasil o desmonte de políticas públicas voltadas para os povos indígenas, era a bola da vez. O objetivo era eliminar quaisquer leis que pudessem fortalecer a questão étnica no Brasil. A primeira delas, o fim de demarcações de terras em todo território nacional. Era uma promessa de campanha para favorecer duas principais bancadas no Congresso Nacional em Brasília: a Bancada do Boi, ligada ao agronegócio, e a Bancada da Bala, formada pela ala militar que defendia, inclusive, o uso de armas pelos fazendeiros contra os indígenas - o que já existe - além de seu favorecimento a indústria bélica no país. Essa sempre foi uma das principais reinvindicações do agronegócio. O que querem? Mudanças em artigos constitucionais que garantem direitos indígenas, como o artigo 231 e 232. Como nos últimos 20 anos não houve avanços, uniram-se à extrema direita que não só quer o fim das demarcações de terras indígenas, como o fim dos próprios indígenas. Nos últimos anos o que

tem dificultado são as manifestações indígenas, de indigenistas e de órgãos de defesa dos direitos indígenas no Brasil, além de organizações internacionais de várias partes do mundo. Existe um grande monitoramento junto aos povos indígenas, já que envolvem também questões ambientais.

Enfim, o foco desse encontro era o de refletir sobre as ações que os povos indígenas vinham sofrendo com a ascensão da extrema direita no Brasil. Por isso, diferentes experiências e opiniões eram colocadas para se pensar os povos indígenas, suas fragilidades e a falta de segurança de todos. Um clima de medo se instalava e era preciso dialogar sobre possíveis perseguições em todo o Brasil, uma vez que as declarações do Executivo refletiam sobre a sociedade civil e as manifestações de ódio circulavam em várias partes. Transcrevo, a seguir, trechos de falas de alguns participantes desse encontro.

Eli Fidelis, do povo Kaingang do Rio Grande do Sul: "O indígena que conhece a história não se acomoda. Indígena não aceita." E continua: "Quem descobriu o Brasil? Esse país é todo errado. Esse país foi roubado." Eli expõe sua visão acerca da presença dos indígenas na universidade e a forma como se dá essa questão indígena. "O forte da nossa luta é o coletivo. Tem que lutar pra viver como indígena. Deixar a sua cultura para viver a cultura do outro. Ou você é indígena ou não é." Estes indígenas têm que "ter direito à terra, à educação. Não abrir mão de ser indígena. Ser discriminado o indígena "sempre vai ser identificado…em qualquer lugar. Vai ter preconceito. Esse governo Bolsonaro não é bicho de sete cabeças."

Alex Kaimbé, da região de Guarulhos: "Temos dois contextos, contexto de aldeia e urbano, que são totalmente diferentes. Somos tratados como bicho, e estamos vivendo em um caos cultural. Hoje sou uma pessoa, mas não sei onde pisar. Estou em um campo minado. Nasci na cidade, vivi na cidade, mas danço Toré. A origem indígena é de luta". E continua: "A origem indígena é não ter medo do próximo passo. Sendo indígena, a gente pode dialogar. Há muito tempo falar [que é Kaimbé] era impossível e hoje a gente fala, de frente com o opressor e diz o que a gente pensa. Sofremos muita discriminação. Discriminação porque sou indígena. Isso nunca vai acabar. Está na origem".

Alex cai numa questão difícil para o movimento indígena que talvez seja uma das grandes armadilhas que muitos povos falantes de sua língua necessitam compreender "A cobiça é que irá matar o povo. É um desabafo". "Parente discriminando o parente." O próximo passo é a união, dentro da aldeia e no contexto urbano. Ele também destaca: "a gente consegue brigar com o opressor com união. E se a daqui a 200 anos se não nos unirmos vamos ser devastados. Temos que pensar. Com fé e união, sem divisão, somando. Vamos criar barreiras, redes de organização, para chegar a algum lugar. Vão querer te tirar do movimento. E a discriminação de indígena com outro indígena. Você não parece indígena. Como indígena você precisa saber a História. Imagina quando todos os indígenas acordarem. Se for para dar o próximo passo e não para causar medo, espanto. Somo capazes de mudar qualquer contexto".

Tamikuã Pataxó, vivendo na aldeia Guarani Mbya do Jaraguá: "Todo o território [cortada] e essa divisão foram criadas pelo invasor. Quem dividiu foi o homem branco. A nossa luta é sem fronteiras. Sabemos que a terra é redonda. É pelo nosso maracá, [que agimos] Curamos através de nosso maracá. Esse governo diz que somos como animais. Nós conhecemos os animais. O som do maracá é nossa esperança".

Alaíde Pankararé, de Osasco: "Sou da Bahia, próximo a Paulo Afonso. Morei lá e depois vim para a cidade há 21 anos. Depois vim para Osasco. Em Osasco temos 38 famílias. Em todo lugar tem Pankararé. Dizem que deixei minha cultura. Minha cultura é minha bagagem. Peço para o povo indígena para termos união para o que der e vier. Eu sou da aldeia Pankararé, da força dos encantados".

Salvador Pataxó Kamacã: "Eu não tinha conhecimento de minha aldeia. Sai em 1973. Era minha mãe quem contava, meu pai nunca falou. Nossos parentes foram quase todos dizimados. Na verdade, não queriam falar do assunto por ser índio. Quando chegaram em São Paulo diziam que era descendentes. Minha família vive em torno de 400 indígenas. Minha mãe falava, quando voltei para a aldeia na Bahia reencontrei meu passado. Na Bahia estão em conflito, estão tomando rumos diferentes. Quando eu fui ao Acre, um senhor na

minha mesa estava tomando café. Passou uma matéria na TV. O homem me disse: se eu fosse governante mandava matar toda essa raça, pois não prestam. Conversei com ele dizendo que toda a terra era indígena. Mostrei a nossa história, pois nossa luta não pode parar. Isso tá no sangue, temos que batalhar. Tem vários parentes aqui. Vamos nos unir fortalecer para ajudar os parentes em todo Brasil. Estou retornando à toda a minha cultura indígena."

Vitor Karai Mirim Guarani Mbya, da TI Jaraguá: "Na década de 1990 a família de meu pai foi convidada para ir para o Jaraguá. Saímos do litoral para o Jaraguá. Retornou para junto de nossa prima Jandira. Fizemos a retomada da Tekoa Pyau. CTI fez um levantamento em 2002, foi uma luta com muita dificuldade. Fizemos manifestações, escrevemos uma carta, usamos as redes sociais. É importante ter união. Nós do Jaraguá estamos no meio da cidade. Educação diferenciada é muito importante. O jovem precisa se preparar, precisa de união, tem que se preparar para conquistar os objetivos. Em nome da nação.

Julieta Paredes, indígena da Bolívia: "Essa cultura eurocêntrica é reducionista, tem uma mentalidade preguiçosa. Nós chamamos indígenas, indígenas em contexto urbano. Precisamos perguntar o que é ser brasileiro. Na busca de nossa identidade é fundamental perguntar quem somos? Nosso corpo habita esse continente. A cultura invasora, colonialista, racista continua massacrando, matando, explorando. Outros povos migraram para cá. Nós não! Nós caminhamos. Na Bolívia estamos lutando. A esperança deve nascer de nossas comunidades. E nossos irmãos devem respeitar seus corpos, para construir uma esperança comunitária."

Ricarda Wapichana: "Sou da fronteira da Venezuela, próxima da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Meus avós eram da Venezuela e da Guiana. Somos povos sem fronteiras. Sou graduanda em pedagogia. Há muitos povos em minha terra, sofremos muito preconceito. É muito difícil ser indígena nos centros urbanos e sofremos todo tipo de discriminação. Todo o território está repleto de indígenas e tenho acompanhado essa luta. Meu povo está há mais de 4000 mil anos na terra. Temos dificuldades de reconhecer, tem muita história. Existe muita diversidade. Na Amazônia quem vive na periferia [de Manaus] sofre preconceito. Estar em São Paulo e ver cada um em busca de identidade, buscando futuro

e resistência. [é bonito] existe invisibilidade. Sem o cabelo [liso], olhos [típicos] e nossos traços somos índios. É preciso desconstruir [essa imagem]. Saber que em toda parte do Brasil tem povos indígenas. Em busca de autonomia, de reconhecimento. Estar aqui é fazer parte de um povo. Estamos na luta. Estamos sendo massacrados e sofrendo muito preconceito. Isso faz a gente se fortalecer e fortalecer aquele que está se escondendo. A história nossa foi contada [por outros], agora vamos contar a nossa história. Dizendo eu sou Wapichama, Macuxi etc. São Paulo é floresta cinzenta. Os indígenas estão como folhas em São Paulo".

Ava Fulni-ô: "Temos que ouvir aos outros. Vivemos uma realidade. Falo demais, moro aqui há 30 anos. Foram idas e vindas. Sofremos discriminação dos parentes e dosbrancos. Conquistei conselhos [Conselho estadual e Conselho Municipal]. Tem muito parente excluindo a gente".

O encontro promovido pelo CIMI foi importante para ouvir os indígenas, suas histórias de vida e angústias frente ao tsunami que viria. Em primeiro de janeiro de 2019, o atual Presidente da República iniciou uma série de ações, e propagando o racismo em todas as regiões do Brasil contra os indígenas. Transfere a Funai (Fundação Nacional do Índio) para as mãos dos ruralistas, e a Funai, até então ligada ao Ministério da Justiça, passa para as mãos do Ministério da Agricultura. Promessa de campanha cumprida. Passados dois anos, nenhuma terra demarcada e perseguição a muitos povos em todo o Brasil.

Na educação eu mesmo pude perceber a polarização e perseguição aos indígenas. Em 2020, em 15 de junho, fui convidado para um evento do Centro de Mídias de formação sobre a lei 11.645/08. Se tratava de uma formação para professores das Ciências Humanas em todo o Estado de São Paulo. Neste momento pude perceber a importância da Educação para a formação de professores e o quanto a polarização no Brasil acarretava uma serie de preconceitos. O racismo que se disseminava em várias partes do Brasil, afetava professores em decorrência da forte campanha contra povos indígenas. Abaixo, justamente sobre o tema de minha dissertação, que envolvia a história de meu povo e a vida na cidade. Foi um evento

oficial junto a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. ²⁷⁹ A perseguição não era local, e sim nacional. Envolvia uma série de ataques em vária questões. ²⁸⁰



^{279.} O evento realizado foi visto no Canal do Youtube do Centro de Mídias. 23/06 - ATPC - Ciências Humanas - Recurso didático: Museu Índia Vanuire no sítio eletrônico https://www.youtube.com/watch?v=FL1hKOutII0 acesso 17/02/2021. Os comentários ao lado, pasmem. São de professores da Rede Estadual de Educação de São Paulo- SEE. Professores de Ciências Humanas. O objetivo era discutir a implementação da lei 11.645/08, o racismo, preconceito e povos indígenas. Evento realizado para o Centro de Mídias. Aplicativo criado para formação de professores e disseminado para outras mídias como facebook e canal do Youtube. Houve participação de outros indígenas no evento on-line. Normalmente mais de 30.000 mil professores da rede pública de São Paulo participam destes eventos.

²⁸⁰. Idem. Muitos outros comentários estão no Centro de Midias em poder da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. Bom foi saber que neste universo do desconhecido e dos labirintos que muitos acreditam não serão descobertos incidem uma lei que é Lei Estadual nº 14187/2010. Essa Lei Estadual pune administrativamente a discriminação étnico-racial e contempla ações contínuas para conscientizar a população de que qualquer forma de discriminação é crime. A mesma lei, no seu artigo 6º, prevê aplicação de sanções. E a LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm acesso 17/02/2021.

prodinamaresi / 202/04-sp:
[@prosilasferre2215521-sp: Atnc de humanas?]
Sim

projosueljoib0136878-sp: 0 índio hoje tem todo um
privilégio que hoje nós não temos. Por isso
continuam em uma vida na ociosidade. Muita terra
vara quem nunca gostou de trabalhar.

promariarerre/ 153105-sp:
promariaferre7153165-sp

08:50

Quanto às demarcações de terras e as perseguições continuavam de Norte a Sul e o tsunami que se deu envolvia o alto escalão com participação direta de ministros como o da Agricultura, Meio ambiente, Direitos Humanos, entre outros. A trama articulada pela ala da extrema direita do Brasil envolvia aliados poderosos da antiga oligarquia brasileira. Com seus principais aliados, como a bancada evangélica, a bancada ruralista e a bancada da bala, a Casa Civil se articulava para o desmonte e o esvaziamento de funcionários e indigenistas ligados aos direitos indígenas. A Funai era algo do passado e era preciso anular e desmontar em todo Brasil as ações de defesa dos direitos indígenas.

A antropologia se viu diante da perspectiva genocida e à procura pela defesa dos direitos e envolvia a procura da Justiça em várias instâncias. O ano de 2019 foi de muitas lutas e novas iriam tomar as manchetes. A Saúde indígena já não andava bem no final de 2019, quando surge a Pandemia. Em 2020 a Pandemia explode por todo o mundo, e as manifestações indígenas cessam em Brasília. Momento para os indígenas se fecharem contra as novas formas de se propagar o ódio, agora pela via da Covid-19.

Desde então, os territórios indígenas de todo Brasil se organizam para barrar a circulação do vírus. Quanto aos indígenas das aldeias inúmeras políticas de flexibilização por parte do Executivo são tomadas. O governo, em reunião ministerial diz que é hora de "passar a boiada." O acesso a militares, evangélicos a comunidades indígenas distantes mostravam as novas formas de extermínio do governo federal. Comunidades fechadas, propagação do vírus disseminada, notícias falsas e declarações do presidente do Brasil que além de desinformar a sociedade com falsos números da doença em todo o Brasil, os reais números sobre a morte de indígenas eram jogados para debaixo do tapete. O Instituto Socioambiental

(ISA) que monitora as ações governamentais com apoio da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) destaca as principais noticiais da grande imprensa:

- 6 de março de 2020: Funai suspende ações assistenciais. Desde o início do ano, a Funai cortou cestas básicas em Terras Indígenas, aumentando a violência, desnutrição e, consequentemente, a vulnerabilidade à Covid-19. www.campograndenews.com.br/cid...
- 16 de março de 2020: Informe técnico da Sesai (Secretaria Especial da Saude Indígena) expõe indígenas ao vírus. Primeiro informe da Sesai durante pandemia coloca povos indígenas em risco ao recomendar isolamento domiciliar para indígenas que não necessitem de hospitalização. Nas casas compartilhadas, o vírus pode se espalhar muito mais rápido.
- 1 de abril de 2020: Primeiro indígena com coronavírus foi infectado por médico da Sesai. Agente indígena de saúde se infectou ao ter contato com médico que voltava de férias e já apresentava sintomas. Quarentena prévia para profissionais de saúde não estava prevista em informes da Sesai. (notícias.uol.com.br/ultimas-no...)
- 28 de junho de 2020: 13.801 contaminados, 493 mortos. Mesmo com enorme subnotificação, foram confirmados ao menos 13.801 indígenas contaminados e 493 mortos. A doença continua se espalhar pelos rincões mais isolados do país, matando anciões e jovens indígenas, em uma tragédia histórica. (covid19.socioambiental.org/ acesso 16/02/202)

Quanto aos indígenas da cidade o temor só aumentava. Em 3 de abril de 2020, a Sesai nega atendimentos a indígenas que vivem nas cidades. O secretário da Saúde Indígena, Robson Silva, afirma que apenas indígenas aldeados seriam atendidos pela Sesai. Isso excluía 324,800 mil indígenas que vivem em cidades. Para organizações indígenas e para o MPF (Ministério Público Federal), todos os indígenas deveriam ser atendidos. (idem)

Enfim, o ano de 2020 termina e os números, segundo o site Observatório do Terceiro Setor, de 16/02/2021, aumentam.²⁸¹ "De acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), país já teve mais de 45 mil casos de Covid-19 e mais de 900 mortes pela doença entre indígenas. Novo coronavírus circula por comunidades de 161 povos". Os números são totalmente desencontrados. Segundo o Portal Folha, "até 27 de janeiro, a Covid matou pelo menos 541 indígenas que viviam em territórios homologados no Brasil, segundo dados da Secretaria Especial da Saúde Indígena. O número de mortes é equivalente ao total de óbitos

 $^{^{281} \}qquad . \qquad https://observatorio3setor.org.br/noticias/infectados-e-mortos-por-covid-19-disparam-entre-povos-indigenas-no-brasil/ acesso 16/02/2021.$

da Noruega; 550. Entretanto, os dados de mortes de indígenas tendem a ser subnotificados. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) estima que o número seja muito maior. De acordo com a organização, 947 indígenas foram mortos pela Covid-19 até 3 de fevereiro" 282." E sobre os indígenas que vivem na cidade, o estudo realizado pela universidade de Pelotas, (RS), mostrou que a incidência do coronavírus em indígenas urbanos é cinco vezes maior que entre os não-indígenas. Mas apenas os que moram em aldeias de terras demarcadas estão sendo contemplados com a vacinação contra a Covid-19. Entretanto, a Apib entrou com uma ação no STF para incluir no grupo prioritário indígenas que vivem em terras não demarcadas ou nas cidades." (idem)

No início de janeiro de 2021 uma resposta da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha expõe as perseguições sofridas pelos indígenas. Entretanto um parecer da Funai tenta fragilizar a autodeclaração indígena utilizando textos da referida antropóloga. Rebatendo esse uso indevido de seus argumentos, ela a responde de maneira bem clara:

"A Funai pretende se arrogar a autoridade de definir quem são os indígenas merecedores das políticas públicas do Estado, por meio de uma resolução a de nº 4, de 22 de janeiro de 2021. Chegou-me há poucos dias o parecer da Procuradoria Jurídica da Funai que teria fundamentado essa resolução. Como o tal parecer me cita extensa e elogiosamente, cabe-me declarar que as citações literais de meus textos são fiéis, mas que de nenhuma forma justificam a resolução emitida pelo órgão. A questão central está posta: quem tem autoridade para identificar indígenas? Desde 2004, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, está em vigor no Brasil. Ela se aplica a povos tribais e a povos indígenas. E como se reconhecem povos indígenas e tribais? O artigo 2 da Convenção é claro: "A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção". O critério fundamental para o reconhecimento de um povo indígena é, portanto, a autoidentificação. Uma vez assente quem são os povos indígenas, como se pode reconhecer os indivíduos indígenas? São, evidentemente, indivíduos que se consideram membros de um determinado povo e são reconhecidos por esse povo, com seus critérios e instituições. O controle social é dos próprios indígenas. Quem, por conseguinte, é autorizado a colocar em dúvida, informar ou confirmar a identidade de um ou uma indígena são as instituições do povo indígena com o qual se identificam. Esse procedimento já é prática na maior parte das universidades que garantem cotas para indígenas. A veracidade

https://piaui.folha.uol.com.br/no-brasil-mortes-de-indigenas-pela-covid-

https://piaui.folha.uol.com.br/no-brasil-mortes-de-indigenas-pela-covid-se-igualam-todas-as-mortes-da-noruega/ acesso 16/02/2021.

da informação de um candidato a essas cotas é atestada por uma ou mais autoridades de seu povo, e, ainda, é controlada de modo menos formal, mas igualmente eficaz, pelos demais candidatos do mesmo povo. O histórico da Funai não recomenda as definições que, vez por outra, ela enuncia, e muito menos ainda no atual momento. Outro exemplo é elucidativo: através de medida infralegal, a Instrução Normativa nº 9, de abril de 2020, a fundação tenta deixar de reconhecer seus deveres referentes a terras indígenas que o Estado ainda não demarcou, como deveria ter feito. Essa omissão diante de um preceito constitucional coloca o Estado em mora de 27 anos, mas não altera a existência de Terras Indígenas tradicionalmente ocupadas, declaradas no artigo 231 da Constituição. Deixar de considerar parte delas e retirá-las do Sistema de Gestão Fundiária do Incra, como se decidiu, abriu caminho para legalização de invasões. A Funai está, assim, empenhada em eliminar direitos, com o velho expediente de tentar apagar, no papel, os titulares desses direitos. Por fim, lembremos o dever de consulta prescrito ao governo no artigo 6º da Convenção da OIT 169, e que sequer foi aventado pela Funai: é obrigação dos governos "consultar os povos interessados mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetar diretamente povos indígenas". 283

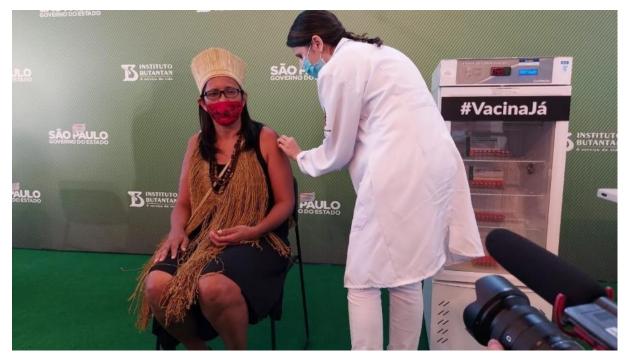
O parecer da Funai vem de encontro com as declarações do Ministro da Saúde, excluindo a população indígena que vive em contexto de cidades das vacinações em todo país, demonstrando que as perseguições contra os povos indígenas não cessam por parte do Executivo.

Por outro lado, em 2021, as pesquisas apontam para vacinas contra a Covid19. No mundo todo inúmeras vacinas surgem e são aprovadas por vários órgãos reguladores. E no Brasil a primeira é a Coronavac do Laboratório Chines Sinovac em parceria com o Instituto Butantan. Em 17/01/2021, o Instituto Butantan, órgão ligado ao Governo de São Paulo após aprovação da Anvisa, realizou uma cerimônia e comemora sua aprovação em São Paulo. De forma simbólica vacinou 100 pessoas ligadas a saúde, no Hospital das Clínicas de São Paulo.

Como um grupo de indígena participou da fase 2 da Coronavac, quando a Anvisa autorizou o uso da vacina, Vanuza Kaimbé foi convidada para receber s primeiras vacinas.

²⁸³. In Comissão Arns: https://noticias.uol.com.br/colunas/comissao-arns/2021/02/05/quem-tem-autoridade-para-identificar-indigenas.htm acesso 16/02/2021.

Assim ela foi a segunda pessoa a ser vacinada e a primeira indígena a receber o imunizante no Brasil.



Vanuza Kaimbé recebendo a vacina. Foto divulgação. Portal Uol.

As notícias circularam o mundo e o UOL noticia: "a primeira indígena a se vacinar contra a covid-19 no Brasil, foi Vanuzia Costa Santos, de 50 a anos" Técnica de Enfermagem e assistente social, Vanuzia é também presidente o Conselho do Povo Kaimbé, Ela afirma que deseja um dia retornar para cuidar dos moradores da aldeia de Massacará, no município de Euclides da Cunha, (BA), onde nasceu. ²⁸⁴

²⁸⁴ .https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/01/17/primeira-indigena-a-ser-vacinada-e-tecnica-de-enfermagem-e-tem-50-anos.htm acesso 16/02/2021. Segundo o portal, Vanuzia vive em Guarulhos e mora na aldeia multiética Filhos dessa Terra, localizada no bairro Cabuçu em Guarulhos. A aldeia multiétnica é o local onde se encontram indígenas da etnia Kaimbé, Pankararé, Tupi Guarani, Wassu Cocal entre outros povos. Um local a ser ainda estudado e carece muitas discussões.



André de Oliveira Souza sendo vacinado em 27/01/21 (Foto: arquivo pessoal)

André de Oliveira Souza é o primeiro indígena Guarani Nhandeva a se vacinar da zona Leste de São Paulo. Em várias partes da capital paulista, os indígenas em contexto urbano buscam e se articulam na cidade de São Paulo e seu entrono. Mas até a segunda metade de fevereiro não havia um plano para a vacinação de todos os indígenas da capital paulista. Haviam sido vacinados indígenas da Terra Indígena do Jaraguá e de Parelheiros, indígenas da etnia Pankararu do Real Parque e em Guarulhos, alguns indígenas Kaimbé. Isso devido muito à luta de indígenas junto às Secretarias de Estado e dos munícipios. Entretanto muitos dos indígenas de São Paulo e da região metropolitana continuavam, sem receber a vacina. Em Bauru, minha mãe Ernestina da Silva por morar na aldeia vacinada.



Ernestina da Silva é vacinada na Aldeia Curt Nimuendaju do povo Guarani Nhandeva em Avaí, Oeste de São Paulo a 430 km da capita, em 27/01/21.

Considerações finais sobre as lutas indígenas: pandemias e educação

Minha formação acadêmica e formação política junto à Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo, CAPISP, somados aos constantes retornos à minha aldeia de origem me foram bem significativas neste processo histórico na construção do eunós. Os atravessamentos que se deram nesta formação, permeadas por uma prática libertária (da tradição indígena), trouxeram experiências importantes para a escola que leciono, EE Jardim Wilma Flor, na Cidade Tiradentes. Foram experiências até então construídas no âmbito da prática de políticas públicas que andam na contramão da História.

Na Educação, existe um olhar europeu antenado com questões ligadas a um saber que foge à própria história da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Ela não foge, ela se esconde quando se procura promover a discussão através das três principais matrizes de nossa cultura: indígenas, a afro-brasileira e europeia. Basta adentrar as escolas para compreender que o pensamento europeu está enraizado numa prática de ensino excludente fortalecendo o

olhar etnocêntrico, eurocêntrico e nada libertário. Nossos alunos estão presos ao "mito" da figura do indígena.

Desde minha efetivação em 2014, como titular de cargo na disciplina de Sociologia, procurei estar antenado com as mais variadas questões e práticas que se pudessem somar na manutenção de um olhar diferenciado, crítico e sobretudo humano. Sociólogo por formação universitária, libertário por formação política junto aos movimentos indígenas e sociais, pude compreender uma experiência bem importante que se soma às práticas de ensino que buscam outros olhares pedagógicos, sobretudo de cunho libertário.

A educação pública se encontra mergulhada na maior fase de abandono que se dá por políticas públicas de cunho neoliberal. Um desmonte tem acontecido nas últimas duas décadas. O que se busca na educação é um ensino tecnicista e voltado para o mercado de trabalho. Sendo assim desqualifica práticas pedagógicas e a cultura escolar pela qual o aluno protagoniza a construção do conhecimento em sintonia com seu professor. Desde então as políticas públicas de sucateamento do ensino público colocam professores, alunos, diretores e coordenadores na maior fragmentação do saber. É muito triste, pois culmina na formação para o trabalho e do ensino europeu. Não pretendo aqui me debruçar sobre esta fragmentação, mas quero apontar uma experiência que se deu no interior da minha unidade a partir do processo de reorganização escolar no ano de 2015. Como já relatei organizamos junto com os movimentos indígenas a Primeira Conferência de Política Indigenista no Brasil. Foi um ano de muitas lutas.

Neste mesmo ano percebi que a massa de professores do estado de São Paulo estava empenhada em legitimar uma luta que fora construída em anos anteriores. Muitos agentes foram importantes nesta construção da greve. O ano começou com 92 dias de greve e criou o caos para a Secretaria de Educação de São Paulo. A todo o momento o governo desqualificava a greve promovendo noticiais falsas, as "Fake News" sobre os principais motivos do direito constitucional. "O direito a greve."

As principais reinvindicações eram por aumento salarial e melhores condições de trabalho no interior das unidades, como superlotação e fechamento de salas, além da manutenção de direitos aos professores contratados. Os 92 dias foram suficientes para que grande parte do professorado retornasse para a sala enfraquecido. Muitos deles também sentiam as dívidas aumentarem e a permanência na greve era quase impossível. Somados a este movimento surgia através de notas da Secretaria Estadual de Educação muitas notícias sobre um processo de reorganização das escolas. Muitas escolas iriam fechar as portas, outras iriam manter apenas alunos do ensino Fundamental I, outras ensino Fundamental II e o ensino Médio Noturno. Isso levaria ao fechamento de turnos. Quanto aos professores restava apenas esperar o pior.

O professores engajados numa prática de ensino voltada para uma visão crítica e libertária percebiam a necessidade de intensificar a formação dos alunos no seu retorno. Foram alvos de perseguição política e processos administrativos. As consequências estão até hoje no interior das escolas. Diretores, supervisores, entre outros se empenharam em mapear tais colegas e levá-los ao Estado opressor. As perseguições aos docentes se deram desde a perda de contratos, o confronto com outros colegas que permaneceram no interior das escolas desqualificando, a luta dos professores grevistas, além de muitos alunos e comunidade que se posicionarem contra docentes junto a direção. Enfim as perseguições se deram de muitas formas deste o espaço micro até no macro através da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Neste mesmo ano o processo de reorganização das escolas surgiu muito forte em nossa unidade. O noturno Ensino Médio iria fechar e vários alunos seriam transferidos no ano seguinte para outras unidades bem mais distantes de suas residências. Os alunos do Ensino Fundamental I seriam transferidos para outras unidades. No segundo semestre já estavam definidas todas essas mudanças. O professorado iria se adequar a bel prazer da Diretoria de Ensino e Secretaria Estadual de Educação. Neste sentido a reorganização escolar se daria de cima para baixo, sem qualquer diálogo com a comunidade e seus professores.

Tudo indicava que a luta dos professores grevistas, que saíram enfraquecidos durante o movimento, seriam vítimas do rolo compressor do Estado, recebendo o xeque mate do Estado nesse mesmo ano. O objetivo do governo era usar dessa fragilidade para dar sequência no plano de reorganização escolar.

Eis que em meio ao caos, surge o movimento secundarista formado por vários coletivos de luta no estado de São Paulo. Começam a pipocar escolas em todo o estado de São Paulo com a seguinte frase "Escola Ocupada". Os alunos se organizaram no interior de suas unidades para discutir o fechamento e transferência de alunos. Perceberam que o maior prejudicado seriam eles próprios.

Neste movimento uma escola próxima da escola em que leciono já na lista dos fechamentos, a EE Inácio Monteiro fora ocupada por alunos e pais com apoio do Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto – MTST. Fui acompanhar essa ocupação e me colocar à disposição, levando a solidariedade aos colegas de luta daquela unidade.



Meu filho Pietro Anderson 2015 com 5 anos na EE Inácio Monteiro II. Foi um grande parceiro e acompanhou minhas idas e vindas neste mês da ocupação. Segundo ele íamos para a "*Escola de Luta*". Foto: Arquivo pessoal. (Pietro em janeiro 2021 tem 10 anos)

O Movimento crescia em todo o estado de São Paulo. Alguns alunos de minha unidade se dispuseram a ir conhecer a escola ocupada e como se deu o movimento no interior dessa unidade. Havia várias horas de reuniões de formação, com pais, alunos e professores, que estavam ali empenhados em manter a escola aberta nos próximos anos. Sendo assim o forte aparato de repressão policial começava a se mobilizar diante dos últimos acontecimentos. O que era um problema da educação, agora virava um caso de polícia. Aquele ambiente de luta por melhoria na educação foi transformado por um ambiente permeado pelo ódio, pela ação desqualificada da polícia, pela ingerência do órgão da Secretaria de Educação que pregava tal prática no interior das unidades até então ocupadas. Era a dobradinha Secretaria de Educação e Secretaria de Segurança Pública. Os alunos e os professores neste momento eram identificados por suas unidades escolares para serem perseguidos pela ação policial em parceria com a direção de muitas escolas.

Neste ambiente permeado pela repressão, o Movimento do Trabalhadores sem Teto-MTST, com a boa experiência de luta foi importante para a manutenção da segurança no interior das unidades que estavam na articulação.

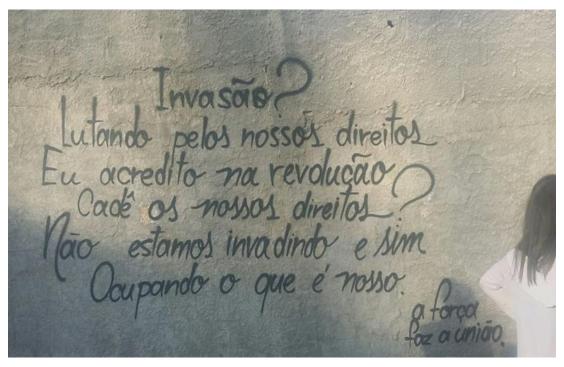
As visitas de alunos da EE Jardim Wilma Flor foram criando corpo e os alunos e Movimento Social resolveram fazer uma manifestação na quadra de esportes. O MTST se encarregaria de dar a formação necessária para os alunos da EE Jardim Wilma Flor sobre o processo de reorganização escolar que se perpetuava nas escolas estaduais de São Paulo.

Uma questão importante foi dada pelos alunos! Não queriam bandeiras de partidos e organizações ligadas a partidos políticos. Seguiria um padrão autônomo e sem líderes. A Quadra de Esportes foi o palco da grande mobilização e ao final dessa manifestação os alunos decidiram ocupar o interior da escola. Foi um momento bem tenso, onde escola, professores e direção discutiam os próximos passos. A EE Jardim Wilma Flor seria uma das escolas a se mobilizar contra o processo de reorganização. Seria uma das principais escolas a serem atingidas nesta região pelo rolo compressor do Estado. Não demorou para que o Estado lançasse força policial para este local. Me vi numa situação de extrema vulnerabilidade. Eram policiais confrontando alunos no interior da escola e não pude me calar em nenhum momento,

enfrentando a ação policial que afrontava a vontade dos alunos e os colocava na condição de bandidos. e os colocava dos alunos na condição de bandidos. Por vezes me vi discutindo com os policiais e jamais deixaria meus alunos sós nesta empreitada.

Posicionei-me desde o início deste movimento, solidário à causa e à luta. Via no olhar dos alunos uma esperança por dias melhores e aquilo me fortalecia nessa prática libertária. Cabe destacar o MAE — Movimento Autônomo pela Educação como grande articulador destas práticas de pedagogia libertária. Práticas estas em sintonia com uma visão de muitos educadores da própria educação pública de forte vertente Anarquista e camaradas de Corrente Libertária Marxista. Neste sentido é preciso frisar que a prática de Ocupação foi permeada pelo protagonismo dos alunos. Quanto a nós e a nossas organizações estaríamos antenados a uma voz que deveria soar do interior das organizações secundaristas. A voz dos alunos deveria ser a voz principal dessa luta.

Não demorou para a nossa escola sucumbir entre as 220 escolas ocupadas em todo o estado de São Paulo. Coube a mim e aos meus camaradas da luta dar o suporte necessário para que os alunos não fossem enquadrados em nenhum crime durante as ocupações. (De certa forma pudemos fazer nas escolas em que atuamos.) Foram inúmeras as visitas e violências policiais de todas as formas possíveis e inimagináveis. Desde a chegada de madrugada de muitas viaturas fortemente armadas, até a entrada de agentes infiltrados a fim de deslegitimar a luta dos secundaristas de nossa unidade. Pela via judicial a escola se enquadrava "na desobediência civil" e o Estado deveria dialogar a fim de salvaguardar os direitos dos alunos que estavam por ali na condição de comunidade. No interior das unidades realizando várias atividades de cunho ideológico, cultural, artístico, filosófico e social. Discutiam e realizavam as mais diferentes práticas pedagógicas em sintonia com outros coletivos de várias partes de São Paulo. Passei trinta dias no interior da unidade e pude observar nos olhos desses guerreiros uma ação inimaginada por mim em vários anos de luta.



Na oficina de Grafite os alunos dão o tom do verdadeiro sentido da ocupação: ocupamos o que é nosso. Ficaram as lembranças e os dizeres foram apagados do muro da escola. Foto do arquivo da Ocupação Wilma Flor.

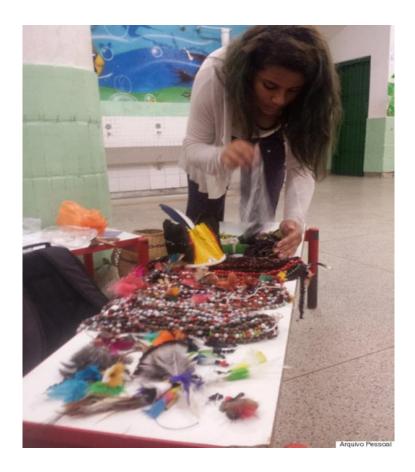
A jornalista Bianca Santana, escritora, doutoranda em Ciência da Informação pela ECA-USP, esteve a convite dos alunos lançando seu livro e descreveu suas impressões sobre as atividades realizadas no interior da escola e a política de mudança de alunos para outras regiões:

"Imagina quem mora ali pra cima, que já precisa andar 10 minutos pra chegar aqui, ter que caminhar mais 15 minutos pra levar a criança na escola?", questiona Amanda, de 16 anos, estudante do Wilma Flor. "O moço do mercadinho mesmo, ele e a esposa trabalham o dia inteiro, quem leva a filha de 7 anos é a mãe dele, que já é idosa. Como ela vai fazer? Ele não tem dinheiro pro bilhete único". Amanda passa os dias na ocupação de sua escola, que está na lista de reorganização de Alckmin."

Enfim, o que é ser professor senão por realizar uma ação de cunho revolucionário? Revelei minha origem indígena e minha forte ligação com os Movimentos Sociais. Neste sentido a prática e ação pedagógica que se deu com as ocupações das escolas surtiu efeito com a revogação do decreto do governador e queda do secretário de Educação do Estado de

São Paulo. E a EE Jardim Wilma Flor terminou com a permanência do noturno e retorno dos alunos que iriam se deslocar até 12 quilômetros de suas casas.

O artesanato indígena foi utilizado para arrecadar fundos para a Ocupação Wilma Flor, compramos pão, leite, carne entre outras coisas para suprir a necessidade dos alunos que permaneceram quase trinta dias no interior da escola. O dinheiro para o transporte público para alguns alunos participarem das reuniões do comando das ocupações formada por secundaristas.



Bianca Santana, jornalista, escritora e doutoranda em Ciência da Informação pela ECA-USP, num momento de apoio. (foto: Arquivo pessoal da jornalista)

Neste sentido a luta e prática docente em sintonia com outras inserções como a descolonização do currículo no interior das escolas, a presença indígena nas universidades, o conhecimento indígena que traz novas práticas e novas metodologias são necessárias para a formação de alunos, novos professores, coordenadores e educadores desse país.

A luta e protagonismo dos Movimentos Sociais e Indígenas na manutenção e implementação das leis com a 11.645/08 somados aos Direitos Indígenas. Trazem sempre a necessidade de discutir a construção do conhecimento.

Estou aqui na Antropologia e feliz para buscar novos caminhos para a Educação. A oralidade e o conhecimento indígenas serão muito importantes na construção de novos saberes, de novas práticas, de novos significados e novos significantes. Espero que não seja apenas na construção do conhecimento no âmbito da educação pública, mas na prática libertária frente aos problemas enfrentados pela sociedade, que se encontra hoje anestesiada.

Referências

ASSINDI. Indios na visão dos índios, Terra indígena Ywy Porã- Povo Guarani Nhandeva, Maringa: Assindi, 2007.

AZEVEDO MARQUES, M.E, DE. Apontamentos Históricos, Geograficos, Bibliograficos, Estatisticos da Provincia de São Paulo...até o ano de 1876. B. Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Edesp, 1980, v.1 e 2.

AGOSTO Indígena 2019. Direção [SI]: São Paulo: STI FFLCH USP: Universidade de São Paulo. Disponível em Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=VBaRaxxAfJA acesso 15/02/2021.

ALBUQUERQUE, M. A. S, A Intenção Pankararu (a "dança dos praiás" como tradução Intercultural na cidade de São Paulo). In: Cadernos do LEME, Campina Grande, vol. 2, nº 1, p. 2–33. jan./jun. 2010.

ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre S. O Regime Imagético Pankararu (Tradução Intercultural na Cidade de São Paulo), dissertação de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

AMBUQUERQUE, Marcos Alexandre "Os Pankararu e o Associativismo Indígena na Cidade de São Paulo", Tellus, ano 9, n. 16, p. 229-235, Campo Grande - MS jan./jun. 2009.

PREFEITURA DE SANTO ANDRE. Anuario de Santo Andre 2015, Ano Base 2014. Santo André, 2015. Disponível em http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/381435.PDF acesso 10/10/2020.

ARANHA, Aline de Oliveira. Inspirações sobre o fazer(-se) polític@ entre os Guarani-Mbya. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.8.2018.tde-19072018-141406. Acesso em: 2020-10-28.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. Exposição Cenários: As cidades do Interior de São Paulo no começo do século XXI. São Paulo. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/cenarios/index.html acesso 16/10/2020.

BANDEIRA DE MELLO, Darcy S. Entre Índios e Revoluções (Pelos sertões de São Paulo, Mato Grosso e Goiás de 1911 a 1941). São Paulo: Soma, 1982.

BARBEIRO, Glaucio Marcos. O Povo Guarani e sua Cosmovisão relacionada a Concepção de Saúde. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Especialização em Saúde Indígena. Universidade Federal de São Paulo, 2017. Acesso 03/02/2021.

- BOSI, Eclea. Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BORELI, Silvia Helena Simões, Os Kaingang no Estado de São Paulo: Constantes Históricas e Violência Delirada. In: VV.AA. Indígenas no Estado de São Paulo, Resistência e Transfiguração. São Paulo: Yancatu,1984.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. 140 p.
- _____. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de Castro. Nimuendaju e os Guarani. In: C. Nimuendaju Unkel, As Lendas da criação do mundo e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapokuva-Guarani. Trad. Charlotte Emmerich e Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- CARTAS AVULSAS 1550-1568, Cartas Jesuíticas II. Publicações da Academia Brasileira: Rio de Janeiro: Oficina Industria Gráfica, 1958.
- CASTILHO, Edimilsom Peres. (2015) A Contribuição da Habitação Popular no Processo de Acumulação Capitalista no Brasil: o caso do complexo Habitacional Cidade Tiradentes na periferia paulista (1975-1998) Dissertação (Doutorado em História Social) Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo.
- CENTRO GASPAR GARCIA: A cidade como afirmação dos direitos indígenas. [20...] São Paulo. 1 folder.
- CONSELHO DE ARTICULAÇÃO INDÍGENA, Carta dos Indígenas de São Paulo, São Paulo, Encontro de Formação abril de 2009.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO. Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil Dados de 2011, Brasília. DF.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO Indígenas e Psicologia: A Procura do Bem Viver São Paulo: CRP SP, 2016.
- CHIQUETTO, Rodrigo Valentim, "Relatório de políticas públicas São Paulo", Comissão Pró-Índio de São Paulo, São Paulo: abril de 2012

- COMISSÃO PRO-INDIO DE SÃO PAULO, Índios na Cidade de São Paulo, São Paulo: CPI-SP, 2005.
- CUNHA, Euclides da. Os Sertões Campanha de Canudos. Rio de Janeiro São Paulo: Laemmerrt & C. Livreiros Editores, 1905.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) História dos índios no Brasil Introdução a uma história indígena, p. 9-24 São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP
 - CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- RAMOS, Vanessa. CUT. Central Única dos Trabalhadores. Conferência debate vida indígena nas cidades. São Paulo, 03 Julho, 2015 Disponivel em https://www.cut.org.br/noticias/etapa-da-1-conferencia-nacional-de-politica-indigenista-debate-vida-indigena-nas-8fd9 acesso em 10.10.2020.
- DAVID, Hal Stauffer. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Indios. In: Revista de História: 1959, 73-96 n.37.- Janeiro/Março, Ano X.
- DAL' Bó, Talita Lazarin. Construindo pontes: o ingresso de estudantes indígenas na UFSCar: uma discussão sobre "cultura" e "conhecimento tradicional" / Talita Lazarin Dal' Bó. -- São Carlos: UFSCar, 2011.105 f. mimeo.
- DELEUZE, Gilles & Guatarri, Felix. Mil Platôs. Capitalismo e Esquisofrinia 2 Vol.5 (tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa, São Paulo) São Paulo: Editora 34, 2012
- HARAWAY, Donna. KUNZRU, Hari. As vertigens do pós-humano. Tomas Tadeu da Silva (Organização e Tradução) Editora Autêntica Belo Horizonte: 2000.
- MELATTI, Devair Montagner. Aspectos da organização social dos Kaingang paulistas. Kaingang paulistas Brasília: FUNAI, 1976.
- DOCUMENTO FINAL I ENEI UFSCAR/SP ANO 2013 Metas e Desafios no Caminho do Ensino Superior. 2013
- ESCRITORIO DO CIMI E DA PASTORAL INDIGENISTA: Povos Indígenas na Grande São Paulo. Cúria Arquidiocesana de São Paulo, [2007] 1 folder.
 - FOLHA DE SÃO PAULO. Folha Mundo, São Paulo, 17 abril de 2006. p. A7.
- GIL, Yasnaya Elena Aguilar. Nosotros sin México: naciones indígenas y autonomia. Mexico: nexos, 2018. Disponível http://www.cultura.nexos.com.mx/nosotros-sin-mexico-naciones-indigenas-y-autonomia/, Acesso em 03/02/2021.

- GAGLIARD, Jose Mauro. O indígena e a República. São Paulo: Hucitec; Secretaria de Estado da Cultura de S. Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
 - GOIS, Antônio. Antropólogo Índio diz que ciência permite diálogo entre as culturas.
- GHIRARDELLO, Nilson. A nova estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) em Bauru, símbolo arquitetônico e político de uma ferrovia estratégica. Universidade Estadual Paulista (Unesp), v.16, n.1, Janeiro-Junho 2020, p. 114-141.
- GRITO DOS/AS EXCLUÍDOS/AS. Vida em primeiro lugar, direitos e participação popular, São Paulo, nº 42, ano 14, dezembro de 2018. (foto de capa Indígenas na praça da Sé)
- GUARANI, Emerson & PREZIA, Benedito, A criação do mundo e outras belas histórias Indígenas. São Paulo: Formato/Saraiva, 2011.
- GUARANI, Emerson, Educação-Lei 11.645/08: Sonho ou Realidade. Os desafios para se trabalhar a temática indígena na Sala de Aula. In: A gente não quer só verdade a gente quer justiça. São Paulo: Grappa Editora, Publicação oficial da Associação Juízes para a Democracia, 2013.
- HARAWAY, Donna. Antropologia do Ciborgue: As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- IBGE Censo Demográfico 2010 Características gerais dos indígenas Resultados do universo, Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- KAIMBÉ Massacará em São Paulo. São Paulo. Direção: Mariângela Sena: Fapcom Laboratório de Comunicação e Multimidia, 2013. Disponível em Youtube https://www.youtube.com/watch?v=I97XgZfNKbQ acesso 15/02/2021.
- KAREPOVS, Dainis São Paulo: a imperial cidade e a Assembléia Legislativa Provincial / Dainis Karepovs (texto e pesquisa) 2.ed. São Paulo: Assembléia Legislativa, Divisão de Acervo Histórico, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes Trópicos. Lisboa: Martins Fontes/Portugal Ed.,1955.
- IHERING, Hermann von. Antropologia do Estado de São Paulo, Revista do Museu Paulista, Vol. VII. São Paulo, 1907.
- MATOS, Claudia Valladão de. Da palavra a imagem: Sobre o programa decorativo de Affonso Taunay para o Museu Paulista. Anais do Museu paulista. São Paulo: N.Ser V 6/7 p.123:145 (1998-1999) editado 2003.

- MACHADO, Gisele. Terra, respeito e outros direitos. Revista Apartes Revista da Câmara Municipal de São Paulo, nº 13 março-Abril de 2015.
- MAESTRI, Beatriz. RAMOS, Vanessa. Da aldeia a Periferia de São Paulo. Jornal BRASIL DE FATO, São Paulo, 19 a 25 de março de 2009. Brasil, p.4.
- MARÇAL, de Souza, vídeo; direção de Nilson Barbosa, Mapa Filmes, Rio de Janeiro, 1984, Verbo Filmes, São Paulo: 2000.
- MINISTERIO DA AGRICULTURA SPI. Serviço de Proteção ao Índio. VIANA, Tubal Fialho. CARNEIRO, R. ALISIO, Carvalho. Processo nº 2.392/49 SPI nº 550/49 06/08/1949; Processo nº 1.140/48 12/08/1948 SPI nº 550/49 I.R.4, Recife, 1949.
- MONTEIRO, John Manuel, In: Vida e Morte do Índio: São Paulo Colonial VV.AA. Indígenas no Estado de São Paulo, Resistência e Transfiguração. São Paulo: Yancatu,1984.
- MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra –Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- NIMUENDAJU, Curt. As lendas da Criação e Destruição do Mundo como Fundamentos da religião dos Apapokuva-Guarani (tradução de Charlotte Emmerich & Eduardo B. Viveiros de Castro, São Paulo) São Paulo: Hucitec/Edusp, 1987.
- NUNES. Eduardo Soares. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010.
- NUNES, Eduardo Soares. Transformações Karajá: os "antigos" e o "pessoal de hoje" no mundo dos brancos. 2016. vi, 609 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- OTTAVIANI, Edélcio. TOTORA, Silvana. Educação e Extensão universitária, Foco Vestibular, um experimento da diferença. São Paulo: Educ; Paulinas, 2010. (Col. Educação em Foco).
- PASTORAL INDIGENISTA DA ARQ. S. PAULO; CIMI- GRANDE S. PAULO. Indígenas na cidade de São Paulo: Cúria Arquidiocesana de São Paulo, 2007.
- PERRONE MOISES, Beatriz (2008a), Brasis de Levi Strauss, Revista da Biblioteca Mario de Andrade. São Paulo.
- PETRI, Kátia Cristina. XX Encontro Estadual de História O Brasil cruzando Fronteiras: A Sociedade Promotora de Imigração: A Política de subvenção para imigração em São Paulo ((1871-1894), 26 a 30 de julho Santa Maria RS.
- PIERRI, Daniel Calazans. O perecível e o imperecível: lógica do sensível e corporalidade no pensamento Guarani-Mbya. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia

- Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.8.2013.tde-06122013-122942. Acesso em: 2020-10-28.
- PIO, Andreia. MARTIM, Jaciara Para Mirim Augusto. CARLOS, Poty Poran Turiba. Ramae Tenonde Katy: *A Perspectiva do Jovem Guarani nas Aldeias do Jaraguá*. Trabalho de Conclusão de Curso de Formação Intercultural Superior, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, mimeo.
- PINHEIRO, Niminon Suzel. Vanuíre: conquista, colonização e indigenismo: oeste paulista, 1912-1967. 1999. 292 f. Tese (doutorado) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 1999. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/145478>.
- PREFEITURA DE OSASCO: 7ª Semana dos Povos Indígenas de Osasco. [2013] Osasco. 1 folder.
- PREFEITURA DE OSASCO: 10^a Semana dos Povos Indígenas de Osasco. [2016] Osasco. 1 folder.
- PREZIA, Benedito A. Entre a cruz e a espada. Os Tupi de São Paulo de Piratininga no século XVI. NEA, 2016, p.105-109.
- PREZIA, Benedito. Programa Pindorama: Um programa de Inclusão na PUC de São Paulo. Revista Mundo e Missão. São Paulo, janeiro/fevereiro, 2012, p. 14:15.
- PREZIA, Benedito, FAUCETTA, Walter. Projeto Pindorama forma Universitários Indígenas REVISTA MISSOES. A missão no plural. São Paulo, Ano XXXIV n°3. P.22:23, abril de 2007.
- PREZIA, Benedito. II Encontro de Lideranças Indígenas de São Paulo. Porantim, Brasília, novembro de 2005. ano XXVI, nº 280 Brasil, p.6.
- PREZIA, Benedito. O Colaboracionismo Kaingang: dos Conflitos intertribais à integração à Sociedade Brasileira no Século 19. In: PREZIA, Benedito; Veiga, J. et al... Kaingang: confronto cultural e identidade étnica. Piracicaba: Ed. Unimed, 1994.
- PREFEITURA DE OSASCO: 7ª Semana dos Povos Indígenas de Osasco. [2013] Osasco. folder.
- PROGRAMA PINDORAMA, Levantamento geral, São Paulo: PUC-SP, 2020, mimeo.
- RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO SÃO PAULO, PUC-SP Exercício 2008 para efeito de prestação de contas junto ao Conselho Nacional de Educação. Ministério da Justiça, 2009.

- RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização. São Paulo: Círculo do Livro por cortesia da Editora Vozes Ltda.
- SAMPAIO, Consuelo Novaes. Cartas para o Barão. (Brasil História, Guerra de Canudos, 1896-1897) São Paulo: Edusp, 2001.
- SAUDADES do Brasil. Direção Maria Maia. Fortaleza: Tv Senado,2005. (1.52.27 min). Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=PK7Hh0hZzeE acesso 15/02/2020.
 - SCHADEN, Egon. Aculturação indígena. São Paulo: Pioneira/Edusp 1969.
- SCHADEN, Egon. Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.
- SCHADEN, Egon. A Mitologia Heróica de Tribos Indígenas do Brasil: Ensaio Etnosociológico. São Paulo: Edusp, 1988.
- SILVA, Jailson de Souza. Ailton Krenak A Potência do Sujeito Coletivo, Rio de Janeiro, maio de 2018. Revista Periferias disponível em https://revistaperiferias.org/materia/a-potencia-do-sujeito-coletivo-parte-i/. Acesso 04/05/2021.
- SILVA, Fabio de Oliveira Nogueira da. Elementos de etnografia Mbyá: lideranças e grupos familiares na aldeia Tekoá Pyaú (Jaraguá São Paulo). 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/D.8.2008.tde-26052008-150345. Acesso em: 2020-10-28.
- SILVA, Fabio de Oliveira Nogueira da. Do Tekoa Pyau à nova aldeia: sujeitos em movimento na produção do espaço local. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2015.tde-15072015-125320. Acesso em: 2020-10-28
- SOUZA, Ivo. PASSERINI, Marcos. AS CARAVELAS passam. Direção, Fortaleza: Instituto Nosso Chão: Tv Mirante, 2002. (disponível: https://www.youtube.com/watch?v=HnjVsBTE1AI acesso 15/02/2021).
- SOUZA, Emerson O. Memória Guarani, História e Genealogia da Família Mboka da Reserva Indígena do Araribá. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais PUC- SP, São Paulo, 2010, mimeo.

- SANTOS, Augusto Ventura dos, TERENA, Luiz Henrique Eloy Amado, Os Terena e o Ensino Superior para Indígenas no Mato Grosso do Sul. In: VV.AA Políticas Culturais e Povos Indígenas. São Paulo: Unesp, 2016.
- SERVIÇO PUBLICO ESTADUAL Secretaria de Segurança Pública. [...] Tenente Delegado Especial. Ofício e Circular. Euclides da Cunha BA. 04/01/1949.
- SPIVAK, Gaiatri. Pode o Subalterno falar (tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa, Belo Horizonte) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TUPÃ, Marcos, Mobilização do povo Guarani M'bya pelo Tekoha. In: VV.AA. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO Indígenas e Psicologia: A Procura do Bem Viver São Paulo: CRP SP, 2016.
- TUPÃ, Marcos. Monumento à resistência do povo guarani. Brasil, 2013. Disponível em https://www.ecodebate.com.br/2013/10/09/monumento-a-resistencia-do-povo-guarani-artigo-de-marcos-dos-santos-tupa/, acesso 03/02/2021.
- WAGNER, Roy. A Invenção da Cultura. (tradução Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales, São Paulo) São Paulo: Ubu Editora, 2007.
- WELPER, Elena. BARBOSA, Pablo. Nimuendaju e os Indios do Sul do Brasil. Tellus iconografia. Ano 13, n.24. p.385-407, Jan./Jun/2013. Campo Grande, MS.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Visconde de Porto Seguro. História Geral do Brazil: Antes de sua separação e independência de Portugal. 2. Ed. Rio de Janeiro.
- VERAS, Maura Pardini Bicudo. Divercidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo. São Paulo: Educ, 2003.
- VEIGA, Juracilda; D'ANGELIS, Wilmar R. Curt Nimuendaju e o texto sagrado Inypyrū. In: Juracilda Veiga; Wilmar R. D'Angelis; Ivana Pereira Ivo. (Org.). Inypyrū: narrativa sagrada da criação do mundo.
- VIDEO CULTURA. A Universidade também é nossa aldeia. Caminhos e parcerias. Produção de Neide Duarte: Tv Cultura, 2003.
- VIII RETOMADA indígena. Direção [S.I]: São Paulo. Rede PUC-SP, 2015. Disponível em Youtube https://www.youtube.com/watch?v=PJfXu6RbVLI acesso 15/02/2021.

ANEXOS

Retomada Indígena na PUC-SP

Retomada Indígena I – 2008. Encruzilhadas e Conflitos

Em 2008 iniciamos o evento Retomada indígena, era realmente um desafio para os povos indígenas na universidade. Era preciso alavancar um debate sério que pudesse chegar aos demais locais. A PUC-SP até então possui na Rua Monte Alegre o chamado prédio velho, com qual é chamado por todos de Prédio das Ciências Sociais, um local de encontro é o Pátio da Cruz. Era neste prédio que concentrávamos nossos encontros logo no início da proposta de eventos. Ainda me lembro das primeiras reuniões nas salas próximas dos professores. Atravessar o corredor principal para mim era uma questão de honra, descer aquelas escadas. Me sentia como se estivesse entrando pela porta principal, a porta da frente da universidade. Por este local fiquei durante toda a minha graduação (4 anos) e era raro entrar por outros locais. Não que eu não fizesse o caminho e entrada por outros locais da universidade, mas para mim tinha que entrar por ali. Sendo assim criei o hábito de permanecer sempre próximo a sala dos professores. Aquele piso listrado e liso, aquele prédio de certa forma rústico e a cruz próxima eram sinal da minha presença. Sendo assim antes de lançarmos a primeira edição do evento encontramos com apoiadores e criamos a princípio um nome que fosse voltado para a luta dos povos indígenas. O nome Retomada indígena não surgiu por acaso. Foi bem sugerido por Sassá Tupinambá e acolhido por mim e Bruno Simões. A Retomada indígena na PUC-SP seria um evento para fomentar principalmente a presença das problemáticas questões indígenas em todo Brasil. O formato dos eventos seguiria uma linha de eventos que tinham como base retomar espaços da universidade que fortalecessem a presença da espiritualidade indígena. Sendo assim era preciso buscar sempre parceiros que pudessem além de divulgar o evento formar uma discussão que atravessasse os portões da universidade. Que isso fosse local de construir conhecimento, sobretudo mostrar para a universidade a grandiosidade da presença indígena nestes locais. Confesso que nem sabia ao certo o que seria de fato o fim desta proposta. Hoje talvez não saiba o tamanho a grandiosidade e a proporção que ela tomou enquanto presença indígena nestes locais. Quero ressaltar aqui que desde a primeira edição tivemos o apoio do Museu da Cultura da PUC, sob a coordenação da profa. Dorotéia V. Passeti e de seu grupo de trabalho Aila, Wander e Sofia. Foi com a professora Dodi que tive meu primeiro contato com a obra de Claude Levi Strauss. Fiquei encantado com sua história. Anos mais tarde no centenário de Strauss na PUC-SP, pude compreender a dimensão de sua obra e a dimensão da Antropologia para o que me propunha fazer. A generosidade de Aila e Sofia encantava-me sempre dispostas a nos ajudar nos eventos. Os contatos com a TV-PUC entre outras questões burocráticas que envolviam toda a administração do evento. O que seria de nós sem o apoio dessas pessoas que incorporam a coletividade das populações ameríndias. Minha eterna gratidão. Mais grato foi perceber que a nossa primeira edição trazia uma exposição de objetos indígenas. Era a primeira vez que o Pindorama se colocava numa exposição daquela qualidade, tão bem estruturada e pensada em detalhes por Dodi, Aila e Sofia. Quanto ao Wander os mesmos problemas a nos ajudar e a organização dos cartazes, da arte indígena a arte da divulgação. Foi através de Doroteia V. Passeti, Aila, Wander e Sofia que podíamos circular livremente pelo aparato burocrático dos locais de uso. Os vários locais de uso como auditórios, locais de cines debates eram contatados por esta equipe que abrilhantou mais ainda nossos eventos com muitos debates e exposições. O primeiro evento possui como proposta, utilizar ao máximo possível os espaços do Prédio Velho e Prédio novo, a prainha, os auditórios próximos a biblioteca, entre outros locais.

Era preciso ter esse apoio inicial e posso dizer que o Museu da Cultura da PUC-SP foi terreno de muitos cantos, de muitas danças, de muitas discussões. Refletir os vídeos nas paredes eram sempre um momento de muitas reflexões e falas inflamadas. Quantas vezes me vi sob o microfone, fazendo a abertura do evento. E o apoio do professor Benedito Prezia, coordenador do Programa Pindorama e do Núcleo de Estudos de Etnologia Indígena do Departamento de Antropologia da PUC-SP, principalmente minha orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso, profa. Lucia Helena Rangel e Rinaldo Arruda, ambos da Antropologia.

Nosso primeiro evento, **Encruzilhadas e Conflitos** foi realmente refletir em qual encruzilhada os indígenas estavam e quais conflitos estavam diante dessa presença. Tudo era muito novo e abrir essa discussão não era tarefa fácil. Não conhecia a história de Marçal de Souza, o documentário marcava os 25 anos de assassinato daquele que foi um dos maiores símbolos de luta dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul, desta forma o dia 24/08/2008 iniciamos o evento Retomada indígena. Começamos às 19:00 acompanhado do lançamento do website do programa. Após a abertura da mesa o coordenador do Programa Pindorama nos trouxe a história de Marçal de Souza. E a questão jurídica que envolvia o processo de Marçal de Souza foi exposto pela Dra. Michael Nolan, Advogada criminalista.

O Prof. Rinaldo Arruda, professor de Antropologia nos trazia todo um panorama das principais questões que envolviam as lutas dos povos indígenas do Brasil. E a estudante de Direito Rejane Silva, Pankararu do Programa Pindorama, buscava contar e fortalecer um pouco de sua trajetória enquanto indígena da etnia Pankararu de São Paulo. Por fim a presença de Pedro Macena que trazia as últimas notícias sobre a questão que envolvia os Guarani Mbya do Jaraguá – com os impasses da demarcação de terras em São Paulo. Foi a primeira vez que o auditório da PUC-SP recebeu um evento deste tipo organizado pelo Pindorama. Prédio novo, com os parceiros NEMA PUC-SP, Museu da Cultura – PUC-SP e apoiadores Pastoral Indigenista, Cimi Grande São Paulo, Editora Expressão Popular, Grupo Geminal, Terra Tomada (USP).

O dia que antecedeu a abertura inicial marcou na frente da prainha da PUC-SP e aos fundos da biblioteca, a venda de artesanatos das etnias de São Paulo, desde que encaminhei a primeira proposta expus a necessidade da venda da arte e artesanato das etnias não só do programa. Mas de todas as etnias de São Paulo e grande São Paulo. E foi assim que entre os dias 23 a 26 de setembro de 2008 que retomamos mais um espaço importante para a presença indígena.

Dois eventos iniciados e faltavam o lançamento da "Exposição de objetos dos povos indígenas em São Paulo", no Museu da PUC-SP, o subsolo do Prédio Velho iria receber a arte indígena das etnias Guarani Mbya, Guarani Nhandeva, Pankararu, Pankararé, Fulni-ô, Pataxó e Terena com início em 25 de setembro a 03 de outubro de 2008. O dia 25 de setembro marcaria também o primeiro evento com debates do Pindorama. A projeção na parede do documentário "A universidade também é nossa aldeia — Projeto Pindorama (Neide Duarte/TV Cultura).

Ainda havia um quarto evento que iria trazer uma outra questão. Uma "Mostra de filmes indígenas com início no dia 29 de setembro e fim no dia 03 de outubro. O Espaço Cultural Santander (térreo, ao lado da biblioteca) 29/9 – 2ª f. - 19:00 – As caravelas passam (Povos indígenas no Ceará e a questão dos povos indígenas "resistentes". Instituto Nosso Chão, Fortaleza).19:30 – O relógio e a bomba (Conflito de Porto Seguro, por ocasião dos 500 anos de Brasil. Cirineu Kuhn, Verbo Filmes, São Paulo). 30/9 – 3ª f.19:00 – Marçal de Souza (Trajetória e assassinato de Marçal Guarani, ocorrido a 25.11.1983. Nilson Barbosa, Mapa Filmes, Rio de Janeiro/ Verbo Filmes, São Paulo).19:30 – Xicão Xukuru (Trajetória e assassinato de Xicão, ocorrido a 20 de maio de 1998. Cimi/TV Viva, C. Luiz Freire, Recife). 1/10 – 4ª f. 19:00 – Raiz Pankararu (Migração Pankararu para São Paulo. Edcarlos Pankararu/Proj. Pindorama/Oficinas

Kinoforum, São Paulo); Na visão dos Pankararu (Vida dos Pankararu na favela do Real Parque. Jovens Pankararu/Oficinas Kinoforum, São Paulo). 19:30 – Tetã Guaxu – Cidade Grande (As muitas faces dos Guarani de São Paulo. Alunos de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo). 2/10 – 5ª f. -19:00 – Do rio São Francisco ao rio Pinheiros (A trajetória Pankararu de Pernambuco à cidade de São Paulo. Paula Morgado/USP, São Paulo) 3/10 – 6ª f. 19:00 – Avaeté, semente de vingança (A trajetória de um jovem, sobrevivente do chamado massacre do Paralelo 11, em Rondônia, que tenta vingar seus agressores. Zelito Viana, Embra filmes, Rio de Janeiro. Medalha de Prata no Festival de Moscou, 1985).

Esse nosso evento marcava um novo momento para o programa. E foi crucial e a participação da comissão de organização. O Retomada indígena trazia debates, rodas de conversa, projeção de filmes, exposição da arte indígena e venda de artesanato. Fazia circular entre os indígenas outros olhares e formação, pois assim como eu, o objetivo era discutir entre os não indígenas essas questões tão pesadas da presença indígena. Sobretudo se tratava de indígenas que viviam na cidade de São Paulo e grande São Paulo. Os ditos indígenas de contexto Urbano.

Circulava pela TVPUC a abertura de nosso evento. Vários televisores davam o tom das notícias pelo campus e me via naquelas imagens. Tinha a certeza de que iriamos enfim ter mais visibilidade.

Ao vídeo da TVPUC a chamada: "São cerca de 40 indígenas que recebem bolsas para estudar na PUC. Entre os cursos procurados estão Pedagogia e Ciências Sociais que dão bases acadêmicas para a contribuição do índio na sua comunidade". Benedito Prezia dizia: "O que a gente acha é que esse projeto não é só a sala de aulas, mas a convivência junto com eles". Minhas falas davam o seguinte tom: Com o objetivo de voltar as suas comunidades de origem e estar atuando nas estruturas de governo. E completava a chamada espalhada pelas tv da PUC "A gente acaba contribuindo nas aulas, trazendo um pouco de nossa cultura, de nossa mitologia, dentro de nossas raízes, na linguagem, nos idiomas". Ao fundo da tv durante as falas imagens da exposição abrilhantavam o evento.

Retomada indígena II- 2009. Da Aldeia à Cidade.

O ano seguinte foi um grande desafio para mim fiz a coordenação do evento com uma equipe. Continuávamos com a parceria do Museu da Cultura, a equipe sempre em detalhes dava o tom das peças expostas. O Segundo Retomada indígena com o nome "Da aldeia à Cidade" trazia a exposição "Fotos & Trançados" com a seguinte relação de itens tapete Fulni-ô, cestas Kaingang, penca de vassouras Fulni-ô, Pankararé e Pankararu. Fotos 1 – membros da comunidade Atikum (PE) com a imagem de Antônia da Silva, do povo Atikum (PE), créditos fotos: Diego Pelizzari. Fotos 2 no mesmo painel – Ireni Xarin Kaingang (SP) em cima. E Lideranças Terena (MS) em baixo. Creditos da imagem de Carlos Penteado. Fotos 3 – Em cima Bino (Pankararu), Yaporã e Kaihá (kariri Xoco) dançando o toré em encontro indígena em 2004. Em baixo Josimar G. de Lima, Potiguara (esq.) e liderança Pankararu (dir.). I Encontro de Lideranças Indígenas em São Paulo, fotos: Carlos Penteado. Fotos 4- (em cima) estudante Pankararu, Programa Pindorama – PUC-SP, 2004, foto: Maria Campos (em baixo) Katia Pereira (Guarani Mbya) e Cleide Martins na formatura da 1º turma do Programa Pindorama 2006, Foto: Ronaldo Franco; Fotos 5 (em cima) Prefo. Marisa Penna e Emerson Souza (Guarani Nhandeva), Programa Pindorama, 2007 em baixo Marcilio Silva (Atikum) no II Encontro de Universitários Indígenas, Brasília, 2006, fotos: Benedito Prezia; Fotos 6- (E) Yaporã, kariri-Xoco (AL), em comemoração aos 450 anos de São Paulo. Foto: Benedito Prezia (D) Paulo de Jesus, Kaimbé (BA), em Encontro dos Kaimbé em Ferraz de Vasconcelos, foto: Vanessa Ramos; Fotos 7 (E) Avani de Oliveira, Fulni-ô (PE) em Festa dos Pankararu, no Real Parque, 2005, foto: Diego Pelizzari (D) Marlene F. dos Santos, Fulni-ô (PE), em festa dos Pankararu, no Real Parque, 2005, foto: Diego Pelizzari, em cima Saia Wassu Cocal, em baixo: Saia, Pankararé, saiote com adorno de cabeça Fulni-ô. Vitrina A- Cestaria Guarani, B- Bolsa e tiara Fulni-ô e C- cocar Pankararé; Fotos 8- adolescentes Wassu Cocal (AL), em Guarulhos, foto: Alan da Silva; Fotos 9- Diva Wassu Cocal (AL) em evento em Guarulhos (em baixo) mulheres Wassu Cocal, fotos: Alan da Silva; Fotos 10 (placa superior) Toré Pankararé (BA) – II Encontro dos Pankararé em Osasco, 19 de Abril de 2009 (D) adolescentes Pankararé, fotos: Adelma P. Feitosa Ribeiro; Rede Tradicional feita por regionais do norte da Bahia; Vitrina (D) cestas Guarani, (E) bolsas Pankararé; Conjunto com 3 miniaturas Praiá Pankararu; Fotos 11(E) favela do Real parque, com edifícios onde mora parte da comunidade Pankararu (D) Bino Pankararu (PE), tocando o pio feito com rabo de tatu, fotos: Diego Pelizzari; Fotos 12- Crianças do Real Parque, em frente a antiga sede da Ação Cultural Pankararu. (em baixo) crianças Pankararu, em festa indígena no Real parque, 2005, fotos: Diego Pelizzari; Fotos 13- (em cima) adolescentes Pankararu, em festa indígena no Real Parque, 2005 (em baixo) meninas Pankararu, em festa indígena no Real Parque, 2005, fotos: Diego Pelizzari e Penca de bolsas (todas as etnias).

A exposição demonstrara a riqueza da arte indígena, mas um detalhe talvez traga as questões necessárias para se pensar a presença nas cidades. Quase a totalidade das peças expostas traziam a realidade dos povos indígenas da cidade. São etnias que porventura constroem o hoje e a realidade de nossos tempos. Eu mesmo como parte de tudo isso, muitas vezes me fiz surpreender com tais presenças e tais envolvimentos tão constantes com suas comunidades. É como se por aqui fosse o quintal da aldeia. O local da passagem e da presença necessária. Era uma espécie de demarcação do território indígena seja lá por onde quer que esteja. A exposição dava o tom do cartaz exposto e divulgado por toda a PUC-SP e distribuído nas grandes cidades. Uma imagem de um indígena da etnia Kariri-Xoco no centro de São Paulo. Traziam as questões tão presentes na vida dessas pessoas. O que é ser indígena?



Pelo segundo ano uma nova série de questionamentos por parte da segurança e de funcionários na montagem das barracas de artesanato ao lado do auditório do Banco Santander e que ia de frente a prainha. Mas um fato talvez tenha alterado essa presença. A presença dos Guarani Mbya do Jaraguá e a venda de artesanato. Como é de costume na cultura guarani é a presença das crianças juntamente com seus pais. Circulavam por toda a PUC-SP e um incomodo surgia para a direção. Essas crianças se alimentaram? Tem como pagar a refeição seus responsáveis. Estão com quem? E diante das dúvidas causadas houve então a ação de se fornecer alimentação aos indígenas que estivessem nas barracas de artesanato. Isso se estendeu a todas as etnias e aos poucos íamos construindo espaços de sociabilidade entre a comunidade

acadêmica e indígenas. A venda de artesanatos de 21 a 25/09/2009 a partir das 14:00 horas e se estendia até as 22:00 da noite.



Foi ano diferente do ponto de vista da organização. Eu coordenava o evento, mas minha participação não era única. Se posso dizer que pretendíamos chegar em algum lugar. Talvez seja o de que os objetivos eram de que houvesse neste processo um percurso recíproco, para que os indígenas do Pindorama não fossem apenas receptores dos conhecimentos da cultura ocidental, mas que pudessem oferecer elementos e reflexões sobre suas culturas. E como disse foi criado um núcleo de apoio com graduandos do programa que eram Josimar Gomes de lima da etnia Potiguara, Adonias Neri da etnia Pankararu. Com a continuidade do Museu da Cultura da PUC-SP, Benedito Prezia representando a Pastoral Indigenista, Prof. Dorothea V. Passeti, Professora Lucia Helena Rangel, Prof Rinaldo de Arruda e Prof Carmem Junqueira ambos do Departamento de Antropologia da PUC-SP da Faculdade de Ciências Sociais.

Então antes da abertura da exposição no dia 21/09/2009 no Museu da cultura uma chuva deu as boas-vindas ao evento. E foi transferido a abertura no saguão do térreo sob o som do Maracá de Dona Diva Wassu Cocal que soou aos fundos do Departamento de Ciências Sociais, ao longe em salas distantes se ouviam "Sobe o pé do cruzeiro Jurema. Eu canto de Maracá na mão". A abertura inicial se dava mais uma vez e a abertura da exposição e boas-vindas aos discentes e docentes estava dada. O Museu abriu suas portas das 14:00 as 19 horas e na segunda feira das 10:00 as 19:00 horas para atender aluno da manhã. Encerrou-se as apresentações, abertura do evento e exposição. Iniciava a sessão de filmes e debates. Então no auditório da biblioteca apresentávamos o curta "Para todo Mundo ficar sabendo" (dos xavantes da aldeia abelhinha). O filme foi concebido por Hiparandi Top Tiro, jovem xavante que foi aluno do Programa Pindorama no início, um dos idealizadores do Programa. Seguido de debate de Carmem Junqueira, Antropóloga. O dia 22/09/2009 no auditório da biblioteca mais uma projeção com o longa metragem Encantadora de Baleias, com comentário de Edson caiapó, até então doutorando em Educação. É um filme que trata da problemática do povo Maori, vivendo em meio urbano na Nova Zelândia. Buscando ao seu fim um retorno às culturas ancestrais. Edson Kaiapó deu o tom da discussão fomentando essa questão de um retorno às raízes a partir da vida dos indígenas do Brasil. O dia 23/09/2009 no mesmo local com o longa Terra Vermelha, que trazia a questão dolorosa da perda de territórios Guarani no Mato Grosso do Sul e como o povo Guarani buscava saídas, ultrapassando limites impostos pelos fazendeiros da região. Também tratava de uma questão que é uma das mais atuais que é o suicídio indígena nas aldeias dos Guarani Kaiowa. Seguido de debate de Jaciara Martim - Guarani Mbya- ex-aluna do Programa Pindorama. Jaciara fez a ligação necessária da realidade do Guarani do Mato Grosso do Sul com os indígenas Guarani Mbya de São Paulo. Complementei as questões com a minha discussão acerca dos povos guarani do centro-oeste e da capital de São Paulo. O dia 24/09/2009 no auditório a projeção do curta Raiz Pankararu, produxzido por Ed carlos Pankararu e ex-aluno do Pindorama, narrando e descrevendo em detalhes a montagem e elaboração do curta além de sua vivência na favela do Real Parque. Após o filme o início de uma mesa com a temática "O indígena na cidade", com a participação de maria das Dores P. do Prado – Pankararu, ex aluna do programa Pindorama comentando o processo migratório dos Pankararu para São Paulo a partir do seu trabalho de iniciação cientifica feito na ocasião de sua formação com mais três alunos do Pindorama. Alem da presença no debate de Antônio de Mendonça, liderança do povo Xucuru de Ororuba e pai de dois alunos do programa; e Prof Lucia Helena Rangel, Antropóloga, vice coordenadora da faculdade de Ciências Sociais e coordenadora do programa Pindorama da PUC-SP. Foi a primeira vez que vi o auditório lotado, pessoas pelos chão e tudo girava em torno

do processo de migração e o envolvimento dos movimentos sociais urbanos. E enfim na sexta feira dia 25/09/2009 no Museu da Cultura o encerramento do evento. A projeção do curta "Pankararé" povo do sertão (TV Cultura), com comentários de Renato Pankararú, liderança de São Paulo. E comentários do Antropólogo Rinaldo Arruda, professor da faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP. Foi um dia de muitas presenças e da participação de alunos do Serviço Social e das Ciências Sociais, ambos buscavam entender essa nova realidade, que são os indígenas do Nordeste, discutindo as questões que envolviam terras indígenas. Ainda houve a presença de Sarlene Soares, indígena Macuxi, em processo de entrada no Mestrado da PUC-SP.

Foi uma semana intensa e minha ida e vindas para a Pontifícia, fiz a coordenação a semana toda e de todos os filmes e enfim se encerrava novamente o evento com a toré e a participação de todas as etnias do evento. Mais uma vez a PUC via ecoar o som do Maracá de uma dança interétnica.

Foi um mês de muitos arranjos e não poderia terminar melhor. A TV-PUC-SP esteve no local e apresentou o seguinte mini-doumentário sobre o programa Pindorama. Assinando a reportagem, Maira Marques – Formatura Projeto Pindorama 2009.

Maira Marques – O programa Pindorama forma sua segunda turma, reunidos no TUCA, professores e alunos celebram a abertura do espaço universitário aos indígenas.

Enima Krenak – Sou do sétimo ano do projeto, faço parte da terceira turma que entrou. E hoje se formam doze pessoas de três etnias diferentes. E continua: Todos estão aqui comprometidas com a sua comunidade e eu tenho certeza de que vão contribuir muito com um futuro melhor para todos.

Ivanilde Funai – *Pankararu*, guarani a Krenac.

Maira Marques: O programa é uma parceria da PUC-SP com a Pastoral Indigenista da arquidiocese de São Paulo e a Associação Indígena SOS Pankararu que disponibiliza bolsas universitárias para a população indígena, promovendo uma maior inserção do indígena na sociedade.

Professora da PUC- Primeiro que é, eles conseguem, fazer uma integração na sociedade através da universidade. Começam a ser reconhecidos como membros da sociedade. E aí, eles vão tendo sua identidade mais solidificada, começou a participar, trabalhar e tem uma ascensão social.

Retomada indígena III -2010. Povos Indígenas Frente a Sociedade Brasileira hoje.

20/9 – 2ª feira – Abertura da semana

18,30h. Dança de um grupo indígena na rampa do prédio novo da PUC (entrada Rua Ministro Godoi).

19h. Exposição no Museu da Cultura (PUC-SP) — O olhar indígena sobre a cidade e a aldeia (fotos de indígenas que vivem em São Paulo), e mostra de instrumentos de caça, guerra e pesca de várias etnias do Brasil. (Duração da exposição: de 20/9 a 8/10, das 10h às 19h, exceto em finais de semana).

19,15 h. Mesa redonda 1: Povos indígenas frente à sociedade brasileira hoje. Debatedores: Prof. Rinaldo Arruda (antropólogo da PUC-SP), Cristiano Navarro (jornalista do semanário Brasil de Fato) e Prof. Sílvio Mieli (Prof. da Faculdade de Jornalismo da PUC-SP).

$21/9 - 3^{a}$ feira

19,15h. Mesa redonda 2: Os indígenas Guarani Kaiowá do MS. Projeção do curta À beira da estrada (do documentário La lotta e la speranza – Luci nel Mondo/Cimi). Debatedores: Valdelice Veron (filha do cacique Marcos Veron) e liderança Guarani Kaiowá do MS, e Dra. Maria Luiza Grabner (Procuradora do Ministério Público Federal- PR/SP).

$22/9 - 4^{a}$ feira

19,15h. Mesa redonda 3: Lideranças indígenas: Jerry Matalawê (liderança Pataxó e membro da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia); Timóteo Popyguá (liderança Guarani da aldeia Tenondé Porã-São Paulo) e Maria Cícera de Oliveira (povo Pankararu e da coordenação do Programa Pindorama, PUC-SP) Local: Museu da Cultura – PUC-SP.

$23/9 - 5^a$ feira

19,15h. Mesa redonda 4: A questão indígena e os movimentos sociais: Edson Kayapó (doutorando da PUC-SP e coordenador dos Ceci da Prefeitura de São Paulo); Israel Sassá

Tupinambá (membro do Tribunal Popular e da Org. Popular Aymberê), Regina Lúcia dos Santos (geógrafa e membro do Movimento Negro Unificado-MNU) e Gilmar Mauro (coordenação nacional do MST).

$24/9 - 6^{a}$ feira

19,15h. Lançamento do Relatório de Violência de 2009–CIMI, com comentários da Profa. Lúcia Helena Rangel, PUC-SP (organizadora do trabalho), Sarlene Soares Makuxi (mestranda PUC-SP, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol) e Bruno Martins (graduando da Faculdade de Direito da USP).

Encerramento: reza indígena e toré com os povos presentes (Wassu Cocal, Fulni-ô, Pankararé, Pankararu)



Retomada indígena IV-2011. Povos Indígenas e o Estado Brasileiro.

20/9 – 2ª feira – Abertura da semana

18,30h. Dança de um grupo indígena na rampa do prédio novo da PUC (entrada Rua Ministro Godoi).

19h. Exposição no Museu da Cultura (PUC-SP) — O olhar indígena sobre a cidade e a aldeia (fotos de indígenas que vivem em São Paulo), e mostra de instrumentos de caça, guerra e pesca de várias etnias do Brasil. (Duração da exposição: de 20/9 a 8/10, das 10h às 19h, exceto em finais de semana).

19,15 h. Mesa redonda 1: Povos indígenas frente à sociedade brasileira hoje. Debatedores: Prof. Rinaldo Arruda (antropólogo da PUC-SP), Cristiano Navarro (jornalista do semanário Brasil de Fato) e Prof. Sílvio Mieli (Prof. da Faculdade de Jornalismo da PUC-SP).

$21/9 - 3^{a}$ feira

19,15h. Mesa redonda 2: Os indígenas Guarani Kaiowá do MS. Projeção do curta À beira da estrada (do documentário La lotta e la speranza – Luci nel Mondo/Cimi). Debatedores: Valdelice Veron (filha do cacique Marcos Veron) e liderança Guarani Kaiowá do MS, e Dra. Maria Luiza Grabner (Procuradora do Ministério Público Federal- PR/SP).

$22/9 - 4^{a}$ feira

19,15h. Mesa redonda 3: Lideranças indígenas: Jerry Matalawê (liderança Pataxó e membro da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia); Timóteo Popyguá (liderança Guarani da aldeia Tenondé Porã-São Paulo) e Maria Cícera de Oliveira (povo Pankararu e da coordenação do Programa Pindorama, PUC-SP) Local: Museu da Cultura – PUC-SP.



Retomada Indígena V – 2012. Pindorama 10 anos de Inclusão

24/9 – 2ª. feira - 18:45h - Abertura: Dança do Toré (rampa do prédio novo)

19h - **Museu da Cultura** - Mesa redonda: Resgatando as lutas pela causa indígena na PUC-SP. Carmen Junqueira e Rinaldo Arruda (Depto. Antropologia).

 $25/9 - 3^{a}$. feira

19h – **Museu da Cultura** - Mesa redonda: PUC-SP x Programa Pindorama: um diálogo difícil? Marli Pitarello (Depto. Fundamentos do Serviço Social); Marisa Penna (Depto. Psicodinâmica); Aila Villela Bolzan (mestranda de Ciências Sociais PUC-SP) e Sabrina A. de Paula (graduanda de História – PUC-SP).

 $26/9 - 4^{a}$. feira

10h – **Museu da Cultura** - Mesa redonda: A questão indígena no ensino fundamental e médio. Moderadora: Maria Stela Graciani (Depto. Fundamentos da Educação), Sílvia Alves Mariano (Ensino Fundamental I da E.E.Eunice Lauriano, Ermelino Matarezzo-SP) e Elena Gomes da Silva Pankararu (Coordenadora do Ensino Infantil e ex-aluna do Pindorama).

19h – **Museu da Cultura** – Guarani-Kaiowá: um genocídio anunciado. Projeção do vídeo Terra Tomada. Mesa Redonda: Lúcia Helena Rangel (Depto. Antropologia), Maria

Luiza Grabner, Ministério Público Federal e Paulo Maldos, Assessor para assuntos indígenas da Secretaria Geral da Presidência da República.

 $27/9 - 5^{a}$. feira

19h – Museu **da Cultura** - Mesa redonda: Escritores indígenas hoje. Daniel Mundurucu, autor de Histórias de Índio e outros livros, Emerson de O. Souza (graduado em Ciências Sociais/Pindorama) e Benedito Prezia, autores de A criação do mundo e outras belas histórias indígenas e Dorothea V. Passetti (Depto. Antropologia). Com lançamento desse último livro.

Fiz o lançamento de meu livro em parceria com o Professor Benedito Prezia em 2012. na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Recebemos o escritor Daniel Mnduruku que durante entre outras coisas trazia experiencia sobre a produção literária indígena. Assim como em anos anteriores a Rede-PUC fez parte do evento e disponibilizou em seu canal do YouTube o evento. Daniel Munduruku assim destacou a importância da literatura indígena:

"Se antes havia pessoas que falavam em nome de indígenas que diziam que contavam suas histórias, hoje os próprios indígenas estão fazendo isso. Dominando essa técnica que é a escrita. E através dela buscando contar sua história, falar seu ponto de vista, recontando muito de seus mitos, atualizando sua memória e isso tudo tem acontecido de forma muito gratificante. Porque tudo têm sido absorvidos pela sociedade brasileira."

Benedito Prezia:

"É uma forma de mostrar as cultas indígenas e seu lado literário, político, de sabedoria e também de espiritualidade. Muitas vezes em que se fala de cultura dos povos indígenas, pensasse mais em mitos e histórias. Então a gente quis fazer esse outro resgate, mostrando essa dimensão política e sapiencial."

Daniel Munduruku:

Os indígenas fazem parte desse país, em que estão dominando várias técnicas, para poder mostrar quem são, para poder mostrar como vivem. E assim dizer que estamos aqui para ficar. E que agora nós também queremos fazer dessa sociedade. De uma forma que a gente possa fortalecer a nossa identidade étnica, reforçando a própria identidade do Brasil.

 $28/9 - 6^a$. feira

19h. Sala 100 – Encerramento das comemorações dos 10 anos do Programa Pindorama

Mesa: Magnífico Reitor Dirceu de Mello; Hélio Deliberador (Pró-reitor de Cultura e Relações Comunitárias); Miguel Perosa (coordenação do Programa Pindorama), representante do Colégio Santa Cruz, representante do Cursinho Foco, representante do Cursinho da Poli; lideranças indígenas: cacique da aldeia guarani Tekoá Pyaú, Maria das Dores P. do Prado (presidente da Associação SOS Pankararu), Josimar Gomes de Lima (representante Potiguara), Sandra da Silva Cruz (Fulni-ô).

Realização Programa Pindorama e Museu da Cultura PUC-SP, Apoio: Cimi Sul-Equipe Grande São Paulo, Pastoral Indigenista, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

MUSEU DA CULTURA

24/9 - 28/9 das 11h às 19h

01/10 - 19/10 das 11h às 13h e das 14h às 19h

Exposição: Crianças indígenas e escola (desenhos e brinquedos infantis). Mostra de livros de autores indígenas, livros paradidáticos sobre a questão indígena, CD de música e DVD de curtas com a temática indígena direcionado às escolas. Saguão de entrada da PUC Venda de artesanato indígena (de 26/9, 2ª. a 28/9, 6ª. Feira, das 17,30 às 21,30h), assumido pelas comunidades indígenas de São Paulo e Grande São Paulo.







Retomada indígena VII -2014. Exilados na Própria Terra

- **Dia 14 3^a. feira: 19h.** Abertura: Pátio do Museu da Cultura (ou sala 100, caso o tempo esteja desfavorável) Projeção de curta metragem sobre Guarani em São Paulo. Mesa redonda: A luta pela terra guarani em São Paulo. Debatedores: Liderança Guarani Mbyá (aldeia do Jaraguá); Lucas Keese (CTI); Cristina Alves (Funai-SP).
- **Dia 15 4a. feira 19h. (sala 100)** O desafio da implantação da lei 11.645 no ensino brasileiro. Debatedores: Prof. Emerson de Oliveira Souza (Guarani Nhandeva); Prof. Danilo Guimarães (Psicologia Cultural-USP); Profa. Maria Stela S. Graciani (Pedagogia PUC-SP); Profa. Adriana Pereira Damiati (rede municipal de Osasco).
- **Dia 16 5^a. feira 9,30h** (sala 100) Roda de conversa com representantes indígenas sobre suas culturas. Leo (Kaxinawá AC); Bruno Tserebutuwê (Xavante-MT) e Wesley dos Anjos (Pankararu PE).
- **5ª. feira** (**sala 100**) **19h**. A questão étnico-racial nas universidades paulistas. Debatedores: Profa. Dora Shellard Correa (curso de História, Unifieo-Osasco); Isabel Harari (Fac.Jornalismo PUC-SP; Bergman de Paula Pereira (Kilombagem/PUC-SP).
- **Dia 17 6ª. feira** (sala 100) 19h. Programa Pindorama: 13 anos de desafios. Devolutiva do Programa: Video sobre o Pindorama (Rede PUC). Depoimentos de ex-alunos: Jurandir Ferreira Neto (médico Pankararu formado em Cuba) e Mirelle Fernandes (Xukuru -

melhor TCC do curso Administração). Homenagem aos parceiros do Programa e aos formandos de 2013.

Dia 18 – sábado – (sala 100) - 14h. Exilados na própria terra: avanços e desafios da moradia para indígenas que não vivem em aldeia. Homenagem às lutadoras que nos deixaram: Maria Aurenice de Sá, vice-presidente da SOS Pankararu e ex-aluna, e Ir. Beatriz Maestri, excoordenadora Cimi-SP. Video: Índios na cidade (CPI-SP e Centro Gaspar Garcia). Debate com lideranças indígenas: Novo Plano Diretor de São Paulo (Luciana Bedeschi - C. Gaspar Garcia); Máximo da Silva (liderança Wasu-Cocal): A moradia indígena em Guarulhos; Selma Lenice Gomes (Associação SOS Pankararu): A nova moradia na favela do Real Parque; Elena Gomes (presidente a Assoc. Pankararu da Zona Leste): O conjunto habitacional dos Pankararu da Zona Leste.



Retomada indígena VIII- 2015 – Povos Originários Lutando por seus Direitos



O oitavo retomado recebeu o lançamento do relatório de violência contra os povos indígenas. Diante das questões que envolviam a luta por direitos indígenas. Assim descreveu a Antropóloga Lucia Helena Rangel sobre a situação dos povos indígenas no MS:

"Acho que para falar do tema, da questão da terra, da violência e contra os povos indígenas, ninguém melhor do que os próprios indígenas que estão passando por esses problemas bem localizados. Todo ano a gente publica esse relatório de violência contra os povos indígenas do Brasil. É um conjunto de dados que não tem assim nem a pretensão de ser os dados todos né, que a gente consegue obter através de noticiários de imprensa, seja impressa, escrita, a virtual, a oral e tal, sobretudo a imprensa regional, as imprensas locais que dão mais este tipo de notícia. O mato Grosso do Sul é um lugar, onde a violência contra os povos indígenas atinge uma dimensão tão complicada, que é uma dimensão de genocida. É um verdadeiro genocídio o que acontece lá no Mato Grosso do Sul.

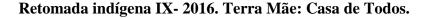
E em parte, portanto uma campanha que o CIMI vem encaminhando e tentando junto com os povos do Mato Grosso do Sul né. E que a gente faz uma denúncia de genocídio a alguns anos. As pessoas conforme vão tomando conhecimento do que tá acontecendo lá, seja gente do noticiário, como procurador da República, defensores públicos, sobretudo os procuradores ou então pesquisadores que são solidários a causa indígena. Mas isto é um genocídio. O genocídio foi denunciado na ONU, na UNESCO, agora OEA, enfim, várias vezes. Mas aqui no Brasil quando contra os povos indígenas o assunto cai no vazio, as pessoas ficam condoídas, emocionalmente afetadas, mas logo o assunto passa. É esquecido porque essa categoria da população brasileira, que é a categoria responsável, historicamente responsável pela sociedade brasileira. Papel fundamental em tudo o que somos hoje e tal. Essa é a população rejeitada, esta é a população negada, tanto do ponto de vista histórico.

O Michael Foucault ele diz assim: que o racismo é a atitude/comportamento, enfim em relação a um determinado grupo, uma categoria, um povo. Enfim, cada sociedade escolhe aqueles que deve morrer. Então, é a expressão do racismo, e pela morte física desses que devem morrer, pela morte simbólica e também pela negação política.

Desde o início dos anos de 1970, o movimento indígena é um movimento que não desarticula, tem altos e baixos, tem momentos mais fortes, momentos mais fracos. Mas acho que o grande mérito é garantir essa voz política, que a sociedade não quer ouvir, não quer reconhecer. E nós temos metade das terras indígenas demarcadas, reconhecidas, demarcadas, homologadas, registradas é por força e conquista do movimento indígena. ´E uma grande conquista, porque até 1970, início dos 70, apenas 5% das terras indígenas estavam demarcadas, reconhecidas e homologadas.

Quando nós chegamos a 25,30,40 anos depois com 50% das terras demarcadas é uma conquista. Assim como é uma conquista do movimento indígena, as cláusulas da constituição federal de 1988, que conferem e reconhecem o direito indígena. Reconhecem a população indígena, reconhecem o seu direito originário a terra, reconhece as suas línguas, reconhece o seu sistema de saúde tradicional. Enfim, diante de tudo isso a gente tem a dimensão do que que significa num país, como o Brasil, que se pensa monoliticamente, ele é monocultural, monolinguistico, tudo é um só, você tem um Estado, uma nação, uma língua, uma cultura. É tudo de um, as diversas línguas indígenas é, as 180 mais ou menos. Já é de grande avanço na construção de nossa cidadania.

Que nossa sociedade requer que nós enquanto cidadãos. Nós reconhecemos, que a gente construa um nós onde caiba todo mundo. "





Retomada Indígena X – 2017. Mulheres Indígenas, presente.

A 10^a Retomada Indígena, vai ocorrer entre os dias 2 a 6 de outubro na PUC-SP e contamos com a presença de todos.

- 3/10 3^a. Feira 18,40h Dança do toré no saguão do térreo do prédio novo. 19h audit. 100 Mulheres indígenas: os desafios da aldeia e da cidade. Lindomar Sebastião, professora Terena e doutoranda Ciências Sociais PUC-SP; Poty Porã Toriba, professora Guarani da aldeia Tenondé Porã-SP; Jéssica da Silva, Pankararé, graduanda Serviço Social PUC-SP.
- 4/10 4ª. Feira 19h audit. 100 Mulheres indígenas na luta por políticas públicas. Vanúzia Costa Santos, Kaimbé, técnica de enfermagem; Maria Anita, Pankararé, comunidade de Guarulhos; Alaíde Pereira Feitosa, Pankararé, comunidade de Osasco; Josileide Satiro Nascimento, Xukuru-Kariri, assistente social.
- 5/10 5^a. Feira 19h audit. 100 Profissionais indígenas em São Paulo Maria Rejane dos Santos, advogada Pankararu; Amanda Bezerra dos Santos, assistente social Pankararu.

Homenagem aos formandos e parceiros e lançamento do livro História da resistência indígena. 500 anos de luta, do prof. Benedito Prezia.

6/10 – 6ª. feira19h – audit. 100 - Hap dos jovens Guarani do Pico do Jaraguá. Filme Martírio, de Vincent Carelli sobre o drama dos Guarani-Kaiowá do MS.

Venda de artesanato no saguão do térreo do prédio novo (de 2ª a 6ª feira). Realização: Programa Pindorama e Núcleo Raça, Gênero e Etnia (curso de Serviço Social). Apoio: CAPISP, Pastoral Indigenista, Cimi-Grande S. Paulo e Dep. Antropologia Fac. Ciências Sociais PUC-SP.



Retomada indígena XI- 2018. 30 anos de Constituição: Resistência Indígena hoje.



11^a RETOMADA INDÍGENA 2 a 4 de outubro de 2018

30 anos da Constituição: resistência indígena hoje

PUC-SP - Campus Perdizes

2/10 – 3ª feira - 19h - Auditório 117 A - 30 anos da Constituição: avanços e desafios na questão indígena. Debate com Davi Karaí, liderança Guarani da aldeia do Jaraguá.

3/10 – 4^a. Feira - 19h – Auditório 117 A - Desafios do profissional indígena em São Paulo – Palestra da assistente social Amanda dos Santos, Pankararu e homenagem aos formados de 2017 e aos parceiros.

4/10 – 5ª. Feira - 19h Auditório 117 A - A Constituição de 1988 e a resistência indígena hoje: a escola indígena diferenciada; as lutas indígenas no contexto urbano; o indígena na luta político-partidária.

Realização: Programa Pindorama



Retomada indígena XII -2019. 519 anos de Resistência.



Programação:

*18/9,4°-feira*18:30h. Abertura na Prainha com Toré 19h |Auditório 100 – Abertura: Vanuzia C. Santos - Estudante Kaimbé *Mesa 1: A medicina tradicional das mulheres indígenas na cidade de São Paulo*- Maria Lídia - Pankararu - liderança comunitária do Real Parque - Jaciara Martim - Guarani Mbyá do Jaraguá e assistente social *Mesa 2: Mulheres indígenas na luta política atual* - Chirley Pankará - doutoranda em Ciências Sociais pela USP e deputada estadual pelo Mandato Coletivo do PSOL Moderadora: Profa. Sueli Amaral - Núcleo Gênero, Raça e Etia (Serviço Social).

*19/9- 5ª feira*19h - Auditório 100 *Mesa 1: As mídias digitais como instrumento de luta indígena*Exibição do vídeo /Pajerama/ - Gerson Victor dos Santos - ex-aluno do Pindorama e mestrando em jornalismo (FIAM) - Emerson de Oliveira Souza - ex-aluno do Pindorama e mestrando em Antropologia Social (USP) *Mesa 2: O livro paradidático, instrumento de conscientização nas escolas* - Alaíde Xavier Feitosa, liderança Pankararé, atuando na formação nas escolas de Osasco - Benedito Prezia, coordenador do Programa Pindorama e um dos autores do livro Povos Indígenas: terra, culturas e lutas Moderadora: Rannaiê Granjeiro, estudante pankararé *20/9 – 6ª feira* 19h | Auditório 100 O *Mesa: profissional indígena de saúde mental* na área - Jurandir Ferreira, Pankararu, ex-aluno do Pindorama e médico formado pela ELAM (Cuba). Moderadora: Giulia Andrade, estudante pankararu *Homenagem às formandas de 2018* *16 a 20/9 - SAGUÃO DO PRÉDIO NOVO DA PUC-SP (das 9 às 21:30h) FEIRA DE ARTESANATO - representantes indígenas de São Paulo e Grande São Paulo* *21/9 - Sábado - reunião do Pindorama* 13:30 | Sala 126 *Projeção do vídeo sobre o Acampamento Terra Livre* *As lutas atuais e autoafirmação indígena na universidade* - Emerson de Oliveira Souza, ex-aluno do Pindorama e mestrando em Antropologia Social (USP) - Amanda Bezerra dos Santos, ex-aluna do Pindorama, especialista em Direitos Humanos, Diversidade e Violência (UFABC), apresentando sua monografia: Mulheres Indígenas, presente! Uma reflexão sobre as mulheres indígenas e a luta pela igualdade de gênero; - Benedito Prezia, com a apresentação do livro Povos Indígenas: terra, culturas e lutas.

Realização: Programa Pindorama PUC-SP. Apoio: Núcleo Gênero, Raça e Etnia (Curso Serviço Social PUC-SP); Programa de Psicologia Social (PUC-SP); Fac. Ciências Sociais (PUC-SP) e Pastoral Indigenista

Em 2020 não houve o evento Retomada Indígena 2020 devido a pandemia de Covid19.

Mostra Cultural Agosto Indígena na Cidade de São Paulo.

Este artigo sobre o Agosto indígena foi publicado pela Universidade Estadual de Goias em referencia às praticas para formação de professores e a lei 11.645/08. Tive o prazer de dividir este texto com Fernanda Borssato.

As Retomadas na PUC-SP tomaram outro rumo. Em 2009 conheci Fernanda Borssato junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade (EHPS) da PUC-SP. Professora da Rede Municipal de Educação de São Paulo e grande parceira na defesa dos direitos dos povos indígenas. Foi através do Pindorama que nos aproximamos e buscamos discutir algumas questões importantes sobre a presença indígena na universidade. E a ocasião me colocou diante de uma pesquisa que iria me colocar diante de novas questões. Primeiro a minha pesquisa e segundo a aproximação com a Secretaria Municicipal de Educação de São Paulo. Minha pesquisa junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade (EHPS) da PUC-SP que tinha como objetivo analisar os conceitos, as práticas e o histórico da educação escolar indígena na região do oeste paulista, precisamente da Terra Indígena do Araribá, no município de Avaí, além das áreas da Terra Indígena de Icatu, no município de Braúna e a Terra Indígena de Vanuire, no município de Tupã. Foi através desta pesquisa que Fernanda Borssato e eu começamos a discutir as questões que envolviam escola, universidade e povos indígenas. Assim surgindo o Agosto Indígena que descrevo a seguir.

Mostra Cultural agosto Indígena nos CEUS. Prefeitura de São Paulo.

Em 09 de agosto, é comemorado o Dia Internacional dos Povos Indígenas. A data foi criada por decreto da ONU em 09 de agosto de 1995, como resultado da atuação de representantes de povos indígenas de diversos locais do mundo. Essa atuação visava criar condições para a interrupção dos ataques sofridos pelos povos indígenas em seus territórios que perpassa séculos de genocidio e etnocídio.²⁸⁵

Em 2013, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad²⁸⁶, lançou um plano de metas para sua gestãoo. A *meta 58* tinha como prerrogativa: *Viabilizar a implementação das Leis Federais*

286 Se pelo ato coletivo temos a refletir sobre a implementação da lei 11.645/08 com o agosto indígena.
 Pessoalmente é bom destacar que durante a gestão de Haddad um dos autores da dissertação do Mestrado Emerson

²⁸⁵ http://www.unric.org/pt/actualidade/30918-dia-internacional-dos-povos-indigenas-construir-um-mundo-onde-a-diversidade-e-celebrada.

10.639/2003 e 11.645/2008 que incluem no currículo oficial da rede de ensino a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Pela primeira vez na cidade de São Paulo, o Ensino de História e Cultura Indígena compunha um plano de políticas públicas a serem desenvolvidas. O órgão responsável pelo desenvolvimento desta meta era o Núcleo de Educação Étnico-racial (NEER) da Secretaria Municipal de Educação (SME), em colaboração com a recém-criada Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR).

Desde sua criação, em 2006, o NEER tinha como principal atuação a formação e professores para trabalhar com a questão africana e afro-brasileira. Em 2013, visando cumprir o disposto na Lei 11.645/08 e ouvindo as demandas da sociedade civil, o coordenador do Núcleo, Rafael Ferreira da Silva, criou duas novas áreas: a Indígena e a Imigrante. Para compor a área indígena foram chamadas: Fernanda Borsatto Cardoso e Adriana de Carvalho Alves, com o objetivo de desenvolver ações voltadas para a formação de professores da Rede Municipal de Ensino sobre o Ensino de História e Cultura Indígena.

Naquele momento a tarefa de formar professores para a educação das relações étnicoracial (ERER) tornou-se mais complexa, uma vez que com a nova composição do Núcleo se colocava o desafio buscar um ponto de convergência das três áreas (Africana/Afro-brasileira, Indígena e Imigrante) e o de respeitar a especificidade do debate de cada uma delas.

Como aponta Januário (2015), este desafio era sem precedentes:

Tendo em vista que não há ainda no Brasil, de maneira institucional e generalizada, uma disciplina ou um programa de formação para educadores com base nas Leis 10.639/03 e 11.645/08, que possam fornecer um fórum de debates a respeito da aplicação prática do tema. Dessa maneira, para que esses educadores tenham conteúdos significativos e aporte teórico que os auxiliem na formação de um conhecimento autônomo a respeito do tema, é preciso antes desconstruir o aprendizado construído "naturalmente" durante esses longos anos.

dialogávamos no sentido de criação de uma lei para a implementação do agosto indígena como projeto de Estado não de Governo.

Guarani não foi chamado num concurso para professores da Prefeitura Municipal de São Paulo. Aprovado na Disciplina de História deixou de ser um dos únicos indígenas concursados no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo a compor o quadro de educadores efetivos. Ao fim de seu mandato extinguiu o agosto indígena e o diálogo terminou ainda em sua gestão. Poderia ter encaminhado um projeto de lei, uma vez que

Pensando em estratégias para desenvolver ações e buscar parcerias, em 2014, o NEER procurou os representantes dos povos indígenas de São Paulo, com o objetivo de montar um evento de abrangência municipal para a formação de professores, neste momento iniciava os primeiros esboços de uma parceria entre a SME e os representantes indígenas com o intuito de formar professores para o Ensino de História e Cultura Indígena. O princípio desta gestão era pensar uma proposta curricular crítica para a Rede Municipal de Educação, em que a luta dos movimentos sociais e seus sujeitos fossem aspectos centrais do debate.

O primeiro ponto debatido foi o de pensar um mês alternativo ao mês de abril para a realização deste evento, chegamos ao dia internacional dos povos indígenas em agosto. A data nos surgiu muito pelo fato de que era preciso rememorar outras lutas e, ao mesmo tempo, problematizar qual era a verdadeira finalidade de datas comemorativas, que eram reproduzidas sem muitas críticas em ambientes académicos, escolas estaduais, municipais e particulares de todo país, entre outras entidades na área da educação. Neste sentido, buscava-se uma alternativa ao dia 19 de abril por duas razões: (1) Muitas escolas, universidades e outras instituições lembravam dos povos indígenas apenas nesta data, e esta "comemoração" muitas vezes reproduzia uma série de estereotipos e preconceitos que precisavam ser problematizados. Havia o interesse de romper com esta tradição e ampliar o debate sobre as questões indígenas ao longo do ano. (2) O dia 19 de abril havia sido instituído como uma data comemorativa pelo presidente Getúlio Vargas no mesmo ano em que instituía uma política desenvolvimentista chamada *Marcha para o Oeste*, esta foi responsável pelo genocídio de diversos povos indígenas. A data deveria ser ressignificada como um momento de lembrar a luta e resistência destas populações.

No dia 19 de abril de 2014, o NEER lançou a primeira publicação. No *livro Povos indígenas e psicologia: a procura do bem viver*, há uma releitura sobre a real importância de tal data.

"Dia 19 de abril é dia da Psicologia refletir sobre as 305 etnias, os vinte povos isolados na Amazônia brasileira, as 274 línguas. É dia de recapitular o massacre ocorrido nestes últimos 516 anos de invasão pela esquadra europeia. É dia de refletir profundamente sobre o sofrimento causado pelo colonialismo, por teorias evolucionistas, racistas, discriminatórias e preconceituosas justificadas por grande parte da ciência. É dia de pensar sobre a invasão ideologica, do estupro de crianças e mulheres indígenas em diversas regiões do Brasil, com mortes e assassinatos de muitas lideranças indígenas vitimadas pela ocupação desenfreada de seus territórios pelo agronegócio e multinacionais. De refletir sobre o direito indígena, sobre os

artigos constitucionais 231 e 232, que estão fora de moda nas demarcações de terras em andamento.

É dia da (o) psicóloga (o) refletir se corre em suas veias sangue indígena e questionar suas futuras práticas frente o sofrimento, luta e golpes sofridos pelos povos e comunidades indígenas em todo Brasil. É dia de pensar sobre a formaçãoo e troca de saberes entre a Psicologia e Povos Indigenas, na diversidade brasileira, nas culturas de vários povos, na sua religião, sua arte, sua linguagem, seu conhecimento ancestral, sua organização social e política, sua literatura, conhecimento milenar e, sobretudo, seu bem viver. (Guarani, Emerson. 2016 p. 101)"

Desta forma, entendíamos que a Lei 11.645/08 era um importante instrumento para repensar o currículo e sua ação nas diversas esferas de educação e de poder. Em São Paulo, capital, o Movimento Indígena juntamente com a Secretaria Municipal de Educação se debruçou a fim de refletir sobre uma educação menos eurocêntrica e mais democrática.

Tendo como prerrogativa e perspectiva de Gestão Escolar Democrática, a valorização do protagonismo das pessoas historicamente excluídas, que embora desde há muito se encontrassem em nossa cidade, para o desenvolvimento de processos educativos, os quais se desejam ativos e inacabados e que almejam a construção e a efetivação de um currículo crítico, inclusivo, descolonizado e emancipatório. (SÃO PAULO, 2016)

Agosto Indígena 2014 – Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Foi dentro deste contexto de implementação da Lei 11.645/08 no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, que em junho de 2014, após alguns muitos contatos telefônicos e breves discussões com o NEER, que foi decidido em conjunto convocar uma reunião para discutir os caminhos e percursos para esta ação.

A reunião se realizou na Secretaria Municipal de Educação no dia 11 de junho de 2014²⁸⁸. Diante da chamada do DOT-NEER em Diário Oficial da Portaria Intersecretarial No 01, de 19

²⁸⁸ Além dessa já haviam ocorrido encontros em 03 de junho de 2014 entre a equipe das representantes indígenas, DOT/NEER e SALA/CEU; em 06 de junho de 2014, entre representantes da SME e da SMDH e representantes indígenas.

²⁸⁷ Texto difundido pelo CRP SP em seu sítio eletrônico e redes sociais, por ocasião do dia 19 de abril de 2016. O livro completo se encontra no sítio eletrônico http://www.crpsp.org/fotos/pdf-2016-08-24-16-20-25.pdf. Sou um dos representantes indígenas no Núcleo Psicologia e Povos Indígenas. Do Conselho de Psicologia de São Paulo.

de maio de 2014. Compunham a ação a SME/SMPIR/SMDHC/SMC (Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Secretaria Municipal de Cultura) e tinha o objetivo de promover a organização "Mostra Cultural Agosto Indígena nos Ceus".

Estavam presentes representantes destas secretarias e de 26 etnias indigena ²⁸⁹ de toda a cidade de São Paulo e região metropolitana da maior cidade do entorno da capital paulista.

A reunião se deu a princípio com o objetivo de se construir o formato a ser utilizado durante o evento. Decidiu-se que o tema central seria *dar visibilidade a presença indígena na cidade de São Paulo*, uma vez que esta cidade é a quarta maior em presença indígena do país e soma-se mais de 41.000 indivíduos de diversas etnias presentes no Estado de São Paulo. O objetivo era pensar estratégias para promover e dar visibilidade a esta população.

A Secretaria Municipal de Cultura²⁹⁰ sugeriu uma mostra de filmes no espaço dos CEUS que retratassem a questão indígena. A proposta era pensar uma curadoria indígena para os filmes que iriam ser apresentados; sugeriu ainda integrar o *Programa Aldeia*²⁹¹, bem como a bienal de cinema indígena *Aldeias SP*. O que ocorreu e abrilhantou o evento numa inflexão de outros projetos em andamento que poderiam contribuir e encurtar a distância entre a Educação/Publico/Secretarias. Por fim, sugeriu a possibilidade de fazer o registro do evento por meio de um contratação de equipe de filmagem;

Foto/Abertura da I Mostra Agosto Indígena 2014 - CEUs no Centro Cultural SP.

-

Rafael Ferreira Silva, Fernanda Borsatto Cardoso e Adriana de Carvalho, da SME-DOT/Étnico-Racial; Marilândia Frazão, Luciana Oliveira e Bruno Tserebutwé (Xavante), da SMPIR; Heloísa Pires de Lucca, da SMC; Pedro Peruzzo, da SMDH; Ana Blaser; Mauricio da Silva, Alizio Gabriel Tupã Mirim, Emerson de Oliveira Souza, Adriano Veríssimo Lima, Jovelino da Silva, etnia Guarani; Renato Angelo Pereira, etnia Pankararé; Avani Florentino, etnia Fulni-ô, Maira Lacerda Krenak, etnia Krenak; Jarbas H. Silva, etnia Pankararu

²⁹⁰ Heloísa de Lucca, representante da Secretaria Municipal de Cultura.

²⁹¹ Programa Aldeias é Uma ação da Secretaria Municipal de Cultura e tem como objetivo de fortalecer e promover as expressões culturais tradicionais do povo Guarani Mbya, nas aldeias (tekoa) presentes no Município. Informação disponível em: http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/projeto/688/



Fonte: Débora Weber. Publicado em 6 de abril de 2017²⁹²

Compreendemos que as escolhas para a construção do evento são partes integrantes de um processo caracterizado por contradições, embates e incompletude e pontuamos que embora a iniciativa de se inserir vídeos sobre a questãoo indigena seja de extrema importância. É necessário também um cuidado com os temas que se devem ser abordados. Neste sentido, a Secretaria de Cultura privilegiou, durante a seleção de vídeos os de contextos de aldeias nos quais os programas citados acima são desenvolvidos e acabou deixando de fora os vídeos de povos indígenas que vivem em contexto urbano. Salienta-se assim, a extrema importância dos órgãos governamentais e entidades estarem atentas a realidade de suas cidades para a implementação de Lei 11.645/08.

Ao verificar a ausência de filmes relacionados ao contexto urbano, sugeriu-se que estes compusessem os cursos que seriam ministrados aos professores da RME. Foram selecionados: The *Dark Side of Green*, de Cristiano Navarro e *Raízes Pankararu*, de Ed Carlos Pankararu. Além da Secretaria de Cultura, houveram diversas contribuições das pessoas presentes nesta reunião.

Bruno Xavante sugeriu:

...é necessário mapear as manifestações culturais das etnias indígenas, e decidir se a exposição contará apenas com elementos tradicionais da Cultura ou se estará aberta a inserção de outras formas, tais como o "forró".

²⁹² Em sítio eletrônico https://www.youtube.com/watch?v=RK64dim-AIc

Maurício Guarani Mbyá disse que era primordial:

...a importância de elementos que não são tradicionais da Cultura Guarani, mas poderiam ser utilizados como ferramenta para a divulgação das demandas da comunidade Guarani (referindo-se ao Rap).

Marilândia Frazão da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Emerson Guarani deram a sugestão de:

Pensar um evento de abertura como um ato simbólico onde todas as etnias da cidade de São Paulo sejam contempladas, com a divulgação dos indicadores sociais desta presença de acordo com os dados do IBGE.

O coordenador do Núcleo Étnico Racial da Secretaria Municipal de Educação pontuou que as atividades ocorreriam nos 13 CEUs e nas 3 aldeias Guarani²⁹³. Adriano (Guarani Mbya) pediu para priorizar CEUs que não tinham contato com a questão indígena.

A reunião deste dia terminou com os seguintes encaminhamentos: 1) Os indígenas iriam pensar as atividades que seriam desenvolvidas junto a alunos, professores e comunidade escolar; 2) Deveria haver uma rede de comunicação maior entre o Movimento Indígena para o chamamento das etnias que não estavam representadas nessa reunião; 3) Deveriam ser definidas as formas de pagamento, bem como os valores cobrados pelas atividades; 4) Seria elaborado um "formato" para o evento, bem como um título atrelado a um tema específico; 5) O evento seria organizado de forma a garantir que as várias expressões (música, dança, artes plásticas) fossem contempladas em todos os territórios que acolheriam o evento.

Neste sentido, é importante destacar a participação indígena na organização deste evento estavam em consonância com o artigo 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre os Povos Indígenas e Tribais, decreto nº 5.051, de 19 de Abril de 2004, que destaca que é de primordial importância:

_

O que não ocorreu nas aldeias. Por questões políticas que envolveram a luta do Território Guarani. E a Secretaria Municipal de Educação através de seus coordenadores não permitiram tais eventos. Mas essa questão foi encaminhada em quase tosos os debates do agosto indígena com a presença dos Guarani do Jaraguá.

a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes; c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim. ²⁹⁴

Merece destaque a questão que discute a declaração indígena artigo 1º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre os Povos Indígenas e Tribais, decreto nº 5.051, de 19 de Abril de 2004, que nos permite refletir:

1. A presente convenção aplica-se: a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial; b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas. 2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção. 3. A utilização do termo "povos" na presente Convenção não deverá ser interpretada no sentido de ter implicação alguma no que se refere aos direitos que possam ser conferidos a esse termo no direito internacional. ²⁹⁵

Entendemos que ao consultar os povos indígenas, as Secretarias Municipais de São Paulo estavam levando em conta esta Convenção, assim como a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 231 e 232.

²⁹⁴http://www.cpisp.org.br/indios/html/legislacao/55/convencao-169-da-organizacao-internacional-trabalho.aspx ²⁹⁵ http://www.cpisp.org.br/indios/html/legislacao/55/convencao-169-da-organizacao-internacional-trabalho.aspx

Neste sentido, pensando na participação indígena para a aplicabilidade da Lei 11.645/08, torna-se importante ressaltar a realidade da cidade de São Paulo. Segundo dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/CENSO – 2010, o município de São Paulo é a quarta maior população indígena do Brasil, com 12.997 indivíduos que se declaram indígena e está em primeiro lugar em número de indígenas em contexto urbano, com 11.918.

Agosto Indígena 2014 nos Centro Unificados de Educaçãoo (CEU) pertencente à Prefeitura Municipal de São Paulo

Durante as demais reuniões pensou-se no cronograma. O agosto Indígena teria um formato em que o protagonismo indígena seria privilegiado em todas as atividades a serem desenvolvidas. O evento seria composto por cursos, oficinas e apresentações culturais.

Os cursos seriam ministrados em três encontros, com carga horária de 12 horas. Um dia seria destinado a apresentação e debate de filmes, os outros dois seriam em formato de seminário com mesas compostas por palestrantes indígenas e acadêmicos. As oficinas e apresentações culturais teriam a duração de 60 minutos e seriam destinadas aos alunos, professores e a comunidade escolar, seriam compostas por cantos danças, confecção de artesanatos, pintura e grafismo sobre a cultura dos povos participantes.



Fonte: Agosto Indígena 2015. No CEU Lajeado. Créditos Portal CEU Lajeado. 296

Faltava determinar em quais CEUs participariam do evento, uma vez que os palestrantes já haviam sido definidos. A Secretaria Municipal de Educação ficou a responsável em organizar a logística de agendamento das atividades junto às Diretorias Regionais de Ensino (DRE) e aos Centro de Educação Unificados (CEUs). Foram feitas duas reuniões com os representantes destes órgãos em que ficou definido que seria enviada uma lista por e-mail com as atividades descritas e cada CEU deveria escolher 2 oficinas, 2 apresentações culturais, 1 mostra de cinema e 1 curso. As datas também deveriam ser escolhidas para que de cursos fosse publicado sem Diário Oficial para que os professores pudessem se inscrever. Participaram do evento os Ceus das seguintes regiões de São Paulo:

...

²⁹⁶ Na foto Emerson Guarani (azul) e Leopardo Kaxinawa (óculos)



Mapa da Cidade de São Paulo ²⁹⁷

Quanto a data de início dos cursos, assim ficou definido:

- 1) Diretoria Regional de Campo Limpo no dia 12/08/2014, CEU Paraisópolis.
- 2) Diretoria de Pirituba no dia 12/08/2014, CEU Vila Atlântica
- 3) Diretoria de Campo Limpo no dia 13/08/2014, CEU Paraisópolis
- 4) Diretoria de Santo Amaro no dia 13/08/2014, CEU Alvarenga
- 5) Diretoria de Pirituba em 14/08/2014, CEU Vila Atlântica
- 6) Diretoria de Guaianases em 14/08/2014, CEU Inácio Monteiro
- 7) Diretoria de São Amaro em 15/08/2014, CEU Alvarenga
- 8) Diretoria de Jaçanã em 16/08/2014, CEU Jaçanã
- 9) Diretoria de Ensino de Itaquera em 18/08/2014, CEU Aricanduva
- 10) Diretoria Regional de Itaquera em 19/08/2014, CEU Azul da Cor do Mar
- 11) Diretoria Regional de São Miguel em 19/08/2014, CEU Vila Curuçá
- 12) Diretoria Regional de São Matheus em 19/08/2014, CEU Alto Alegre
- 13) Diretoria Regional de Guaianases em 20/08/2014, CEU Inácio Monteiro
- 14) Diretoria Regional de São Mateus em 20/08/2014, CEU Alto Alegre
- 15) Diretoria Regional de São Miguel em 21/08/2014, CEU Curuçá
- 16) Diretoria Regional da Penha em 21/08/2014, CEU Tiquatira
- 17) Diretoria Regional da Penha em 22/08/2014, CEU Quintas do Sol
- 18) Diretoria Regional de Jaçanã em 23/08/2014, CEU Jaçanã
- 19) Diretoria Regional do Butantã em 23/08/2014, CEU Butantã
- 20) Diretoria Regional do Ipiranga em 26/08/2014, CEU Meninos

²⁹⁷ Fonte: Sitio eletrônico da Prefeitura Municipal de São Paulo.

- 21) Diretoria Regional do Ipiranga em 27/08/2014, CEU Meninos
- 22) Diretoria Regional do Butantã em 23/08/2014, CEU Butantã
- 23) Mostra de Filmes Indígenas no Centro Cultural Vergueiro

Quanto aos 23 palestrantes indígenas em 48 seminários:

- Adriano Veríssimo Lima Representante do povo Guarani Mbyá da Aldeia Tenondé Porã
 SP. Palestra: Nossas lutas e raízes indígenas
- Karai de Oliveira Paula Representante do povo Guarani Mbyá. Palestra: *A experiência na luta pela demarcação de terras na cidade de São Paulo*.
- Maria Cicera de Oliveira Liderança do povo Pankararu da cidade de São Paulo. Palestra: A trajetória Pankararu.
- Ivandro Martins da Silva (Tupã Mirim) Liderança Guarani Mbya do Jaraguá SP. Palestra: *Os impasses da Demarcação em São Paulo*
- Ed Carlos Pankararu Representante do povo Pankararu, formado em Letras na PUC/SP, Programa Pindorama PUC-SP.
- Davi Guarani Liderança Guarani Mbya do Jaraguá SP. A Experiência com a mostra de vídeos Indígenas - Programa Aldeias da Secretaria de Cultura-PMSP.
- Renato Pankararé Liderança Pankararé, conselheiro do Conselho Municipal dos Povos Indígenas da Cidade de São Paulo. Palestra: *O Povo Pankararé na cidade de São Paulo*.
- Jaciara Guarani Representante do povo Guarani Mbya do Jaraguá. Formada em Pedagogia e Serviço Social Palestra: *Universitários indígenas e a presença Guarani na Cidade de São Paulo*
- Emerson Guarani Representante do Povo Guarani Kaiowa, Cientista Social PUC-SP, Licenciado em História, Sociologia e Pós-Graduado em Gestão Pública EUA co-autor da coletânea "A criação do mundo e outras belas histórias indígenas". Palestra: Contexto Indígena e a Lei 11.645/08.
- Bruno Tserebutwé Xavante Representante do Povo Xavante, graduando em Ciências Sociais Programa Pindorama PUC-SP e Articulador de Políticas Públicas voltadas para comunidades Indígenas em São Paulo na Secretaria Municipal da Igualdade Racial.
- Sônia Barbosa de Souza Liderança Guarani Mbya do Jaraguá
- Pedro Macena Liderança Guarani Mbya do Jaraguá
- Aparecida Pankararé Representante do Povo Pankararé, Graduanda em Pedagogia Pindorama/PUC-SP. Palestra: *O indígena no livro didático*.
- Shirley Pankará Representante do Povo Pankará, mestranda em Educação e coordenadora dos CECIs Krukutu, Tenondé Porã e Jaraguá
- Sassa Tupinambá Representante do povo Tupinambá, assessor da comissão de Direitos Humanos da 116º Subseção da OAB-SP.
- Roberto Veríssimo de Lima Liderança Guarani da Aldeia do Jaraguá
- Ava Fulni-ô Representante do Povo Fulni-ô e Presidente do COMPISP
- Luar Sateré Mawê Representante do Povo Sateré Mawê, graduado em Direito pela PUC-SP e Estagiário da Procuradoria Municipal do Meio Ambiente de São Paulo – Palestra: Direito à Alteridade.
- Jerá Giselda Pires de Lima Liderança Guarani Mbya da Aldeia Tenondé Porã Palestra:
 A Realidade Guarani na cidade de São Paulo
- Tupă de Oliveira Paula Liderança Krukutu-SP
- Elias Honório dos Santos Liderança Guarani da Aldeia do Tenondé Porã Palestra: Como é a vida na Aldeia Tenondé Porã

 Danilo Silva Guimaraes – Auto declarado Maxacali - Professor de Psicologia Cultural e Rede Indigena IP- USP. Palestra: Desafios para a formação de Professores sobre História e Cultura Indígena a partir da Psicologia Cultural.

Quanto a participação de não indigenas:

- Bruno Simões Gonçalves Psicólogo, conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP), onde coordena o Núcleo Terra, Raça, Etnia - GT Psicologia e Povos indígenas. Palestra: A construção de um imaginário em torno dos povos Indígenas no Brasil.
- Spensy Pimentel Professor de Etnologia Indígena na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e pesquisador do Centro de Estudos Ameríndios (Cesta-USP)
- Lucas Keese Coordenador do Programa Aldeias da Secretaria Municipal de Cultura.
- Adriana Testa Doutoranda em Antropologia FFLCH-USP, integrante do Centro de Estudos Ameríndios da USP e pesquisadora associada do Centro de Trabalho Indigenista. Palestra: *Por que estudar a temática indígena na escola?*
- Fábio O. Nogueira Doutorando USP Palestra: Os Guarani no Jaraguá
- Ana Blaser Representante da SME Palestra: Lei 11:645/08: Conjuntura indígena atual e saberes indígenas na formação de professores para a Rede Municipal de Ensino de São Paulo.
- Benedito Prezia Past. Indigenista SP, coordenador do Programa Pindorama PUC-SP
- Cristiano Navarro Palestra: Debate sobre o filme e sua experiência com os povos indígenas Le Monde Diplomatique Brasil
- Fernanda Elias Advogada e Defensora dos Direitos Indígenas. Palestra: *Direitos Indígenas, afinal existem?*

Foi um mês de intenso debate sobre a questãoo indígena, um momento importante para a formação professores, tendo em vista que na história recente do país os direitos adquiridos pelos povos indígenas estavam sendo ameaçados por representantes da bancada ruralista presentes no Congresso Federal e em outras estâncias de poder nos Estados e Municípios. (Continuam sendo)

Assim, o Agosto Indígena mostrara a seu publico que os indígenas não viviam no passado, possuíam uma história marcada por particularidades e resistências diante do massacre ocorrido no Brasil nos últimos séculos.

II Mostra Agosto Indígena nos CEUs 2015 - "A Resistência Indígena na cidade de São Paulo: direito à diferença."



Folder de divulgação do Agosto Indígena 2015^{298}

A organização da II Mostra Agosto Indígena de 2015 nos CEUs mostrava-se menos complicada, tendo em vista a experiência exitosa do ano anterior. O modelo já estava pronto, seriam realizados: cursos de formação de professores, oficinas e apresentações culturais. O primeiro passo foram as chamadas para reuniões entre representantes indígenas e das Secretarias Municipais participantes, em que se decidiu que tema escolhido para este ano seria: "A Resistência Indígena na cidade de São Paulo: direito à diferença".

Em comparação à 2014, em 2015 o evento foi ampliado, aumentou o numero de atividades desenvolvidas, de CEUs atendidos e , como novidade para este ano, algumas escolas iriam receber as atividades.

Abaixo, segue a relação de locais que receberam a II Mostra Agosto Indígena nos CEUs.

- 1) Diretoria Regional do Butantã em 31//08/2015, CEU Butantã
- 2) Diretoria Regional do Butantã em 31//08/2015, CEU Uirapuru 24/08;26/08;28/08
- 3) Diretoria Regional do Butantã na EMEF Amorim Lima 31/08/2015
- 4) Diretoria Regional de Campo Limpo CEU Guarapiranga 31/08/;01/09; 04/09
- 5) Diretoria Regional de Campo Limpo CEU Casa Blanca 24/08; 26/08; 28/08.
- 6) Diretoria Regional de Campo Limpo CEU Paraisópolis 26/08;27/08
- 7) Diretoria Regional Capela do Socorro CEU Cidade Dutra 01/09; 02/09; 03/09
- 8) Diretoria Regional Capela do Socorro CEU Vila Rubi 08/09
- 9) Diretoria Regional Capela do Socorro CEU Navegantes 26/08
- 10) Diretoria Regional Capela do Socorro CEU Três Lagos 09/09
- 11) Diretoria Regional Capela do Socorro CEU Parelheiros 25/08
- 12) Diretoria Regional Capela do Socorro CEU Vila Rubi 08/09
- 13) Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia CEU Jardim Paulistano 29/08; 05/09; 12/09, 24/08; 26/08; 25/08 e 27/08.
- 14) Diretoria Regional de Ipiranga CEU Parque Bristol 25/08; 26/08; 27/08; 31/08 e 01/09.

 $^{{}^{298} \}qquad http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/II-Mostra-Cultural-Agosto-Indigena-nos-CEUs$

- 15) Diretoria Regional de Itaquera CEU Azul da Cor do Mar 24/08; 26/08; 27/08; 28/08; 04/09
- 16) Diretoria Regional de Itaquera CEU Vila Formosa 04/09
- 17) Diretoria Regional de Itaquera CEU Aricanduva 27/08
- 18) Diretoria Regional da Penha CEU Quinta do Sol 25/08; 26/08; 27/08
- 19) Diretoria Regional da Penha CEU Tiquatira 28/08
- 20) Diretoria Regional de Pirituba CEU Parque Anhanguera 28/08
- 21) Diretoria Regional de Pirituba CEU Pera Marmelo 31/08; 01/09; 02/09
- 22) Diretoria Regional de Pirituba CEU Vila Atlântica 25/08
- 23) Diretoria Regional de Pirituba CEU Perus 02/09; 09/09; 16/09
- 24) Diretoria Regional de Pirituba CEU Jaguaré 03/09.
- 25) Diretoria Regional de Santo Amaro CEU Caminho do Mar 02/09; 03/09; 10/09.
- 26) Diretoria Regional de Santo Amaro CEU Alto Alegre 25/08; 26/08; 27/08; 28/08
- 27) Diretoria Regional de São Miguel Paulista CEI Vila Pedroso 27/08
- 28) Diretoria Regional de São Miguel Paulista CEU Vila Curuçá 19/08; 20/08; 21/08
- 29) Diretoria Regional de São Miguel Paulista CEU Três Pontes 26/08
- 30) Diretoria Regional de São Miguel Paulista EMEF Marisa Moretti 27/08
- 31) Diretoria Regional de Jaçanã CEU Jaçanã/EMEF Lourenço Filho 20/08; 27/08; 03/09
- 32) Diretoria Regional de Guaianases CEU Lajeado 27/08; 03/09; 12/09

Além do curso de formação as atividades foram ampliadas com rap, teatro, entre outras atividades como segue:

- 1) Oficina: Artesanato Kariri-Xocó
- 2) Mostra de Cinema Guarani
- 3) Cantos e Dança Borum-Krekmun
- 4) Canto e dança Pankararu (Toré)
- 5) Peça de Teatro: Crepúsculo Guarani
- 6) Apresentação Cultural: OZ Rap Guarani
- 7) Oficina: Grafismo e Artesanato Borum Krekmun
- 8) Oficina: Artesanato Guarani –
- 9) Apresentação Cultural: Canto e dança Pankararu (Toré)
- 10) Apresentação Cultural: Toré Indígena Pankararé
- 11) Oficina: Artesanato Kariri-Xocó
- 12) Oficina: Artesanato Pankararé
- 13) Apresentação Cultural: Canto e dança Tupi
- 14) Apresentação Cultural: Toré Fulni-ô
- 15) Oficina: Artesanato, Brincadeira e Língua Guarani
- 16) Oficina: Artesanato Fulni-ô
- 17) Apresentação Cultural: Toré Indígena Pankararé
- 18) Apresentação Cultural: Toré Kariri-Xocó
- 19) Oficina: Xondaro Guarani Mbyá
- 20) Oficina: Práticas Pintura Corporal Kamaiurá
- 21) Apresentação Cultural: Ritual da Tucandeira Sateré-Mawê
- 22) Oficina: Artesanato Confecção de Zarabatana
- 23) Oficina: Contação de História Sateré Mawê
- 24) Apresentação Cultural: Toré Indígena Pankararé
- 25) Oficina: Artesanato, Brincadeira e Língua Guarani
- 26) Apresentação Cultural: Explicação sobre as ervas medicinais e Canto e dança Tingui-Botó, Kariri-Xocó

27) Oficina: Artesanato Fulni-ô

28) Apresentação Cultural: Brincadeiras e danças Aweti

29) Oficina: Confecção de Zarabatana Wassu Cocal

30) Oficina: Xondaro – Guarani Mbyá

31) Apresentação Cultural: Cantos e Danças Kamaiurá

32) Apresentação Cultural: Toré Kariri-Xocó

33) Oficina: Práticas de Arco e Flecha Xavante

34) Apresentação Cultural: Canto e dança Pankararu (Toré)

35) Apresentação Cultural: Toré Wassu-Cocal

36) Oficina: Pintura Corporal Potiguara

37) Apresentação Cultural: Coral Guarani

38) Mostra de cinema Guarani e Oficinas com os Professores do Amorim Lima

39) Apresentação Cultural: Brincadeiras e danças Aweti

A II Mostra Cultural Agosto Indígena CEUs 2015, além ter a participação de representantes Guarani Mbya, que vivem em contexto de aldeia, contou com a presença de mais de 26 etnias que vivem em contexto urbano. Além das que participaram do evento anterior, somaram-se: Borum-Krekmun, Kamaiurá, Potiguara, Pankará e Tupi.

A Secretaria Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo, em 2015, realizou entre os dias 05 e 19 do mês de Agosto a 1ª Mostra Agosto Indígena no Cine Olido em comemoração ao Dia Internacional dos Povos Indígenas. Foram realizadas 23 sessões de filmes que tinham como temática a questão da luta pelos direitos territoriais, a produção de formação de cineastas indígenas e a relação entre indígenas e não indígenas. ²⁹⁹ Houve também a comemoração da ampliação das Terras Indígenas do povo Guarani Mbya da cidade de São Paulo, com a exposição *Nhandekuery São Paulo Pygua - Os Guarani da cidade de São Paulo* que retratou as experiências do Programa Aldeias desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura em parceria com o Centro de Trabalho Indigenista e as aldeias Guarani Mbya de São Paulo. ³⁰⁰

Foi executada em sintonia com ações do Programa Aldeias, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC). No primeiro ano do programa, em parceria com o Centro de trabalho Indigenista (CTI), foram realizadas diversas ações de valorização cultural e fortalecimento político nas aldeias Guarani da Terra Indígena Jaraguá, zona norte de São Paulo, e da Terra Indígena Tenondé Porã, em Parelheiros, extremo sul da metrópole. ³⁰¹

A programação deste evento se deu conforme abaixo: Debate de abertura: 5/08/2015 - 19h Convidados do Programa Aldeias, SMC e CTI. Luta pela Terra: 7/08/2015 21h Com

301 Idem.

²⁹⁹ Fonte: http://programavai.blogspot.com.br/2015/08/1-mostra-agosto-indigena-no-cine-olido.html

³⁰⁰ Idem.

Cristiano Navarro e Jerá Guarani. Olhares Compartilhados: 8/08 17h Com Edgar Teodoro da Cunha e Tatiane Klein. Cineastas Indígenas: 14/08 21h Com Ariel Ortega e Patrícia Ferreira, diretores do filme Bicicletas de Nhanderu. O Retorno da Terra Tupinambá: 18/08 15h Com Cacique Babau Tupinambá e Daniela Alarcon. 302

Vale destacar que o Agosto Indígena nos anos de 2014, 2015, tiveram muitos parceiros. Indígenas, professores e indigenistas abrilhantaram o evento durante estes anos.

Agosto Indígena Autônomo - Fim de um governo...



Em 2016, diferentemente do que ocorrerá nos anos anteriores iniciava uma nova etapa. A Secretaria Municipal de Educação propôs um evento único para debater a questão Indígena, Africana, Afro-brasileira e Imigrante. Comprometendo assim a continuidade do evento Agosto Indígena 2016.

A CAPISP – Comissão de Articulação do Povos Indígenas de São Paulo e Tribunal Popular, juntamente com diversas entidades e organizações sociais, se mostraram insatisfeito com esta proposta e passaram a fomentar discussões em diversas outras regiões.

A principal reivindicação consistia na falta de consulta às comunidades indígenas quanto ao modelo que seria adotado para o evento, desconsiderando inicialmente aquele que

³⁰² Idem.

foi o marco inicial de nosso diálogo, o artigo 169 da OIT. Que colocara as entidades indígenas como principal articulador de suas propostas.

Inúmeras foram as reuniões com a Secretaria Municipal de Educação pela continuidade do evento em 2016, mas não houve acordo.

Visando a continuidade do evento, em 14 de junho de 2016, foi encaminhada uma nota de ao Secretário Municipal de Educação, Gabriel Chalita, solicitando a manutenção do evento, que foi assinada pela Comissão de Articulação dos Povos indígenas de São Paulo – CAPISP, GT Indígena do Tribunal Popular, Programa Pindorama, Pastoral Indigenista de São Paulo. Abaixo segue trechos da carta:

Realizar em separado não significa que a SME segmenta as minorias, mas sim as valoriza e por isso dedica um mês de ações para cada uma delas. Não obstante, as ações que a SME vem realizando nos últimos dois anos, ainda não são suficientes para implementação da LDB, no que reza a Lei 11.645\08, já que a mesma obriga o ensino das HISTÓRIAS E CULTURAS DOS POVOS INDÍGENAS no cotidiano escolar e sabemos que isso não ocorre nas escolas municipais, salvo exceções. Vale lembrar, que o Brasil é signatário da Convenção 169 da OIT e que portanto, qualquer mudança em políticas públicas, mesmo que inclusão ou exclusão delas, deve ser amplamente discutido com a população indígena direta e indiretamente impactada. E não pode fazer outra interpretação da referida legislação, senão a consulta ampla à população indígena, de preferência que se escute às organizações indígenas e as lideranças de cada povo, no caso da Cidade de São Paulo, são mais de 30 povos, com mais de 35 mil membros, portanto não adianta uma única liderança ser consultada, pois no máximo, esta liderança só fala por seu povo ou sua comunidade, se assim for designada para representar seu respectivo povo e não pelos povos indígenas residentes na cidade. Portanto, tirar o foco da questão indígena, no "Agosto Indígena" muito prejudica a nós, povos indígenas e colabora para a invisibilidade que vimos combatendo, pelo menos na esfera municipal, com a realização desta jornada de formação de educadores, no intuito de um dia ser possível vermos a Lei 11645, de fato implementada na rede municipal de ensino.

A Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo – CAPISP e Tribunal Popular de forma autônoma se articulou com diversas organizações para realizar o evento. Foi

assim que em 16 de Agosto de 2016 teve início a abertura do evento autônomo no pátio do Colégio em São Paulo. Todo o evento seria pautado seguinte tema "Qual o espaço Social que o Capitalismo nos reserva – Genocídio e Étnocidio".

Compuseram as atividades organizações como o MAE (Movimento Autônomo pela Educação), Espaço Milton Santos em São Matheus, Rede Indígena do Instituto de Psicologia de São Paulo –IP/USP, Faculdade Paulista de Serviço Social, Al Janiah, Faculdade de Filosofia da USP, EMEF Almirante Sylvio Heck, Levante Indígena da USP, entre outras organizações.

Entre os eventos destacamos:

- 1) A abertura foi realizada no Pátio do Colégio no Centro de São Paulo. Com a presença das etnias Pankará, Pankararé e convidados.
- 2) Que Espaço Social o Capitalismo nos Reserva? Quem Resistiria e Lutaria contra o extermínio por mais de 500 anos? O Espaço Milton Santos, localizado no extremo da periferia (Bairro de Pirani em São Matheus) reuniu um grupo de Professores, Comunidade e alunos do entorno da EE Prof Ademar António Prado.
- 3) O Debate sobre a Resistência Indígena e Defesa dos Direitos Indígenas realizado na FAPSS- Faculdade Paulista de Serviço Social
- 4) História- Memoria dos Povos Indígenas. A luta por direitos e as Políticas Sociais realizado na PUC-SP com apoio da Apropuc, Graduação e Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP.
- 5) Que Espaço Social o Capitalismo nos Reserva? Genocídio e Etnocídio Indígena 516 anos a invasão à Ditadura e ao Capitalismo realizado no Espaço Al Janiah.
- 6) Houve uma roda de conversa no Instituto de Psicologia da USP- Rede Indígena fortalecendo a Presença de Indígenas no **Movimentos Indígenas da Capital de São Paulo**.
- 7) O Levante Indígena realizou uma deliciosa conversa junto aos alunos da Faculdade de Educação de São Paulo, na USP.
- 8) Movimentos autonomistas como o MAE Movimento Autônomo pela Educação fizeram inserções sobre a luta indígena em várias frentes de luta na cidade de São Paulo. Entre outros eventos...

No Agosto Indígena Autônomo. foram organizadas atividades que aconteceram em diversos locais da cidade de São Paulo e foi um momento importante para o **Movimento**

Indígena de São Paulo pensar outros caminhos e ações juntamente com parceiros de outras vertentes. O Movimento Indígena se aproximou dos Movimentos Libertários. Destaco aqui pequenas organizações indígenas como a Comissão de Articulação dos povos Indígenas de São Paulo que protagoniza junto a seus apoiadores está luta na implementação da construção do saber e presença indígena no Estado de São Paulo. O pensamento libertário podemos aqui expor e compreender com o conceito de liberdade anarquista. Conforme menciona Errico Malatesta:

O anarquista é, por definição, aquele que não quer ser oprimido e que não quer ser opressor, aquele que deseja o maior bem-estar, a maior liberdade, o maior desenvolvimento possível para todos os seres humanos.

Suas ideias e suas vontades têm origem no sentimento de simpatia, de amor, de respeito para com a humanidade: um sentimento que deve ser suficientemente forte para fazer com que cada um queira o bem dos outros, assim como quer o seu próprio bem, renunciando as vantagens pessoais cuja obtenção requer o sacrifício dos outros.

Compreendemos esse novo momento como cita Acácio Augusto, Pablo Ornelas Rosa e Paulo Edgar R. Resende em Resistência Anarquista em Novíssimos Movimentos Sociais:

Um espectro ronda a Ciência Política — o espectro da ação política que foge de institucionalizações, da busca por hegemonia ou do controle e influência sobre o Estado. Os saberes legitimados como conhecimento científico da área coincidem na busca de enquadrar essas atuações em algum tipo de normatização reconhecida pelos paradigmas teóricos consolidados nos espaços acadêmicos. Necessitam encontrar uma possibilidade de localizar as ações políticas coletivas e individuais que passaram a escapar à leitura das classes sociais e/ou grupos de pressão organizados em partidos, sindicatos, conselhos, associações, empresas e quaisquer outros espaços da vida cotidiana institucionalizada. (AUGUSTO, ROSA, RESENDE, 2015, p. 15)

E continuam:

.

Algo de novo ou de novíssimo está acontecendo. Essa Novidade advém do reconhecimento das multiplicidades e de suas possibilidades e potencialidades de lutas e resistências que escapam àquelas apresentadas como as únicas formas possíveis de se conquistar espaços políticos. Os movimentos anarquistas históricos sempre buscaram localizar relações de poder, dominação e repressão mostrando como elas operam, no intuito de destruí-las posteriormente na busca pela horizontalização do poder. (AUGUSTO, ROSA, RESENDE, 2015, p. 15)

.

Estávamos diante de uma nova possibilidade que era unir forças e pensar alternativas para a luta das minorias em São Paulo. Diante do que fora exposto em novas potencialidades de lutas. Tínhamos uma possibilidade de nos aproximar dos Secundaristas que realizaram um dos maiores movimentos da história da Educação de São Paulo. Num movimento de ocupação que terminou em 240 escolas em todo Estado de São Paulo. Até então os professores atendidos eram os da Prefeitura de São Paulo e diante desta mudança de percurso. Começamos a dialogar com muitas organizações ligadas a Professores do Estado de São Paulo.

Neste sentido o MAE, Movimento Autônomo pela Educação que desde o início das ocupações fortaleceu a luta pela autonomia dos alunos e é um dos grandes movimentos que luta pela implementação da lei 11.645/08 em vários âmbitos da educação. Como prática libertária. Uma vez que a vida e luta dos povos indígenas é um dos grandes desafios da educação no seculo XXI. Uma vez que a educação ainda é um fator primordial para a autonomia dos alunos no que diz respeito à inversão da cultura europeia, eurocentrista e etnocêntrica. Para os movimentos Libertários como o MAE a implementação da Lei irá realizar a mudança necessária para a educação libertária.

Diante disto, O MAE, Levante Indígena, GT indígena do Tribunal Popular entre outros estavam antenados com um novo movimento que se inicia em 2016 com a criação de um agosto indígena alternativo ao modelo institucionalizado.

E é bom mencionar que mesmo insatisfeitos em 2016, os Movimentos Indígenas da capital de São Paulo decidiram que iriam participar do evento unificado organizado pela SME-

SP, justamente para dar continuidade e denunciar as ações do Governo Federal. Mostrando ações anti-indígenas e anti-democráticas. O objetivo era manter um espaço para o fortalecimento da luta indígena na cidade de São Paulo.

Verificamos que a discussão sobre a temática indígenas estava se intensificando nas escolas da RME, muitas se organizaram de forma autônoma e convidaram vários indígenas para promover atividades e debates, a fim de continuar a descobrir os caminhos a se percorrer para a implementação da Lei 11.645/08 e denunciar ações anti indígenas que estavam se intensificando em todo o país. Pioneiros dentro desta luta juntamente com os povos indígenas de São Paulo tem sido o Cieja Campo limpo³⁰³ (Centro de Integração de jovens e Adultos) ligado a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo que há tempos tem organizado eventos sobre a temática indígena.

Além das escolas, outras entidades de luta libertária, como o MAE – Movimento Autônomo pela Educação, Tribunal Popular, Espaço Milton Santos de São Matheus, Cine Campinho em Guaianases, Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, entre outras entidades abrilhantaram o Agosto Indígena 2016 e 2017. Surge assim um modelo não institucionalizado e sim pela via da horizontalidade. (falar mais da horizontalidade)

Os eventos tiveram intensa participaçãoo de indígenas e militantes da causa como: Sassa Tupinamba, Giva Leonel, Yolanda Potiguara, Amaro Potiguara, Casé Angatu, Shirley Pankará, Emerson Guarani, Cristina Roseno, Letícia Payaya entre outros.

AGOSTO INDÍGENA (2017)

O ano de 2017 iniciou com varias reuniões do Conselho de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo que discutiu a importância de se dar continuidade no evento Agosto Indígena e a implementação da Lei no 11.645/08. E carece de avaliação que em breve iremos dispor para toda a rede de educação do Brasil e frentes de lutas alternativas de todo pais.

Local CIEIA Campa Limna localiza

³⁰³ Local: CIEJA Campo Limpo, localizado na Zona Sul de São Paulo (SP). Mais informações encontram-se disponível em http://blogdociejacampolimpo.blogspot.com.br/p/historia.html acesso 01/12/2020

REFLEXÕES FINAIS

O Agosto Indígena, realizado entre os anos de 2014 a 2017, foi uma experiência de aplicação da Lei no 11.645/08, cujo protagonismo das populações indígenas de São Paulo foi central neste processo. Constituiu uma ação afirmativa que procurou dialogar com os desafios atribuídos para a educação atualmente: pensar o currículo como um espaço de reflexão sobre seus processos de aprendizagem, um lugar de permanente reconstrução, de luta para constituição. Local: CIEJA Campo Limpo, localizado na Zona Sul de São Paulo (SP). Mais informações encontram-se disponível em http://blogdociejacampolimpo.blogspot.com.br/p/historia.html

Relato de experiência do protagonismo de populações historicamente excluídas, um espaço que defenda a diversidade e a diferença. Para isso, acredita-se que a formação de professores é fundamental para esta transformação. Ao longo destes anos o evento contou com muitos parceiros: indígenas, professores e indigenistas. Foram oferecidas aproximadamente 10.000 vagas em cursos de formação de professores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, sempre privilegiando o protagonismo indígena.

Por fim, acredita-se que eventos como o Agosto Indígena são fundamentais para a diminuição do preconceito e desigualdades, pois vislumbra uma educação descolonizadora, em que há o reconhecimento da importância de todas as culturas, partindo do princípio que a valorização dos diversos sujeitos históricos constituem experiências inestimáveis que podem transformar a sociedade.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Acácio. ROSA, Pablo Ornelas. RESENDE, Paulo Edgar R. Resistência Anarquista em Movimentos Novíssimos Movimentos Sociais. In: XVII Congresso Brasileiro de Sociologia 20 a 23 de Julho de 2015, Porto Alegre (RS).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. D.O.U de 05/10/1988

 Lei no 10	0.639, de 9	de janeiro	de 2003.	D.O.U de	10/01/200)3
Lei no 1	1.645, de 1	0 de março	de 2008.	D.O.U de	11/03/20	08

Decreto no 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção no 169 da
Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre os povos indígenas e tribais. D.O.U de
19/04/2004 GUARANI, E. de O. Reflexão para as(os) psicólogas(os) no "Dia do Índio. In:
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. Povos indígenas e psicologia:
a procura do bem viver. São Paulo: CRP SP, 2016
A construção de políticas públicas voltadas para universitários indígenas
e o resgate cultural de grupos étnicos que vivem em contexto urbano: os desafios para se
trabalhar a questão étnica no Brasil . In: VV.AA PUEBLOS INDIGENAS Y EDUCACION .
Quito- Equador. Abyayala, 2015.
IBGE (2010). Censo Demografico 2010: Características gerais dos indígenas -
Resultados do Universo. Rio de Janeiro: disponível em:
$http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf.$
Acesso em: 14 de março de 2016.
CARDOSO, F. B.; GUARANI, E. O. Formação de professores e a lei 11.645/2008
Relato de experiência
JANUÁRIO, E. Aspectos histórico-econômico das relações étnico-raciais no Brasil: um
método para a formação de educadores para a Educação das relações Étnico-Raciais na cidade
de São Paulo.Sankofa. Revista de Histórica da África e de Estudos da Diáspora Africana, Ano
VII, no XV, Agosto/2015
MALATESTA, E. Anarquismo e Anarquia. Faísca Publicações Libertarias, 2009.
SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação. Núcleo Étnico-racial. O que é
importante lembrar no "dia do índio": subsídios para a discussão da História e Cultura Indígena,
$2014.\ Disponível\ em:\ https://groups.google.com/forum/m/\#!topic/emei-joaquim-manuel-de-de-de-de-de-de-de-de-de-de-de-de-de-$
macedo/Dt3I5wEPPUA
, Secretaria Municipal de Educação. Programação da II Mostra Agosto
Indígena nos Ceus – 2015. Disponível em:
http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/18348.pdf
, Secretaria Municipal de Educação. Programação da II Mostra Agosto
Indígena nos Ceus – 2015. Disponível em:
http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/II-Mostra-
Cultural- Agosto-Indigena-nos-CEUs.

_______, Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Divisão de Ensino Fundamental e Médio. Direitos de aprendizagem dos ciclos interdisciplinares e autoral: História. São Paulo: SME/COPED, 2016 (Coleção Componentes Curriculares em Diálogos Interdisciplinares a Caminho da Autoria)

Agosto Indígena 2017 – Lutas Indígenas anti-capitalistas e sem fronteiras



Os eventos do ano de 2017, foram uma mescla de autonomia e eventos realizados às pressas pelas Diretorias de Ensino da Prefeitura de São Paulo. Muito às vésperas do mês de agosto. A Prefeitura de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Educação resolveram marcar uma reunião para acertar os detalhes das contratações. Nossa Comissão formada pela CAPISP – Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo e Tribunal Popular resolvemos assim como acordado nos anos anteriores continuar com um evento autônomo. O Agosto Indígena 2017 teria como nome: LUTAS INDÍGENAS ANTÍ CAPITALISTAS E SEM FRONTEIRAS. Os eventos seriam realizados entre 18 de Agosto a 18 de Setembro e iriam ser realizados em vários locais da cidade de São Paulo.

Sendo assim encaminhamos nosso slogan para diversos locais e seguimos na programação: IV Agosto Indígena 2017: "Lutas Indígenas, sem fronteiras e anticapitalistas."

O evento do dia 18/08/2017, foi realizado no auditório do CRP/SP Conselho Regional de Psicologia. Horário: 18h00 às 22h00, Local: Auditório do Conselho Regional de Psicologia

de São Paulo - CRP 06 com Endereço: Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América, São Paulo, SP. Entrada gratuita.

Trata-se de Etapa do Agosto Indígena que teve início em 2014. Faz parte integrante de uma série de eventos que irão ocorrer durante o mês de agosto 2017 em vários pontos da cidade de São Paulo, além de outras regiões do Estado de São Paulo. Será uma mesa com quatro lideranças indígenas que irão expor o tema: Agosto Indígena 2017: Lutas Indígenas, sem fronteiras e anticapitalistas.

As mesas de debates são parte de eventos sobre a luta indígena como espaços autônomos dos povos indígenas do Estado de São Paulo.



Em 09 de agosto, é comemorado o Dia Internacional dos Povos Indígenas. A data foi criada por decreto da ONU em 09 de agosto de 1995, como resultado da atuação de representantes de povos indígenas de diversos locais do globo terrestre. Essa atuação visava criar condições para a interrupção dos ataques sofridos pelos povos indígenas em seus territórios que perpassa séculos de genocídio e etnocídio.

Em parceria entre o Núcleo Psicologia e Povos Indígenas do CRP SP, CAPISP (Comissão de Articulação dos povos indígenas de São Paulo) e Tribunal Popular promove uma roda de conversa com lideranças indígenas e militantes da causa indígena para debaterem junto à psicólogas(os) e sociedade civil a luta dos povos indígenas na atualidade, e uma apelo para que essa luta deve ser cada vez mais incorporada as pautas de resistências contra o sistema, que

não respeita o modo de vida tradicional dos povos indígenas, promovendo disputas territoriais cada vez mais acirradas. ³⁰⁴

Roda de Conversa com as lideranças indígenas e demais participantes:

Mary Ueta - Conselheira do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - CRP 06.

Casé Angatu - Prof. Dr. Carlos José F. Santos: Indígena e Morador no Território Tupinambá em Olivença (Ilhéus/Bahia); Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (Ilhéus/Bahia); Doutor pela FAU/USP; Mestre pela PUC/SP; Graduando em História pela UINESP; Autor dos Livros: "Nem Tudo Era Italiano – São Paulo e Pobreza na Virada do Século XIX-XX". SP: Annablume/Fapesp, 4ª. Edição 2017.

Emerson de Oliveira Souza - Povo Guarani. Bacharel em Ciências Sociais, professor de História e Sociologia da rede estadual de São Paulo e co-autor do Livro "A Criação do Mundo e Ouras Belas Histórias Indígenas!", Formato/Saraiva, 2011.

Danilo Silva Guimarães - Psicólogo. Professor Doutor do Instituto de Psicologia da USP, onde fundou e coordena o serviço Rede de Atenção à Pessoa Indígena. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

Givanildo Manoel - Militante de Defesa dos Direitos Humanos e de Movimento Popular, Escritor e Organizador do Livro "Desmilitarização da Polícia e da Política: Uma resposta que virá das ruas".

³⁰⁴ Sitio eletrônico http://crpsp.org.br/indigenas/default.aspx acesso 02/09/2018



Embora a Prefeitura de São Paulo e Secretaria Municipal de Educação a princípio tentasse descaracterizar o agosto Indígena em todas as regiões. Muitos colaboradores e entidades ligadas a questões Sociais. Desenvolveram atividades de fortalecimento da indígena. O Cine presença Campinho localizado na região de Guaianases realiza eventos fortalecimento da identidade do bairro. Descobrimos na parceria

Uma das caracteristicas dos eventos do Agosto Indígena Junto a Secretaria de Educação de São Paulo em 2017 foi formular debates e convites de palestrantes sem sequer realizar uma reunião a fim de definir a pauta conjunta de participações. Ao fim muitos indigenas que estiveram nas mais diversas mesas em todos os Centros Unificados de Educação ficaram de fora da proposta inicial que sempre foi dar visibilidade a presença indigena na cidade de São Paulo.



Os eventos que ocorreram por conta da Diretoria de Ensino de Butantã foi realizada no dia 09/08/2017 no CEU Butantã – Agosto Indigena "Re-existir": Indigenas em Contexto

Urbano. Contou com a Toré Infantil com as crianças do CEI e EMEF – CEU Butanta. Ainda teve a participação dos palestrantes Hortencia Lopes (Guarani Nhandeva), Ricarda de Araujo e do Professor Leno Vidal.



No dia 24/08/2018 foi autorizada a dispensa de ponto dos servidores da Educação para o evento do Agosto Indígena a se realizar na Uni Nove — Campus Barra Funda através da portaria Nº 6.707, DE 18 DE AGOSTO DE 2017. Na ocasião o chamado para o evento se da em conformidade com as as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 que alteraram a Lei nº 9.394/96 - LDB, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira e indígena" a necessidade de evidenciar o protagonismo indígena nos mais diversos campos de atuação histórica, social, cultura e política. Em outro comunicado nº 686 de 18 de agosto de 2017 a Secretaria Municipal de Educação e comunica que o objetivo é:

• Evidenciar o protagonismo indígena nos mais diversos campos de atuação histórica, social e Política em conformidade com a lei Nº 10.639/03 de 09 de Janeiro de 2003 e nº 11.645/08 de Março de 2008 que alteram a lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece que as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira e indígena".

• A Cultura dos povos indígenas no Brasil: Tradições, Histórias e culturas.

O evento por assim dizer foi destinado para professores de Educação Infantil, Professor de Ensino Fundamental II e Médio, Coordenador Pedagógico, Diretor de Escola e Coordenador dos CECIS, Supervisores, Diretores Regionais, Diretores e Formadores de DIPEPS com carga horaria de 8 horas presenciais. Foram distribuídas vagas para todas as diretorias de Ensino de São Paulo: DRE Butantã 30 vagas, DRE Campo Limpo 45 vagas, DRE Capela do Socorro 35 vagas, DRE Freguesia/Brasilândia 35 vagas, DRE Guaianases 30 vagas, DRE Ipiranga 25 vagas, DRE Itaquera 25 vagas, DRE Jaçanã/Tremembé 35 vagas, DRE Penha 30 vagas, DRE Pirituba/Jaraguá 40 vagas, DRE Santo Amaro 30 vagas, DRE São Mateus 40 vagas, DRE São Miguel 40 vagas e Secretaria Municipal de Educação 10 vagas. Num total de 450 vagas distribuídas para todas as Diretorias de Ensino. Os Palestrantes foram Leno Vidal, Chirley Maria de Souza Almeida dos Santos (Pankará), Cristino Pereira Wapichana, Tupã de Oliveira Paula, Isaque Karai Jeguaka e Adriana Queiroz Testa. O evento ocorreu no Campus Memorial da Barra Funda nos horários das 08:00 às 13:00 e das 12:00 às 17:00 horas do dia 24/08/2018.

Já o comunicado Nº 89, de 07, de agosto de 2017 apontou o Seminário Agosto Indígena: Resistência e História na Cidade de São Paulo que se realizou no dia 19/08/2017 das 08:00 ao 12:00 horas. E teve 400 vagas disponíveis, e discutindo os seguintes temas:

- Identificar a Diversidade Indígena no Brasil
- Reconhecer a Contribuição da Cultura Indígena.
- Conhecer aspectos Culturais dos povos Indígenas com foco no povo Potiguara e Guarany Mbya.
- Dar Visibilidade a Cultura do Povo Potiguara e Vivência da Militância no Movimento Indígena
- Pintura Corporal do Povo Potiguara
- A Cultura Potiguara e Toré Potiguara (Dança)
- Diversidade indígena no Brasil

O evento contou com palestra, apresentação cultural e oficina e contaram com a presença de Olivio Zeferino da Silva (Olivio Jekupe), Edna Ferreira e Amaro Cosmo de Mesquita do povo Potiguara de São Paulo. Puderam se inscrever os agentes escolar, Assistente Técnicos de Educação I, Assistente de Diretor de Escola, Auxiliar Técnico de Educação,

Coordenador Pedagógico, Diretor de Divisão Técnica, Diretor de Escola, Diretor Regional de Educação, Gestor CEU, Professor de Educação Infantil I, Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, Professor de Ensino Fundamental e Médio, Secretario de Escola e Supervisor de Escola. Com carga horaria de 08 horas presencias. O Evento foi realizado no CEU Alvarenga, na Estrada do Alvarenga, 3752 — Balneário de São Francisco, Pedreira. Este evento teve como Diretoria organizadora a Diretoria Regional de Santo Amaro.

Agosto Indígena 2018 na Universidade de São Paulo – USP: Povos Ameríndios e a Política do bem Viver.



Disponível em: https://youtu.be/nMBUTPFk9As

Em 10/08/2018 o CESTA foi realizado na sala 14 do Departamento de Antropologia entre 10:00 – 12:00 horas com o Centro de Estudos Ameríndios e Agosto Indígena. O evento Intempestiva com Eliel Benites (UFGD) com o tema - Tekoha Ñeropu'ã Aldeias que se levantam no entorno da Reserva Indígena de Caarapó (MS). A proposta foi compartilhar o desenvolvimento da pesquisa de Doutorado intitulada "A Busca do Teko Araguyje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowa, no entorno da Reserva Indígena Te'yikue/MS", que, conta como desenvolvimento no campo da Geografia na Faculdade de Ciências Humana/UFGD/MS e, as reflexões baseadas nos dados obtidos no primeiro semestre de 2018. O foco foi o processo da estruturação inicial da tese, a descrição e reflexões sobre a produção do Tekoha no contexto da luta pelo Território Guarani Kaiowa, as estratégias metodológicas da pesquisa e as articulações políticas da própria pesquisa.

No mesmo dia a Mesa 2 no horário: 15:00 a 18:00 horas foi o lançamento oficial do Agosto Indígena 2018: Povos Indígenas e a Política do Bem Viver.

Jaime Mayoruna – Povo Mayoruna do Amazonas, Formado em Ciências Sociais UFSCAR/SP -PPGAS/USP. Emerson de Oliveira – Povo Guarani Nhandeva – Indígenas em Contexto Urbano. PPGAS/USP. Sassá Tupinambá – GT Indígena do Tribunal Popular e Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo. Iolanda Potiguara –Graduanda em Ciências Biológicas. Chirley Pankará – Etnia Pankará, Pedagoga e mestre em educação pela PUC São Paulo. Coordenadora Geral do Centro de Educação e Cultura Indígena - Ceci Jaraguá. Benedito Prezia – Coordenador do Programa Pindorama da PUC/SP – indígenas na Universidade hoje. Coordenação. Marta Amoroso - USP/SP

O dia 13/0/2018 no Departamento de História no Auditório Nicolau Secenko das 17:30 a 19:30 horas Agosto Indígena 2018: Povos Ameríndios e a Política do Bem Viver apresentou o Filme – Tenonderã – Um olhar para o futuro (Roberto Veríssimo de Lima 19 min.) com Chirley Pankará – Etnia Pankará, pedagoga e mestre em educação pela PUC São Paulo. Coordenadora Geral do Centro de Educação e Cultura Indígena - Ceci Jaraguá. 2- Cauê Tanan – Mestrando em História Social USP - Brasil: "Uma pais miscigenado" 3 - Fabiano André Atenas Azola – Mestrando em Antropologia Social – FFLCH/USP - A Justiça de Reparação como espaço de "lógica interétnica": O processo de constituição do GT indígena na Comissão Nacional da Verdade. 4- Sergio Monteiro – Professor e Representante do MAE- Movimento Autônomo pela Educação - Lei 11.645/08 e os Povos Indígenas. Mediador: Lê Gon – Estudante de História e Levante Indígena da USP Mediador: Maria Carolina Loureiro Fernandes PPGAS/USP.

O dia 14/08/2018 o Instituto de Psicologia – Casa de Culturas Indígenas no horário: 14:00 a 17:30 horas. Mesa: Povos Ameríndios e a Política do Bem Viver. Jaime Mayoruna – Povo Mayoruna do Amazonas, Formado em Ciências Sociais UFSCAR/SP e Mestrando em Antropologia Social PPGAS/USP. Wilbert V. Lopes – Sociólogo, pesquisador boliviano de origem quéchua. Doutorando no Institutdes Hautes Etudes de l'Amérique latine, Université Sorbonne Paris, França. Lemas quéchuas: Metamorfose de concepções nas lutas pela formação do Estado Plurinacional da Bolívia.Lucas Blsud Ciola – Educador Ambiental e Mestrando em Linguística. Material Didático para Escola Indígena. Juliana Vignado - Mestranda em Linguística USP – Um, dois três, outro, mão. A importância dos numerais indígenas para a

pesquisa linguística. Mediador: Cauê Tanan - Mestrando em História Social USP Coordenação: Talita Lazarín Dal Bó - Antropóloga - Doutora em Antropologia Social.



Dia 15/08/2018 Horário: 15:00 a
18:00 horas
Agosto Indígena
2018: Povos
Indígenas e a
Política do Bem
Viver.

https://youtu.be/Oo6AuNMMuc8

Mesa "Políticas ameríndias nos Andes e na Mesoamérica", dia 15 de agosto às 15:00. Flávia Gimenez de Fávari - "Indígenas pero no mucho. Uma análise da questão indígena na Comissão da Verdade e Reconciliação do Peru"; Brett Buckingham - "Colonialismo e conhecimento no pensamento aymara"; Fábio Alkmin - "Por uma geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas" Lucas da Costa Maciel - "Yeknemilis: política e autonomia nahua". Coordenação: Renato Sztutman Mediação: Emerson SouzaPPGAS/USP.



Dia 17/08/2018 Horário: 14 horas
CEstA Intempestiva – Luis
Cayón (UnB)
Disputas fraternas: poder,
hierarquia e heterarquia no
Alto Rio Negro

https://youtu.be/pC_YASqCkdA

O Departamento de História recebeu novo evento no dia 20/08/2018 – Horário: 17:30 a 19:30 horas- Auditório Nicolau Secenko. Mesa: Ações afirmativas ou Reparação histórica? Filme – 15 Anos do Programa Pindorama da PUC-SP. Jaime Mayoruna – Povo Mayoruna do Amazonas, Formado em Ciências Sociais UFSCAR/SP e Mestrando em Antropologia Social PPGAS/USP. Talita Lazarín Dal Bó – Antropóloga – Doutora em Antropologia Social – Políticas. Afirmativas hoje. O que é? Como são? Benedito Prezia – Antropólogo e Coordenador do Programa Pindorama da PUC/SP. Vanusa Costa Santos – Povo Kaimbé e Graduanda do segundo Ano do Curso de Serviço Social pelo Programa Pindorama da PUC/SP. Debatedor: Ramiro German Gonzalez Rial - Docente Psicologia Escuela de Psicologia USS Universidad San Sebastian. Coordenação: Pedro Cesarino

Em 21/08/2018 o Instituto de Psicologia - Casa de Culturas Indígenas das 14:00 a 17:00 horas. Mesa: Povos Ameríndios e a Política do Bem Viver: A interdisciplinaridade e os Povos Indígenas. Roberta de Queiroz Hesse - PPGAS/USP Aculturação, uma ferramenta conceitual possível? Pensando Territorialidade e Política na Terra Indígena São Jerônimo (PR) Ramiro German Gonzalez Rial - Docente Psicologia Escuela de Psicologia USS Universidad

San Sebastian – Psicologia e Povos Ameríndios na América. Letycia Rendy Yobá – Historiadora, Especialista em História e Culturas Indígenas/ Movimento Levante Indígena da USP. Marina Vanzolini. Mediador: Lucas da Costa Maciel/PPGAS. coordenação: Jayme Mayoruna.

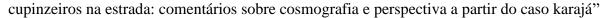
O dia 24/08/2018 - Horário: 14 horas. Diálogos Ameríndios – Jaime Mayuruna e Emerson Oliveira (PPGAS/USP). Indígenas nas universidades: Sonho ou realidade? Agosto Indígena 2018: Povos Indígenas e a Política do Bem Viver. O evento está disponível em https://youtu.be/kbiACR_hUf8:



No dia 27/08/2018 o Departamento de Antropologia - Sala 14 das 15:00 a 18:00 horas o Agosto Indígena 2018: Povos Indígenas e a Política do Bem Viver. Recebeu Thiago Magri Benucci – PPGAS/USP - Nos meandros da transformação: variações sobre o habitar Yanomami do Rio Marauiá (Amazonas, Brasil) Danilo Silva Guimarães – Psicologia Cultural e Rede Indígena IP- USP. Sassá Tupinambá - GT Indígena do Tribunal Popular e Capisp – Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de SP. Povos Ameríndios e a Política do Bem Viver

Mediador: Lê Gon – Estudante da Letras e Levante Indígena da USP. Coordenação: Shisleni Oliveira Macedo PPGAS/USP.

Em dia 27 de agosto de 2018 as 15h disponível em https://youtu.be/GW5sSEM2TrU
CEstA Intempestiva – Eduardo S. Nunes (UFOPA) com o tema "A cortina de água e os





Seguido do evento as 14 horas. CESTA Intempestiva com Marcus Vinícius Schmidt da (PROCAM/USP) com Incêndios florestais e as mudanças ambientais na percepção dos índios do Xingu. Ikpeng, Waujá e Kawaiwete disponível em https://youtu.be/yW4jK7Zx5Qs.



Agosto Indígena 2019 – De autônomos a Instituições: As Redes

O Agosto Indígena é como se fosse um evento de código aberto. Não possui donos e a organização se dá em inumaras regiões de São Paulo. Abaixo uma unidade EMEF Shirley Guio em evento junto aos seus alunos no dia 22/08/2018. Tenho acompanhado inúmeros eventos como este e é pouco diante da maior rede de educação do Brasil.



Sendo assim é sempre importante provocar as estruturas de Governo. Os povos indigenas de todo o Brasil são conhecedores dessa ação arquitetada de muitos grupos contrarios a essa luta politica no interior das escolas.

Os educadores, ao implementarem essa lei passarão a realizar uma síntese da realidade social de suas cidades no que diz respeito à questão indígena e sua perspectiva de introdução de um modelo novo de aprendizado, já que a lei em vigor busca uma maior sintonia com a realidade dos povos indígenas do Brasil.

Outro exemplo é do Cine Campinho que desde o ano de 2017 se uniu a causa do Agosto Indígena, uma vez que os proprios indigenas que vivem na região do projeto fazem parte da ação de promover a inversão necessaria na construção de outras histórias sobre os povos indigenas. Neste sentido é preciso comprrender a dimensão que se dá ao trabalhar a tematica

não de forma romantizada. Mas de forma real, no sentido correto. Mostrando a real história dos povos indigenas e sua presença nas cidades como São Paulo.



AGOSTO INDÍGENA 2019 - PROGRAMAÇÃO COMPLETA

30/08/2019 das 10:00 às 13:00 - Instituto de Psicologia da USP - IPUSP Casa de Culturas Indígenas da USP junto ao Instituto de Psicologia Endereço: Avenida Professor Mello de Morais, 1721 - Butantã, São Paulo

Agosto Indígena 2019: Roda de Conversa: "Trocas de Saberes e Experiências Indígenas" com Universitários Indígenas da UNICAMP, UNIFESP/Guarulhos, UFSCAR e PINDORAMA/PUC-SP.



30/08/2019 das 14:00 às 17:00 - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas USP/Butantã

Endereço: Avenida Professor Luciano Gualberto, 315 - Auditório da sala 14

Agosto Indígena 2019: Ações Afirmativas na Universidade de São Paulo

- 1 Fabiane Medina Guarani. Doutoranda em Ciência Política do IFCH Unicamp.
- 2 Benedito Prezia Coordenador do Programa Pindorama da PUC/SP "Experiências do Pindorama da PUC para as ações afirmativas".
- 3 Prof. Eduardo Natalino Departamento de História/USP "Ensino de história indígena para professores e historiadores".

Mediador: Emerson de O. Souza - PPGAS/USP

Capisp - Comissão de Articulação dos Poyos Indigenas de São Paulo

Debatedora: Profa. Marina Vanzolini - PPGAS/USP

O evento contará com a presença de Universitários Indígenas da UNICAMP, UNIFESP/Guarulhos, UFSCAR e PINDORAMA/PUC-SP.

Haverá venda de Arte e Artesanato Indígena no local.



31/08/2019 das 09:00 às 14:00 horas - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas USP/Butantã – Encerramento

Endereço: Avenida Professor Luciano Gualberto, 315 - Auditório da sala 14

Agosto Indígena 2019: Educação e Direitos Indígenas hoje

- 1 André Augusto Bezerra AJD Associação de Juízes para a Democracia
- 2 Sassa Tupinambá GT Indígena do Tribunal Popular e CAPISP Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de SP. "O Direito dos Povos Indígenas".
- 3 Pedro Pulzato Peruzzo. Advogado e Professor da PUC-Campinas. "Lutas indígenas no contexto da Política Atual".
- 4 Lucia Helena Rangel. Antropóloga PUC-SP e Coordenadora do Programa Pindorama da PUC-SP

Mediadora: Vanuzia Costa Santos - Povo Kaimbé e graduanda do terceiro ano do curso de Serviço Social pelo Programa Pindorama da PUC/SP.

Coordenação: Prof. Renato Sztutman - PPGAS/USP

A mesa será dividida em dois momentos: das 09:00 às 11:30 e das 12:00 às 14:00 Haverá venda de Arte e Artesanato Indígena no local.



Devido a Pandemia do Covid 19. Não houve o evento presencial do Agosto Indígena em 2020.

O BRASIL QUE QUEREMOS 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular

"Chega de 500 anos de luta, sofrimento, humilhação e engano que vem acontecendo há tantos anos e anos... Há 500 anos atrás nossas terras eram cheias de riquezas, de ouro, florestas. Tinha muita gente nessa terra. Nossos filhos eram felizes. Mas para tristeza e infelicidade de todos, chegou um homem diferente. Alto, branco, não falava a nossa língua e não conhecia a nossa cultura. Chegou falando de um Deus muito poderoso. Nos chamaram de pagãos. Mostrou-nos uma cruz e nessa cruz pregou nossos antepassados... A nossa vida começou a sofrer seriamente... Hoje somos escravos do destino que nos trouxe a esse milênio. Há algum motivo para comemorar esses 500 anos de sofrimento?" (Glória Cornélio, professora Kaingang do Toldo Chimbangue, Santa Catarina)

Juntamente com os 2.000 representantes indígenas, reunidos em Porto Seguro, participantes de uma grande marcha que deseja relembrar a memória de milhões de indígenas mortos ao longo desses 500 anos, queremos denunciar:

- 1. a farsa das festas triunfalistas dos que continuam proclamando a mentira de que "o Brasil foi descoberto em 1500". O fato de ignorar a presença de mais nações indígenas que aqui viviam, com uma população com cerca de cinco milhões de pessoas, é um erro histórico e uma visão colonialista imposta por Portugal e que até hoje é aceito passivamente pela sociedade brasileira;
- 2. o modelo português, herdado da Colônia, que fez do Brasil um grande latifúndio, tocado a braço de escravos, com uma monocultura e uma economia que apenas sugava os recursos, mandando para fora toda a riqueza obtida; hoje esse mesmo modelo mantém na miséria e na marginalidade milhões de pessoas, descendentes dos indígenas, dos escravos africanos e dos europeus pobres que aqui chegaram;
- 3. a falta de demarcação de mais de 50% das terras indígenas, o que está levando a conflitos com invasores, cujas maiores vítimas são os próprios indígenas, como está ocorrendo com lideranças assassinadas e com suicídios freqüentes entre o povo Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul;
- 4. a falta de assistência do governo e o sucateamento da Funai, tendo como consequência o aumento da fome e das doenças entre as comunidades indígenas, sendo as mais atingidas as que estão nas regiões mais ricas, como é o Sul, Sudeste e Centro-Oeste;
- 5. a destruição da natureza, que está criando desertos e poluindo os rios, já que as leis não são respeitadas, fazendo com que todos nós, indígenas e não indígenas, soframos as consequências.

Unidos às lutas dos passado, como a Confederação dos Tamoios, no Sudeste, à guerra dos Potiguara e do Açu, no Nordeste, à luta de Ajuricaba e do povo Manao, no

Norte, à resistência Guarani dos Sete Povos contra a invasão dos exércitos espanhol e português, no Sul, e sem esquecer a resistência dos quilombos, das revoltas populares contra a colonização portuguesa e contra os governos autoritários, queremos afirmar que precisamos construir um Brasil diferente. Por isso exigimos:

- 1. A demarcação e garantia de todas as terras indígenas, sobretudo a reserva de Monte Pascoal, símbolo da resistência Pataxó, a demarcação das terras dos remanescentes dos quilombos e o acesso e garantia a um pedaço de chão para os sem-terra, reconhecendo e respeitando seus conhecimentos e culturas tradicionais;
- 2. O fim de toda forma de discriminação, massacre, violência e impunidade contra os povos indígenas, e o imediato julgamento e punição dos responsáveis pelo massacre dos Tikuna, ocorrido a 28 de março de 1988, e dos Korubo, ocorrido em setembro de 1989;
- 3. Que a utilização dos recursos naturais madeira, minérios e plantas não beneficie apenas alguns, mas que possa trazer beneficio permanente a toda população da Amazônia;
- 4. que os povos indígenas tenham apoio econômico e assistência sanitárias para evitar mortes precoces e mendicância, como tem ocorrido com os Guarani do litoral paulista e os Kaingang do Sul do Brasil;
- 5. Que os indígenas que são obrigados a deixar suas áreas tradicionais, vindo morar na cidade, como os Pankararu de Pernambuco, consigam terra e apoio do governo para viver com dignidade e não mais em favelas, como está ocorrendo na periferia de São Paulo;
- 6. Que a verdadeira história desse país seja conhecida e ensinada nas escolas, levando em conta os milhares de anos de existência das populações indígenas desta terra e suas manifestações culturais.

Portanto, fica a pergunta: festejar o quê?

O Brasil que queremos são outros 500!

São Paulo, 8 de abril de 2000

Associação Indígena Pankararu do Real Parque Pastoral Indigenista da Arquidiocese de São Paulo

Pastoral Indigenista – Cimi (Conselho Indigenista Missionário) Av. Higienópolis, 890 Tel. 820-0133 (plantão: 3 feira, das 14 às 18 h.)

Carta aberta às autoridades de São Paulo por ocasião dos 450 anos da fundação da cidade

Nós, comunidades indígenas, reunidas na aldeia Guarani do Pico do Jaraguá, retomando os temas discutidos no I Encontro dos Povos Indígenas da cidade de São Paulo ocorrido no dia 14 de dezembro de 2003, queremos denunciar a situação precária em que nós, indígenas, vivemos nesta cidade.

Sabendo que São Paulo nasceu dentro de um território indígena, sentimos que na comemoração dos 450 anos de fundação da cidade, nós povos indígenas queremos fazer as seguintes reivindicações:

- 1 <u>Moradia urbana</u>: Nós, famílias indígenas Fulni-ô, Kaingang, Terena, Kariri-Xokó e Pankararu que moramos em favelas ou em moradia precária, pedimos que o governo Municipal e Estadual priorize a implantação de um programa habitacional com urgência, assim como isentar-nos dos impostos urbanos.
- 2- Terra indígena: Diante do aumento da população indígena na aldeia Guarani do Pico do Jaraguá, queremos pedir a ampliação desta área. Como parte da comunidade Pankararu que vive em favela deseja uma terra para plantar, pedimos ao governo do Estado total empenho para que consiga uma terra no estado.
- 3 <u>Transporte</u>: Há muito tempo nós, comunidades indígenas, estamos reivindicando o passe livre para os transportes urbanos. Gostaríamos que por ocasião dos 450 anos de fundação de São Paulo fosse aprovado pelos srs. vereadores o projeto-de-lei do passe livre para as comunidades indígenas de São Paulo, que está tramitando há um ano Câmara Municipal.
- 4 <u>Saúde</u>: Diante da situação precária que enfrentamos para o tratamento de saúde e internações, pedimos que o sr. Governador interfira junto ao Hospital das Clínicas para que faça um convenio seguindo o modelo do Hospital São Paulo para atender as comunidades da tanto da cidade de São Paulo como das cidades da grande São Paulo.

Neste momento histórico dos 450 anos da cidade de São Paulo queremos que não haja apenas festas, mas que sejam feitos programas que dêem mais dignidade não apenas a nós, comunidades indígenas, mas também para todos aqueles que continuam excluídos.

Lideranças indígenas em São Paulo das comunidades

Guarani Pankararu Fulni-ô Kariri-Xokó Terena Kaingang Xavante

CARTA DOS INDÍGENAS EM SÃO PAULO

No IV e V Encontros de Formação e Articulação dos Povos Indígenas da Grande São Paulo

Somos cerca de 20 etnias que vivem na capital e Grande São Paulo e estamos na quarta maior cidade do mundo, mas num país que insiste em não reconhecer os direitos dos povos indígenas e, menos ainda, os indígenas que vivem nas cidades. As leis e conquistas indígenas consagradas na última Constituição Federal, muitas vezes, não conseguem ultrapassar as barreiras da burocracia brasileira. Em relação à Saúde Indígena, os governos federal, estadual e municipal se revezam em leis, decretos e portarias e, muitas vezes, a saída é encaminhar para a terceirização e convênios com ONGs.

A Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais reconhece o direito daqueles que não moram em aldeia, mas ainda não foi colocado em prática pelo governo brasileiro. A mesma Convenção, em seu Artigo 6º, letra a, exige dos governos "consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente".

Por isso, nós lideranças indígenas, representantes das etnias: Pankararu, Pankararé, Guarani Mbya, Guarani Nhandeva, Kaimbé, Wassu Cocal, Xukuru, Fulni-ô, Terena, Kaingang, Kariri, Kaiapó, Piratapuia, Tupinambá, Baniwa e Potiguara, reunidas no IV e no V Encontros de Formação e Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo, ocorridos em novembro de 2008 e abril de 2009, respectivamente, refletimos sobre o atual quadro de reestruturação do atendimento à saúde indígena e apoiamos a proposta que o movimento indígena nacional faz de mudança da Funasa para uma Secretaria Especial de Saúde Indígena.

Após as reflexões feitas sobre o atendimento à saúde indígena em nossa região, objetivo principal destes encontros, ouvirmos o representante da Funasa e partilharmos nossos anseios, queremos apresentar as seguintes reivindicações:

- 1. Que a Funasa reconheça o direito ao atendimento diferenciado na saúde a todos os indígenas, seja os que vivem em aldeias, seja os que vivem na cidade.
- 2. No atendimento em hospitais ou em qualquer Unidade de Saúde, que sejam consideradas a cultura de cada povo e suas formas específicas de tratamento.
- 3. Que as lideranças e comunidades indígenas sejam ouvidas nas decisões sobre o atendimento à saúde indígena.
- 4. Que a medicina tradicional seja valorizada, promovida e reconhecida.
- 5. Que seja valorizada nossa alimentação tradicional, também nos atendimentos médicos.
- 6. Que haja maior rigor no processo seletivo e nos critérios de escolha dos/as funcionários/as da Funasa e outros órgãos responsáveis pela saúde indígena para que os indígenas não sofram discriminações no atendimento.
- Que os quadros qualificados entre os indígenas sejam aproveitados no corpo de funcionários da Funasa e outros órgãos.
- 8. Que sejam promovidos cursos técnicos para a qualificação de indígenas profissionais na Saúde.
- 9. Que haja maior transparência nos gastos das verbas da Funasa, com participação das comunidades indígenas sobre o uso das verbas destinadas à saúde indígena.
- 10. Facilitar o acesso aos Planos Distritais para fazer um monitoramento das ações e fiscalizar a aplicação de recursos.
- 11. Implementar, em âmbito nacional, uma nova política que respeite as determinações constitucionais, a Lei Arouca (9.836/99) e as recomendações das Conferências Nacionais de Saúde Indígena.
- 12. Maior agilidade no atendimento desburocratizar a política de atendimento e tratamento médico.

- 13. Apoio no tratamento odontológico para os indígenas.
- 14. Apoio de nutricionistas e outros profissionais no acompanhamento de gestantes e da infância indígena.
- 15. Promover programas especiais para acompanhamento de indígenas, especialmente na área alimentar.
- 16. Agilizar as licitações públicas para que não falte medicação nem transporte aos diferentes povos indígenas.
- 17. Que haja, na área da saúde, Concursos Públicos diferenciado para os indígenas.
- 18. Que o acompanhamento às questões relativas ao saneamento básico fiquem ao encargo da Secretaria Especial da Saúde Indígena.
- 19. Que os agentes indígenas de saúde tenham sua função reconhecida e regularizada, sendo-lhes assegurada sua capacitação técnica.
- 20. Na reestruturação do atendimento à saúde, que seja garantida a permanência no trabalho dos indígenas que já atuam nesta área.
- 21. Nas ocasiões de construção de obras em terras indígenas, seja garantida a participação indígena no planejamento das ações e na mão-de-obra.
- 22. Que seja estruturado um Distrito Sanitário Especial Indígena que atenda as regiões de São Paulo e do Rio de Janeiro.
- 23. Em caso de falecimento de um/a indígena que tenha manifestado desejo de ser enterrado em sua aldeia de origem, que seja garantido o acompanhamento de um ou mais indígenas para a referida aldeia.

São Paulo, 19 de abril de 2009.